



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA**

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO**  
**AMBIENTAL DO LITORAL SUL EM ESTÂNCIA/SE**

São Cristóvão/SE  
11 de março de 2020

FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO  
AMBIENTAL DO LITORAL SUL EM ESTÂNCIA/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como  
requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dra. Márcia Eliane Silva Carvalho

São Cristóvão/SE

11 de março de 2020

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Oliveira, Fagner Santos de

O48c      Conflitos socioambientais na área de proteção ambiental do litoral sul em Estância/SE / Fagner Santos de Oliveira ; orientadora Márcia Eliane Silva Carvalho. - São Cristóvão, SE, 2020.  
198 f.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2020.

1. Geografia ambiental. 2. Áreas de conservação de recursos naturais – Estância (SE). 3. Territorialidade humana. 4. Comunidades. 5. Sustentabilidade. I. Carvalho, Márcia Eliane Silva, orient. II. Título.

CDU 911.3:502(813.7)

FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA

**CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO  
AMBIENTAL DO LITORAL SUL EM ESTÂNCIA/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como  
requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Aprovado em 11/03/2020

**MEMBROS DA BANCA**

---

Profª Dra. Márcia Eliane Silva Carvalho  
Orientadora

---

Profº Dr. José Wellington Carvalho Vilar  
Membro titular interno

---

Profª Dra. Maria do Socorro Ferreira da Silva  
Membro titular externo

## **DEDICATÓRIA**

aos meus pais José Josias e Maria de Lourdes,  
ao meu pai espiritual Dom Giovanni Crippa,  
aos meus irmãos e cunhadas Marcos e Nazaré, Fábio e Deane e Flávio e Patrícia,  
aos meus sobrinhos Clara, Jonatan, Guilherme, Maria Pietra e Catarina Lis,  
a minha esposa Yasmin Mazê,  
ao meu filho Matheus Giovanni  
e a minha orientadora Dra. Márcia Eliane.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter concedido-me a graça de chegar a mais essa etapa na minha formação acadêmica. Aqueles que estão ao meu redor sabem do esforço despendido para poder alcançar êxito nessa jornada. Seu apoio, amor, compreensão, incentivo e tantos outros gestos de carinho e acolhida foram fundamentais nesse sentido. Especialmente agradeço a eles: minha esposa, Yasmin Conceição Mazê Rocha e meu filho Matheus Giovanni Mazê de Oliveira, fonte de inspiração e motivação para todo o esforço despendido, por meio dos quais agradeço aos demais membros da minha família e amigos, estejam próximos ou distantes.

Minha gratidão estende-se especialmente a todos os colegas de turma do PPGeo, bem como a todos os docentes que passaram pela nossa vida ao longo desses anos, os quais nos deram impulso motivador e valiosas contribuições para o amadurecimento do nosso projeto, o alcance de nossas expectativas e a concretização dos nossos sonhos.

Igualmente agradeço aos moradores das comunidades que integram a APA no litoral estanciano, especialmente aos líderes das mesmas, bem como aos representantes dos órgãos governamentais e de gestão da APA, com os quais tive a oportunidade de ouvi-los e de fazer-me ouvir. Suas contribuições e partilhas de experiências de vida foram fundamentais para que este sonho pudesse ser concretizado.

Por fim, gostaria de agradecer, com plenitude de coração, a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia Eliane Silva Carvalho, por todo gesto de acolhida e de motivação, bem como por cada orientação e correção concedidos, sempre com paciente cuidado, ao longo desses dois anos. Seu testemunho ilumina e inspira minha caminhada. Igualmente agradeço aos docentes compositores dessa banca de defesa, os caros Dr. José Wellington Carvalho Vilar e Dra. Maria do Socorro Ferreira da Silva, por suas preciosas apreciações. Enfim, a todos, lembrados nestas palavras e no silêncio do meu coração, meu sincero agradecimento por tudo.

## **EPÍGRAFE**

*“O conflito é um sinal de que existem verdades mais amplas e perspectivas mais belas”*

(Alfred North Whitehead)

## RESUMO

A Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe engloba todo o litoral do município de Estância. Trata-se de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, na qual encontram-se espécies de fauna e flora litorâneas, bem como dunas, afloramentos lagunares e a foz do Rio Real. Desde seu processo histórico de ocupação em 1575 até os dias hodiernos essa área passa por contínuas transformações decorrentes das ações antrópicas, o que justifica *per si* a escolha da mesma como objeto dessa dissertação, uma vez que se trata de uma UC instituída numa área de colonização antiga, ou seja, marcada pela ação do homem ao longo de mais de quatrocentos anos. Ademais, muitos dos Conflitos Socioambientais existentes decorrem do desconhecimento, por parte dos atores envolvidos, do que seja e de qual finalidade possui uma APA; associada à negligência do poder público efetivar ações de fiscalização local. O presente estudo tem como objeto, portanto, a APA Litoral Sul de Sergipe que perpassa pela faixa litorânea do município de Estância/SE e tem como objetivo geral analisar Conflitos Socioambientais ali existentes. O método hipotético-dedutivo foi o adotado para escopo do trabalho, bem como utilizou-se a metodologia de diagnóstico e categorização literário-analítica dos Conflitos Socioambientais de Paul Little (2001), numa abordagem quali-quantitativa. Em relação aos procedimentos metodológicos, os mesmos se deram em três etapas: fundamentação teórica; coleta de informações; e análise das mesmas. Na fundamentação teórica realizou-se consistente pesquisa bibliográfica para embasamento do estudo. Posteriormente foram coletadas informações, por meio de visitas *in loco*, da fotografia georeferenciada, de imagens de satélite, tendo sido realizados entrevistas e questionários semiestruturados aplicados aos principais atores envolvidos nos conflitos. Por fim, realizou-se a análise das informações, e a elaboração de um mapa de Conflitos Socioambientais, segundo o modelo do GESTA/UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais), por meio do programa QGis 2.18. Esses procedimentos deram o suporte necessário para o alcance dos objetivos almejados, pois, constatou-se, pela análise final dos dados, o aumento nos Conflitos Socioambientais nessa área, decorrentes não apenas do desconhecimento da natureza e das atribuições de uma UC e uma APA, mas também oriundos de interesses mercadológicos, turísticos, empresariais, entre outros; os quais geram uma tensão constante no equilíbrio e na conservação da biodiversidade da mesma. Os Conflitos Socioambientais encontrados atualmente na APA foram categorizados em três tipos: em torno do controle dos recursos naturais, em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e em torno do uso dos conhecimentos ambientais, identificando seus atores em disputa e o bem (recurso) disputado. Estes resultados podem ser utilizados como subsídios para a leitura dos Conflitos Socioambientais existentes na APA, tendo em vista a busca por ações eficazes em prol do uso sustentável de seus recursos naturais.

**PALAVRAS CHAVE:** Unidade de Conservação; Território; Recursos Naturais; Comunidades Tradicionais; Sustentabilidade.



## ABSTRACT

The Environmental Protection Area (APA) South Coast of Sergipe encompasses the entire coastline of the municipality of Estância. It is a Conservation Unit (UC) for Sustainable Use, in which there are coastal fauna and flora species, as well as dunes, lagoon outcrops and the mouth of the Rio Real. From its historical occupation process in 1575 until today, this area has undergone continuous transformations resulting from anthropic actions, which in itself justifies its choice as the object of this dissertation, since it is a UC established in an area of colonization ancient, that is, marked by the action of man over more than four hundred years. In addition, many of the existing Socio-Environmental Conflicts result from the ignorance, on the part of the actors involved, of what and what purpose an APA has; associated with the negligence of the public power to carry out local inspection actions. The present study, therefore, has as its object, the APA Litoral Sul de Sergipe, which runs through the coastal strip of the municipality of Estância/SE and has the general objective of analyzing socio-environmental conflicts there. The hypothetical-deductive method was adopted for the scope of the work, as well as the diagnostic and literary-analytical categorization methodology of Socio-environmental Conflicts by Paul Little (2001), in a quali-quantitative approach. Regarding the methodological procedures, they took place in three stages: theoretical foundation; information gathering; and analysis of them. In the theoretical basis, a consistent bibliographic research was carried out to support the study. Subsequently, information was collected, through on-site visits, georeferenced photography, satellite images, and interviews and semi-structured questionnaires were applied to the main actors involved in the conflicts. Finally, the information was analyzed and a map of socio-environmental conflicts was prepared, according to the GESTA/UFGM model (Study Group on Environmental Thematic at the Federal University of Minas Gerais), through the QGIS 2.18 program. These procedures provided the necessary support for the achievement of the desired objectives, since, through the final analysis of the data, an increase in Socio-environmental conflicts in this area was found, resulting not only from the lack of knowledge of the nature and attributions of a UC and an APA, but also from market, tourist and business interests, among others; which generate a constant tension in the balance and conservation of its biodiversity. The Socioenvironmental Conflicts currently found in the APA have been categorized into three types: around the control of natural resources, around the environmental and social impacts generated by human and natural action, and around the use of environmental knowledge, identifying its actors in dispute and the disputed asset. These results can be used as subsidies for the reading of the Social and Environmental Conflicts existing in the APA, in view of the search for effective actions in favor of the sustainable use of its natural resources.

**KEYWORDS:** Conservation Unit; Territory; Natural Resources; Traditional Communities; Sustainability.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 – Síntese da legislação das Unidades de Conservação.....	42
Figura 2 – UCs do Estado de Sergipe.....	45
Figura 3 – Organograma síntese dos trabalhos produzidos pelo PPGEU/UFS.....	52
Figura 4 – Roteiro síntese de execução dos trabalhos. ....	57
Figura 5 – Localização da APA Litoral Sul no recorte de Estância – SE. ....	65
Figura 6 – Comunidades integrantes da APA do litoral de Estância/SE.....	68
Figura 7 – Marco da chegada dos jesuítas no litoral sul sergipano. ....	69
Figura 8 – Praia do Abaís. ....	71
Figura 9 – Praia das Dunas. ....	71
Figura 10 – A Praia do Saco. ....	72
Figura 11 – Especulação imobiliária na Ribuleirinha. ....	73
Figura 12 – Condomínio de luxo próximo a praia do Abaís. ....	73
Figura 13 – Quadro sintético sobre a APA.....	77
Figura 14 – Placa informativa na Ponte Gilberto Amado. ....	80
Figura 15 – Placa informativa da SPU colocada na entrada da praia do Saco.....	80
Figura 16 – Placa colocada pela SPU no centro da Praia do Saco. ....	81
Figura 17 – Esquema dos principais atores envolvidos na APA.....	82
Figura 18 – Aplicação dos questionários às lideranças. ....	84
Figura 19 – Duração em anos de vivência dos atores no litoral de Estância.....	84
Figura 20 – Avaliação dos líderes sobre o ritmo das ações antrópicas na APA.....	86
Figura 21 – Principais recursos naturais afetados pelas ações do homem na APA.....	87
Figura 22 – Significado da APA para seus moradores. ....	88
Figura 23 – Esquema sintético dos interesses dos atores causadores de conflitos na APA. ....	88
Figura 24 – Atores questionados que sabem o que significa uma UC e uma APA. ....	90
Figura 25 – Construção da Ponte Gilberto Amado, ao fundo o povoado Terra Caída.....	94
Figura 26 – Síntese das Políticas Públicas implementadas na APA.....	95
Figura 27 – Percepção dos moradores sobre a relação entre as Políticas Públicas e os conflitos na APA. ....	96
Figura 28 – Esquema tríplice de Little (2001).....	103

Figura 29 – Conflitos socioambientais na APA do litoral de Estância/SE.....	104
Figura 30 – Percentual dos conflitos socioambientais segundo os três grupos propostos por Little (2001).....	105
Figura 31 – Carcinicultura legal no Ouricuri. ....	109
Figura 32 – Carcinicultura ilegal no Farnaval. ....	109
Figura 33 – Carcinicultura na APA de Estância.....	110
Figura 34 – Carcinicultura ilegal na APA. ....	110
Figura 35 – Construção do Condomínio Marinas, nas proximidades do povoado Ouricuri, em Estância.....	113
Figura 36 – Retirada da flora para prática da carcinicultura às margens do rio Piauí.....	114
Figura 37 – Retirada da flora para construção de condomínio de luxo em Terra Caída. ....	114
Figura 38 – Invasão clandestina em área de manguezais na Praia do Saco. ....	115
Figura 39 – Condomínio Fazenda Real no povoado Manuel Dias, em Estância. ....	116
Figura 40 – Condomínio Fazenda Real I e II em Estância. ....	117
Figura 41– Condomínio próximo a carcinicultura às margens do rio Piauí.....	117
Figura 42 – Cocoicultura no Massadiço .....	118
Figura 43 – Cocoicultura em latifúndio do Massadiço em Estância. ....	118
Figura 44 – Rodovia SE-100 tomada pelas dunas na altura da entrada da Praia do Saco.....	123
Figura 45 – Dunas móveis soterrando casas na Praia do Saco.....	124
Figura 46 – Pecuária em área de dunas no Povoado Praia das Dunas.....	125
Figura 47 – <i>Buggys</i> circulando com turistas nas areias da Praia do Saco. ....	126
Figura 48 – Mansão de veraneio em área de preamar na Praia do Saco. ....	127
Figura 49 – Placa de venda de terreno às margens da Rodovia SE-100 em Estância. ....	128
Figura 50 – Balsa West Comandante Cunha no porto de Terra Caída.....	129
Figura 51 – Resíduos sólidos espalhados pelo mangue na Praia do Saco.....	130
Figura 52 – Pneu descartado na Praia do Saco. ....	131
Figura 53 – Canal de esgoto próximo a condomínio fechado na Ribuleira Grande.....	132
Figura 54 – Construções ilegais em área de preamar na Praia do Abaís.....	133
Figura 55 – Vista aérea do bar construído na Ilha. ....	133
Figura 56 – Vista aérea da Ilha da Sogra.....	133
Figura 57 – Percentual de lideranças comunitárias que reconhecem o conflito Segurança <i>versus</i> Prefeitura/PM na APA.....	135
Figura 58 – Percentual de lideranças comunitárias que reconhecem o conflito Drogas ilícitas <i>versus</i> Prefeitura/PM na APA. ....	136

Figura 59 – Flagrante de transgressão de veículos na Praia das Dunas. ....	137
Figura 60 – Mancha de óleo na Praia do Saco.Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019. ....	139
Figura 61 – Mancha de óleo em Terra Caída. ....	139
Figura 62 – Áreas com localidades oleadas no nordeste brasileiro. ....	140
Figura 63 – Bugues para turismo na Praia do Saco. ....	144
Figura 64 – Embarcações de turismo na Praia do Saco. ....	145
Figura 65 – Percentual de lideranças que reconheceram o conflito de acesso à educação no litoral de Estância. ....	146
Figura 66 – Percentual de líderes que reconheceram o conflito de acesso à saúde no litoral estanciano. ....	147
Figura 67 – Erosão marinha na Capela do Saco. ....	148
Figura 68 – Progressão do mar na Praia do Saco. ....	148
Figura 69 – Contenção na capela de N. Sra. da Boa Viagem na Praia do Saco. ....	148
Figura 70 – Área doada para abertura da estrada ao Porto do Massadiço. ....	149
Figura 71 – Principais conflitos socioambientais na APA do litoral de Estância/SE. ....	154

## QUADROS

Quadro 1 – Síntese dos principais autores utilizados sobre a categoria território.....	23
Quadro 2 – Síntese dos principais autores utilizados sobre a categoria paisagem. ....	29
Quadro 3 - Unidades de Conservação .....	43
Quadro 4 –Teses afins à pesquisa encontradas no BDTD.....	48
Quadro 5 – Dissertações afins à pesquisa encontradas no BDTD (Nordeste).....	49
Quadro 6 - Dissertações afins à pesquisa encontradas no BDTD (Demais Regiões).....	50
Quadro 7 – Dissertações e Teses afins à pesquisa encontradas no PPGeo/UFS (Zona Costeira, Litoral Norte e Litoral Centro de Sergipe). ....	53
Quadro 8 - Dissertações e Teses afins à pesquisa encontradas no PPGeo/UFS (Litoral Sul de Sergipe).....	54
Quadro 9 - Dissertações e Teses afins à pesquisa encontradas em outros Programas de Pós-Graduações da UFS. ....	55
Quadro 10 – Categorias e principais autores. ....	56
Quadro 11 – Os marcos dos conflitos socioambientais na APA de Estância.....	58
Quadro 12 – Elenco dos representantes questionados.....	60
Quadro 13 – Elenco dos atores entrevistados.....	61
Quadro 14 – Quadro síntese da etapa final de tratamento dos Conflitos Sociomabientais segundo Little (2001). ....	63
Quadro 15 – Planilha dos CS em torno do controle sobre os recursos naturais na APA do litoral de Estância.....	107
Quadro 16 – Planilha de conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural.....	121
Quadro 17 – Áreas do litoral de Estância afetadas pelo derramamento do óleo. ....	139
Quadro 18 – Planilha de conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.....	141
Quadro 19 – Síntese dos principais conflitos da APA de Estância e suas formas de tratamento. ....	155

## **APÊNDICES**

Apêndice 1 – Modelo do questionário semiestruturado aplicado.....	180
Apêndice 2 – Modelo do roteiro de entrevista aplicado.....	182

## **ANEXOS**

Anexo 1 – Termo de compromisso .....	185
Anexo 2 – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos. ....	186
Anexo 3 – Termo de autorização e existência de infraestrutura.....	188
Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE).....	190
Anexo 5 – Termo de doação da área para estrada do Massadiço. ....	192
Anexo 6 – Ata de Reunião para tratar a questão da estrada do Massadiço. ....	193
Anexo 7 – Parecer Constubstanciado da Plataforma Brasil .....	195

## LISTA DE SIGLAS OU ABREVIATURAS

**APA** – Área de Proteção Ambiental.

**ADEMA** – Administração Estadual do Meio Ambiente.

**BDTD** – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações.

**BR-101** – Rodovia Federal.

**CEGC** – Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro.

**CONAMA** – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

**GERCO** – Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro.

**GESTA** – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**ICMBIO** – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

**PDITS** – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Coqueirais.

**PEGC** – Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro.

**PPGEO** – Programa de Pós-Graduação em Geografia.

**PRODETUR** – Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste.

**SE-100** – Rodovia Estadual.

**SE-368** – Rodovia Estadual (Linha Verde).

**SEPLAN** – Secretaria de Estado do Planejamento.

**SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

**UC** – Unidade de Conservação.

**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais.

**UFS** – Universidade Federal de Sergipe.



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	21
BASES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS .....	21
1.1 Território: lugar de convergência de interesses divergentes .....	21
1.2 Paisagem: elemento visível da tensão resultante entre conservação e degradação ambientais vigentes .....	25
1.3 Conflitos socioambientais: imposição de interesses dominantes .....	30
1.4 Unidades de Conservação: natureza e finalidade jurídicas .....	37
1.5 Contribuições de estudos sobre as UCs e conflitos socioambientais em nível nacional, regional e local.....	47
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	56
MÉTODO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ÁREA DE PESQUISA .....	56
2.1 Método de abordagem e instrumentais metodológicos .....	56
2.2 Caracterização da área de pesquisa .....	64
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	75
ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL SUL EM ESTÂNCIA/SE .....	75
3.1 Aspectos legais da instituição da APA .....	75
3.2 Caracterização dos atores e das ações antrópicas realizadas na APA .....	82
3.3 Conhecimento da natureza jurídica da APA por parte dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais .....	89
3.4 Políticas públicas desenvolvidas na APA.....	93
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	102
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA APA EM ESTÂNCIA/SE .....	102
4.1 Classificação, mapeamento e análise dos Conflitos Socioambientais em geral.....	102
4.2 Conflitos Socioambientais em torno do controle sobre os recursos naturais .....	107
4.3 Conflitos Socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural. 121	
4.4 Conflitos Socioambientais em torno do uso dos conhecimentos ambientais .....	141
4.5 Caminhos para o tratamento dos conflitos e análise dos principais conflitos encontrados na APA .....	150
<b>CONCLUSÃO</b> .....	160
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	163
<b>APÊNDICES</b> .....	179
<b>ANEXOS</b> .....	184

## INTRODUÇÃO

Há cerca de 10 mil anos a. C. o hominídeo adotou uma postura de fixar moradia num determinado território estabelecendo, desse modo, uma relação de uso e controle dos recursos naturais. Ao longo dos séculos esse *modus vivendi* ganhou extensão e intensidade com o surgimento das tribos e, por conseguinte, das cidades, as quais foram tomando diferentes formas com o passar dos anos. Essa relação de apropriação do espaço proporcionou sua profunda transformação.

Com o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII, a relação do homem com o meio natural sofreu substancial modificação. O ritmo do uso dos recursos naturais foi se intensificando e, conseqüentemente, foram surgindo diversos conflitos entre o homem e a natureza. De modo que, atualmente, com o surgimento das novas tecnologias, tudo isso se acentuou numa proporção tal que a própria natureza é incapaz de acompanhar, sobremodo, em termos de reposição dos recursos naturais utilizados.

De fato, o Conflito Socioambiental surge quando o homem está em relação com os seus pares e com o meio natural. Nessa interação mútua evidencia-se a subjugação e imposição de interesses e vontades. O elo mais vulnerável nesse processo é a própria natureza, a qual arca com as conseqüências das ações antrópicas sobre ela mesma. E isso afeta o ser humano sem quaisquer espécimes de distinção.

Esse caráter de universalidade dos Conflitos Socioambientais possibilitou o surgimento de diversos estudos ao longo da história, porém, nunca tão importante e necessária como nos tempos hodiernos. Inicialmente esse tema adquiriu proeminência nas áreas da Sociologia e da Economia Política e, por extensão e comunicação foi sendo assumida e desenvolvida pelas mais diferentes áreas naturais e sociais, especialmente a geográfica.

Os Conflitos Socioambientais também podem ser encontrados nos diferentes territórios, especialmente em Unidades de Conservação (UCs) do território litorâneo brasileiro. A Carta Magna do Brasil de 1988, no seu art. 225 confere, para todos os brasileiros, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. No entanto, nessa redação constitucional nada foi disciplinado acerca das Unidades de Conservação. Somente em 2000 foi instituída a lei de nº 9.985, que unificou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

De acordo com essa legislação, as Unidades de Conservação podem ser classificadas em dois tipos: as Unidades de Proteção Integral (que permite apenas o uso indireto dos recursos naturais); e as Unidades de Uso Sustentável (que permite o uso direto dos mesmos). Entre os

tipos das Unidades de Uso Sustentável aparece a APA (Área de Proteção Ambiental), cujos objetivos consistem em proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação, e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Litoral Sul de Sergipe, em sua integralidade, compreende a faixa costeira dos municípios de Estância, Itaporanga d'Ajuda, Santa Luzia do Itanhê e Indiaroba. Trata-se de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável, categorizada como APA, que perpassa pelos limites territoriais do litoral do município de Estância, na qual encontram-se comunidades praianas e tradicionais.

Além disso, a planície costeira estanciana é constituída por vegetação variada, sendo que nas praias predominam coqueirais e vegetação rasteira, com campos de matas de restingas e manguezais. A fauna é diversa e igualmente marcada pelas ações do homem no meio natural, alterando visivelmente seus aspectos naturais. Como exemplos disso tem-se a introdução, em áreas de restingas e mangues, de construções de infraestrutura rodoviária de grande envergadura, de condomínios fechados de alto padrão, da carcinicultura, da cocoicultura, da prática da pecuária de subsistência, resquícios de sua colonização histórica, e bem como de outros animais, a exemplo dos tambaquis da região amazônica, nos afloramentos lagunares locais.

Desde seu processo histórico de ocupação, em 1575, até os dias hodiernos, essa área passa por contínuas transformações decorrentes das ações antrópicas, as quais foram acentuadas pelas políticas públicas implementadas, sobretudo, a partir da década de 1970. Isso acontece porque a todo instante o homem age, modifica e produz o espaço, fazendo uso dos recursos naturais à sua disposição, muitas vezes para atingir a fins meramente econômicos.

Como resultado, temos a tensão constante no equilíbrio do meio ambiente e na conservação de sua rica biodiversidade. De acordo com Oliveira (2014, p. 324) o litoral estanciano: “(...) apresenta ambientes naturais marcantes que vem sendo degradados por conta de atividades humanas, diferenciadas pelos vários tipos de uso (...)”. Tais práticas de uso do solo, portanto, leva ao questionamento sobre o conhecimento e a observância da natureza e finalidades da legislação da Unidade de Conservação da APA em Estância.

Ademais, a existência de Conflitos Socioambientais nessa área, *per si* justificam a escolha da temática como objeto dessa dissertação, pois a sua compreensão pode iluminar a busca pela resolução dos conflitos, bem como pode promover ações sustentáveis, principalmente mediatizadas por políticas públicas eficientes, para a comunidade local e para todos que estabelecem relações e interações com o meio natural.

Os ambientes costeiros têm sofrido intensamente a ação antrópica nos processos de uso e ocupação desse espaço. O litoral estanciano também tem sido bastante alterado. As políticas públicas recentes implementadas nessa área visam, principalmente, o desenvolvimento de atividades ligadas a especulação imobiliária e ao turismo de veraneio. A construção da Ponte Gilberto Amado acentuou o processo de uso e ocupação dessa APA comprometendo, de certo modo, a sua plena conservação.

Várias atividades comerciais se estabeleceram, sobretudo nas comunidades do Porto do Mato, das praias das Dunas, do Saco e do Abaís. A especulação imobiliária se propagou ao longo de toda a malha rodoviária, com inúmeros condomínios fechados e de alto padrão, a exemplo dos encontrados no povoado Manuel Dias, na praia do Abaís e no povoado Ribuleirinha.

Assim sendo, as comunidades locais contemplaram um frenético processo desenvolvimentista naquele território e testemunharam o surgimento de conflitos de diferentes naturezas. Sua delimitação e mapeamento são imprescindíveis para a compreensão de como o uso e ocupação da APA de Estância avançaram até os dias atuais, fato que ajudaria a comunidade local no seu entendimento e na realização de políticas públicas voltadas para a resolução dos mesmos.

Diante deste contexto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os Conflitos Socioambientais da Área de Proteção Ambiental (APA) que perpassa pela faixa litorânea do município de Estância/SE. Nesse sentido, os objetivos específicos são: entender a dinâmica dos Conflitos Socioambientais na APA Litoral Sul em Estância; averiguar o conhecimento que os atores dos conflitos possuem acerca da natureza e finalidades jurídicas da APA em destaque; analisar e classificar os Conflitos Socioambientais existentes na mesma, e elaborar um mapa sobre os mesmos.

A hipótese norteadora do referido estudo é a de que os atores envolvidos nos Conflitos Socioambientais existentes na Área de Proteção Ambiental do litoral de Estância desconhecem a natureza e finalidades jurídicas da APA, associada à negligência do poder público em efetivar ações de fiscalização local. Destarte, os conflitos emergem entre os seguintes atores: os moradores locais em suas diferentes vocações herdadas dos antepassados, os empresários que promovem a especulação imobiliária, os órgãos de gestão e de fiscalização dos diferentes entes governamentais, o judiciário, enfim, todos os que estão envolvidos diretamente no surgimento, na perpetuação ou mesmo na resolução dos conflitos.

A existência de Conflitos Socioambientais por si constitui-se genuína problemática, pois significa que na prática a legislação da APA não tem sido observada porque não conhecida

pelos atores dos conflitos e, por conseguinte, nisso se abstrai a importância dessa pesquisa. Afinal, trata-se de uma UC instituída numa área de colonização antiga, ou seja, marcada pela ação do homem ao longo de mais de quatrocentos anos. O questionamento das práticas atuais permite, pois, avaliar o conhecimento e a aplicabilidade de outras práticas que possam estar de acordo e dar plena eficácia a legislação ambiental vigente.

Desse modo, no primeiro capítulo, foram adotadas as correspondentes categorias geográficas para análise dos Conflitos Socioambientais: o território, enquanto lugar de convergência de interesses divergentes; a paisagem, enquanto elemento visível da tensão resultante entre conservação e degradação ambientais vigentes; os Conflitos Socioambientais, enquanto imposição de interesses dominantes; e as Unidades de Conservação, em sua natureza e finalidade jurídicas. Também abordou-se os principais estudos acerca das UCs, dos Conflitos Socioambientais e temas correlatos em diferentes cenários.

Posteriormente, no segundo capítulo, apresentou-se o método e os procedimentos metodológicos necessários para o alcance do propósito desse estudo, bem como a área de pesquisa. Nos capítulos seguintes produziu-se os resultados da dissertação. No capítulo terceiro, o enfoque constituiu-se na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE. Nesse sentido, tratou-se: dos aspectos jurídicos de sua instituição; da caracterização dos atores e das ações antrópicas realizadas na APA; das políticas públicas e do conhecimento jurídico dos atores envolvidos.

No capítulo quarto tratou-se propriamente dos Conflitos Socioambientais encontrados na APA de Estância/SE. Para tanto, estabeleceu-se a classificação, o mapeamento e a análise dos conflitos em geral, tendo como parâmetro Little (2001); abordou-se sobre os Conflitos Socioambientais: em torno do controle sobre os recursos naturais; em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural; em torno do uso dos conhecimentos ambientais; e, apresentou-se caminhos de resolução dos conflitos com base na proposta do mesmo autor associada à realidade local.

Por último, foram apresentadas a conclusão, as referências utilizadas, bem como os apêndices e anexos, os quais foram produzidos e que embasam a escrita desse estudo.

## CAPÍTULO 1

### BASES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

#### 1.1 Território: lugar de convergência de interesses divergentes

O ser humano tem necessidade de elaborar novos conceitos, de dar novas definições, de criar novas teorias, de desenvolver novas hipóteses científicas, entre tantas outras coisas. No uso de sua capacidade intelectual o homem produz inauditos conhecimentos e alarga sua visão sobre o cosmo e o mundo. A delimitação dessas informações é demasiado importante para ele. É um tipo de marca registrada de suas realizações e conquistas. De igual modo ele se apropria do espaço e territorializa-o, seja em termos conceituais ou mesmo práticos.

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstramente [...] o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

O território, nesse sentido, seria uma produção do espaço realizada pelo próprio homem individualmente ou em grupo. Esse espaço é produzido pelas relações de poder estabelecidas por esses diferentes sujeitos. O território constitui-se, pois, como um espaço em contínua produção mediada pelas relações de influência e de poder.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Marcos Aurélio Saquet define o território tendo como ponto de partida o elemento do poder:

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social (...) pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como “território nacional” sob a gestão do Estado Nação (SAQUET *apud* CANDIOTTO, 2004, p. 81).

O território é historicamente concebido como em sendo um espaço delimitado. O homem demarca o espaço, isto é, territorializa-o, para enquadrar o domínio de determinado poder, no que ele denomina de território. Este, pois, se constitui num recorte do espaço, no qual se realiza a imposição das vontades e o exercício de um dado poder. O poder, por sua vez, possui temporalidade (duração) e escala (proporção) específicos, que delimita a área territorial onde o exercício de poder acontece.

Assim, entende-se a termo de exemplificação, quando determinado condomínio que adquiriu parcela significativa de terras dentro de uma APA resolve murar sua propriedade para, com isso, delimitar o território onde legalmente exercerá o seu poder. De tal maneira que depois

poderá afirmar para a vizinhança acerca do seu domínio. E todos conhecerão que aquela propriedade demarcada pertence a ele. Evidente que as relações de poder dentro de um território repercutem no espaço em proporções desmedidas. Por outro lado, a influência de seu poder pode abarcar a vizinhança, a sua comunidade, repercutir em povoações adjacentes, e assim por diante. Ela, portanto, não se prende unicamente ao recorte espacial.

É isso que acontece com a categoria território. Sua delimitação é constituída mediante as fronteiras. Estas podem ser definidas pelo homem segundo critérios da própria natureza ou criados por ele mesmo. Não são critérios infalíveis ou definitivos. Eles caracterizam-se por sua dinamicidade, por sua capacidade de sobrepor-se as próprias fronteiras definidas.

[...] como primeira fronteira a natureza, que deve ser dominada e apropriada para que uma comunidade humana, segunda fronteira, possa sobreviver e reproduzir-se acumulando trabalho morto (terceira fronteira). A soma dessas fronteiras é a fronteira de poder (GUARINELLO, 2010, p. 121).

Também se destacam por sua generalidade. Isto é, as fronteiras são áreas mais abrangentes do que os limites. Estes, carecem de generalidade e são mais precisos, sobretudo, nas definições efetuadas no espaço geográfico. Aqueles são mais propícios para o exercício do poder, o qual não está necessariamente preso a qualquer enquadramento fronteiriço ou limitativo. Nas UCs em geral essas características se mostram com bastante evidência.

No entendimento de Santos (1994) o conceito de território, ao longo da história, era o alicerce do Estado-Nação, ou seja, era o chamado território nacional. Este era o espaço de todas as pessoas. Com o advento da globalização surgiu o denominado território transnacional ou mundial, cuja essência exprimia o interesse econômico das empresas.

Para ele, atualmente o território funciona de um modo novo, através de horizontalidades e verticalidades. As horizontalidades seriam lugares vizinhos integrados por uma continuidade territorial. Já as verticalidades seriam pontos distantes ligados por diferentes formas e processos sociais.

Dessa forma, nos dias atuais, o território é formado por lugares contíguos (horizontalidades) e por lugares em rede (verticalidades). Os lugares em rede são comandados e racionalizados pelo mundo, expresso nos mercado universal e governos mundiais. Esse mercado perpassa por tudo, inclusive pela consciência das pessoas:

Quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideais, inclusive a ciência e a informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado (SANTOS, 1994, p. 77).

A economia possui um caráter integrador, e disciplina tudo o mais no mundo. De tal maneira que a tendência atual é que haja uma integração vertical dos lugares. É o que se constata

a cada dia que passa. Tudo está integrado em redes, tudo possui o espírito do mundo, tudo é movido pela força propulsora da economia. Com o território não é diferente. Com isso, “a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – e a sociedade civil – que generaliza – é o território, em suas diversas dimensões e escalas” (SANTOS, 1994, p. 128).

Partindo de uma abordagem político-econômica do espaço, Manuel Correia de Andrade (1995) concebe o território como sendo o espaço ocupado pelos diferentes poderes, sejam eles públicos ou mesmo empresariais. Nesse sentido, essas representações de poder estenderiam seu domínio ultrapassando, por vezes, inclusive as fronteiras político-administrativas.

Rogério Haesbaert (2001), por sua vez, concebe o território a partir de três elementos fundamentais, quais sejam: 1) jurídico-político (o território seria um espaço delimitado e controlado por um poder, a exemplo do estatal); 2) cultural (o território seria produto apropriado pelo imaginário e/ou pela identidade de uma sociedade sobre o espaço); 3) econômico (o território resultaria dos embates entre as distintas classes sociais e das relações classe-trabalho).

Ao tentar clarificar as transformações ocorridas no espaço brasileiro, Caio Prado Júnior (1987) refletiu acerca do território pelo viés econômico. Assim sendo, o território seria o palco de atuações dos acontecimentos econômicos e transformações sociais, ou seja, a plataforma comum entre as mudanças sociais provocadas pela volatilidade econômica.

O Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais autores e das ideias norteadoras do seu pensamento que embasaram a composição textual desse estudo, no que concerne a categoria território, com ênfase para a concepção adotada pelo mesmo.

Quadro 1 – Síntese dos principais autores utilizados sobre a categoria território.

AUTOR	ANO	CONCEPÇÃO DE TERRITÓRIO
PRADO JÚNIOR	1987	- Palco de atuações econômicas e transformações sociais.
RAFFESTIN	1993	- O ator territorializa o espaço.
SANTOS	1994	- O território é formado por horizontalidades e verticalidades. - Arena de oposição entre o mercado (que singulariza) e a sociedade (que generaliza).
ANDRADE	1995	- Espaço ocupado pelos poderes públicos e empresariais.
HAESBAERT	2001	- 1) Jurídico-político: delimitado e controlado por um poder; 2) Cultural: produto apropriado pelo imaginário ou identitário da sociedade; 3) Econômico embates de distintas classes e classes-trabalho.
CANDIOTTO <i>apud</i> RIBAS; SPOSITO; SAQUET (2004)	2004	- O território é produzido pelas relações de poder.



Com isso, dado o seu caráter abrangente e complexo, o território reflete as mais variegadas relações de poder. O território é, desse modo, o lugar espacial-temporal de convergência de interesses divergentes. Interesses estes que encontram no fator econômico sua motivação e escopo. Ademais, eles ganham corpo com decisões unilaterais, em sua quase totalidade fundadas em interesses meramente subjetivos, desprovidos de quaisquer motivações de sustentabilidade ambiental. Essas situações são comumente encontradas nas UCs, sobretudo na APA estanciana.

Nesse sentido, esse trabalho adotará a concepção de território apresentada por Rogério Haesbert (2001), uma vez que dará o suporte necessário para que seja possível realizar uma leitura substancial e consistente dos Conflitos Socioambientais, segundo os aspectos jurídicos, políticos, culturais e econômicos. O resultado visível da convergência desses interesses divergentes aparece de imediato na paisagem. Ela pode ser definida, portanto, como um espelho que reflete a imagem das relações que o ser humano estabelece com o meio natural.

## **1.2 Paisagem: elemento visível da tensão resultante entre conservação e degradação ambientais vigentes**

Um dos aspectos perceptíveis do espaço é a paisagem. Por meio dos sentidos, especialmente da visão, pode-se contemplar a beleza e os encantos da paisagem, mas também pode-se lamentar as feiuras e desencantamentos resultantes da tensão entre conservação e degradação ambientais vigentes. Isso torna-se possível porque a paisagem é o espelho natural da história.

Nesse sentido, “a noção de paisagem acompanha a existência humana desde o início, uma vez que a sobrevivência dos seres humanos sempre dependeu de sua relação com o meio” (MAXIMIANO, 2004, p. 83). Isto é perceptível nas pinturas rupestres. Por meio delas, os primeiros ancestrais do homem pintaram nas paredes das cavernas suas percepções sobre o ambiente e, conseqüentemente, sobre a paisagem.

Alguns autores atestam que as primeiras manifestações conscientes do sujeito sobre a paisagem consistem nas pinturas das cavernas encontradas na França e na Espanha. Desse modo, eles:

mencionam as pinturas rupestres da França (*Lascaux*) e norte da Espanha, como as primeiras concepções conscientes do ser humano, a respeito de paisagem. As pinturas datam do período entre 30 mil e 10 mil anos a. C., e são os registros mais antigos que se conhece da observação humana sobre a paisagem (MAXIMIANO, 2004, p. 84, *apud* JELLYCOE Y JELLYCOE, 1995).

A paisagem carrega consigo as marcas e o testemunho dos aspectos naturais e culturais, que se sucederam e lhe afetaram, ao longo dos anos. E, sobremaneira, das marcas deixadas pelo próprio homem, na sua ocupação e uso do espaço, bem como na demarcação da extensão de suas ações no mesmo, delimitando territórios. Compreendê-la, pois, em suas raízes mais remotas é imprescindível para entender-se a sua atual configuração, a qual se expressa na interação entre os componentes abióticos, bióticos, o homem e a própria sociedade.

O conceito de paisagem, pois, foi sendo paulatinamente constituído. Em diferentes épocas ele foi influenciado pela filosofia, política, religião, ciência, etc. Porém, “entre os geógrafos há um consenso de que a paisagem, embora tenha sido estudada sob ênfases diferenciadas, resulta da relação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos” (MAXIMIANO, 2004, p. 87). Ou seja, quando se fala sobre a paisagem precisa-se considerá-la em seu aspecto natural, mas também levando em consideração o elemento humano ali atuante.

Ao longo da história algumas escolas geográficas foram extremamente importantes no estudo da paisagem. Enquanto que a escola alemã enfocou o naturalismo de Alexandre Von Humboldt, a escola francesa elaborou arcabouço teórico fundamentada na categoria de região, levando em conta os aspectos culturais produzidos no espaço. O conteúdo cultural da paisagem exprime a vivência humana em determinada área (SAUER, 1925 *apud* CORRÊA; ROSENDAHL, 1998). Ambas escolas influenciaram a produção brasileira sobre o tema.

O pioneiro das concepções sobre a paisagem, do ponto de vista científico, foi o alemão Alexandre Von Humboldt, no século XIX. Para alguns autores, Humboldt:

estudou a Paisagem em relação à vegetação, considerada por ele como o dado mais significativo para caracterizar um aspecto espacial. As diferenciações paisagísticas que ele observava deveriam permitir entender as leis que regem a fisionomia do conjunto da natureza, pela aplicação de um método às vezes explicativo e comparativo (MOURA; SIMÕES, 2010, p. 180).

Seguindo a escola alemã, no final do século XIX, F. Ratzel, racionalista e positivista ambiental, elaborou sua reflexão destacando as causas que atuam na natureza. Isso resultou no surgimento da corrente denominada de *Landchaftskunde*, isto é, uma espécie de ciência da paisagem vislumbrada sob a ótica territorial. No século seguinte, Ferdinand Von Richtofen enfatizou sobre as intersecções das diferentes esferas (biosfera, atmosfera, hidrosfera e biosfera) na superfície terrestre. Em 1920, Sigrifid Passarge publicou o primeiro livro sobre a paisagem, intitulado “*Grundlagen der Landchaftskunde*”. Nessa linha de pensamento, Alfred Hettner apontou para a importância de desenvolver uma metodologia que inclua o homem no sistema, tendo em vista uma globalidade da paisagem (MOURA; SIMÕES, 2010).

Carl Troll, por sua vez, acrescentou a paisagem os estudos ecológicos de sua época.

Ele definiu ecótopo como a extensão do conceito de biótopo à totalidade dos abióticos, elementos geográficos, em especial os desenhando, dessa maneira, o futuro conceito de Geossistema. Definiu também a Ecologia da Paisagem que, posteriormente, denominou Geoecologia (Idem, Ibidem, p. 181).

J. Schmithusen destacou que o funcionamento do sistema tem sua origem nas relações funcionais, as quais caracterizam-se por serem atuais. Os elementos refletiriam a dinâmica e funcionamento do mesmo no passado. Outro cientista, Schuluter, destaca a visão fisionômica da paisagem, como primeira aproximação da mesma, mediante a percepção adquirida pelo sentido da visão. Por fim, E. Neef e G. Haase, ressaltam a troca de matéria, energia e informação estabelecida entre o ser humano e o meio ambiente (MOURA E SIMÕES, 2010).

A escola inglesa, por sua vez, caracterizou-se pela pragmaticidade do conceito de paisagem. Ela seria definida pela similitude entre os ecossistemas locais e os usos da terra, os quais constituiriam o denominado mosaico. A paisagem seria definida pelo conjunto integrado e repetido de elementos espaciais, os quais poderiam ser estabelecidos mediante escalas maiores

ou menores (FORMAN, 1995). Aqui se enquadra Smuts, que se utiliza da teoria do holismo para estabelecer uma concepção integrada da paisagem. E, Bertalanffy, que elabora o conceito de Sistema Geral, dando base para todos os sistemas existentes (MOURA E SIMÕES, 2010).

Seguindo essa linha pragmática, mas dotada de relevante peculiaridade, tem-se a escola russa, com a abordagem da *Landschaftovedenie*, a qual destacou-se pela utilização do conceito de paisagem para fins de gestão territorial. Para tanto, eles desenvolveram o conceito de geossistema, que consistiria em classes hierarquizadas do meio natural, as quais poderiam ser expressas em três escalas de grandeza: planetária, regional e topológica. Desse modo, a estrutura do geossistema poderia ser tipificado de dois modos: os homogêneos (ou geômeros) e os diferenciados (ou geócoros) (SOTCHAVA, 1978).

A Teoria do Geossistema consistiu em “[...] aplicar a Teoria Geral de Sistemas ao estudo das paisagens naturais, sejam elas modificadas ou não pela ação do homem. Essa teoria foi proposta por Viktor Borisovich Sotchava” (MOURA; SIMÕES, 2010, p. 181). Sotchava (1978) estabelece a diferença entre paisagem, meio e natureza. Para ele, o meio é onde o homem vive e é definido por ele. A natureza, por sua vez, é aquilo que não tem nenhuma relação com o homem. Por fim, a paisagem engloba tudo isso.

Para o geógrafo francês Bertrand, por sua utilização vaga, subjetiva e desprovida de critérios, o conceito de paisagem seria “[...] um termo pouco usado e impreciso” (BERTRAND, 1971, p. 1). Segundo seu entendimento a paisagem seria considerada em sua totalidade, isto é, na sua dinamicidade provocada pela atuação humana no meio natural. Isto resulta em imprevisibilidade e instabilidade do ambiente. Daí decorrem as diferentes abordagens desenvolvidas acerca dessa temática, as quais vão diversificar a reflexão, conforme os métodos, as análises e classificações estabelecidos.

Em 1990, Bertrand propôs o GTP (geossistema, território e paisagem) para “integrar a totalidade da interface natureza-sociedade e de revelar sua diversidade” (BERTRAND, 2007, p. 90). De acordo com o cientista francês, a paisagem possibilitava dois tipos de diálogos, quais sejam: a paisagem enquanto natureza-sujeito, com predominância para as discussões culturais, e a paisagem enquanto natureza-objeto, com ênfase para o natural.

Nesse sentido, a paisagem seria a relação estabelecida entre o sujeito e o objeto:

a paisagem deve ser recolocada no coração da sociedade, lá onde a cultura e a sensibilidade vêm interferir com as questões socioeconômicas e ecológicas, muito especialmente aquelas que relevam da gestão do meio ambiente e da transformação dos territórios (BERTRAND, 2007, p. 266).

Filiada na escola francesa, sobretudo nos trabalhos de Tricart, desenvolveu-se a escola brasileira. Com o passar do tempo, outros estudos nacionais foram sendo elaborados.

Durante anos, o trabalho de Aroldo de Azevedo sobre a compartimentação do relevo, elaborado em 1940, constituiu-se referência para a abordagem da paisagem (MOURA E SIMÕES, 2010). Posteriormente, em 1969, Aziz Ab'Saber desenvolveu os domínios morfoclimáticos brasileiros, levando em consideração a “[...] relação cobertura vegetal, tipo de clima e modelado predominante do relevo” (ROSS, 1985, p. 27).

Em 1985, Ross apresentou uma nova classificação do relevo brasileiro, composta por unidades de planaltos, de planícies e de depressões. Nessa tipificação encontram-se 28 (vinte e oito) macro unidades geomorfológicas. Atualmente, tem-se sofrido a influência da escola anglo-saxônica, mediante a produção de estudos integrados sobre a paisagem, os quais utilizam-se do método do ZEE (zoneamento ecológico-econômico).

O conceito de paisagem foi muito utilizado na geografia ao longo dos séculos. Entrementes, sua construção teórico-metodológica não está esgotada nem concluída. Cada escola abordada trouxe inovações, para sua época, acerca da compreensão e da aplicação concreta dessa categoria. Os estudos recentes apresentam-na com terminologias correlatas, quais sejam: meio ambiente, ambiente natural, unidade espacial, unidade visual, entre outros.

Geralmente ela é abordada evidenciando o elemento antrópico. Para fins de desenvolvimento desta pesquisa adotar-se-á tal abordagem acerca da paisagem.

A dimensão humana, em geral, é representada por um empreendimento ou evento pontual que afete diretamente o meio natural. Daí, fica a impressão de que a integração dos aspectos socioeconômico e cultural nos trabalhos sobre paisagem, e não só a soma de aspectos, conforme enunciado nos conceitos teóricos, é de difícil aplicação na prática (MAXIMIANO, 2004, p. 89).

A análise das imagens de satélite ou de mapas cartográficos apresentam elementos relevantes para a análise da paisagem, porém, pode-se conduzir para o reducionismo geográfico. Nessas situações, a paisagem é materialidade congelada e parcial do espaço geográfico. Sendo, portanto, sua manifestação (CASTILLO, 2002). Com isso, a paisagem seria uma parcela concreta abstraída da totalidade do espaço geográfico.

Dessa maneira, a análise integrada dos elementos quantitativos e qualitativos possibilitam uma compreensão mais alargada da ação antrópica no meio-ambiente. Assim sendo, “o Geossistema e o Ecossistema são conceitos, sobretudo de caráter quantitativo, de forma que o qualitativo surge através das práticas e valores dos diversos grupos sociais, responsáveis pelo processo de transformação da paisagem” (MOURA; SIMÕES, 2010, p. 184).

A abordagem categórica da paisagem não se desvencilha integralmente da sua relação e integração com a dimensão humana. Hodiernamente a sustentabilidade do meio natural tem sido uma preocupação constante da maioria dos estudiosos da natureza, pois as práticas adotadas pelo homem, sobretudo em ambientes de uso sustentável, tem comprometido a

preservação dos recursos naturais, a exemplo da APA Litoral Sul em Estância. Isso é notoriamente atestado pela apresentação da própria paisagem. A sua configuração visível fala de modo imediato acerca das consequências do uso desordenado e frenético do espaço social e dos recursos naturais.

O Quadro 2 apresenta uma síntese dos principais autores que embasaram a composição textual da categoria paisagem desse estudo, enfatizando-se a concepção adotada pelo mesmo.

Quadro 2 – Síntese dos principais autores utilizados sobre a categoria paisagem.

<b>AUTOR/ ESCOLA/ PESQUISA</b>	<b>CONCEPÇÃO DE PAISAGEM</b>
MAXIMIANO (2004)	- Aspecto natural e elemento humano.
ALEMÃ	- Naturalismo de Alexandre Von Humboldt.
FRANCESA	- Região: aspectos culturais; - BERTRAND (1990): GTP (Geossistema, Território e Paisagem); - Diálogos: 1) natureza-sujeito: cultural; 2) natureza-objeto: natural.
BRASILEIRA	- AROLDO DE AZEVEDO (1940): compartimentação do relevo; - AZIZ AB'SABER (1969): domínios morfoclimáticos brasileiros; - ROSS (1985): planaltos, planícies e depressões.
INGLESA	- Similitude entre os ecossistemas locais e os usos da terra (mosaico); - SMUTS: concepção integrada da paisagem. - BERTALANFY: conceito de Sistema Geral.
RUSSA	- Paisagem para fins de gestão territorial; - Geossistema: homogêneos (geômeros) e diferenciados (geócoros). - SOTCHAVA (1978): meio, natureza e paisagem.
OLIVEIRA (2020)	- A paisagem é o espelho natural da história; - A dimensão humana é representada por um empreendimento ou evento pontual que afete diretamente o meio natural; - Análise integrada dos elementos quantitativos e qualitativos.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

O ambiente natural costeiro não foge a essa prerrogativa, ao contrário, é um dos espaços mais procurados e transformados pelas ações antrópicas. Nele afloram conflitos socioambientais das mais distintas espécies e motivados pelos mais diferentes interesses, tais quais os encontrados na APA estanciana. Por isso, esse estudo aborda a paisagem tendo como paradigma a dimensão humana, a qual é representada por um empreendimento ou evento pontual que afete diretamente o meio natural.

Assim sendo, a paisagem se apresenta como elemento visível da tensão resultante entre conservação e degradação ambientais vigentes. Afinal, ela reflete a imagem dos condicionamentos naturais, humanos e culturais que se desencadearam e continuam transformando-a ao longo da história. Nela se evidencia as tensões entre diferentes atores e grupos sociais. Tais disputas ilustram a imposição de interesses dominantes, como veremos a seguir.

### 1.3 Conflitos socioambientais: imposição de interesses dominantes

As relações entre o homem e a natureza se confundem com a origem das espécies. Os conflitos socioambientais têm suas raízes mais remotas nessas relações, e perpassa pelos principais períodos históricos, nos quais acontece a imposição de interesses que dominam e sobrepõe-se em relação aos demais. Desde o neolítico, há cerca de 10 mil anos a. C., o hominídeo, na luta pela sobrevivência, estabeleceu uma relação de dominação, controle e uso dos recursos encontrados na natureza.

A fixação do hominídeo em determinado território, e a conseguinte aglomeração dos mesmos em pequenas tribos até o surgimento das primeiras cidades, na Mesopotâmia, possibilitou a intensificação das relações entre o homem e a natureza e entre si mesmos. Por conseguinte, paulatinamente foram surgindo os conflitos. Porém, até então não havia a necessidade de criação de mecanismos de enfrentamento dos mesmos.

Aos poucos, foram surgindo as noções de lei, os tribunais com seus juizes ou espaços específicos de enfrentamento institucional de conflitos entre membros de uma mesma comunidade. Os primeiros sinais destes mecanismos fizeram-se presentes na região do Eufrates e do Nilo, na constituição dos grandes Estados da Antiguidade Oriental (NASCIMENTO *apud* BURSZTYN, 2001, p. 47).

Na Antiguidade o uso ao recurso da força e da violência eram recorrentes para a resolução dos conflitos. Os gregos e romanos foram extremamente importantes no que condiz ao desenvolvimento de instrumentos para a apaziguação dos desentendimentos. A criação do direito e das leis são exemplos dessa iniciativa. Geralmente os romanos recorriam à força para subjugar e dominar os povos externos (NASCIMENTO *apud* BURSZTYN, 2001).

Esse processo de surgimento de novas cidades foi crescendo ao longo dos séculos e ganhou novo impulso com o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII. O marco dessa Revolução se deu com a criação das máquinas a vapor, em 1784, na chamada 1ª Revolução Industrial, transformando o modo de produção do sistema feudal manufaturado em modo de produção capitalista industrializado.

Outras fases se sucederam, evidenciando o surgimento de novas tecnologias, tendo em vista o aumento da produção industrial. Em 1870 ocorreu o surgimento da energia elétrica, favorecendo o aumento da produção. Isto caracterizou a 2ª Revolução Industrial. A 3ª Revolução se deu, na década de 1970, mediante a criação da eletrônica e da automação. Atualmente vive-se a 4ª Revolução com os sistemas *ciber* físicos e com as novas tecnologias (HOBSBAWM, 2011).

Tudo isso fez com que as pessoas migrassem do mundo rural para os centros urbanos. No século XVIII, quando do início da Revolução das Indústrias, cerca de 3% da população mundial habitavam nos centros urbanos. No século XIX esse percentual progrediu para a margem de 15%. E, na primeira década do século XXI, pela primeira vez na história, a humanidade se tornou majoritariamente urbana (HOBSBAWM, 2011).

Esse processo contribuiu não só para o aparecimento, mas sobretudo, para a ampliação dos conflitos socioambientais. Alguns autores defendem que os conflitos estão presentes em qualquer sistema ou grupo social, pois em nenhuma sociedade a harmonia ou o equilíbrio foram predominantes. Os conflitos podem contribuir para manutenção, desenvolvimento, mudança e/ou estabilidade geral de entidades sociais (THIBES, 2014).

Entrementes, eles não se restringem ao universo urbano, pois estão presentes em ambas realidades. Nos centros urbanos, no entanto, eles ganharam nova dinamicidade e extensão. Afinal, eles modificam-se contínua e rapidamente, principalmente impelidos pelos processos de urbanização, que decorre da industrialização, e das intensas transformações promovidas pela globalização.

Diante disso, um elemento se impõe como *conditio sine qua non* para a existência dos conflitos: o homem em relação. Quando o homem se relaciona com o meio ambiente e com os seus semelhantes, e quando os interesses e as vontades se evidenciam nessas relações, aparecem divergências de visões de mundo e de *modus vivendi*, eclodindo os mais distintos conflitos. O conflito é sempre formado de um lado positivo e de outro negativo, porém, ambos estão associados, sendo possível apenas separá-los conceitualmente, mas nunca empiricamente (SIMMEL, 1983).

Ademais, não dá para falar em conflitos sem acenar os mecanismos criados para saná-los. Os mecanismos mais eficientes de resolução de conflitos começaram a surgir na modernidade, os quais estavam relacionados às atividades mercantis.

Foi na sociedade moderna, gestada sobretudo nas entranhas dos séculos XVIII e XIX, no processo de separação e constituição de espaços específicos, como o da política, que os homens criaram mecanismos eficientes de resolução de conflitos, sem que fosse necessário a submissão ou a separação. Mecanismos que, embora não dispensassem a força, desta prescindiam constantemente (NASCIMENTO *apud* BURSZTYN, 2001, p. 48).

O interesse pelo estudo e aprofundamento do entendimento desses fenômenos paulatinamente adquiriu importância. Como resultado dos estudos sobre os conflitos, ao longo dos séculos, surgiu vasta literatura acerca dessa temática. Em decorrência da variedade de áreas de apreciação, e dado a amplitude de sua abrangência, os conflitos socioambientais possuem



uma abertura peculiar para a interdisciplinaridade. Recentemente esse tema tem ganhado destaque nas áreas da Sociologia e da Economia Política.

Nessa linha de apreciação, Lipset (1985) distinguiu duas escolas diametralmente opostas: as de conflito (de raízes marxistas) e as de consenso (fundadas no funcionalismo durkheimiano). De acordo com a escola de conflitos, os conflitos resultam das relações econômicas promovidas pela produção capitalista. As de consenso, por seu turno, pontua a origem dos mesmos na natureza humana. Dessa forma, é possível superá-los trabalhando suas relações.

A nossa modernidade nasce sob a regência de um duplo conflito estrutural. [...] O capitalismo, sistema econômico vocacionado ao internacional, nasce e se desenvolve sob a regência de um instrumento antimundial, o Estado-nação. O segundo conflito estrutural antagoniza o espaço econômico da desigualdade com o espaço político da igualdade. Se o mercado é o nascedouro legítimo de nossas desigualdades modernas, o espaço da política nos faz iguais. [...] Essa dupla tensão (nacional  $\times$  mundial e igualdade  $\times$  desigualdade) constitui, desde o seu nascedouro, a nossa modernidade ocidental. E condiciona, conseqüentemente, a natureza dos conflitos que tecem nossa evolução recente (NASCIMENTO *apud* BURSZTYN, 2001, p. 49).

As escolas de conflitos, com sua tônica marxista, influenciaram o pensamento no Brasil até o fim da segunda metade do século passado, quando ganhou expressividade a atuação das escolas de consenso. O discurso político e empresarial capitalista acentuam que a destruição ambiental ameaça a reprodução do próprio capital. Entrementes, outros valores foram agregados a questão ambiental. Assim, diferentemente das sociedades antigas, o *modus operandi* das sociedades modernas e pós-modernas caracteriza-se pela abordagem interior dos conflitos.

Sem exterioridade, os conflitos na sociedade moderna tendem a ser, sobretudo, internos, ao inverso das sociedades pretéritas. [...] Sem exterior, os conflitos, de qualquer natureza que seja, têm de ser resolvidos pela própria sociedade, que cria e recria, permanentemente, mecanismos e espaços institucionalizados de resolução. O primeiro deles é a “invenção democrática” [...] (Idem, *Ibidem*, p. 49).

A invenção democrática do desenvolvimento sustentável nunca foi tão difundida e defendida. É um caminho viável para usufruir-se dos recursos da natureza sem, com isso, levá-los a extinção. Essa preocupação é cada vez mais realidade frente ao esgotamento dos mesmos no planeta. Alguns estudiosos defendem que atualmente a humanidade consome mais do que a natureza seja capaz de repor. Nesse ritmo compromete-se, não somente a conservação dos recursos naturais, mas sobretudo a manutenção da própria vida humana.

Existem, pois duas suposições fundamentais na promoção do desenvolvimento sustentável: a de que é economicamente racional e eficiente aderir ao mesmo, e a segunda de que é uma atitude humana racional subscrever à sustentabilidade pois a ausência de sustentabilidade coloca em risco a reprodução da vida humana (BARBANTI JÚNIOR, 2010, p. 3).

Ambas concepções intentam despertar atitudes ecologicamente racionais em prol da sustentabilidade, seja por razões econômicas, seja por valores morais acerca do cuidado com o meio ambiente. Alhures, elas não são exclusivas e tampouco não complementares. Outras concepções apresentam seu entendimento a respeito. Têm-se, pois, a imprescindibilidade de ressaltar a proeminência na ênfase pelo discurso da sustentabilidade.

De acordo com o entendimento de Acselrad (2004), o conflito socioambiental se evidencia mediante disputa travada por diferentes grupos por uma mesma base material, isto é, pela utilização de um mesmo bem. Tal embate impossibilita que o grupo “derrotado” tenha acesso ao recurso ambiental “disputado”. Por outro lado, os conflitos também podem se originar da disputa por bases empíricas distintas, porém conectadas e interdependentes aos seus respectivos ecossistemas.

Os conflitos constituem-se como processos dinâmicos, cuja transformação pode acontecer em diferentes tempos, os quais podem levar bastante tempo até sua manifestação. Por outro lado, também podem eclodir subitamente e até mesmo de forma violenta. A escalada dos conflitos caracteriza-se pela complexidade e imprevisibilidade. As novidades sempre podem surgir, tais como disputas internas, alteração de táticas e mudança de metas (RAMSBOTHAM; WOODHOUSE; MIAL, 2011).

Ainda segundo Acselrad (2004), diante dos conflitos socioambientais é possível identificarmos quatro dimensões, as quais caracterizam-no. Elas refletem a dinamicidade dos mesmos, quais sejam: 1) a apropriação simbólica; 2) a apropriação material; 3) a durabilidade de sua existência estrutural; e 4) a interatividade das distintas práticas sociais. Essas quatro dimensões estão conectadas umas às outras e repercutem, cada qual a seu modo, nos grupos sociais onde existem.

Assim sendo, os conflitos ambientais podem ser definidos como sendo:

aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo o conflito origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas que praticam prejudicadas ou ameaçadas pelos impactos indesejáveis decorrentes das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p.18).

Os recursos naturais geralmente não podem ser definidos como sendo propriedade particular de um indivíduo. Por sua própria condição, eles dizem respeito aos interesses da coletividade. Eles são bens difusos, ou seja, pertencentes a todos. Por isso, carecem da intervenção das autoridades competentes para dirimir tais conflitos (PLATIAU *apud* THEODORO, 2005).

Dessa maneira, faz-se necessário entender a interrelação que existe entre as diferentes práticas exercidas pelo uso dos recursos naturais, a fim de não estimular os conflitos

socioambientais. Esse entendimento proporcionará uma real apreensão das circunstâncias factuais e substanciais dos conflitos.

Esta competição entre diferentes práticas e interesses acaba estimulando os conflitos pelo uso dos recursos, permitindo-se compreender como estes estão ligados, de que forma ocorre o acesso aos recursos e as diferentes disputas (água, espaços protegidos ou não), a organização (implantação de unidades de produção, loteamentos, infraestrutura de transporte, parques turísticos), a poluição (água e ar) e aos danos (sonoros em particular). (COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2005, p. 11)

Esta pesquisa se funda na concepção de Little (2001) segundo a qual o conflito determinado como socioambiental surge quando o cerne do conflito gira em torno das interações ecológicas. Essa definição remete à presença de múltiplos grupos sociais em interação entre si e em interação com seu meio biofísico.

Podemos definir os conflitos socioambientais como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos (LITTLE, 2001, p.107).

O Conflito Socioambiental nessa perspectiva se evidencia em dois mundos, o natural e o humano, os quais interagem entre si, constituindo uma dinâmica relacional, porém interdependente. A presença de diferentes grupos sociais comunica a expressão de diversos interesses, os quais, em convergência relacional por vezes se tencionam e divergem, eclodindo os Conflitos Socioambientais.

A ação do homem no meio natural nunca foi tão fortemente sentida. Isso faz parte do dia-a-dia da sociedade, e coloca o cidadão diante de responsabilidades e riscos. Alguns autores denomina-a como sendo a “sociedade de risco”. Assim sendo, “os indivíduos assumem as responsabilidades e os riscos ao viverem e usufruírem os resultados da industrialização a partir do momento que aceitam viver em uma determinada forma de sociedade contemporânea” (NETO, 2008, p. 6).

Ao longo da história o ser humano demonstrou não preocupar-se com a interferência de seu *modus vivendi* na natureza. Como se suas ações não afetassem diretamente o meio natural. Por isso, agiu de modo soberbo em relação a ele, ou seja, agiu como aquele que dominava, sem tomar cuidado com as consequências desse comportamento. Hodiernamente percebe-se o quanto ele estava errado.

Suas ações repercutem diretamente na dinâmica e no equilíbrio do meio natural. De modo que suas interferências e as consequências destas extrapolam os limites da escala local e regional, alcançando limites planetários e de alta complexidade. Assim sendo, “a temática dos conflitos socioambientais, então, representa um campo de estudo e, ao mesmo tempo, um

campo de ação política” (LITTLE, 2001, p. 108). A gestão ambiental pública é, na sua essência, uma gestão de conflitos (IBAMA, 2006 *apud* NASCIMENTO, 2010).

Tendo em pauta o entendimento do conflito socioambiental, busca-se por meio deste, identificá-lo e tipificá-lo segundo a classificação de Little (2001), a qual evidencia-se em três grupos de conflitos socioambientais: em torno do controle sobre os recursos naturais; em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

Essa tipificação trata-se de uma ferramenta heurística, isto é, capaz de fazer descobertas, identificar, classificar. Porém, ela precisa ser utilizada com flexibilidade, dado a dinamicidade e variabilidade dos conflitos socioambientais em diferentes ambientes e escalas possíveis. Sua finalidade é fornecer elementos de identificação e análise dos conflitos socioambientais, tendo em vista ações que possibilitem sua resolução. Esse esquema analítico não pretende solucionar os problemas, pois são muitas as variáveis. Ele busca apresentar os elementos chaves tendo em vista a promoção de uma melhor tomada de decisão (NASCIMENTO, 2010).

No entendimento de Drummond *apud* Bursztyn (2001), as soluções podem ser resultado de diferentes investidas, pelos mais distintos atores sociais. Esse entendimento sugere soluções que emanem, além daquelas emitidas pela via governamental, inclusive admitindo a possibilidade de mecanismos econômicos de gestão. Admite-se, desse modo, uma visão desenvolvimentista do meio ambiente.

Em situações complexas ou emergenciais de degradação ambiental, pode parecer, portanto, que a única solução possível é a restrição às atividades poluidoras por via da autoridade governamental – executiva, legislativa ou judiciária. Às vezes, no entanto, é possível combinar mecanismos de autoridade ou de comando e controle – leis e regulamentos que vigiam, proíbem, limitam e punem – com mecanismos de mercado ou instrumentos econômicos – soluções espontâneas ou incentivadas, ou que geram benefícios privados para alguém (DRUMMOND *apud* BURSZTYN, 2001, p. 139).

Esta pesquisa adota a concepção de conflitos socioambientais como decorrentes da imposição de interesses dominantes nas interações ecológicas. No convívio social e nas interações da sociedade com o meio ambiente trava-se embates entre os mais distintos interesses e vontades. Uns subjugam-se a outros. O viés econômico, por vezes, exerce influência preponderante sobre os mesmos.

A modernidade representa uma maior complexificação social, mas, sobretudo, o nascimento de novos grupos fundamentais, as classes sociais detentoras do capital e as da força de trabalho, que se digladiam nos campos econômico, político e social. Interesses divergentes, portanto, quanto à apropriação das riquezas produzidas, ao reconhecimento social e à detenção de poder (NASCIMENTO *apud* BURSZTYN, 2001, p. 50).

Essa pesquisa também encontra seu fundamento na concepção de conflitos de George Simmel, segundo a qual os mesmos são promotores de coesão social, e não o contrário. Em outras palavras, o conflito possibilita que duas ou mais posições conflitantes possam ser harmonizadas em uma posição em comum (ou seja, coesão social), no caso de solução do mesmo. A sua finalidade consiste, pois, em solucionar dualismos divergentes. Com isso, a sociedade se edifica e constrói através dos conflitos que surgem no seu bojo.

Eles não são apenas presentes mas indispensáveis, desempenhando o importante papel de “solucionar dualismos divergentes”. Em suas palavras: “O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”. Os conflitos, portanto, são meios pelos quais os atores sociais dirimem suas divergências, interesses antagônicos ou pontos de vista conflitantes, possibilitando que a sociedade alcance uma certa unidade. Os conflitos são fatores de coesão social, e não de distúrbio (Idem, Ibidem, p. 51).

A legislação ambiental exerce um papel fundamental na garantia dos direitos e no cumprimento dos deveres relacionados ao meio ambiente, possibilitando a pacificação de interesses divergentes e conflitantes. O objetivo da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) consiste em possibilitar a conservação dos ambientes naturais e disciplinar o uso sustentável dos recursos disponíveis na natureza. A legislação ambiental nasce justamente para garantir que os conflitos socioambientais possam ser resolvidos de forma pacífica, respeitando o direito líquido e certo de cada cidadão, sem descuidar da preservação do bem natural.

## 1.4 Unidades de Conservação: natureza e finalidade jurídicas

Para compreender-se a natureza e finalidade jurídicas das Unidades de Conservação é imprescindível recorrer-se à redação constitucional. O interesse pela temática ambiental ganhou destaque normativo para o Brasil a partir desse momento. O redator da Carta Magna brasileira, quando da edição da Constituição Federal de 1988, dedicou o Capítulo VI, no Título VIII, denominado Ordem Social, à temática do meio ambiente. Isto é, foi um dos temas relevantes escolhidos para ser normatizado e, desse modo, conferiu ao meio ambiente um *status* constitucional. Isso foi crucial para que instrumentos de fiscalização pudessem ser implementados para fins de proteção ao meio ambiente.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu art. 225, assegura para todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, segundo os ditames do desenvolvimento sustentável:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CRFB, 1988, art. 225)

Esse é o princípio que norteou as leis infraconstitucionais que surgiram posteriormente. Desse modo, tendo em vista orientar a utilização racional dos recursos da zona costeira brasileira, foi editada, em 16 de maio de 1988, a Lei Federal nº 7.661, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro no Brasil, cuja finalidade consiste em: “[...] orientar a utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural” (PNGC, 1988, art. 2º).

Ademais, essa legislação define a Zona Costeira como sendo: “[...] o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definida pelo Plano” (Idem, Ibidem, art. 1º, § único). Entre suas responsabilidades, deverá prever o zoneamento dos usos estabelecidos na Zona Costeira, além de conservar e proteger os seguintes bens:

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas; II - sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente; III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico (Idem, Ibidem, art. 3º, incisos I, II e III).

O PNGC veio integrar-se à Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), prevista na Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e à Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM), por força do Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005. Dessa forma, mediante a promulgação do PNMA foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e foi instituído o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (PNMA, 1981, art. 1º).

Ademais, conforme disposto no art. 2º da lei nº 6.938/1981, a Política Nacional do Meio Ambiente tem como objetivo “[...] a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”.

Os princípios norteadores dessa finalidade seguem a previsão legal do art. 2º, incisos de I a X da mesma lei, e consistem em:

- a) manter o equilíbrio ecológico, pois o meio ambiente é um patrimônio público a ser protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- b) racionalizar o uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- c) planejar e fiscalizar o uso dos recursos ambientais;
- d) proteger os ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- e) controlar e zonear as atividades potenciais ou efetivamente poluidoras;
- f) incentivar o estudo e a pesquisa de tecnologias para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
- g) acompanhar o estado da qualidade ambiental;
- h) recuperar as áreas degradadas;
- i) proteger as áreas ameaçadas de degradação;
- j) promover a educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a da comunidade.

Além disso, a PNMA introduziu uma gama de definições preliminares, tais como a de meio ambiente, a de degradação da qualidade ambiental, a de poluição, a de poluidor e a de recursos ambientais. De acordo com o art. 4º, incisos de I a VII da PNMA, seus objetivos fundamentais incidem em:

- a) compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
- b) definir as áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico;

c) estabelecer critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

d) desenvolver pesquisas e tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

e) difundir tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

f) preservar e restaurar os recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente;

g) impor, ao poluidor e ao predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Outrossim, o Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005, criou a Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM), cuja finalidade subsiste em:

[...] orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País, gerando emprego e renda e contribuindo para a inserção social (PNRM, 2005, anexo).

O PNRM traz importante contribuição sobre o conceito de recursos do mar, o qual consiste numa definição abrangente, basilar para compreender a relevância da zona costeira, pois corresponde aos recursos vivos e não-vivos que existem nas águas do mar e seu subsolo, bem como nas áreas costeiras próximas. Eles possuem importante aproveitamento sustentável nos aspectos econômicos, sociais e ecológicos.

Os recursos vivos do mar são os recursos pesqueiros e a diversidade biológica, incluindo os recursos genéticos ou qualquer outro componente da biota marinha de utilidade biotecnológica ou de valor para a humanidade. Os recursos não-vivos do mar compreendem os recursos minerais existentes nas águas sobrejacentes ao leito do mar, no leito do mar e seu subsolo, e os recursos energéticos advindos dos ventos, marés, ondas, correntes e gradientes de temperatura (Idem, Ibidem, anexo).

Apenas 12 (doze) anos após a promulgação da Carta Magna é que foi instituída a lei de nº 9.985/2000, unificando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Com essa legislação estabeleceu-se “[...] critérios e normas para a criação, implantação e gestão da unidades de conservação” (SNUC, 2000, artº 1).

A nova lei representou um grande avanço pois: 1) unificou o arcabouço jurídico referente às modalidades de UCs existentes no Brasil, anteriormente dispersas em várias outras leis, como o Código Florestal, o Código de Fauna e o artigo 18 da Lei que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente; e 2) divide as modalidades existentes em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável (FERREIRA, 2001, p. 10).



No art. 2º, inciso I do SNUC apresenta-se a definição de UC, a qual consiste no espaço do território que integra seus recursos ambientais e águas jurisdicionais, e que possuem características naturais importantes. Seus limites são definidos pelo Poder Público e possuem a garantia de conservação e proteção do regime especial da administração. Para tanto, faz-se necessário o Plano de Manejo, o qual corresponde ao:

documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Idem, Ibidem, art. 2º, inciso XVII).

Ademais, de acordo com o art. 4º, incisos de I a XIII, o SNUC possui como objetivos fundamentais:

- a) contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- b) proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- c) contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- d) promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- e) promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- f) proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- g) proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- h) proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- i) recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- j) proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- k) valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- l) favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- m) proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Na referida lei encontra-se, portanto, a definição de Unidade de Conservação e as diretrizes para a sua criação. Desse modo, a unidade de conservação é o:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Idem, Ibidem, art. 2º, inciso I).

De acordo com o nível de restrição das atividades humanas no meio natural, as Unidades de Conservação são classificadas em dois tipos, conforme entendimento do art. 7º da Lei do SNUC, a saber: a) as Unidades de Proteção Integral, cujo rigor no controle das ações humanas é mais severo, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais; b) as Unidades de Uso Sustentável, que visa o equilíbrio entre a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, sendo mais branda na intervenção humana.

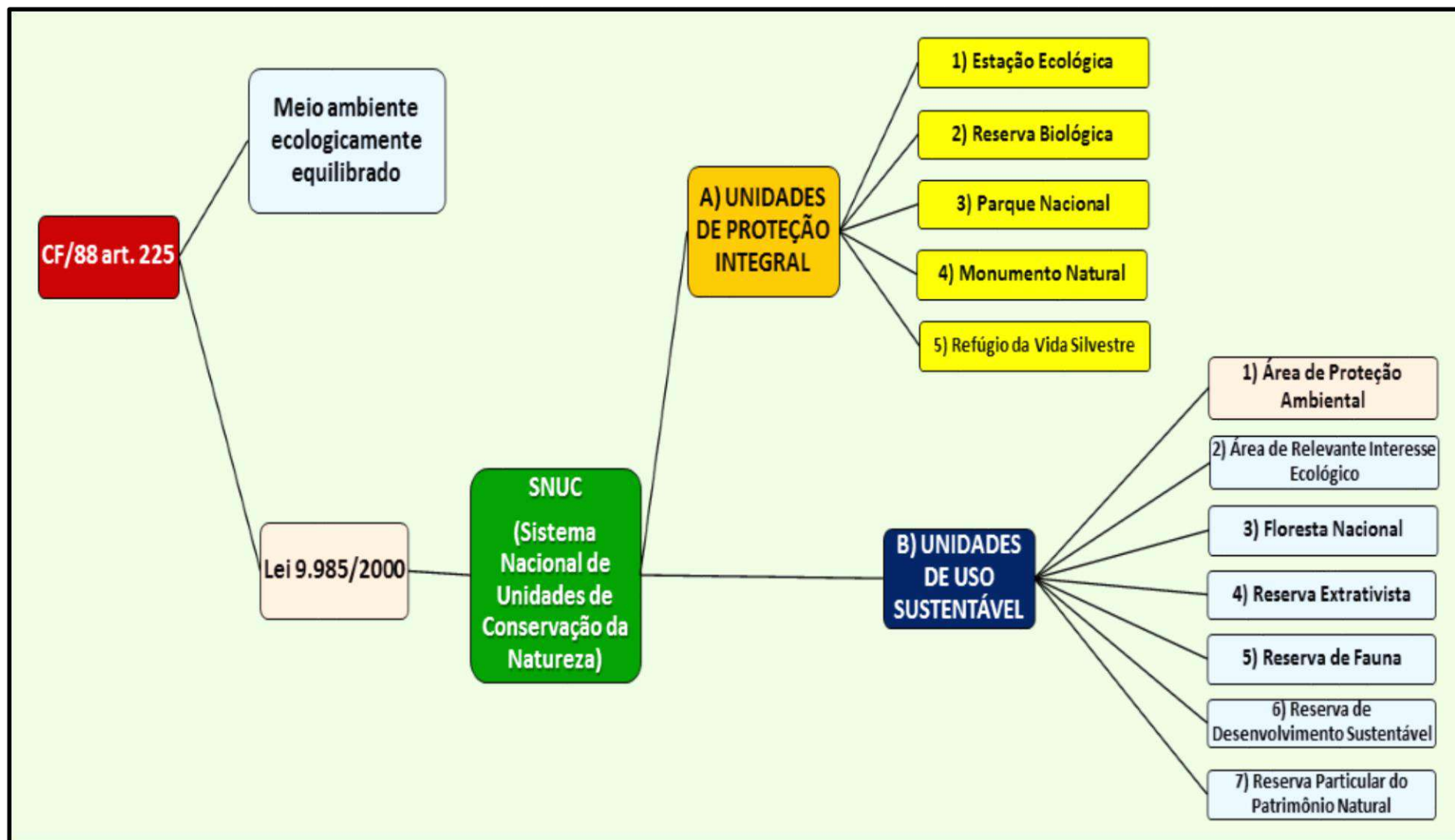
Com isso, no primeiro agrupamento encontram-se os seguintes tipos de Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. No segundo grupo, por sua vez, tem-se as correspondentes UCs de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural. A Figura 1 apresenta, pois, uma síntese do desdobramento da legislação ambiental das Unidades de Conservação.

O Quadro 3 apresenta os principais tipos de Unidades que se enquadram nesses dois grupos e seu correspondente dispositivo legal. Além disso, destaca as principais características e objetivos de cada uma das espécies de Unidades de Conservação. É possível, pois, obter tais informações acerca da UC denominada APA, objeto principal desse estudo.

Dessa forma, ressalta-se que a UC denominada APA (Área de Proteção Ambiental) encontra seu dispositivo legal no art. 15 da Lei 9.985/2000, e constitui-se de uma das espécies de Unidades de Uso Sustentável. Ela caracteriza-se por ser constituída por uma área extensa. Também nela existe certo grau de ocupação humana.

Trata-se, pois, de uma extensa área constituída por vegetação e recursos naturais nativos, mas que foi historicamente ocupada. Assim, ela é dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes. Entre seus principais objetivos estão: proteger a diversidade biológica; disciplinar o processo de ocupação; e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Figura 1 – Síntese da legislação das Unidades de Conservação.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Quadro 3 - Unidades de Conservação

GRUPOS	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO/ DISPOSITIVO LEGAL	CARACTERÍSTICAS/ OBJETIVOS
<b>A) UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL</b>	<b>1) Estação ecológica (art. 9)</b>	- Preservação da natureza; - Realização de pesquisas científicas; - Mínima interferência humana
	<b>2) Reserva biológica (art. 10)</b>	- Preservação integral da biota; - Inexistência de interferência humana direta; - Medidas de recuperação dos ecossistemas alterados; - Ações de manejo necessárias.
	<b>3) Parque Nacional (art. 11)</b>	- Preservação de ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica; - Pesquisas científicas; - Atividades de educação, interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico.
	<b>4) Monumento Natural (art. 12)</b>	- Preservar sítios naturais raros, singulares ou de beleza cênica
	<b>5) Refúgio da Vida Silvestre (art. 13)</b>	- Proteger ambientes para reprodução para espécies ou comunidades da flora ou da fauna (residente ou migratória)
<b>B) UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL</b>	<b>1) Área de Proteção Ambiental (art. 15)</b>	- Área extensa; - Com certo grau de ocupação humana; - Dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes; - Proteger a diversidade biológica; - Disciplinar o processo de ocupação; - Assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
	<b>2) Área de Relevante Interesse Ecológico (art. 16)</b>	- Área de pequena extensão; - Pouca ou nenhuma ocupação humana; - Com características naturais extraordinárias; - Abriga exemplares raros da biota regional; - Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local; - Regular o uso admissível dessas áreas; - Conservação da natureza.
	<b>3) Floresta Nacional (art. 17)</b>	- Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas; - Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais; - Pesquisa científica; - Métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
	<b>4) Reserva Extrativista (art. 18)</b>	- Presença obrigatória de populações tradicionais (residentes na área desde a geração anterior); - Atividades econômica de extrativismo dentro da área; - Agricultura de subsistência; - Criação de animais de pequeno porte; - Proteger os meios de vida e a cultura de suas populações tradicionais; - Assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.
	<b>5) Reserva de Fauna (art. 19)</b>	- Área natural; - Populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas (residentes ou migratórias); - Adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável.
	<b>6) Reserva de Desenvolvimento Sustentável (art. 20)</b>	- Área natural; - Abriga populações tradicionais; - Sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais; - Desenvolvidos ao longo das gerações; - Adaptados às condições ecológicas locais; - Preservar a natureza; - Assegurar a reprodução e melhoria da qualidade de vida; - Valorizar, conservar e aperfeiçoar os conhecimentos e as técnicas de manejo.
	<b>7) Reserva Particular do Patrimônio Natural (art. 21)</b>	- Área de propriedade particular; - Gravada perpetuamente por Termo de Acordo; - Conservar a diversidade biológica.

Fonte: Lei 9.985/2000.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

De acordo com Silva; Souza (2010), entre as UCs a APA é uma das mais rentáveis para ser implantada e gerida se comparada a outras categorias existentes. A inexistência de desapropriação fundiária para as APAs fez com que esse tipo de UC se multiplicasse e se espalhasse pelo território nacional nos últimos anos. Entretanto, algumas razões fazem com que as mesmas sejam tidas como inoperantes por alguns estudiosos da temática:

O SNUC não prevê processo de desapropriação fundiária para as APAs, podendo ser constituídas de terras públicas ou privadas. Essa característica tem contribuído para a multiplicação dessas unidades ao longo dos últimos anos, tornando-os caros os custos com sua criação, gestão e implementação bem mais acessíveis se comparados com outras categorias. Todavia, também têm sido consideradas como inoperantes, por grande parte das literaturas, pois acabam não cumprindo as finalidades ecológicas pelas quais foram criadas devido a falta de planejamento no contexto de conservação ambiental (SILVA; SOUZA, 2010, p. 4).

Na Figura 2 visualiza-se todas as Unidades de Conservação criadas no Estado de Sergipe. Nele também pode-se ver a Área de Proteção Ambiental Litoral Sul, que abrange a correspondente faixa litorânea sergipana, e onde delimita-se o recorte objeto desse estudo, a APA Litoral Sul dentro dos limites territoriais do município de Estância/SE.

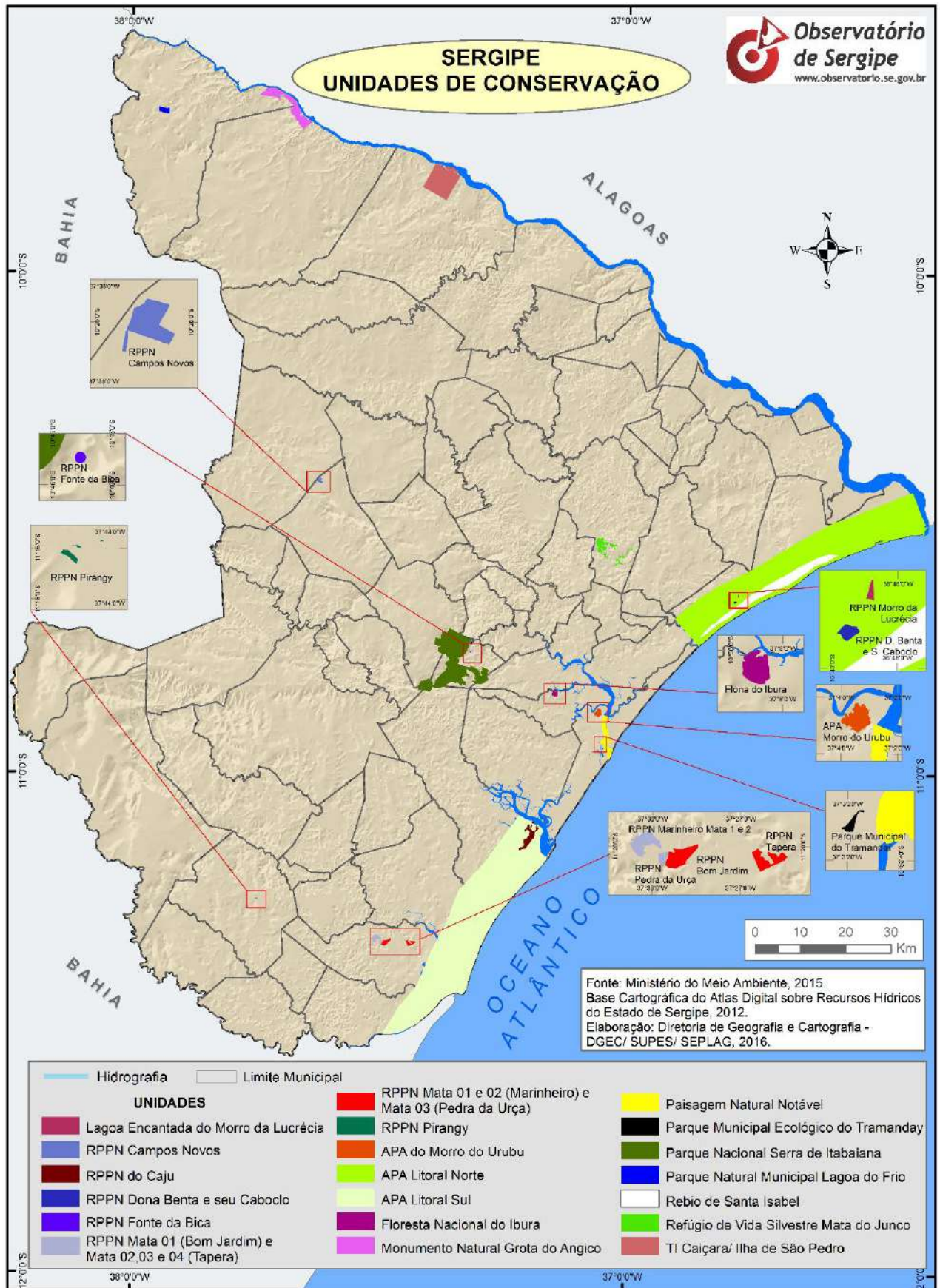
Ao analisá-la constata-se que, no Estado de Sergipe, encontram-se tanto Unidades de Proteção Integral quanto Unidades de Uso Sustentável, tal como especificado na lei de nº 9.985/2000, na qual unifica-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Ademais, as maiores áreas de proteção do Estado estão situadas no litoral sergipano. Isso evidencia a importância do estudo sobre o recorte da área desta pesquisa, a APA Litoral Sul, uma das mais extensas áreas amparadas por essa legislação.

Destarte, a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado do Sergipe foi criada um pouco antes da legislação do SNUC, pelo Decreto nº 13.468 de 21 de janeiro de 1993, e conta com cerca de 54 mil hectares. Ela compreende a área entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura dos Rios Real e Piauí, com cerca de 55,5km de costa e largura variável de 10 a 12km, do litoral para o interior. Sua importância é vital para a conservação dessa biota. Ela visa disciplinar o uso sustentável dessa área, sem com isso, comprometer a preservação dos seus recursos naturais.

Apesar do decreto já ter completado exatos 27 (vinte e sete) anos de existência, o seu cumprimento ainda está longe de ser realidade. As práticas realizadas pelo homem, desde seu processo de colonização, impelidas pelas políticas públicas adotadas pelo governo, principalmente nas últimas décadas, atrelados ao desconhecimento da legislação da UC e da APA por parte dos atores envolvidos, bem como a diversos outros interesses de cunho econômico, influenciaram no surgimento de conflitos socioambientais nessa área.



Figura 2 – UCs do Estado de Sergipe.



Ademais, as vias costeiras exercem papel preponderante no processo de ocupação e transformação dessa UC. Historicamente elas foram fundamentais no processo de ocupação do litoral brasileiro. Entre os 26 (vinte e seis) Estados brasileiros mais o Distrito Federal, 17 (dezessete) são costeiros, e destes, a maioria possui capital no litoral, sendo que Macapá, Belém e Porto Alegre estão próximas de grandes rios, e São Paulo e Curitiba estão, em trajetória retilínea, a cerca de 100km do mar.

Portanto, os 7.491km de extensão do litoral brasileiro foram fundamentais para a formação do povo brasileiro, mas igualmente os são para o desenvolvimento econômico do país. As políticas governamentais promoveram a integração da malha rodoviária litorânea. Elas são cruciais para a circulação de produtos e mercadorias, para os movimentos migratórios, para a integração econômica das regiões e dos entes federativos e para o seu desenvolvimento econômico.

O Estado de Sergipe também está integrado a essa perspectiva, pois sua capital, Aracaju, está localizada no litoral. Historicamente ela foi importante como eixo de integração econômica estadual e também por estar situada entre as capitais históricas de Salvador e Recife. A BR 101 interliga todo o litoral brasileiro, desde os extremos do Rio Grande do Norte aos do Rio Grande do Sul, e passa pela capital sergipana, integrando sua economia a de outros Estados do país.

A partir da década de 1970 o governo sergipano propiciou o desenvolvimento na área de infraestrutura de transportes do litoral do Estado. No litoral sul realizou-se a construção da rodovia SE-100, a qual exerceu papel relevante nos processos de uso e ocupação de sua área litorânea, principalmente do município de Estância, por conta de suas praias do Abaís, das Dunas e do Saco. O objetivo do governo era fomentar o desenvolvimento local e as atividades ligadas ao turismo.

Como resultado de tais práticas governamentais e dos diferentes atores locais teve-se o surgimento de variados conflitos socioambientais. O conflito socioambiental surge quando diferentes atores disputam um mesmo recurso natural, geralmente para atender às expectativas econômicas. Como consequência, têm-se o risco do desequilíbrio da flora e fauna nativas, atrelado aos processos desordenados de uso, ocupação e devastação dos recursos naturais, e em decorrência, o comprometimento da própria sustentabilidade da APA. Portanto, a natureza e finalidade jurídicas da UC e da APA em destaque são cruciais para a sua proteção e preservação.

## **1.5 Contribuições de estudos sobre as UCs e conflitos socioambientais em nível nacional, regional e local**

No levantamento das contribuições de estudos sobre as UCs e conflitos socioambientais em diferentes cenários constata-se uma vasta produção sobre conflitos socioambientais em UCs, e moderada elaboração de estudos acerca das Áreas de Proteção Ambientais em específico. Por outro lado, proporciona-se um elenco considerável de pesquisas acerca de temas relacionados aos litorais do Brasil.

Nesse sentido, em âmbito nacional, de acordo com consultas a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, destaca-se o elenco de 18 (dezoito) teses e 37 (trinta e sete) dissertações que versam sobre temas relacionados (direta ou indiretamente) ao desta pesquisa. Alguns destes estudos foram selecionados para embasarem esta pesquisa.

Acerca do material encontrado na BDTD (Quadro 4), constituem o elenco total das 18 (dezoito) teses, das quais 06 (seis) teses foram defendidas na região Nordeste: Cruz (2010), sobre uso da terra e relações; Braghini (2016), sobre gestão territorial em UC; Silva (2016), sobre conflitos socioambientais na pesca artesanal; Dias (2017), sobre ação estatal e comunidades tradicionais; Sales (2017), sobre consensos em conflitos socioambientais; e Cruz (2018), sobre ordenamento territorial e sustentabilidade socioambiental.

Além dessas, outras 12 (doze) teses tiveram sua defesa realizada nas demais regiões do país: Albuquerque (2009), sobre conflitos ambientais na zona costeira; Freitas (2009), sobre proteção ambiental e direito à cidade; Nascimento (2010), gestão ambiental municipal; Dornelles (2011), sobre projetos socioambientais; Vivacqua (2012), sobre gestão compartilhada da pesca.

Hübner (2013), fala sobre turismo de base comunitária; Martins Júnior (2013), sobre gestão do espaço urbano; Lopes (2015), sobre a origem, desenvolvimento e impactos do empreendedorismo turístico; Silva (2016), sobre políticas socioambientais; Silva (2016), sobre turismo em comunidades tradicionais; Oliveira (2017), sobre diálogos socioambientais; e Junqueira (2018), sobre consenso e conflito.



Quadro 4 – Teses afins à pesquisa encontradas no BDTD.

REGIÃO	AUTOR	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
NORDESTE	CRUZ	2010	Uso da terra e relações de dependência com o ambiente na sub-bacia do rio Cangati-Ceará	Rio Cangati; Planícies fúvias; Recursos naturais.
	BRAGHINI	2016	Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano	Gestão Territorial; Áreas protegidas; Efetividade da Gestão; Governança.
	SILVA	2016	Estratégias para implementação de governança ambiental no refúgio de vida silvestre Mata do Junco, uma unidade de conservação estadual de Sergipe	Unidades de Conservação. Conselho Gestor. Sisuc. Gestão Adaptativa. Teoria das Representações Sociais.
	DIAS	2017	A titulação das terras das comunidades tradicionais quilombolas no Brasil: análise da atuação do Estado	Geografia política; Políticas públicas territoriais; comunidades quilombolas.
	SALES	2017	A construção de consensos em conflitos socioambientais como instrumento de gestão ambiental integrada da região do Cocó em Fortaleza/CE	Construção de consensos. Conflitos socioambientais. Negociação. Sustentabilidade.
	CRUZ	2018	Ordenamento territorial e sustentabilidade socioambiental: estratégias integradas para o desenvolvimento do município de Covalima – Timor Leste	Timor Leste; Covalima; Gestão ambiental; Sustentabilidade.
DEMAIS REGIÕES	ALBUQUERQUE	2009	Conflitos socioambientais na Zona Costeira Catarinense: estudo de caso da Barra do Camacho/SC	Zona costeira. Ecodesenvolvimento. Área de proteção ambiental. Gestão de recursos ambientais. Princípio de precaução.
	FREITAS	2009	Proteção ambiental e direito à cidade no processo de expansão urbana do Distrito Federal: até que ponto existe um conflito?	Produção do meio ambiente urbano; Plano diretor; Zoneamento ambiental; Distrito Federal; Direito à cidade; Proteção ambiental; APA da Bacia do rio São Bartolomeu; Regulações territoriais.
	NASCIMENTO	2010	O papel dos conflitos socioambientais e de fenômenos climáticos extremos no fortalecimento da gestão ambiental municipal no Sul Catarinense	Gestão ambiental municipal; Conflitos socioambientais; Desastres naturais; Desenvolvimento sustentável; Sul catarinense.
	DORNELLES	2011	Avaliação das ações e da efetividade de projetos socioambientais: uma análise do Projeto Mogi-Guaçu	Avaliação de projetos socioambientais; Projeto Mogi-Guaçu; Educação ambiental; Gestão de recursos hídricos.
	VIVACQUA	2012	Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras em Santa Catarina	Gestão compartilhada. Pesca artesanal. Conflito socioambiental. Representação social. Reserva Extrativista.
	HÜBNER	2013	Um turismo de base comunitária para o Parque Nacional do Itatiaia: estudo sobre conflito socioambiental em unidade de conservação.	Parque Nacional. Conflito socioambiental. Arranjo institucional. Turismo comunitário.
	MARTINS JÚNIOR	2013	Os fundamentos de gestão do espaço urbano para a promoção da função socioambiental da cidade: o caso de Goiânia (GO)	Política urbana; função socioambiental da cidade; mais-valia fundiária; valoração ambiental.
	LOPES	2015	Origem, desenvolvimento e impactos dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis	Legislação Ambiental e Urbanística Brasileira; Urbanização de Florianópolis; Grandes Empreendimentos Turísticos em Florianópolis.
	SILVA	2016	Políticas Socioambientais na Amazônia: o programa bolsa verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio Purus, Lábrea/AM.	Inclusão produtiva; Conflitos socioambientais; Agroextrativismo; Reserva Médio Purus
	SILVA	2016	Turismo em comunidades tradicionais: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)	Turismo sustentável. Unidades de Conservação. Comunidades tradicionais. Terceiro setor. Participação.
	OLIVEIRA	2017	Diálogos socioambientais na RESEX Taquari e RDS Itapanhapima – Cananeia/SP	Populações; tradicionais; conflito; ambiental; interdisciplinaridade; tradição oral.
	JUNQUEIRA	2017	Consenso e conflito na região da Serra do Papagaio	Conflitos socioambientais; Parque Estadual da Serra do Papagaio; comunidade tradicional caipira; pós-desenvolvimento; territorialidade.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

Ademais, sobre o universo de 37 (trinta e sete) dissertações encontradas na BDTD, destas 12 (doze) foram defendidas na região Nordeste (Quadro 5), quais sejam: Verde (2010), sobre conflitos ambientais em APA; Vasconcelos (2011), sobre conflitos ambientais, políticas públicas e especulação imobiliária; Silva (2011), sobre turismo em APA; Santos (2012), sobre conservação *versus* conflitos socioambientais; Carvalho (2014), sobre conflitos ambientais em Zona de Proteção Marinha; Costa (2015), sobre ambiente natural e construído; Gonçalves (2015), sobre reserva extrativista no litoral; Reis Neto (2016), sobre redução do desmatamento; Silva (2016), sobre governança ambiental em Unidade de Conservação Estadual; Silva (2017), sobre recursos hídricos e derivações antropogênicas; Souza (2017), sobre licenciamento ambiental para barragem; e Santos (2018), sobre conflitos ambientais.

Quadro 5 – Dissertações afins à pesquisa encontradas no BDTD (Nordeste).

AUTOR	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
VERDE	2010	Conflitos Socioambientais: estudo de caso da APA do Catolé e Fernão Velho, Maceió-AL.	Conflitos Socioambientais; Áreas de Proteção Ambiental; Percepção ambiental; Catolé; Fernão Velho.
VASCONCELOS	2011	Conflitos ambientais urbanos: uma análise da intervenção do Poder Público e do Setor Imobiliário Formal na Comunidade de Brasília Teimosa, Recife/Pernambuco.	Conflitos socioambientais; Territorialidade; Movimentos Sociais.
SILVA	2011	Conflitos socioambientais da atividade turística em Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe – Pernambuco.	APA de Guadalupe; Área de Proteção Ambiental; Conflitos Socioambientais.
SANTOS	2012	Conservação <i>versus</i> conflitos socioambientais (Comunidade Jatobá) no futuro Parque Estadual das Dunas: Barra dos Coqueiros, Sergipe.	Dunas costeiras; Fitoindicação; Etnoconservação; Planejamento ambiental.
CARVALHO	2014	O mar não está para peixe: uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da comunidade pesqueira do Bugigão – RESEXMAR do Corumbau/BA.	Conflitos socioambientais; Zona de Proteção Marinha; Bugigão; RESEXMAR do Corumbau/BA.
COSTA	2015	Percepção do ambiente natural e do ambiente construído após a implementação do Parque Nacional da Chapada Diamantina: o olhar dos moradores do Vale do Capão – BA.	Ecologia humana; Paisagens; Percepção geográfica; Educação ambiental; Parque Nacional Chapada Diamantina.
GONÇALVES	2015	O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe: embates e limites.	Conflitos socioambientais; Comunidades tradicionais; Reserva Extrativista.
REIS NETO	2016	Potencialidades e limitações à implementação da redução do Desmatamento e da degradação florestal (REDD) na Mata Atlântica de Pernambuco.	Floresta Atlântica. Pernambuco. Direito Ambiental. CO2.
SILVA	2016	Estratégias para implementação de governança ambiental no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, uma Unidade de Conservação Estadual de Sergipe.	Unidades de Conservação. Conselho Gestor. Sisuc. Gestão Adaptativa. Teoria das Representações Sociais.
SILVA	2017	Dinâmica dos recursos hídricos e derivações antropogênicas no alto curso do rio Subaé-BA.	Paisagem, recursos hídricos, derivações antropogênicas, dinâmica ambiental.
SOUZA	2017	Análise do processo de licenciamento ambiental da construção da barragem Bujari, Nova Cruz/RN.	Licenciamento Ambiental; Recursos Hídricos; Conflitos Socioambientais.
SANTOS	2018	Natureza e derivações antropogênicas: conflitos socioambientais no alto curso do rio Subaé, Bahia.	Bacia hidrográfica, Paisagem, Derivações antropogênicas e Dinâmica socioambiental.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

Por fim, completam o elenco das dissertações as outras 25 (vinte e cinco) defendidas nas demais regiões do país (Quadro 6), quais sejam: Cardoso (2006), sobre conflitos ambientais em área de proteção; Geri (2007), sobre conflitos socioambientais em zona costeira; Queiroz (2008), sobre território quilombola; Binkowski (2009), sobre conflitos ambientais e

significados sociais; Machado (2009), sobre ações institucionais; Souza (2009), sobre infraestrutura verde; Costa (2010), sobre meios de determinação de Áreas de Proteção Permanentes.

Dias (2010) tratou sobre conflitos socioambientais em UC; Bim (2012), sobre conservação, conflitos e soluções ambientais; Cunha (2012), sobre conflitos fundiários em Área de Proteção Estadual; Bernadelli Júnior (2013), sobre conflitos socioambientais urbanos em APA; Diógenes (2014), sobre pesca de camarão e conservação ambiental; Thibes (2014), sobre conflitos ambientais em APP; Tumolo Neto (2014), sobre manejo de pastagem com uso de fogo; Oliveira (2015), sobre planejamento e gestão integrada.

Gonçalves (2015) falou sobre mineroduto e conflitos socioambientais; Rocha (2015), sobre cercamentos ambientais; Rodrigues (2016), sobre meio ambiente, desenvolvimento e planejamento urbano; Santos (2016), sobre participação popular em licenciamento ambiental; Trindade (2016), sobre conflitos socioambientais no cerrado; Spamer (2017), sobre monumento natural; Honda (2018), sobre conflitos ambientais e perspectivas de governança; Lima (2018), sobre ocupação urbana e fragilidade ambiental; Moreira (2018), sobre UC, conflitos e potencialidades; e Sutil (2018), sobre diagnóstico socioambiental de APA.

Quadro 6 - Dissertações afins à pesquisa encontradas no BDTD (Demais Regiões).

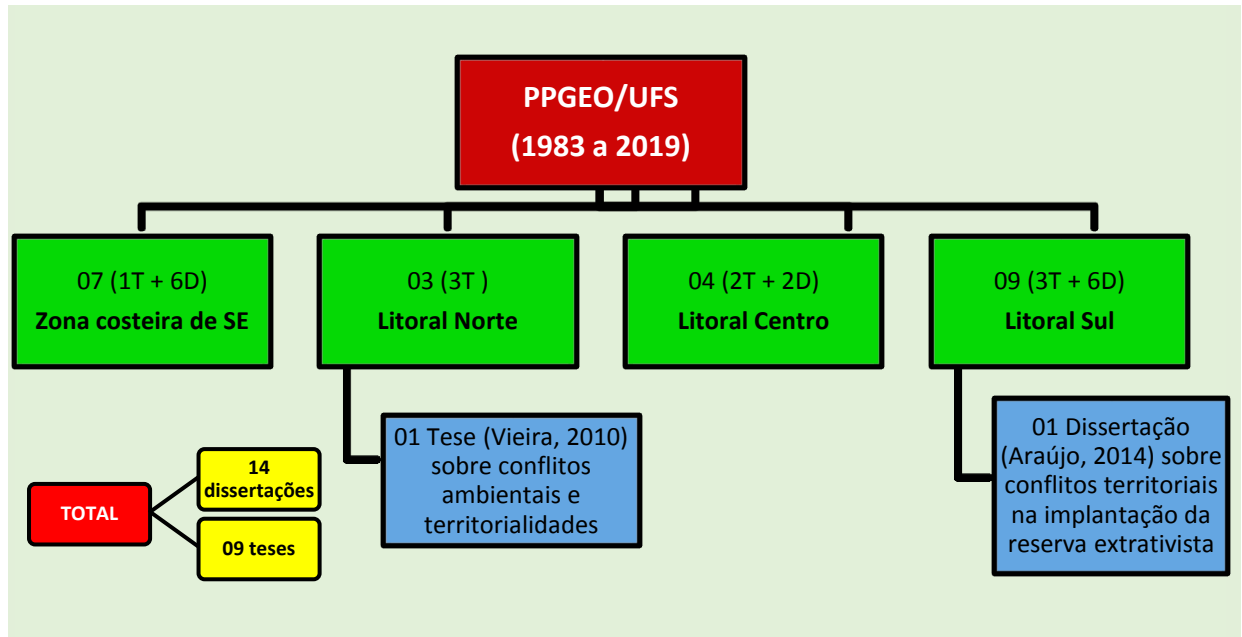
AUTOR	ANO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
CARDOSO	2006	Conflitos socioambientais em áreas protegidas: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí/RS.	Conflitos socioambientais; Unidades de Conservação; Parque Estadual Delta do Jacuí; Arenas públicas; Capitais.
GERI	2007	Conflitos socioambientais na zona costeira: estudo de caso sobre a Lagoa Pequena na Planície do Campeche, município de Florianópolis, SC.	Conflito de interesses; Conflito social; Recursos naturais; Aspectos ambientais; Lagoa Pequena (Ilha de Santa Catarina); Proteção ambiental.
QUEIROZ	2008	Território quilombola do Curiaú e Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú: interpretações dos conflitos socioambientais pela economia ecológica.	Território; Uso comum dos recursos naturais; Território quilombola do Curiaú; Conflitos Socioambientais; Área de Proteção Ambiental do Curiaú; Macapá (AP)
BINKOWSKI	2009	Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “metade sul” do Rio Grande do Sul.	Conflitos ambientais; Silvicultura; Metade Sul; Eucalipto.
MACHADO	2009	Ações institucionais, participação e conflitos ambientais na Sub-bacia Hidrográfica do Ribeirão do Moinho, Nazaré Paulista – SP.	Bacia hidrográfica; Conflito; Desenvolvimento Sustentável; Educação ambiental; Organização não-governamental; Políticas ambientais; Proteção ambiental.
SOUZA	2009	Uma infraestrutura verde para áreas em urbanização junto a reservatórios: o caso de Itá (SC).	Infraestrutura verde; Reservatórios hidrelétricos; Planejamento territorial urbano e rural; Sustentabilidade.
COSTA	2010	Estudo teórico sobre meios de determinação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) marginais aos cursos d’água através da análise de fatores ambientais no âmbito da bacia hidrográfica: enfoque geomorfológico.	Áreas de Preservação Permanente. Políticas Ambientais. Bacia hidrográfica. Geomorfologia. Fatores ambientais.
DIAS	2010	Conflitos Socioambientais decorrentes da presença humana em Unidades de Conservação: estudo de caso da comunidade quilombola São Roque, nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral.	Unidades de Conservação; Parques; Povos tradicionais; Quilombolas; Conflito Socioambiental; Conflito de princípios constitucionais.
BIM	2012	Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções ambientais.	Mosaico; Unidades de Conservação; Território; Comunidades tradicionais; Participação; Conflitos; Políticas Públicas.

CUNHA	2012	Conflitos fundiários no Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul.	Unidade de Conservação, Amazônia Conflitos Fundiários, Cenários Ambientais.
BERNADELLI JÚNIOR	2013	Conflitos socioambientais urbanos na APA Bororé Colônia: o caso do Parque Natural Municipal Itaim.	Meio ambiente. Conflitos Socioambientais. Regiões metropolitanas. Planejamento urbano e regional.
DIÓGENES	2014	As camaroeiras, as pescadeiras e o arreo: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM	Pesca artesanal do camarão; Trabalho; Modo de vida; Conflitos Socioambientais; PSDPA
THIBES	2014	Conflitos socioambientais e Áreas de Preservação Permanente em meio urbano: o caso da comunidade Vila do Arvoredo, Município de Florianópolis/SC.	Desenvolvimento urbano e meio ambiente. Conflito socioambiental urbano. Segregação urbana. Vulnerabilidade socioambiental. Injustiça ambiental. Injustiça ecológica. Áreas de preservação permanente. Santa Catarina. Florianópolis. Comunidade Vila do Arvoredo.
TUMOLO NETO	2014	Manejo de pastagem com uso de fogo em unidade de conservação de uso sustentável no Cerrado: estudo comparativo entre a RDS Veredas do Acari (MG) e a APA Nascentes do Rio Vermelho (GO).	Fogo; Pastagem; Cerrado; Unidade de conservação de uso sustentável.
OLIVEIRA	2015	Evolução da paisagem na Região do Sinclinal Moeda (MG): o uso de métricas como instrumento para o planejamento e gestão integrada do território.	Paisagem-proteção; Habitat (Ecologia); Sistemas de informação geográfica; Proteção ambiental.
GONÇALVES	2015	O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe: embates e limites.	Minérios-transporte; Territorialidade humana; Qualidade de vida; Proteção ambiental; Desenvolvimento sustentável.
ROCHA	2015	Cercamentos ambientais: modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no Estado do Paraná.	Batuva. APA de Guaraqueçaba. Conflitos sociais. Cercamentos ambientais.
RODRIGUES	2016	Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento urbano: cenários de proteção ecossistêmica e expansão urbana no entorno da Estação Ecológica de Carijós – Florianópolis/SC.	Arquitetura; Meio ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento e planejamento urbano; Plano Diretor Participativo; Conflito urbano-ambiental.
SANTOS	2016	Direito à participação popular no licenciamento ambiental brasileiro: análise do Projeto Santa Quitéria de mineração de urânio e fosfato.	Licenciamento ambiental. Justiça ambiental. Democracia; Direito à participação popular
TRINDADE	2016	Populações tradicionais e conflitos socioambientais no Cerrado: o caso do Complexo de Unidades de Conservação de Terra Ronca-GO.	Terra Ronca, populações tradicionais, unidade de conservação, conflitos socioambientais, Cerrado
SPAMER	2017	Monumento Natural dos Pontões Capixabas: identidade pomerana na luta por direitos e território.	Conflitos Socioambientais. Unidades de Conservação. Povos Tradicionais. Pomeranos.
HONDA	2018	Área de Proteção Ambiental da Ilha de Algodoal: conflitos socioambientais e perspectivas de governança.	Conflitos Socioambientais, APA de Algodoal, Mediações de Conflitos.
LIMA	2018	Ocupação Urbana em Áreas de Fragilidade Ambiental: Estudo de áreas de risco socioambiental no Setor Sol Nascente – DF.	Risco Ambiental; Assentamentos Irregulares; Zoneamento Ambiental; Regularização Fundiária.
MOREIRA	2018	Unidades de Conservação: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais.	Gestão Participativa. Educação Ambiental. Participação Social.
SUTIL	2018	Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Maior, Urussanga, SC.	Unidade de conservação (UC). Cartografia. Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

No que condiz aos estudos elaborados em nível estadual, levantou-se, de acordo com França; Conceição (2008), todas as produções desde a fundação do PPGeo (em 1983), e a organização da primeira turma do mestrado (em 1985), até o ano 2019 (Figura 3). Convém ressaltar que a organização do arquivo digital do material dissertativo e de teses do Programa de Pós-Graduação em Geografia/ PPGeo, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), se deu somente em 2000. Portanto, constatou-se o elenco de 14 (catorze) dissertações e 9 (nove) teses cujos temas são afins com o dessa pesquisa, sendo que destes, apenas 02 (dois) versam sobre conflitos, a tese de Vieira (2010) e a dissertação de Araújo (2014). Algumas destas pesquisas fundamentarão este estudo.

Figura 3 – Organograma síntese dos trabalhos produzidos pelo PPGeo/UFS.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

De modo geral, 07 (sete) trabalhos abordam sobre a zona costeira de Sergipe (Quadro 7), a saber: França (1988), Chagas (2002), Carvalho (2004), Oliveira (2008), Silva (2012), Costa (2013) e Santos (2015). Esses estudos trazem contribuições, respectivamente, acerca do coco-baía no litoral, da pluviosidade e agricultura no Vaza-Barris, da carcinicultura, da ecodinâmica das dunas, do potencial fitogeográfico das UC's, das vivências no território e das transformações na vegetação da restinga no litoral sergipano.

Outros 03 (três) estudos versam sobre o Litoral Norte de Sergipe, quais sejam: Alves (2010), Santos (2015) e Vieira (2010). Suas contribuições, respectivamente, giram em torno de temas como: análise socioambiental e geoeconômica; políticas públicas no Litoral Norte sergipano; e conflitos ambientais e territorialidades.

Temáticas acerca do Litoral Centro de Sergipe são encontrados em 04 (quatro) pesquisas, são elas: Santana (2008), Santos (2009), Santos (2012) e Santos (2016). Esses estudos tratam, respectivamente, sobre análise geoambiental da Barra dos Coqueiros e Pirambu, políticas territoriais do turismo, dinâmica da paisagem na Coroa do Meio e Atalaia e interações geocológicas nas planícies de maré.

Quadro 7 – Dissertações e Teses afins à pesquisa encontradas no PPGE/UFS (Zona Costeira, Litoral Norte e Litoral Centro de Sergipe).

REGIÃO DE SERGIPE	AUTOR	ANO	TIPO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
ZONA COSTEIRA/ LITORAL	FRANÇA	1988	Dissertação	Mudanças nas áreas cocoicultoras do litoral sergipano.	Mudanças na agricultura; Cocoicultura; Comercialização agrícola.
	CHAGAS	2002	Dissertação	A pluviosidade e a agricultura nas zonas climáticas da bacia hidrográfica do Vaza-Barris.	Mudanças climáticas; Agricultura; Bacia hidrográfica do Vaza-Barris.
	CARVALHO	2004	Dissertação	A carcinicultura na Zona Costeira do Estado de Sergipe.	Carcinicultura; Zona Costeira; Estuários.
	OLIVEIRA	2008	Dissertação	Ecodinâmica das dunas costeiras de Sergipe.	Análise ecodinâmica; Vulnerabilidade biofísica; Dunas costeiras.
	SILVA	2012	Tese	Territórios da conservação: uma análise do potencial fitogeográfico das UC's de uso sustentável em Sergipe.	Unidades de Conservação; Potencial fitogeográfico; Conflitos territoriais; Gestão ambiental; Ecologia da paisagem.
	COSTA	2013	Dissertação	Transformações ambientais das restingas da planície costeira sergipana.	Geografia ambiental; Planície costeira sergipana; Meio ambiente; Sergipe; Geossistema; Mangaba; Paisagem; Restinga; Território.
	SANTOS	2015	Dissertação	Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano.	Geografia humana; Territorialidade humana; Mercado imobiliário; Turismo e planejamento urbano; Litoral sergipano; Dano ambiental; Segunda residência; Repercussões territoriais; Conflitos ambientais.
LITORAL NORTE	ALVES	2010	Tese	Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território.	Geografia; Análise geoambiental; Gestão de território.
	SANTOS	2015	Tese	Políticas públicas como instrumentos de ordenamento territorial para o desenvolvimento do litoral norte de Sergipe.	Geografia humana; Territorialidade humana; Política pública; Desenvolvimento sustentável; Costa; Ordenamento territorial; Desenvolvimento regional; Sustentabilidade.
	VIEIRA	2016	Tese	Conflitos ambientais no litoral do norte de Sergipe.	Geografia; Território; Conflito ambiental; Zona Costeira.
LITORAL CENTRO	SANTANA	2008	Dissertação	Análise geoambiental dos municípios costeiros de Barra dos Coqueiros e Pirambu (SE)	Análise geoambiental; Sustentabilidade; Barra dos Coqueiros e Pirambu.
	SANTOS	2009	Tese	Políticas territoriais do turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueiros em Sergipe, Brasil.	Geografia humana; Turismo; Sergipe; Pobreza; Costa dos Coqueiros (SE); Estado e mercado; Poder territorial; Políticas de investimento de turismo.
	SANTOS	2012	Dissertação	Dinâmica da paisagem costeira da Coroa do Meio e Atalaia – Aracaju-SE.	Unidade de paisagem; Linha de costa; Ocupação humana.
	SANTOS	2016	Tese	Interações geoecológicas nas planícies de marés do litoral centro-sul sergipano.	Manguezal; Dinâmica costeira; Derivações antropogênicas; Estuários; Ecologia costeira; Ecologia dos manguezais.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

A produção acadêmica sobre o Litoral Sul é mais vasta e conta com 09 (nove) estudos (Quadro 8), quais sejam: Santos (2011), sobre análise geoambiental de Estância; Lima (2011), sobre turismo de Sol e praia; Ribeiro (2012), sobre evolução da paisagem da



praia da Caueira; Lima (2012), sobre ordens e desordens no Rio Piauí; Oliveira (2013), sobre cenários biofísicos e ordenamentos territoriais; Macedo (2014), sobre ordenamento territorial na Caueira e Abaís; Santos (2017), políticas territoriais; e Gomes (2017), fogos em Estância. Por fim, nesse elenco aparece a dissertação de Araújo (2014), sobre conflitos territoriais na implantação da reserva extrativista.

Quadro 8 - Dissertações e Teses afins à pesquisa encontradas no PPGeo/UFS (Litoral Sul de Sergipe).

REGIÃO DE SERGIPE	AUTOR	ANO	TIPO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
LITORAL SUL	SANTOS	2011	Dissertação	Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe.	Condicionantes geoambientais; Zona Costeira; Derivações antropogênicas.
	LIMA	2011	Tese	O Turismo de Sol e Praia no Litoral Sul de Sergipe: uma análise sob as perspectivas dos Modelos do SISTUR e TALC.	Turismo de Sol e praia; Segunda residência; Modelos turísticos; Litoral Sul de Sergipe; Brasil.
	RIBEIRO	2012	Dissertação	Evolução da paisagem da praia da Caueira no município de Itaporanga d'Ajuda-Sergipe.	Paisagem; Sistema praial; Erosão costeira; Uso do solo.
	LIMA	2012	Dissertação	Ordem e desordens socioambientais na bacia inferior do rio Piauí, em Sergipe.	Bacia hidrográfica; geossistema; Derivações antropogênicas; Degradação ambiental.
	OLIVEIRA	2013	Tese	Cenários biofísicos e ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe.	Paisagens-Sergipe; Planícies litorâneas; Ordenamento territorial.
	ARAÚJO	2014	Dissertação	Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do Litoral Sul de Sergipe.	Política ambiental; Comunidades agrícolas; Posse da terra; Proteção ambiental; Uso do solo; Conflitos territoriais; Comunidades tradicionais.
	MACEDO	2014	Dissertação	Ordenamento territorial-ambiental na bacia costeira Caueira/Abaís.	Geografia Física; Bacias hidrográficas; Geossistemas; Ordenamento territorial-ambiental; Geografia ambiental; Zoneamento.
	SANTOS	2017	Tese	Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram.	Geografia humana; Indiaroba (SE); Territorialidade humana; Jandaíra (BA); Gestão ambiental; Costa; Litoral; Ordenamento territorial; Conflitos.
	GOMES	2017	Dissertação	Redes, teias e laços na produção de fogos: tradição e ressignificação em Estância/SE.	Paisagem cultural; Produção tradicional; Ressignificação; Fogueteiros.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

Em relação ao material dissertativo e de teses de outros Programas de Pós-Graduação da UFS, que versem sobre temas correlatos ao dessa pesquisa, após pesquisa a BDTD/UFS, constatou-se o elenco de 05 (cinco) dissertações com temas correlatos (Quadro 9), quais sejam: Moura Júnior (2010), conflitos ambientais e processos judiciais; Morales (2011), sobre conflitos ambientais em UC; Barreto (2011), sobre conflitos ambientais, o direito à água e mediação; Bezerra (2015), sobre conflitos e dinâmica das catadoras de mangaba; e Almeida (2019), sobre conflitos socioambientais em comunidades quilombolas. Também

foi encontrada a tese de Costa (2016), sobre áreas protegidas e assentamentos rurais. Todos esses estudos foram produzidos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/UFS, não encontrando estudos em outros Programas de Pós-Graduação da UFS. Alguns destes estudos darão suporte a esta pesquisa.

Quadro 9 - Dissertações e Teses afins à pesquisa encontradas em outros Programas de Pós-Graduações da UFS.

AUTOR	ANO	TIPO	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE
MOURA JÚNIOR	2010	Dissertação	Conflitos ambientais e processos judiciais na bacia hidrográfica do Rio Sergipe.	Bacia hidrográfica; Conflitos ambientais; Ações judiciais; Crimes ambientais.
MORALES	2011	Dissertação	Conflitos ambientais em unidades de conservação: uma abordagem sobre as relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE – Brasil.	Conflito; Poder; Parque Nacional; Políticas Públicas.
BARRETO	2011	Dissertação	Conflitos ambientais, o direito à água e mediação no Baixo São Francisco: a atuação do Ministério Público Federal em Sergipe.	Meio Ambiente; Bacia hidrográfica; Conflito.
BEZERRA	2015	Dissertação	Os conflitos que envolvem as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros: a dinâmica das catadoras de mangaba.	Meio ambiente; Conflito social; Mulheres; Desenvolvimento imobiliário; Frutas tropicais; Conflito; Catadoras de mangaba; Extrativismo; Capital imobiliário; Estado.
COSTA	2016	Tese	Áreas protegidas e assentamentos rurais em Sergipe: sob o enfoque do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável.	Meio ambiente; Proteção ambiental; Desenvolvimento sustentável; Assentamentos humanos; Direito ambiental; Áreas protegidas; Assentamentos rurais; Aspectos jurídicos.
ALMEIDA	2019	Dissertação	Conflitos territoriais e potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE.	Meio ambiente; Percepção geográfica; Comunidades agrícolas; Posse da terra; Extrativismo; Brejo Grande (SE); Cartografia social; Comunidades tradicionais; Conflitos territoriais; Práticas extrativistas; Quilombolas.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

A maioria dos estudos trabalham as categorias território, paisagem e espaço. Os métodos diferem entre o geosistêmico, fenomenológico, dedutivo e hipotético-dedutivo. Os procedimentos metodológicos trazem em comum o levantamento bibliográfico, a aplicação de questionários, o trabalho em campo e o uso de ferramentas de geoprocessamento.

A inovação deste estudo consiste no enfoque dos conflitos socioambientais na APA de Estância, recorte empírico desta pesquisa. Outra genuinidade consiste no intento da elaboração de um mapa de conflitos socioambientais naquela área recorte de estudos, o que oportunizaria elementos importantes para posteriores estudos a esse respeito.

Ademais, é extremamente importante identificar os conflitos socioambientais para a busca de possíveis resoluções para os mesmos, identificando os atores envolvidos bem como os poderes competentes responsáveis, com o ordenamento jurídico cabível e as políticas públicas exequíveis. Assim, pode-se estabelecer a conservação desse ambiente litorâneo, dentro dos ditames de um genuíno desenvolvimento sustentável.



## CAPÍTULO 2

### MÉTODO, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ÁREA DE PESQUISA

#### 2.1 Método de abordagem e instrumentais metodológicos

A execução dos trabalhos observou um roteiro metodológico disposto em procedimentos em sucessão, tal como disposto na Figura 4. Este roteiro síntese evidencia o objetivo geral e os específicos, estimulados pela hipótese norteadora do método escolhido, e consequentes procedimentos metodológicos, e sua relação na construção teórica dos capítulos produzidos. Assim sendo, os procedimentos metodológicos se deram em três etapas, quais sejam: fundamentação teórica; coleta de dados; e análise dos dados.

Para elaborar o capítulo 1 e atingir o objetivo específico 1 foi feita a fundamentação teórica. Nesta realizou-se consistente pesquisa bibliográfica para embasamento do estudo. Por isso, foi realizado uma acurada pesquisa documental (geral e específica), por meio da coleta de dados em teses, dissertações, artigos científicos, obras (nacionais e estrangeiras), legislação, documentos públicos, acervo midiático, sites de pesquisa, entre outros. Todo o material coletado constitui o arcabouço teórico fundante desta.

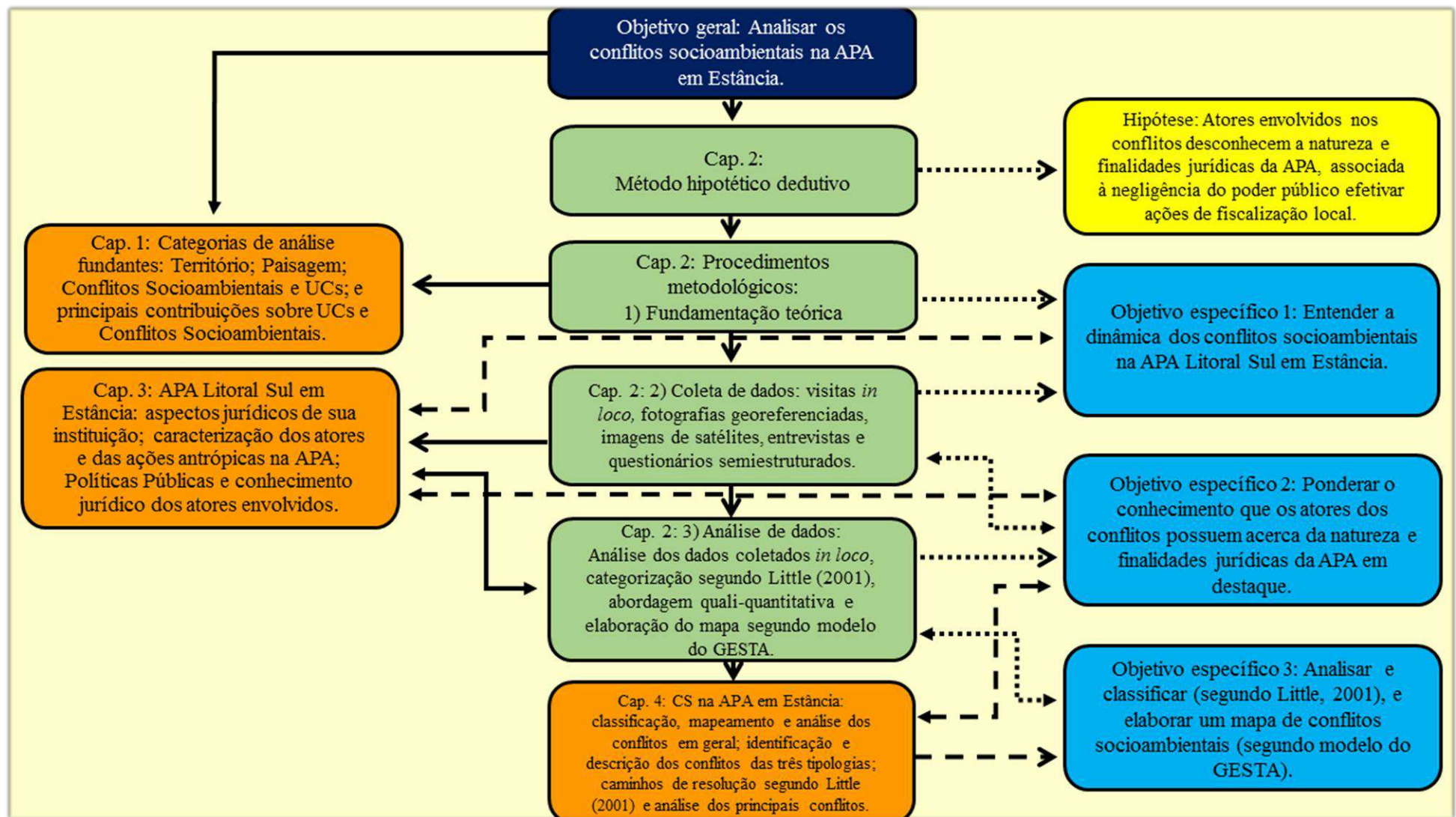
O Quadro 10 apresenta as categorias de análise fundantes dessa pesquisa e o correspondente levantamento dos principais autores e seus escritos sobre as mesmas.

Quadro 10 – Categorias e principais autores.

Território	Haesbaert (2001), Santos (1994), Guarinello (2010), Raffestin (1993), Candiottto <i>apud</i> Ribas; Sposito; Saquet (2004), Andrade (1995), Prado Júnior (1987)
Paisagem	Maximiano (2004), Jellycoe y Jellycoe (1995), Sauer (1998), Bertrand (1972), Forman (1995), Sotchava (1978), Ross (1985), Castillo (2002), Moura e Simões (2010), Bertrand, G.; Bertrand, C. (2007)
Conflitos socioambientais	Little (2000), Little (2001), Acselrad (2004), Bursztyn (2001), Lipset (1985); Drummond (2001); Santos (2012); Vilar (2010); Moraes (2007); Silva e Souza (2010); Platiau (2005); Fonseca, Vilar e Santos (2008).
Unidades de Conservação	CRFB/1988; Lei nº 9.885/2000; Fontes (2017)
APA Litoral Sul	Decreto nº 13.468/1993; Santos (2011); Oliveira (2014); Silva e Souza (2010); Fonseca, Vilar e Santos (2008)
APA de Estância	Oliveira (2014), IBGE (2010), Santos (2011), Santos (2015); Wanderley (1998)

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Figura 4 – Roteiro síntese de execução dos trabalhos.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

No Quadro 11 encontram-se os principais marcos teóricos que dão suporte ao levantamento teórico do presente estudo. Nele destacou-se algumas categorias secundárias a serem fundamentadas com o correspondente dispositivo legal, no caso da legislação ambiental utilizada, e pelos atores que abordam tais temas.

Quadro 11 – Os marcos dos conflitos socioambientais na APA de Estância.

Antes da lei de criação da APA Litoral Sul de Sergipe	PNMA/1981; PNGC/1988; CRFB/1988
Com a promulgação da lei de criação da APA Litoral Sul de Sergipe	Decreto nº 13.468/1993
Após a vigência da lei de criação da APA Litoral Sul de Sergipe	Decreto nº 13.468/1993; SNUC/2000; PNRM/2005; Santos (2011); Oliveira (2014); Santos (2015)
Políticas Públicas (Construção da Ponte Gilberto Amado)	Santos (2008); Santos (2011); Silva e Souza (2010); Oliveira (2014); Fonseca, Vilar e Santos (2015)
Ações antropogênicas (Empreendimentos)	Santos (2008); Santos (2011); Silva e Souza (2010); Oliveira (2014); Fonseca, Vilar e Santos (2015)
Conflitos socioambientais	Lipset (1985); Little (2000); Little (2001); Bursztyn (2001); Drummond (2001); Acselrad (2004); Platiau (2005); Moraes (2007); Fonseca, Vilar e Santos (2008); Vilar (2010); Silva e Souza (2010); Santos (2012).

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Com a finalidade de elaborar o capítulo 3 e alcançar o objetivo específico 2 foi realizada a coleta e análise de dados. Assim sendo, partindo da hipótese elencada, adotou-se o método hipotético-dedutivo para escopo do trabalho. A partir de então foram selecionados os procedimentos metodológicos para a coleta de dados. Com isso, antes de dar início as atividades de campo, assinou-se o termo de compromisso (Anexo 1) e a folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos (Anexo 2).

Nesse sentido, inicialmente foi feito um levantamento das povoações que integram a Área de Proteção Ambiental no litoral de Estância, as quais perfazem um universo atual de 16 (dezesesseis) povoados, quais sejam: Farnaval, Ribeiro, Tibúcio, Ouricuri, Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Massadiço, Coqueiro de Fora, Coqueiro de Dentro, Ribuleirinha, Ribuleira Grande, Praia das Dunas, Boa Viagem, Praia do Saco e Porto do Mato.

Posteriormente foram realizadas visitas *in loco* nas referidas comunidades, nas quais realizou-se conversas informais com moradores das mesmas, tendo em vista a identificação visual de conflitos socioambientais latentes. As ações antropogênicas e alguns conflitos

socioambientais são perceptíveis ao longo de toda a extensão da APA. Nestas, realizou-se também a coleta de dados por meio de registro fotográfico georeferenciado, feito através do aplicativo *Open Camera*, para ter-se a certeza de que a coleta estava dentro da área de estudo e para fins de elaboração do mapa de conflitos socioambientais almejado.

Além disso, tendo a delimitação preliminar de alguns conflitos, foi realizada captura de imagens de satélite, com o auxílio instrumental do aplicativo *UTM Geo Map* e do *software Google Earth*. Também foram capturadas imagens áreas mediante utilização de drone profissional *Phantom 4 Advanced*, em trabalho de campo de disciplina cursada ao longo do mestrado.

A estes dados acresceu-se a aplicação de questionários semiestruturados (Apêndice 1) aos líderes das respectivas comunidades e a representantes de associações e movimentos das mesmas. Para isso, realizou-se, com a parceria do pároco da Paróquia da Natividade do Senhor, no Porto do Mato, às 19h00 dia 19/07/2019, uma reunião com essas lideranças, para as quais aplicaram-se os mesmos. A ordem de autorização deu-se mediante a assinatura do termo de autorização e existência de infraestrutura (Anexo 3). Desse modo, foram identificados os principais conflitos socioambientais existentes nessas comunidades e elaborada a planilha de conflitos socioambientais da APA do litoral de Estância/SE.

Na ocasião houve a participação de 19 (dezenove) pessoas, sendo que algumas comunidades foram representadas por mais de uma pessoa, e foram aplicados 10 (dez) questionários aos líderes das mesmas (Quadro 12), de modo que apenas 01 (um) representante de cada comunidade, associação e movimento respondeu ao mesmo. Das 16 (dezesseis) comunidades que integram a APA marcaram presença 07 (sete) líderes comunitários, 02 (dois) presidentes de associações e 01 (um) presidente de movimento.

Para fins de autorização pessoal para a participação da aplicação dos questionários, bem como das entrevistas, todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (Anexo 4). As comunidades cujas lideranças não se fizeram presentes nessa reunião não participaram desse questionário, são elas: Farnaval, Ribeiro, Ouricuri, Tibúcio, Massadiço, Coqueiro de Fora, Ribuleira Grande, Praia da Boa Viagem e Praia do Saco.

Na ocasião foi feita uma breve explanação acerca desse estudo, evidenciando seus objetivos gerais e específicos, e mostrando a sua importância e os benefícios para o desenvolvimento sustentável da comunidade local. Em seguida, os líderes responderam aos questionários. Esse contato foi extremamente importante, pois revelou-se o desconhecimento geral que a comunidade possui acerca da natureza e finalidades jurídicas da APA. A maioria

dos presentes afirmou que nunca tinha ouvido falar dessa nomenclatura e desconheciam até mesmo o seu significado.

Quadro 12 – Elenco dos representantes questionados

<b>ATOR Nº</b>	<b>ASSOCIAÇÃO/ POVOADO/ INSTITUIÇÃO</b>	<b>CARGO/ FUNÇÃO</b>	<b>DATA DA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO</b>
I	Povoado Cachoeirinha	Líder comunitário	Sexta (19/07/2019), às 19h
II	Povoado Praia do Abaís	Líder comunitária	
III	Povoado Coqueiro de Dentro	Líder comunitária	
IV	Povoado Ribuleirinha	Líder comunitária	
V	Povoado Praia das Dunas	Líder comunitário	
VI	Povoado Porto do Mato	Líder comunitária	
VII	Povoado Porto do Mato	Líder comunitária	
VIII	Associação dos Pescadores e Marisqueiros do Porto do Mato	Presidente	
IX	Associação das Catadoras de Mangaba	Presidente	
X	Movimento dos Marisqueiros de Sergipe	Presidente	

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

As questões elaboradas para o questionário levaram em conta o objetivo geral e foram sistematizadas conforme os objetivos específicos dessa pesquisa. Antes de sua aplicação explicou-se detalhadamente acerca da mesma e sanou-se todas as dúvidas que existiram. As lideranças interagiram e participaram ativamente, com perguntas e curiosidades acerca de informações que eles ainda não tinham tido acesso, como muitos puderam expressar. Muitos expressaram ser a primeira vez que alguém lhes falava a respeito desse tema.

A aplicação dos questionários aos líderes das comunidades, associações e movimentos locais viabilizou uma imersão nos conflitos presentes nas mesmas. A análise dessas informações, pós-encerramento da reunião, possibilitou a construção da planilha dos conflitos socioambientais da APA do litoral de Estância, a qual foi devidamente complementada com os resultados obtidos na realização das entrevistas semiestruturadas, com as atividades de campo, principalmente com a coleta de fotografias georeferenciadas e de imagens de satélites.

Para fins didáticos, essa planilha foi subdividida em 03 (três) quadros, seguindo a disposição do agrupamento tipológico de conflitos de Little (2001). Em cada um deles é

possível obter as seguintes informações: o tipo de conflito, os atores envolvidos, os recursos em disputa e a comunidade onde ocorre.

Ademais, estas informações foram complementadas com dados coletados mediante aplicação de entrevistas semiestruturadas (Apêndice 2) junto a representantes da Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Estância, do órgão gestor da APA Litoral Sul, de presidentes de associações e movimentos de entidades sociais locais e de líderes dos povoados que integram a APA, perfazendo o quantitativo de 13 (treze) atores entrevistados. Estas entrevistas foram realizadas nas datas 19/08, 21/08 e 01/10/ 2019, em locais e horários previamente acordados com cada um dos atores envolvidos (Quadro 13).

Quadro 13 – Elenco dos atores entrevistados.

<b>ATOR N°</b>	<b>ASSOCIAÇÃO/ POVOADO/ INSTITUIÇÃO</b>	<b>CARGO/ FUNÇÃO</b>	<b>DATA E HORÁRIO DA ENTREVISTA</b>
01	Secretaria do Meio Ambiente do município de Estância/SE	Secretário	Segunda (19/08/2019), às 09h
02	Associação dos moradores da Praia do Abaís	Presidente	Segunda (19/08/2019), às 14h
03	Associação dos moradores da Praia do Abaís	Vice-presidente	Segunda (19/08/2019), às 15h
04	Associação dos moradores do Povoado Massadiço	Líder comunitário	Quarta (21/08/2019), às 08h
05	Associação das Catadoras de Mangaba	Presidente	Quarta (21/08/2019), às 09h
06	Associação das Catadoras de Mangaba	Assessora de comunicação	Quarta (21/08/2019), às 10h
07	Associação dos moradores do Povoado Praia das Dunas	Líder comunitário	Quarta (21/08/2019), às 11h
08	Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Manuel Dias	Presidente	Quarta (21/08/2019), às 13h30
09	Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Manuel Dias	Vice-presidente	Quarta (21/08/2019), às 14h
10	Associação dos moradores do Povoado Manuel Dias	Líder comunitária	Quarta (21/08/2019), às 14h30
11	Associação Brasileira de Turismo Rural do Estado de Sergipe	Presidente	Quarta (21/08/2019), às 15h30
12	Associação dos Moradores do Povoado Ribuleirinha	Presidente	Quarta (21/08/2019), às 16h30
13	APA Litoral Sul	Presidente	Terça (01/10/2019), às 9h

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Durante a sua realização foram coletadas fotografias mediante uso do aplicativo Open Camera, sendo estas fotografias comuns, aplicando-se efeito artístico pincel as que aparecem pessoas, tendo em vista a garantia de seu anonimato. O anonimato dos atores nas fotografias também foi garantido com a utilização de faixas pretas cobrindo o rosto dos mesmos.

Além disso foram coletadas, fazendo uso de igual instrumento, fotografias georeferenciadas, nas datas 05/01, 06/01, 03/02, 04/03, 19/08, 21/08, 12/10, 14/10, 20/10 e



03/11/2019, e imagens de satélites mediante o aplicativo UTM Geo Map, as quais embasaram a análise quali-quantitativa desvelada ao longo desse estudo.

Para fins de interpretação e explicitação dos resultados obtidos nos questionários e entrevistas, foram elaboradas figuras, por meio do programa *Microsoft Excel*, quadros, com o auxílio do programa *Microsoft Word*, e nuvens de palavras, através do site [www.wordclouds.com](http://www.wordclouds.com). Também elaborou-se figuras utilizando-se o programa *PowerPoint*, as quais foram salvas e disponibilizadas na extensão PNG, tendo em vista sua melhor qualidade de imagem.

O suporte pedagógico das novas tecnologias visa estabelecer uma interação comunicativa, ou seja, uma aprendizagem de natureza significativa através de uma linguagem digital (KENSKI, 2003; RAMOS, 2008). Além disso, essa estratégia didático-pedagógica tem como finalidade “desenvolver a capacidade de estudos de um problema [...] de forma sistemática” (BORDENAVE; PEREIRA, 2011, p. 169).

Os resultados dessa etapa foram apresentados na redação do capítulo três desta, o qual versa sobre a APA Litoral Sul em Estância, no que concerne aos aspectos jurídicos de instituição da APA, aos atores envolvidos na mesma e às políticas públicas implementadas e o conhecimento jurídico por parte dos atores envolvidos. Dessa maneira, foi reafirmado o primeiro objetivo específico, como explicitado anteriormente.

Para a redação do capítulo 4 e o alcance do objetivo específico 3 foi realizada a análise de todas as informações obtidas nessa etapa de coleta de dados. Com isso, foi possível identificar os conflitos socioambientais mais relevantes nessa Unidade de Conservação. Por conseguinte, foi possível espacializá-los longo do território da APA, para fins de compreensão e interpretação dos mesmos, tendo em vista a busca de possíveis resoluções para os conflitos.

Como produto final dessa etapa foi produzido, com o auxílio do *software livre QGis Browser 2.18.0*, um mapa de conflitos socioambientais, conforme o modelo de mapa desenvolvido pelo GESTA (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) da UFMG. Para tanto, os resultados foram tratados, mediante a análise qualitativa de Turato (2003), Triviños (1987) e Creswell (2010), e quantitativo-descritivo, segundo Severino (2008), e tipificados e classificados mediante uso da metodologia de diagnóstico dos conflitos socioambientais, proposta pela categorização literário-analítica dos conflitos socioambientais de Little (2001), numa abordagem quali-quantitativa.

No intuito didático de facilitar a assimilação da classificação proposta por Little (2001) este estudo adotou a seguinte padronização: para o grupo dos conflitos socioambientais “em

torno do controle dos recursos naturais” foi atribuída a coloração azul; para o grupo “em torno dos impactos ambientais e sociais” foi atribuída a coloração vermelha; e para o grupo “em torno do uso dos conhecimentos ambientais” foi conferida a coloração amarela.

Estes pontos, por sua vez, foram georeferenciados no mapa da APA Litoral Sul do SEMARH 2017 possibilitando a espacialização e visualização da concentração dos conflitos nessa área, e a elaboração do produto final do mapa de conflitos socioambientais. Esta tipologia deve ser utilizada com flexibilidade, pois se trata de uma ferramenta heurística para a análise dos conflitos socioambientais.

Para cada uma das tipologias foi criado um símbolo, de acordo com a informação da localização do conflito fornecida pelos atores entrevistados e questionados, e pontuados no GPS das fotografias e imagens coletadas. Estes pontos foram georeferenciados no mapa da APA Litoral Sul do SRH 2014, utilizando-se de coordenadas UTM, do sistema SIRGAS 2000, possibilitando a espacialização e visualização da concentração dos conflitos nessa área, e o produto final do mapa de conflitos socioambientais.

Portanto, com a análise dos dados obtidos no desvelar da pesquisa foi possível chegar aos resultados apresentados no quarto e último capítulo, o qual versa sobre os conflitos socioambientais na APA em Estância, sua classificação, mapeamento, análise dos conflitos e caminhos para a sua resolução segundo proposta de Little (2001), conforme Quadro 14.

Quadro 14 – Quadro síntese da etapa final de tratamento dos Conflitos Sociomabientais segundo Little (2001).

<b>FOTO Nº</b>	<b>POVOADO</b>	<b>CONFLITO</b>	<b>TIPOLOGIA</b>	<b>FASE</b>
--------------------	----------------	-----------------	------------------	-------------

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Por fim, o estudo em pauta foi devidamente submetido a Plataforma Brasil, do qual obteve aprovação, conforme documento em anexo, e segundo o nº CAAE 18480119.3.0000.5546 (Anexo 7).



## 2.2 Caracterização da área de pesquisa

O município de Estância está localizado na parte sul do litoral do Estado de Sergipe. Ele possui uma área territorial na ordem de 649,6 Km<sup>2</sup> e de aproximadamente 26 km de linha de costa. Sua municipalidade foi reconhecida mediante dispositivo legal provincial datado de 04 de maio de 1848. A população total é de 64.464 habitantes, sendo 54.796 residentes na zona urbana e 9.668 na zona rural, com densidade demográfica de 100,00 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

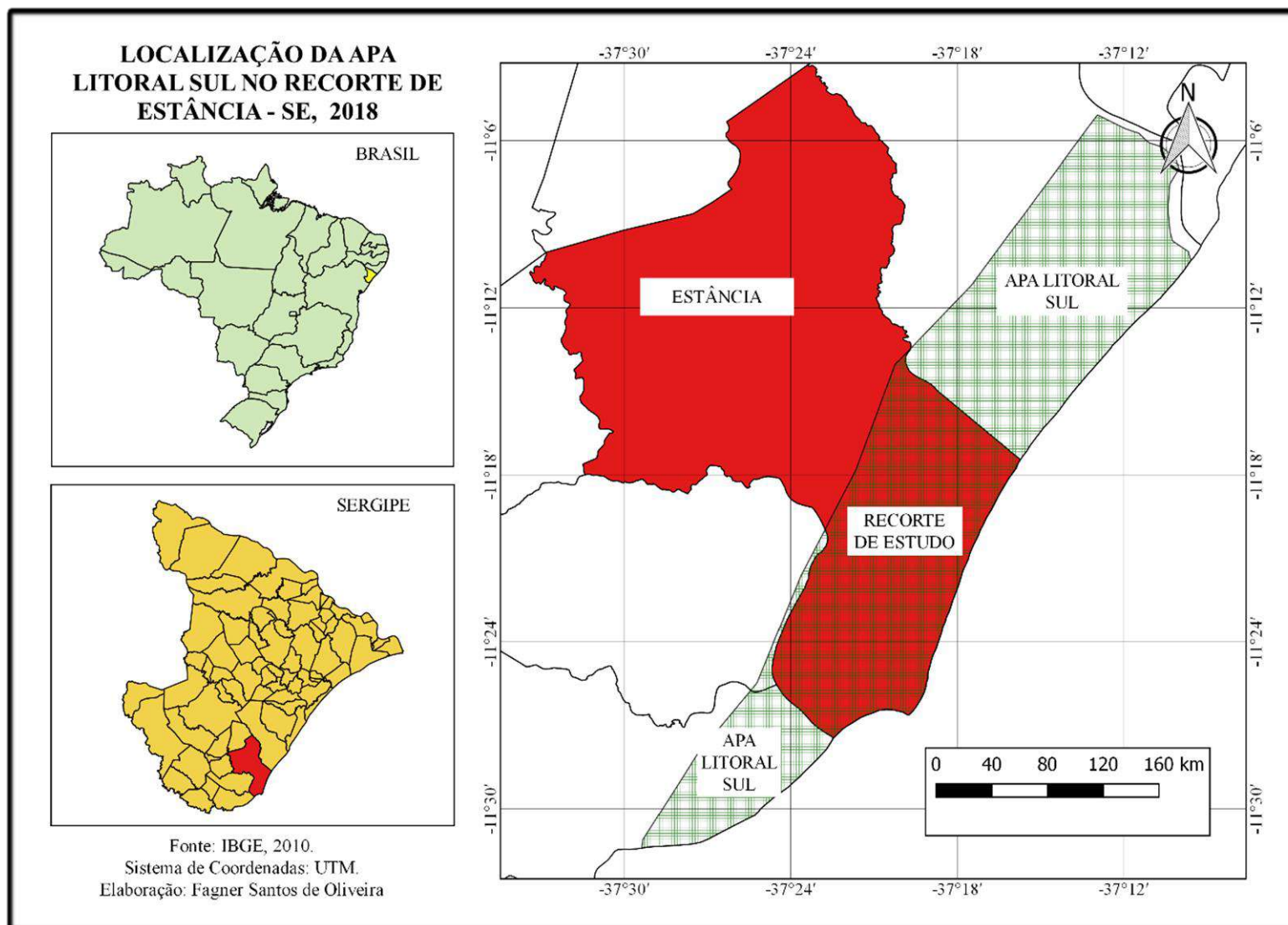
Diante do potencial natural do nordeste brasileiro, as Políticas Públicas vêm estimulando o desenvolvimento do turismo nessa região (SILVA, 2011). Os ambientes litorâneos são os que mais padecem pela ação antrópica. Isso se deve ao fato dos ambientes litorâneos estarem entre os mais procurados para serem ocupados e habitados pelas pessoas. O litoral sergipano, e dentro dele, a APA do litoral de Estância, não escapa a essa prerrogativa.

O litoral sergipano, localizado no Nordeste do Brasil, tem cerca de 163 km de extensão e ocupa uma superfície de 5.453,8 km<sup>2</sup>, equivalente a 24,9% do território do Estado de Sergipe. (...) está constituído por 23 municípios, classificados como litorâneos, costeiros e estuarinos, de acordo com um dos critérios do GERCO (Programa de Gerenciamento Costeiro) Brasil, e subdivididos em Litoral Norte, Centro e Sul. Esse espaço abriga atualmente cerca de 53,2% da população do Estado (FONSECA; VILAR; SANTOS, 2008, p.5).

A área de pesquisa compreende a APA Litoral Sul, no recorte do município de Estância/SE (Figura 5). A Área de Proteção Ambiental Litoral Sul do Estado do Sergipe foi criada pelo Decreto n° 13.468 de 22 de janeiro de 1993, e conta com cerca de 54 mil hectares. Sua delimitação obedece aos limites entre a área entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura dos Rio Real e Piauí, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Logo, a referida APA engloba todo o litoral estanciano.

A planície litorânea de Estância é constituída por vegetação variada, sendo que nas praias predominam coqueirais e vegetação rasteira, com campos de matas de restingas e manguezais, além de árvores frutíferas típicas dessa área, como mangabeiras, cajueiros, mangueiras, etc. A fauna é diversa, principalmente em veriedades espécies de pássaros, peixes e crustáceos, e igualmente marcada pelas ações do homem no meio natural, alterando visivelmente seus aspectos naturais.

Figura 5 – Localização da APA Litoral Sul no recorte de Estância – SE.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Araújo (2014) destacou cinco unidades de paisagens que predominam na RESEX (Reserva Extrativista), que encontra-se dentro e também excede os limites da APA do litoral de Estância, caracterizando-a em seus elementos essenciais. São elas: as Planícies Fluviomarinhas, o Terraço Fluvial, o Terraço Marinho, o Terraço Fluviomarinho e os relevos dissecados em Colinas e Interflúvios Tabulares.

Nas Planícies Fluviomarinhas predominam as coberturas vegetais de manguezais, restingas, florestas ombrófilas e pastagens. O uso do solo é caracterizado por cultivos, portos e coletas de mangabas. No Terraço Fluvial encontra-se uma cobertura vegetal diversa, marcada pela pastagem, restinga e floresta ombrófila, em cujo uso do solo não se pratica o extrativismo. No Terraço Marinho há o domínio dos manguezais e manchas de restingas, onde é possível realizar a coleta de mangaba. No Terraço Fluviomarinho há o predomínio da restinga, com presença de manguezais e poucas pastagens. Nesse tipo de solo são encontrados portos, residências e coleta de mangaba. Por fim, nos relevos dissecados em Colinas e Interflúvios Tabulares há o domínio das pastagens e poucos manguezais, nos quais o extrativismo é impraticável (ARAÚJO, 2014).

Os cordões de dunas datadas de época quaternária são fundamentais para a desova de 03 (três) espécies de tartarugas marinhas em Sergipe, dentre as quais destaca-se a tartaruga *Oliva*, a qual adotou essas dunas como seu único lugar de desova. Portanto, as dunas sergipanas são extremamente importantes para a reprodução e preservação das tartarugas marinhas. Constitui-se, dessa forma, um importante berçário para essas espécies marinhas.

Ademais, existem, ainda, mais 04 (quatro) grandes estuários na pequena costa sergipana. Por isso, tem fauna marinha endêmica e formou, ao longo do Quaternário, cordões de dunas ao longo de toda a costa de Sergipe (quase 60 km<sup>2</sup>), sendo o maior campo de reprodução de tartarugas marinhas do Brasil e única área reprodutiva da tartaruga *Oliva*. Ressalte-se, neste sentido, que existem apenas 05 (cinco) espécies de tartarugas marinhas no Brasil (sete no mundo inteiro), sendo que 03 (três) delas desovam no vasto berçário da costa de Sergipe. (SERGIPE, 2019, p. 05).

O litoral sergipano possui características geoambientais peculiares, que faz com que diversas outros organismos utilizem desse ambiente natural no seu ciclo de vida. Donde traduz-se a riqueza da fauna e da flora locais, e a necessidade de sua preservação.

Além de ser área reprodutiva de 03 (três) espécies de tartarugas marinhas, possui ampla variedade de aves e presença de populações de botos-cinza (*Sotalia guianensis*) e de um indivíduo de peixe-boi, constituindo-se, ainda, em parte da rota de migração da baleia Jubarte e de diversas aves marinhas, com destaque para as aves limícolas neárticas. Essas características evidenciam o potencial do litoral sergipano para abrigar importantes relações ecológicas da vida marinha e terrestre da costa do Brasil (Idem, Ibidem, p. 06).

As comunidades que integram a Área de Proteção Ambiental do litoral de Estância podem ser destacadas em 03 (três) agrupamentos distintos: as concentradas na praia (Abaís,

Boa Viagem, Dunas e Saco); as fundadas às margens e adjacências da rodovia SE-100 (Manuel Dias, Massadiço, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Coqueiro de Fora, Ribuleira Grande, Ribuleirinha e Porto do Mato); e as situadas às margens do Rio Fundo (Farnaval, Ribeiro, Tibúcio e Ouricuri); perfazendo o total de 16 (dezesseis) povoações (Figura 6).

As comunidades praianas concentram suas atividades econômicas principalmente no desenvolvimento do turismo e na prática da pesca artesanal. Os demais povoados, excetuando-se o Porto do Mato onde o turismo também é desenvolvido, concentram suas atividades econômicas principalmente no extrativismo dos recursos naturais encontrados na APA. Isso deve-se às raízes históricas de sua povoação, bem como decorre das políticas públicas implementadas recentemente na área.

Desde seu processo histórico de ocupação até os dias hodiernos, essa área passa por contínuas transformações decorrentes das ações antrópicas, as quais foram acentuadas pelas políticas públicas implementadas nas últimas décadas. Isso acontece porque a todo instante o homem age, modifica e produz o espaço, fazendo uso dos recursos naturais à sua disposição, muitas vezes para atingir a fins meramente econômicos. O processo de ocupação e uso do solo da APA de Estância não se trata, portanto, de fenômeno recente.

O processo de ocupação do Litoral Sul de Sergipe teve início em 1575, quando os jesuítas portugueses fundaram aldeias nas proximidades dos rios Piauí, Real e Vaza-Barris, o que demonstra a importância dos estuários como eixos de ocupação e de articulação territorial do Estado (SANTOS, 2012, 1131).

No município de Santa Luzia do Itanhi, ao lado da Igreja Matriz de Santa Luzia, é possível encontrar uma placa que retrata o marco da chegada dos jesuítas no litoral sul de Sergipe (Figura 7). Nela encontram-se os seguintes dizeres: “Em 28 de janeiro de 1575, chegaram às margens do Rio Real os jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio para implantar a civilização em Sergipe”. Além da pedra encontrada na Capela de Nossa Senhora da Boa Viagem, no povoado da Praia do Saco, trata-se de um valioso monumento que retrata esse período de ocupação do território sergipano. Nesse lugar foi celebrada a primeira missa do Estado de Sergipe, no ano de 1575.

Figura 6 – Comunidades integrantes da APA do litoral de Estância/SE.

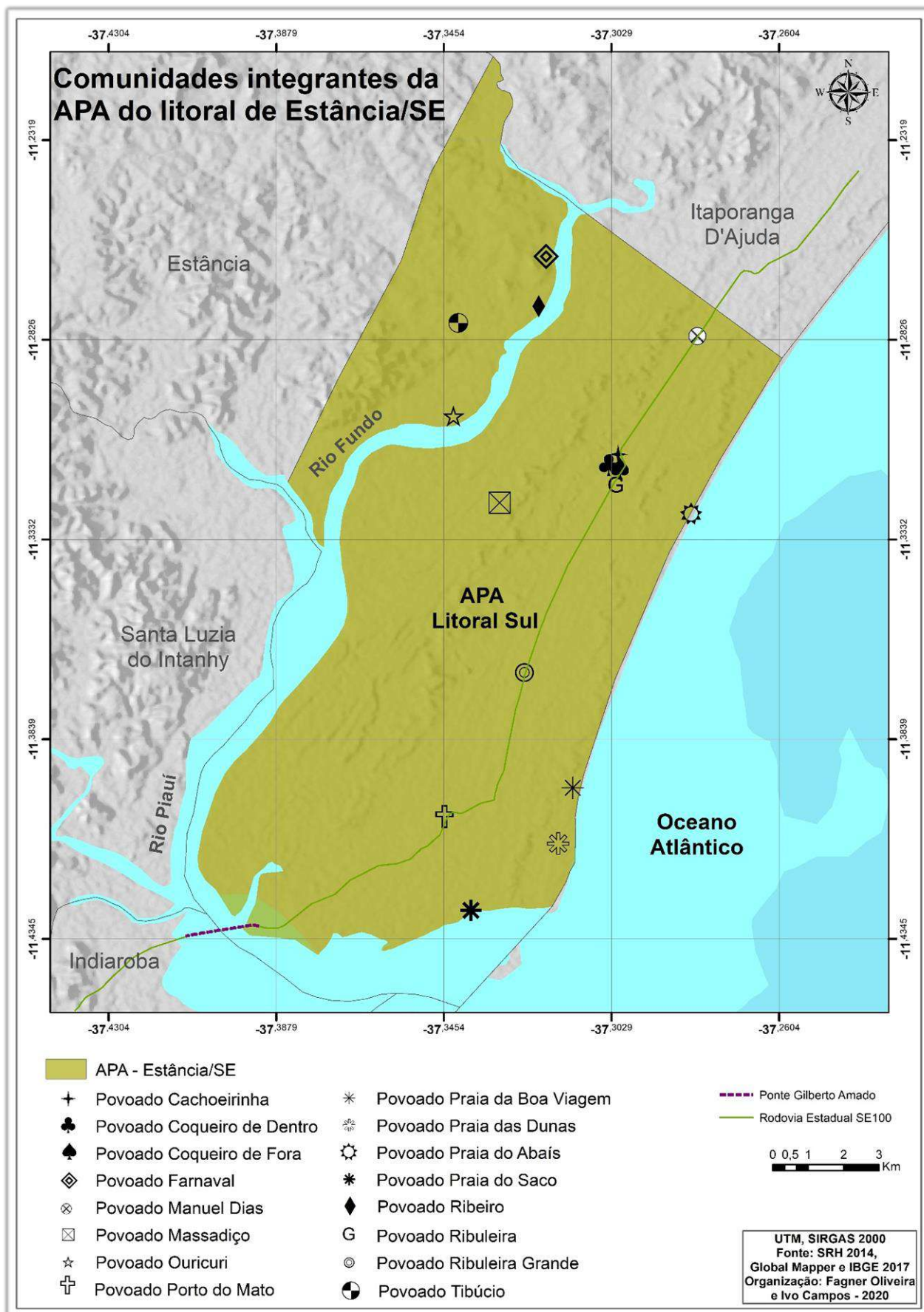
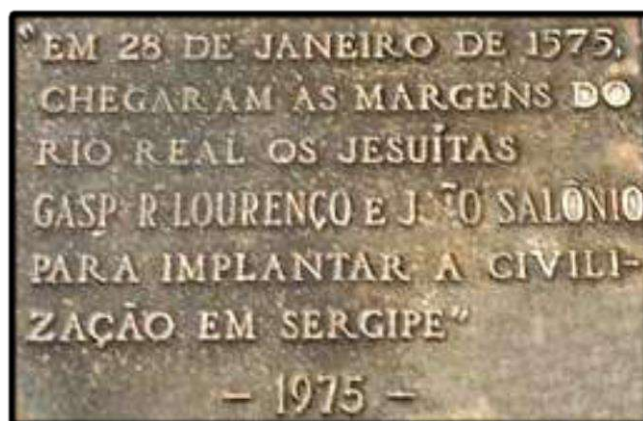


Figura 7 – Marco da chegada dos jesuítas no litoral sul sergipano.



Fonte: [www.cultura.com.br](http://www.cultura.com.br) acessado em 06/10/2019.

Os cursos dos rios, partindo do litoral para as terras continentais, foram extremamente relevantes nesse processo de desbravamento e ocupação. A foz dos rios Piauí e Real exemplificam essa realidade em Estância. Por meio dela os colonizadores ingressaram nessa área e, desse modo, novas povoações foram paulatinamente constituídas. A atividade econômica primordial encontrou respaldo na pecuária e, posteriormente, no cultivo canavieiro.

A ocupação das terras sergipanas partiu do litoral e seguindo os cursos dos rios avançou em direção ao interior, tendo como atividade econômica inicial a pecuária, que posteriormente foi substituída pela cana-de-açúcar, que proporcionou um grande crescimento econômico e populacional às localidades próximas ao litoral e a Zona da Mata, formando uma nova base econômica e social (SANTOS; VILLAR, 2012, p. 1131).

Após séculos de tímidas iniciativas do governo em termos de promoção de políticas públicas nessa área, essa realidade transformou-se profundamente na segunda metade do século XIX. A partir da década de 1970 foram adotadas pelo Estado sergipano políticas públicas que intensificaram o desenvolvimento de infraestruturas de transportes e comunicações, atraindo indústrias que se instalaram em Aracaju e nas cidades litorâneas meridionais de Sergipe, entre as quais, Estância (SANTOS, 2012). Arelado a isto teve-se o aumento da informalidade e, por conseguinte, o progressivo loteamento clandestino das áreas do litoral sul sergipano.

A atuação do Estado foi determinante nesse processo. Seu papel é crucial no ordenamento do território, especialmente no litorâneo. Para Moraes (2007) o Estado é o agente mais impactante no processo de ocupação do litoral, pois possui a prerrogativa de ordená-lo, imobilizando terras ocupadas ilegal ou irregularmente ou mesmo instituindo atrativos locais.

No caso do litoral sul de Sergipe, e dentro dela, de Estância, esse processo de ocupação foi complexo, intensificando-se e diversificando-se consideravelmente, numa espécie de homogeneidade heterogênea.



O Litoral Sul de Sergipe é um espaço formado por cinco municípios com certa homogeneidade interna. Mas há um mosaico bem complexo de situações nessa área. Problemas de natureza ambiental, social, fundiária e econômica são responsáveis pela homogeneidade da área e ao mesmo tempo a heterogeneidade (VILAR, 2010, p. 3).

Essa complexidade interna nos remete às raízes históricas do seu processo de ocupação. Isso se deu desde o surgimento das primeiras aldeias, dos povoamentos e colônias de pescadores, até o incremento da construção das casas de segundas residências e de veraneio, intensificando-se com os diversos empreendimentos imobiliários instalados e em processo de instalação, sendo estas impelidas pelas atividades econômicas decorrentes da especulação imobiliária e do turismo.

Esses mesmos espaços costeiros alojam as segundas residências para veraneio e turismo que evidenciam a consolidação no Litoral Sul com atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, como os empreendimentos imobiliários, que elevam demasiadamente o preço da terra nessa região. [...] Entretanto, tais residências costumam obedecer a estruturas urbanas convencionais, incompatíveis com a elevada fragilidade ambiental dos manguezais, dunas e restingas (SANTOS, 2012, p. 1132).

Esse processo de reestruturação litorânea acontece mediante intervenção de ações públicas e privadas. Elas potencializam esse fenômeno ocupacional, porém, ele carece de análise, planejamento, organização, ordenamento. Do contrário, originarão e intensificarão os conflitos socioambientais existentes, latentes e mesmo até então inexistentes.

Nesse sentido, há considerável variedade no uso e na ocupação dos solos dessa área. A economia local gira em torno das atividades voltadas para o turismo, para as comunidades tradicionais a extração dos recursos naturais é fonte primária de subsistência, seja pelo uso e consumo dos recursos extraídos, seja pela comercialização dos mesmos na própria comunidade ou na feira-livre de Estância. O turismo é o carro chefe dessas comunidades, principalmente das praianas. Uma gama de serviços é desenvolvida e ofertada para atender essa demanda.

A praia do Abaís é uma das mais frequentadas e habitadas do litoral de Estância (Figura 8). Muitos estancianos possuem casas de veraneio e de segunda residência nessa praia. Durante os momentos festivos mais importantes ao longo do ano, a exemplo do *reveillon* e das festividades juninas, essa praia recebe estrutura de palco e som para *shows* artísticos de cantores locais e nacionais. Nesses períodos o fluxo de turistas e banhistas aumenta exponencialmente.

Figura 8 – Praia do Abaís.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

A praia das Dunas é outra praia que merece destaque (Figura 9). Aqui concentram-se casas de veraneio, de segunda residência e mansões de proprietários de diversos municípios sergipanos, principalmente da capital, bem como de municípios de outros Estados. Trata-se de um ambiente bastante utilizado para o turismo, sobremaneira, pelo passeio de bugues pelas dunas móveis. Também nesse ambiente encontra-se uma pista de pouso e decolagem de aeronaves de pequeno porte.

Figura 9 – Praia das Dunas.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

A praia do Saco, por sua vez, é uma das mais frequentadas por banhistas e turistas de diversos Estados, pois trata-se de uma das praias mais paradisíacas do país (Figura 10). Ela é conhecida por suas águas calmas, por conta da Ilha da Sogra, um banco de areia que atua como quebra mar. Nela encontram-se casas de veraneio, de segunda residência, mansões, restaurantes e pousadas, em sua maioria construídas em preamar, dunas e área de manguezais.



Figura 10 – A Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Dessa forma, a prática do veraneio é uma característica extremamente relevante nessa área de estudo. Para isso, faz-se mister destacar o papel das casa de segunda residência. Ela acaba sendo usufruída para diversas finalidades, que vão desde a habitação de lazer ao alojamento turístico. Constitui-se, desse modo, uma das formas de utilização da APA para fins turístico e também econômicos em geral.

Nas quatro praias analisadas o veraneio permanece ‘vivo’ como conteúdo dominante da tradicional forma de casa de praia. Família, natureza, lazer, herança, e porque não dizer também *status social*, apresentam-se como os “motores” que movimentam o veraneio no litoral sergipano. Além da segunda residência como habitação de lazer, usa-se ainda a “velha” casa de praia como alojamento turístico. (SANTOS, 2015, p. 259-260).

Várias atividades comerciais se estabeleceram, sobretudo nas comunidades do Porto do Mato, das praias do Saco e do Abaís. Nelas construiu-se centenas de casas de veraneio e de segunda residência, inclusive em área do preamar, em todas as praias da APA. Elas foram impulsionadas pelas atividades do turismo ligado às referidas praias, mas também pelo turismo fluvial, principalmente destinado a Mangue Seco, tal como realizado às margens das cabeceiras das pontes do Porto do Mato.

Ademais, faixas do que restou da Mata Atlântica nessa região, inclusive nas Áreas de Proteção Ambiental, bem como dos ecossistemas dos manguezais e das restingas, além das próprias árvores das mangabeiras, estão paulatinamente sendo subtraídas para fins econômicos diversos. A finalidade da especulação imobiliária tem sido uma constante na APA (Figura 11). Essa realidade presente nos povoados Manuel Dias, Farnaval, Ouricuri, Ribuleira Grande e Ribuleirinha.

Figura 11 – Especulação imobiliária na Ribuleirinha.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

A especulação imobiliária se propagou ao longo de toda a malha rodoviária, através de inúmeros condomínios fechados e resorts de luxo (Figura 12). Isso atraiu centenas de clientes em busca de locais de entretenimento, descanso, lazer e até moradia. Dessa maneira, as comunidades locais contemplaram um frenético processo desenvolvimentista naquele território e o surgimento de conflitos de diferentes naturezas.

Nesse sentido, enquanto a especulação imobiliária adentra os espaços dessa APA amparada pelos órgãos fiscalizadores e governantes, a justiça tem impedido que moradores recentes o mesmo mais antigos, principalmente das áreas de domínio da União próximas das praias, façam qualquer tipo de alteração, reforma ou construção nessa área. Isso se estende para todas as comunidades que integram a APA.

Figura 12 – Condomínio de luxo próximo a praia do Abaís.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Além disso, outras atividades estão sendo paulatinamente substituídas, como aquelas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais de coletores, catadores e pescadores. As

transformações ocorridas na APA fizeram com que inúmeras famílias buscassem outras alternativas laboris para sua própria subsistência. Dessa maneira, muitos estão abandonando sua vocação herdada dos antepassados para assumirem outras profissões como pedreiros, carpinteiros, pintores, bombeiros, etc.

Portanto, no meio dessa disputa está a numerosa população de moradores tradicionais, com costumes e tradições herdadas de seus antepassados, e que estão ligadas sobretudo ao extrativismo dos recursos naturais para a sua sobrevivência. Existe uma valiosa riqueza natural e cultural nesse ambiente frágil e vulnerável às ações do homem. Nem sempre as palavras da lei correspondem às práticas exercidas tampouco às experiências vivenciadas pelos diferentes autores imersos nessa realidade. Por isso, compreender o processo de instituição da APA faz-se extremamente necessário para entender melhor a dinâmica dos Conflitos Socioambientais, tendo em vista a promoção do uso sustentável da área.

## CAPÍTULO 3

### ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL SUL EM ESTÂNCIA/SE

#### 3.1 Aspectos legais da instituição da APA

Não obstante as comunidades que integram a APA do litoral do Estância terem suas raízes históricas antigas, o processo de instituição da APA é recente. A própria Carta Magna, cuja promulgação data de 05 de outubro de 1988, ainda incorpora um recente período democrático. Nela o meio ambiente ganhou um *status* constitucional, isto é, obteve atenção especial na sua redação. Por conseguinte, as constituições estaduais de todas as unidades da federação a recepcionaram em suas redações.

Nesse sentido, os aspectos legais da instituição da APA Litoral Sul de Sergipe, fundamentam-se nos artigos 84, incisos V, VII e XXI, 232 e 233 da Constituição Estadual de Sergipe, promulgada em 05/10/1989. O artigo 232, caput, defende o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos, inclusive para as gerações futuras. Esse princípio foi recepcionado integralmente do art. 225 da CF/88.

Tendo em vista alcançar o supradito intento, o Poder Público, com o auxílio das entidades privadas deverá, conforme disposto no art. 232, § 1º, da Constituição Estadual Sergipana, entre outras coisas:

- a) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- b) definir os espaços territoriais e seus componentes que devam ser objeto de proteção;
- c) exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do ambiente, estudo prévio de impacto ambiental;
- d) proteger a fauna e a flora, em especial as espécies nativas e/ou ameaçadas de extinção, fiscalizando a extração, captura, produção, transporte, comercialização e consumo de suas espécies e subprodutos, vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade;
- e) implementar política setorial visando a coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, urbanos e industriais, com ênfase nos processos que envolvam sua reciclagem;
- f) promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

O art. 232, § 9º, incisos I e II da referida lei, prevê ações absolutamente prioritárias para o Estado e os municípios litorâneos de Sergipe: o combate à poluição das praias e dos rios que deságuam no litoral; e a preservação das dunas que servem de contenção ao avanço do mar. Tratam-se de ações governamentais que dizem respeito diretamente a APA em destaque. Além disso, no art. 233 da Constituição Estadual, considera-se as correspondentes áreas de proteção permanente:

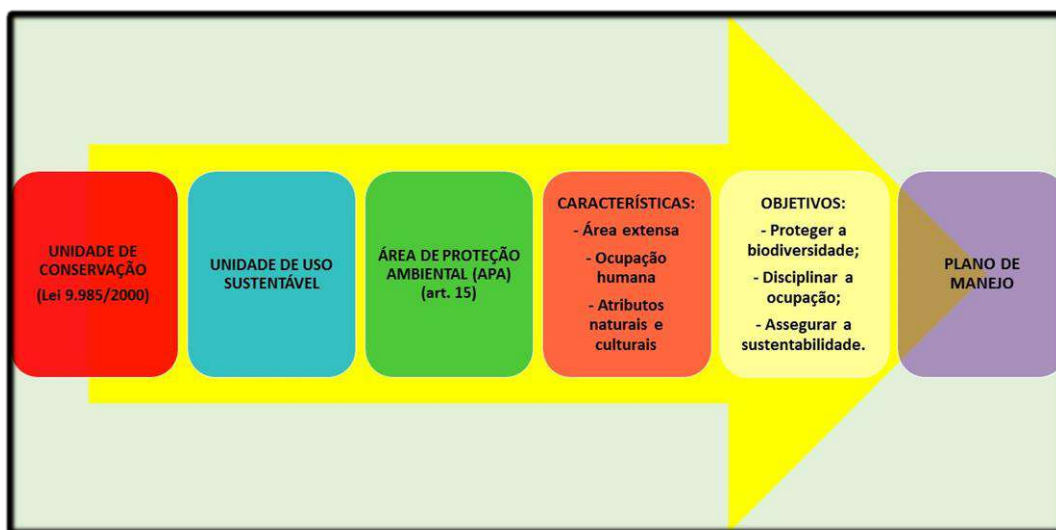
[...] os manguezais, as dunas, as áreas remanescentes da Mata Atlântica, as cabeceiras de mananciais, as áreas de desova das tartarugas marinhas, a serra de Itabaiana, as matas ciliares, todas as áreas que abriguem espécies raras da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias.

Arelada a esses dispositivos constitucionais, tem-se como fundamento da criação da APA em destaque, a lei nº 2.608, de 25 de fevereiro de 1987, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Administração do Estado de Sergipe, a qual foi alterada pela lei nº 2.960, de 09 de abril de 1991. Com isso, em 21 de janeiro de 1993 foi promulgado o decreto nº 13.468, o qual instituiu a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe (Figura 13). Esta, por seu turno, fundamentou-se nas seguintes motivações:

- a) a implantação da Rodovia SE-100 – SUL constituirá um importante fator de desenvolvimento econômico-social da área do litoral sul do Estado de Sergipe;
- b) existe no litoral sul do Estado um inestimável patrimônio natural, formado por diversos ecossistemas, constituídos de manguezais, áreas estuarinas, dunas, restingas, lagoas, e tantas outras áreas, inclusive de grande valor paisagístico;
- c) a implantação da Rodovia SE-100 – SUL tem que ser vista também sob os aspectos ecológico e ambiental;
- d) a instituição de uma Área de Proteção Ambiental constitui a ação mais apropriada para proteção do litoral sul do Estado, possibilitando a ocupação e utilização ordenadas, coerentes e convenientes do solo, no desenvolvimento de atividades socioeconômicas;
- e) o desenvolvimento da área do litoral sul do Estado tem estreita relação com a política de desenvolvimento da região da Grande Aracaju, e dos Municípios com parte dos respectivos territórios encravados nessa mesma área.

Assim sendo, um dos fatores cruciais para a criação da APA foi a implantação da Rodovia SE-100, e as consequências desta no tocante ao desenvolvimento e a preservação dos ecossistemas presentes na área. A sua gestão está sob a responsabilidade do governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, por intermédio da Superintendência de Biodiversidade e Florestas (BRASIL, 2017).

Figura 13 – Quadro sintético sobre a APA.



Elaboração: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

A Área de Proteção Ambiental Litoral Sul do Estado do Sergipe foi criada pelo Decreto nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993, cujos limites são demarcados no art. 1 do mencionado decreto:

Fica instituída a Área de proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe (APA – Litoral Sul), limitada, ao sul, pela margem esquerda do Rio Real, no limite fronteiriço com o Estado da Bahia; ao norte, pela margem direita do Rio Vasa-Barris; ao leste, pelo Oceano Atlântico; e ao oeste, por uma linha distante 10 Km (dez quilômetros) dos pontos de preamar média de 1831, nos termos do PORTO-MARINST n.º 318.001-A, de 30 de setembro de 1982, e do Programa nacional de gerenciamento Costeiro.

Sua delimitação obedece aos limites entre a área entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Ela compreende uma área de 54 mil hectares. A referida APA, portanto, engloba todo o litoral estanciano. Para gestão dessa UC faz-se imprescindível a elaboração do Plano de Manejo.

Nesse sentido, a Lei Federal nº 9.985/2000, que criou o SNUC determina no art. 27, § 1º que as UCs devem dispor de um Plano de Manejo, o qual deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos. Além disso, o Plano de Manejo deve conter medidas para promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

A definição do que consiste o Plano de Manejo encontra seu escopo jurídico no art. 2, inciso XVII, da Lei nº 9.985/2000, segundo o qual o mesmo é o:

[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Assim sendo, no intuito de promover o planejamento e a gestão do manejo dos recursos naturais da APA Litoral Sul de Sergipe, foi instituída a Comissão Coordenadora da mesma, as seguintes atribuições, tal como disposto no art. 3, incisos I e II do decreto em destaque:

- I. Elaborar, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, o Plano de manejo (Zoneamento Ecológico-Econômico), para o desenvolvimento sustentado da APA – Litoral Sul [...];
- II. Analisar e emitir parecer prévio ao licenciamento dos projetos públicos e privados referentes ao parcelamento e utilização do solo, ao desenvolvimento turístico, habitacional, industrial, agrícola, agroindustrial, e outros projetos propostos para a área territorial da APA – Litoral Sul.

O Plano de manejo (Zoneamento Ecológico-Econômico), para o desenvolvimento sustentado da APA Litoral Sul, deverá contemplar, conforme art. 3, parágrafo único, do decreto nº 13.468/1993:

[...] o sistema viário básico, o zoneamento de áreas para implantação de complexos turísticos e de lazer, assentamentos urbanos, unidades produtivas sócio-econômicos, e unidades de proteção ambiental, observados os princípios e diretrizes da política estadual de meio ambiente.

Não obstante o decreto ter previsto 180 (cento e oitenta) dias para a elaboração do Plano de Manejo, passados 26 (vinte e seis) anos da promulgação do mesmo, essa é uma questão ainda em aberto. É notória, portanto, a convicção de sua necessidade e importância, mas sua elaboração ainda é uma incógnita. Assim, durante a entrevista do presidente atual da Comissão gestora da APA fez-se a seguinte indagação: “Então esse plano de Manejo ainda não foi construído?”, cuja resposta foi uma negativa categórica:

Não! Ele vai começar a ser construído. Estamos esperando sair no diário oficial da União. Ele foi aprovado pelo governador, foi aprovado pelo Secretário do Meio Ambiente, [...], sob o aval do nosso superintendente, onde eu farei parte. Como são quatro pessoas que serão responsáveis para elaboração do plano de manejo. (Ator 13, entrevista concedida em 01/10/2019).

Recentemente foi criado o PEGC (Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro), pelo Projeto de Lei nº 263, de 07 de novembro de 2019. Com sua criação também foi instituído o CEGC (Conselho Estadual de Gerenciamento Costeiro). As motivações que ensejam a sua criação correspondem ao fato de:

[...] a zona costeira de Sergipe, diferentemente da grande costa leste brasileira, está em uma vasta bacia sedimentar costeira, onde o mar adentra os canais de rios até 40 km perpendicular à orla marítima, formando mais de 500 km² de planícies estuarinas, cobertas por densas florestas de manguezais, que são áreas de reprodução, abrigo e alimentação de milhares de espécies dentre peixes, aves, mamíferos, da costa do Brasil (faixas marinha e terrestre) (SERGIPE, 2019, p. 04-05).

O PEGC elenca importantes definições para o litoral sergipano, a saber: a de zona costeira sergipana (faixa marítima e faixa terrestre), a de gerenciamento costeiro, a de zoneamento ecológico-econômico costeiro, a de sistema estadual e monitoramento da zona costeira, a de relatório estadual de qualidade ambiental da zona costeira e a de povos e comunidades tradicionais.

Aqui destaca-se a concepção de gerenciamento costeiro, a qual enseja diretamente sobre o referido Plano e que consiste numa “ferramenta de planejamento ambiental e territorial focalizada no estudo e ordenamento dos recursos terrestres e marinhos presentes nas zonas costeiras e na faixa litorânea que define a transição entre o domínio continental e o marinho” (PEGC, 2019, art. 2º, inciso II).

Segundo o art. 4º, incisos de I a V da PEGC, os princípios que a norteiam são:

- a) o uso sustentável e racional dos recursos naturais existentes na zona costeira;
- b) a proteção dos ecossistemas costeiros;
- c) a proteção das comunidades tradicionais costeiras;
- d) a capacitação, através da educação ambiental, das populações que vivem ou transitam na zona costeira;
- e) a adoção dos princípios da prevenção e da precaução diante de impactos ambientais negativos ou da iminência de dano grave ou irreversível aos recursos ambientais presentes na zona costeira.

Sobre este último, se a legislação proíbe ações perigosas, mas possibilita a mitigação dos riscos, aplica-se o “princípio da precaução”, o qual requer a redução da extensão, da frequência ou da incerteza do dano (MACHADO, 2006 *apud* LOPES, 2015). Isso visa atender a interesses econômicos de modo geral. Nessa perspectiva, uma das preocupações do Poder Executivo de Sergipe, com a proposição desse Projeto de Lei, é justamente a promoção do desenvolvimento econômico do litoral:

Por outro lado, as limitações geoambientais criam dificuldades para o uso e ocupação, empreendedorismo, criação de capital, emprego e renda. Por isso, o Plano de Gerenciamento Costeiro de Sergipe é de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado, visto que a população se concentra na zona costeira, [...] constitui-se, sem sombra de dúvidas, em uma poderosa ferramenta com diretrizes para o melhor aproveitamento do uso e ocupação desta região (SERGIPE, 2019, p. 07).

O processo de instituição da APA Litoral Sul de Sergipe deu-se por razões ambientais e econômicas. As posições desenvolvimentistas de seu PEGC são explícitas e categóricas. Ademais, as questões atreladas a preservação dos recursos naturais dessa Unidade de Conservação ainda carecem de um instrumento primordial para o direcionamento das ações humanas nesse ambiente.

Apesar do decreto já ter completado mais de 25 anos de existência, observou-se pelos resultados desse estudo, que o seu cumprimento está longe de ser realidade. Inclusive em toda a extensão da APA são encontradas poucas placas indicativas sobre a mesma. Uma das placas principais está colocada na cabeceira da Ponte Gilberto Amado, com os dizeres “Área de Preservação Permanente”, tal como atestado pela Figura 14.



Figura 14 – Placa informativa na Ponte Gilberto Amado.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Em 2019 foram colocadas placas informativas sobre o pertencimento ao domínio da União nas proximidades da praia do Saco, uma das mais frequentadas pelos turistas. A entrada da praia do Saco (Figura 15) foi um dos locais escolhidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para colocação da placa informativa, na qual se destaca o dispositivo legal, o art. 6º, do decreto-lei nº 2.398/98, e as sanções cabíveis para os que infringirem, a saber: remoção, demolição e multa. Também apresenta o art. 10, da lei 9.636/98, a qual prevê desocupação e indenização.

Figura 15 – Placa informativa da SPU colocada na entrada da praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Ademais, outra placa informativa foi assentada na parte central da praia do Saco (Figura 16), nas proximidades do estacionamento improvisado para os turistas. Nela adverte-se acerca das mesmas informações. Trata-se, pois, de uma iniciativa do SPU para tentar inibir o avanço nas invasões e ocupações ilegais e clandestinas naquela área.

Figura 16 – Placa colocada pela SPU no centro da Praia do Saco.



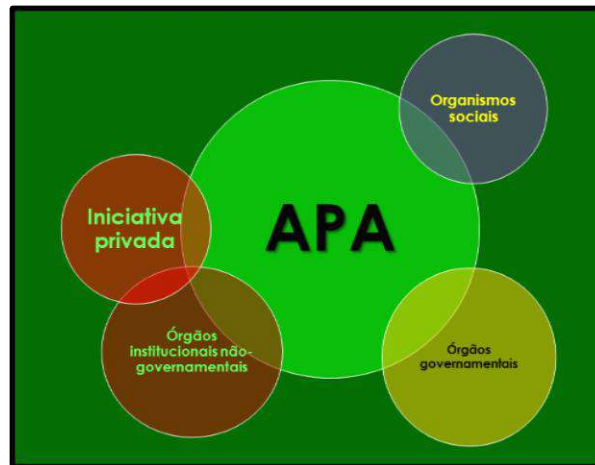
Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

As formações vegetais, as dunas, as lagoas, os rios e o mar igualmente sofrem com a intensificação das ações antrópicas na APA. O desenvolvimento promovido com a interligação da infraestrutura rodoviária, principalmente no pós-construção da Ponte Gilberto Amado, favoreceu as atividades relacionadas ao turismo. Entrementes, tem corroborado para a poluição e degradação de seus recursos naturais num ritmo cada vez intenso, o que torna o Plano de Manejo uma ferramenta extremamente necessária para o ordenamento do uso sustentável da APA.

### 3.2 Caracterização dos atores e das ações antrópicas realizadas na APA

Os atores envolvidos na APA do litoral de Estância são diversos (Figura 17). De modo geral eles podem ser agrupados em organismos sociais (aqueles que expressam os diferentes segmentos da sociedade civil: comunidades tradicionais, comunidades locais, movimentos sociais, associações comunitárias, extrativistas em geral, etc), órgãos governamentais (aqueles que representam de algum modo a atuação do poder público nas esferas dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, nos três níveis da federação – União, Estado e Município) e órgãos institucionais não-governamentais ou de iniciativa privada (aqueles que representam as diferentes instituições particulares, Organizações Não-Governamentais – ONGs –, organizações em defesa do meio ambiente etc).

Figura 17 – Esquema dos principais atores envolvidos na APA.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

Dentre os órgãos governamentais pode-se citar:

- a) Executivo Federal: atua por meio de suas autarquias, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade (ICMBIO), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Marinha do Brasil, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), etc;
- b) Executivo Estadual: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), Secretaria de Segurança Pública (SSP-SE), Polícia Rodoviária Estadual (PRE), Polícia Militar (PM), Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), equipe gestora da APA Litoral Sul, etc;

c) Executivo Municipal: através da prefeitura municipal de Estância e de suas secretarias, sobremaneira, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), Superintendência Municipal de Trânsito e Trânsito (SMTT), Secretaria Municipal de Educação (SEME), Secretaria Municipal de Saúde (SEMS), etc;

d) Legislativo: vereadores e deputados estaduais atuantes na APA;

e) Judiciário: sempre provocado pelo Ministério Público Federal (MPF-SE).

Entre os órgãos institucionais não-governamentais ou de iniciativa privada presentes destacam-se: Igreja Católica, Igrejas Protestantes Pentecostais, proprietários de casas de veraneio, proprietários de casas de segunda residência, latifundiários, empresários, construtoras, carcinicultores, cocoicultores, pecuaristas, bugueiros, agências de turismo, turistas, donos de restaurantes, donos de bares, donos de pousadas, donos de embarcações de turismo, entre outros. A atuação particular desses organismos se dá ao longo de toda a extensão da APA, ou seja, nos 16 (dezesesseis) povoados do litoral de Estância, nas mais diversas situações encontradas.

Há considerável variedade no uso e na ocupação dos solos dessa área. A economia das comunidades tradicionais gira em torno das atividades extrativistas, as quais são complementadas com as atividades ligadas ao turismo nas épocas de veraneio. Essa situação também se repete quando a coleta de mangabas e outros frutos, bem como o pescado e a cata de crustáceos e moluscos, se torna imprópria. A prática do veraneio e das atividades voltadas para o turismo intensificaram-se nos últimos anos, principalmente após a integração infraestrutural da rodovia SE-100, através da construção da Ponte Gilberto Amado, a qual favoreceu a atuação de vários atores nessa APA.

Como resultado das ações antrópicas realizadas nessa área ao longo dos séculos, tem-se uma tensão constante no equilíbrio do meio ambiente e na conservação de sua rica biodiversidade. Oliveira (2014) já havia advertido acerca das transformações pelas quais tem passado o litoral estanciano, no qual ambientes naturais marcantes estão sendo degradados por conta dos vários tipos de uso ocasionados pelas atividades humanas. Tais práticas de uso do solo levam ao questionamento sobre o conhecimento e a observância da natureza e finalidades da legislação da Unidade de Conservação da APA em Estância.

A contribuição dos líderes dos moradores locais, bem como dos movimentos, das associações, dos órgãos governamentais e dos órgãos institucionais é fundamental para aprofundar a compreensão dessas questões. Por isso, no dia 19/07/19, no Porto do Mato, aplicou-se um questionário semiestruturado a 10 (dez) representantes dos povoados, associações e movimentos atuantes na APA, cujo resultado indicou que, não obstante residirem

há muitos anos nesse ambiente, a maioria (82%) não possui o conhecimento terminológico-jurídico da Área de Proteção Ambiental de Estância (Figura 18).

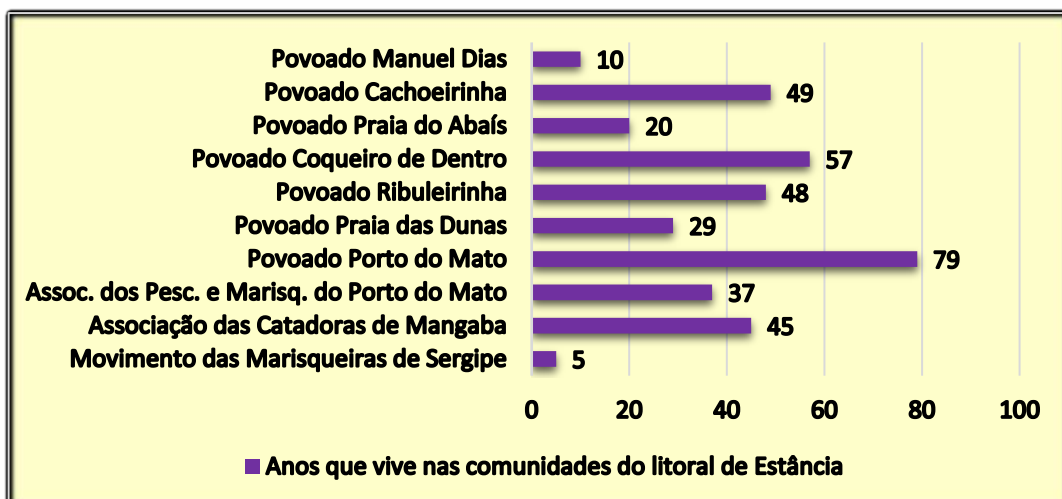
Figura 18 – Aplicação dos questionários às lideranças.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Embora os líderes comunitários não tenham o conhecimento mais técnico da APA, eles residem há décadas nessas comunidades, conforme a Figura 19. Esse tempo considerável traduz-se em conhecimento sólido e detalhado acerca das riquezas naturais que possuem nesse ambiente, bem como suas potencialidades e vulnerabilidades. A média de idade dos líderes para os quais foram aplicados os questionários perfaz 38,27 anos. Portanto, são pessoas que residem a um tempo considerável e, por essa condição, possuem informações relevantes sobre suas respectivas comunidades.

Figura 19 – Duração em anos de vivência dos atores no litoral de Estância.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Pelo que constatou-se através dos dados coletados *in loco* e analisados, a maioria dos moradores possuem um conhecimento detalhado sobre o dia-a-dia, especialmente sobre os desafios e os conflitos que enfrentam continuamente, tanto de sua comunidade como das

comunidades circunvizinhas. Entrementes, carecem de um entendimento mais substancial acerca da referida área.

De fato, os questionários e entrevistas revelaram que os responsáveis pelos órgãos de gestão e fiscalização ambiental dominam esse conhecimento técnico sobre a APA, ao contrário da maioria das lideranças comunitárias, que remetem parte significativa desse desconhecimento por falta de instrução, formação e orientação pelos governantes e responsáveis. Nesse sentido, o secretário municipal do SEMA (Secretaria do Meio Ambiente) do município de Estância foi entrevistado referente ao seguinte: “O que você entende por Unidade de Conservação?”.

Na verdade o que instituiu a Unidade de Conservação é uma lei, a legislação institui Unidades de Conservação, seja essa legislação estadual, que é no caso da nossa Unidade da APA Sul, ou legislação federal, chamados de Sistema de Unidade de Conservação. [...] Então, são áreas de grande importância ambiental, seja na questão de fauna, flora ou qualquer outro tipo de atividade que de alguma forma tenha relevância ambiental [...] (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Em seguida, foi perguntado ao o secretário municipal do SEMA: “Todo o litoral estanciano compreende a APA Litoral Sul de Sergipe. Você sabe o que significa uma APA?”.

Sim, APA é Área de Proteção Ambiental. No caso da nossa APA, ela é regida por um plano de manejo, que inclusive nem sei se existe esse plano de manejo. Na verdade o órgão ambiental responsável pela APA, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e esse órgão, a equipe que acompanha as atividades na APA elas tem que ter ciência daquilo que vai ser instalado ali, bem como, como será feita a sua proteção [...] (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Também indagou-se-lhe acerca do seguinte: “Como você avalia o uso dos recursos naturais pelo homem no litoral de Estância?”.

[...] existe uma questão imobiliária muito grande, então, como também existe a questão das comunidades tradicionais [...]. Porque essas comunidades já estavam lá antes da questão imobiliária, já estavam lá antes dessas terras possuírem um valor econômico muito grande e esses conflitos começaram a existir. Então, por vezes essas comunidades, elas são retiradas ou impedidas de realizar suas atividades costumeiras, culturais, por conta desses conflitos que vem aparecendo principalmente pela questão imobiliária (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

As respostas supramencionadas demonstram que o ator em específico domina o conhecimento jurídico da APA e possui relevante conhecimento da mesma, no tocante às atividades ali desenvolvidas, bem como referente a alguns conflitos que acontecem nessa área. O elemento da especulação imobiliária aparece como um dos tenses desses conflitos. Nos últimos anos ele exerceu forte influência, principalmente ao longo da Rodovia SE-100.

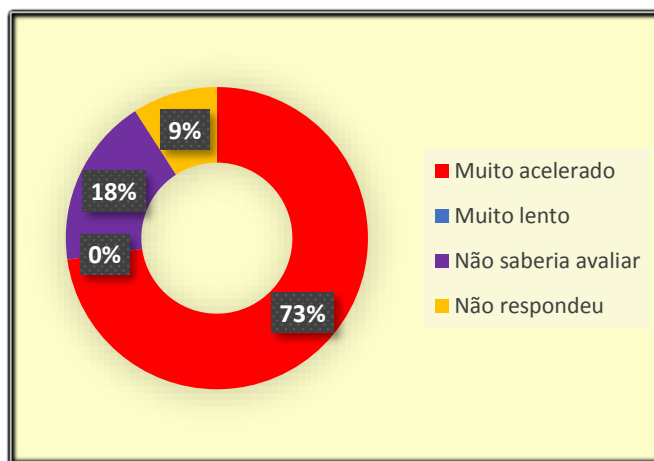
No intuito de entender a dinâmica dos conflitos socioambientais na APA Litoral Sul em Estância/SE fez-se aos atores entrevistados a seguinte pergunta: “A intervenção humana nessa Área de Proteção Ambiental tem causado conflitos socioambientais?”. A resposta a seguir se mostra categórica e afirmativa sobre tal questionamento:

Acredito que sim. Toda intervenção humana em área ambiental ela vai causar algum tipo de impacto. Óbvio que o meio ambiente ela tem a resiliência de conseguir se

regenerar, se adequar a esses impactos. Mas chega um momento que esses impactos são de uma forma tão grandes que o meio ambiente naturalmente ele não consegue essa recuperação, essa regeneração. A partir do momento em que esses impactos eles passem do poder natural do meio ambiente de se regenerar eles passam a ser, a tornar a poluição, a degradação. [...] (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Os atores entrevistados foram interpelados acerca da seguinte questão: “Um dos objetivos da APA é permitir o uso sustentável de seus recursos naturais. Como você avalia o ritmo das ações antrópicas nesse ambiente?”. As respostas obtidas revelaram a intensificação das ações do homem nesse ambiente (Figura 20). Ao que se destaca o iminente e real risco de preservação dos recursos naturais existentes na APA, dada a intensa pressão das ações do homem na mesma.

Figura 20 – Avaliação dos líderes sobre o ritmo das ações antrópicas na APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Essa constatação também foi apresentada por Santos (2015), segundo o qual o ritmo frenético das ações do homem no litoral de Estância deve-se ao aumento da especulação imobiliária na APA ocasionado pela construção da rodovia SE-100. Com a integração da malha rodoviária houve acentuada valorização das terras próximas ao mar e começaram a surgir condomínios fechados de segunda residência ao longo de várias comunidades da rodovia.

Ademais, Araújo (2014) abordou outro aspecto a ser considerado, ao evidenciar que o poder público é o responsável pela regularização fundiária, criação e gestão da UC e da APA. Acontece que os proprietários de terras e latifundiários temem pela perda de suas propriedades, uma vez que, com a possibilidade de criação de RESEX dentro da APA, as terras passariam ao domínio público. Isso acaba gerando conflitos, sobremaneira, com as comunidades tradicionais.

Assim sendo, o processo de ocupação do litoral sergipano contribuiu para acelerar a degradação desse ambiente natural, o qual se caracteriza pela fragilidade de seus ecossistemas. Por conseguinte, tem-se o risco do desequilíbrio da flora e fauna nativas, atrelado aos processos



desordenados de uso, ocupação e devastação dos recursos naturais, e em decorrência, o comprometimento da própria sustentabilidade da APA.

Conforme resultados dos questionários aplicados às lideranças comunitárias foi possível constatar vários recursos naturais afetados pelas ações humanas nesse ambiente (Figura 21). Nessa nuvem de palavras percebe-se que todos os recursos fundamentais da APA aparecem de modo evidenciado. Ademais, quase todas as comunidades que integram a APA trazem à tona essa preocupação.

Figura 21 – Principais recursos naturais afetados pelas ações do homem na APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Os atores envolvidos no uso dos recursos naturais nessa área devem atentar-se para as consequências que os mesmos poderão trazer a preservação e sustentabilidade do meio ambiente e das comunidades tradicionais que ali vivem. Os Conflitos Socioambientais devem servir de alerta aos atores envolvidos nessas disputas. Eles falam a respeito de situações, as quais devem ser enfrentadas de imediato pelo poder público, com ações eficazes a curto e longo prazos, tal como atestado em outras realidades.

O conflito de uso alerta a todos os atores sociais como políticos, organizações profissionais, administrações e movimentos sociais, deixando-os preocupados com as consequências imediatas dos conflitos de uso no que se refere às relações sociais, a tranquilidade e a ordem pública, mas também pelos incidentes de longo tempo em torno do desenvolvimento dos espaços rurais e perímetros urbanos. (COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN, 2005, p. 12)

Esse ambiente litorâneo possui um significado extremamente importante, e relacionado a existência e mesmo sobrevivência dos costumes, em sua maioria herdados dos antepassados que ali moravam, sobremaneira para as comunidades tradicionais que integram a área. Nesse sentido, ao serem questionados acerca do que a APA representa para cada um deles, os líderes das comunidades destacaram palavras como: sobrevivência, vida, ambiente, família, moradores, entre outras (Figura 22).



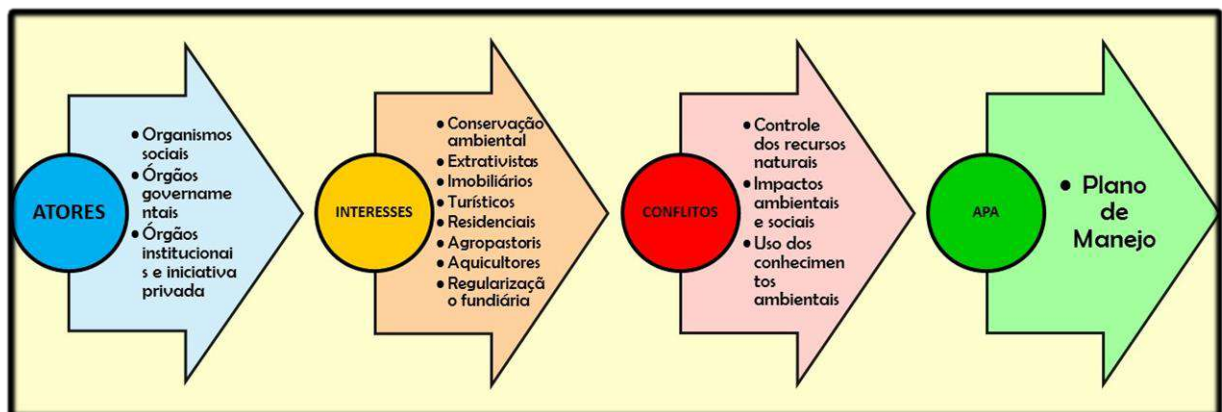
Figura 22 – Significado da APA para seus moradores.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Esse sentimento de pertença ilustra um processo identitário extremamente importante para preservação dos recursos naturais presentes na APA. A sobrevivência das comunidades tradicionais também auxilia a preservação desse meio ambiente, pois suas práticas extrativistas, tal como apresentados por alguns líderes, buscam respeitar os períodos de coleta de seus recursos. Entretanto, ainda acontecem abusos que geram conflitos e que são praticados por diversas motivações (Figura 23).

Figura 23 – Esquema sintético dos interesses dos atores causadores de conflitos na APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

Portanto, os atores que atuam na APA estanciana possuem motivações diversas, tais como o uso dos recursos naturais como meio de sobrevivência, o uso dos solos para fins de especulação imobiliária, o uso das praias para atividades turísticas, entre outros. Em todos eles o fator econômico é proeminente. Por isso, faz-se mister promover políticas públicas capazes de desenvolver práticas sustentáveis não apenas para os moradores locais, mas para todos os organismos sociais, governamentais e institucionais não-governamentais que desenvolvem atividades na APA.

### 3.3 Conhecimento da natureza jurídica da APA por parte dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais

Para uma atuação ecologicamente equilibrada na APA, pressupõe-se um conhecimento básico do ordenamento jurídico da mesma, onde é possível entender quais práticas são necessárias para que seus recursos naturais sejam utilizados de forma sustentável, sem comprometê-los às gerações futuras. Os atores, por sua vez, correspondem a todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente nas questões vividas dentro de toda a extensão da APA. Cada um exerce um nível específico de influência para com o agrupamento social com o qual se relaciona.

Little (2006) enfatiza o papel político que exerce cada ator social e que pode se articular em diferentes níveis de atuação, seja ela local, regional, nacional ou mesmo global. Nesse sentido, cada ator possui um nível específico que se expressa como seu principal nível, ou seja, é o ponto de partida de sua influência política para a sociedade.

Ademais, em torno dos conflitos socioambientais não estão apenas seus causadores, os atores. De acordo com Nascimento *apud* Bursztyn (2001), existem outros sujeitos que exercem papéis de mediadores e observadores. Geralmente eles estão na periferia dos conflitos existentes. De algum modo eles participam dos mesmos, de modo indireto ou mesmo direto, podendo até sofrer com as consequências dos conflitos.

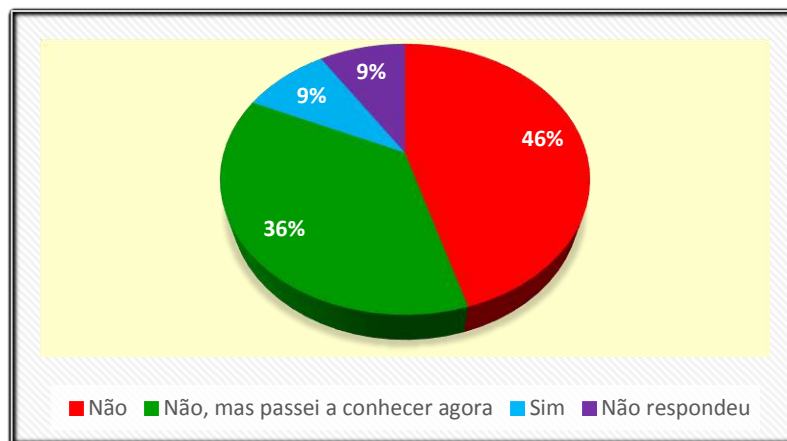
Personagens que o presenciam, sem necessariamente tomarem partido ou sem estarem diretamente envolvidos. [...] Podem-se definir com mais precisão os observadores como indivíduos ou grupos envolvidos marginalmente em um conflito, sem interesse definido e, em geral, vítimas de seus efeitos (NASCIMENTO *apud* BURSZTYN, 2001, p. 54).

Os líderes dos povoados, associações e movimentos presentes e/ou atuantes no território da APA estanciana foram questionadas acerca do seguinte: “Você sabe o que significa uma APA?” (Figura 24). As respostas obtidas apresentam uma constatação negativa dessa questão, pois, 46% responderam “não”, 36% afirmaram “não, mas passei a conhecer agora”, 9% admitiram conhecer os significados e outros 9% não responderam. Isto evidencia que na realidade, a maioria desconhece o que significa uma APA.

Foi feito ainda o correspondente questionamento aos mesmos: “Você tem conhecimento do que seja o SNUC e a UC? Sabe para que servem?”. O percentual dos que desconhecem sobre essa realidade foi igual a 82% dos entrevistados, ou seja, a maioria dos mesmos não sabe o que sejam o SNUC e a UC, nem sua finalidade. Eles são constituídos

essencialmente pelas lideranças das comunidades presentes na APA. Em contrapartida, 23% dos atores entrevistados disseram ter conhecimento dessa questão.

Figura 24 – Atores questionados que sabem o que significa uma UC e uma APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Por outro lado, os que afirmaram conhecer são constituídos pelos representantes da SEMA, da APA Litoral Sul e da Associação dos Moradores da Praia do Abaís. Diferentemente da maioria dos líderes das comunidades, os líderes desses organismos possuem um conhecimento mais aprofundado sobre essa questão, tal como pode-se observar na resposta a seguir:

O SNUC é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, essas unidades são constituídas por lei, a unidade de conservação, a depender do tipo da unidade, ela tem um objetivo, seja a sua conservação integral, a exemplo de uma unidade de conservação, ou que essa unidade ela possua, possibilite na verdade, a inserção humana, seja por visitação, seja por lazer ou seja por extração ou para implementação de empreendimentos, como é no caso da APA (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Os mesmos líderes foram também interpelados sobre a seguinte questão: Conhece algo sobre a lei que instituiu a APA de Estância? Sobre essa questão 91% dos questionados afirmaram nada conhecer, enquanto 9% dos mesmos não responderam ao que fora perguntado. Logo, a maioria nada conhece sobre a lei que instituiu a APA de Estância.

Isso pode ainda ser atestado pela pergunta seguinte: “Você tem conhecimento que existe a Lei nº 9985/2000 que disciplina as atividades humanas no meio natural? Saberá informar algo sobre ela?”, cujas respostas obtiveram idênticos percentuais. Portanto, através desses índices é possível perceber que o conhecimento que os atores dos órgãos sociais possuem a respeito da natureza e finalidades jurídicas da APA é bastante limitado.

Tendo em vista analisar o conhecimento que os mesmos possuem acerca da relação entre o conhecimento sobre a APA e os conflitos socioambientais existentes na mesma, fez-se

a seguinte questão: “Você acredita que exista alguma relação entre os conflitos e o desconhecimento acerca do que seja e da finalidade jurídica da APA? Explique”.

O percentual dos atores que acreditam que exista relação direta entre a existência dos conflitos socioambientais e o desconhecimento da finalidade jurídica da APA perfaz 82%, contra 18% dos que nada responderam a respeito. Logo, a maioria reconhece um nexo de causalidade entre uma circunstância e outra. O que, portanto, uma vez mais, valida a hipótese norteadora dessa pesquisa.

Seguindo o mesmo direcionamento, colocou-se a correspondente pergunta aos atores entrevistados: “Você acredita que, se a legislação ambiental vigente nessa área fosse observada fielmente, esses conflitos socioambientais existiriam? Explique”. Dessa vez, as respostas colhidas divergiram. Sobre essa questão a SEMA posicionou-se afirmativamente:

Acredito que ainda assim existiriam, porque eu acredito que a legislação, existe a legislação e mesmo que a integralidade da legislação fosse fielmente observada ainda assim existiriam conflitos. Porque por vezes o conflito ele deixa de ser uma questão exclusivamente ambiental e passa a ser uma questão fundiária, uma questão de propriedade, uma questão de conflito de direitos... (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Diferentemente do posicionamento supracitado, a liderança do povoado Massadiço apresentou as seguintes convicções, salientando que se a lei fosse fielmente observada os conflitos socioambientais não existiriam:

Não, porque se a lei fosse cumprida na linha certa, da maneira que ela é editada, as áreas de preservação de ambiente seriam respeitadas. E hoje as áreas de preservação ambiental são plantações de coqueiro. Na cidade de Estância nós não temos mais apicuns. [...] se isso funcionasse da forma que a lei está redigida, com certeza nós comunidades ribeirinhas, pobres extrativistas, teria mais garantias de vida (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

As representantes do Movimento das Catadoras de Mangaba, do povoado Ribuleirinha, disseram que nessas circunstâncias os conflitos não existiriam, mas também salientaram a atuação dos órgãos fiscalizadores e a conscientização da comunidade como condições para este resultado.

Se existisse na prática eu acho que não. Se tivesse fiscalização, tivesse uma acordo de conscientizar também a comunidade, eu acho que não existiria (Ator 4, entrevista concedida em 21/08/2019).

Outrossim, perguntou-se aos atores entrevistados sobre o seguinte: “No seu entendimento as áreas que englobam o litoral estanciano podem ser classificadas como Unidades de Proteção Integral ou como Unidades de Uso Sustentável? Explique”. O representante da SEMA posicionou-se da seguinte forma:

Acho que de Unidades de Uso Sustentável. [...] Se a gente consegue harmonizar esses eixos social-econômico-ambiental, a gente consegue chegar a um objetivo, que é

tentar, cada vez mais, permitir que o meio ambiente seja ecologicamente equilibrado. [...] Defendendo um pouco o princípio da sustentabilidade eu entendo que sejam passíveis de intervenções, sim, mas de intervenções controladas, e não da forma como acontece hoje em dia. (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Portanto, o representante da SEMA defende uma concepção desenvolvimentista da APA Litoral Sul do litoral de Estância. Ele defende, pois, a harmonização dos eixos social-econômico-ambiental, tendo em vista o desenvolvimento do meio ambiente de modo ecologicamente equilibrado, mediante intervenções antrópicas controladas. Nessa mesma linha desenvolvimentista, posiciona-se o líder da Associação dos Moradores do Povoado Praia do Abaís, enfatizando a Zona de Zoneamento Ecológico Equilibrado, como pressuposto para as ações antrópicas na APA:

[...] dentro disso tudo existe Unidades Territoriais, ou aquilo que se poderia chamar de Zoneamento Ecológico Econômico. Na medida que você consiga, através de um trabalho mais sistemático e mais profundo da Secretaria do Meio Ambiente, quando fornece taxa de licenciamento e de funcionamento para determinadas atividades, aqui com base no impacto que possam gerar junto ao meio ambiente, isso já é um zoneamento ecológico econômico (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

Por outro lado, o líder da Associação dos Moradores do Povoado Massadiço e as lideranças do Movimento das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha, responderam a referida pergunta enfatizando a vivência extrativista das comunidades locais, as quais utilizam-se da extração dos recursos da natureza como meio de subsistência. Trata-se de uma condição inerente a todas as comunidades da APA, principalmente aos povoados ribeirinhos.

Assim, como Uso Sustentável, que a gente usa pra exatamente pra subsistência, pra sobreviver, né? A gente usa pra cata, pra coleta de marisco, pra pescar, pra isso (Ator 4, entrevista concedida em 21/08/2019).

Além do desenvolvimento das práticas extrativistas, algumas comunidades desenvolvem atividades econômicas pautadas no turismo:

Está mais pra Unidade de Uso Sustentável, né? Uma vez que a fonte de renda aqui na nossa região é o extrativismo, né? Na pesca, né? Que é uma pesca artesanal, né? Na extração de mariscos, né? Como também a gente usa a nossa região pra exploração do turismo (Ator 5, entrevista concedida em 21/08/2019).

Portanto, como ficou evidenciado, principalmente a partir da análise dos dados coletados *in loco* do estudo em pauta, os conflitos socioambientais ocorrem na APA do Litoral de Estância/SE. Por outro lado, os moradores locais, em sua maioria, desconhecem a natureza e finalidade jurídicas da APA em destaque. Com algumas exceções, sobretudo, dos responsáveis pelos órgãos do poder público responsáveis pela mesma, a exemplo da SEMA, da ADEMA, da APA Litoral Sul, entre outros, os quais detêm informações importantes e substanciais acerca dessa unidade ambiental.

### **3.4 Políticas públicas desenvolvidas na APA**

O espaço litorâneo é constantemente modificado pelas ações antrópicas. Sua localização estratégica, que favorece o desenvolvimento de diversas atividades econômicas, faz com que ele possua importante valorização. De acordo com as perspectivas de Santos; Vilar (2012), ao atuar nesses espaços legislando, planejando e gerenciando, o Estado atua como produtor de espaço. E, desse modo, exerce importante função na valoração e valorização do mesmo. A atuação do Estado através de obras infraestruturais, a exemplo da construção das vias litorâneas, é essencial para compreender a importância dessas políticas públicas.

As vias litorâneas resultam da implementação de políticas públicas, ao longo de décadas, em diferentes níveis da federação, e exercem papel preponderante no processo de ocupação e transformação desse espaço. Elas foram fundamentais no processo de ocupação, formação e integração dos 7.491km do litoral brasileiro. Entre os 26 (vinte e seis) Estados brasileiros mais o Distrito Federal, 17 (dezesete) são costeiros, e destes, a maioria possui capital no litoral, sendo que Macapá, Belém e Porto Alegre estão próximas de grandes rios, e São Paulo e Curitiba estão, em trajetória retilínea, a cerca de 100km do mar.

O Estado de Sergipe também está integrado a essa perspectiva. A partir da década de 1970 o governo sergipano propiciou o desenvolvimento na área de infraestrutura de transportes do litoral do Estado. Evidenciando, dessa maneira, a importância que as vias litorâneas exercem para o desenvolvimento dos municípios e comunidades por onde ela passa.

No Litoral Sul de Sergipe tivemos a construção da rodovia SE-100, a chamada linha verde, integrando os litorais baiano e sergipano, a qual exerceu papel relevante nos processos de uso e ocupação de sua área costeira, principalmente do município de Estância, por conta das praias do Abaís, das Dunas e do Saco. O objetivo do governo era fomentar o desenvolvimento local e as atividades ligadas ao turismo, tal como abordado por Fonseca; Vilar; Santos (2008), ao tratar dessa realidade no Litoral Sul do Estado.

Por último foi inaugurada a Ponte Gilberto Amado, integrando o litoral sul Sergipano a costa norte baiana, através da linha verde. A Figura 25 retrata o período de construção da referida ponte. Ao fundo é possível ver o povoado Terra Caída, que pertence ao município limítrofe de Estância, Indiaroba. Também pode-se perceber toda a estrutura basilar da ponte montada e algumas balsas sendo utilizadas para o transporte de trabalhadores e materiais. Antes da construção da ponte, um dos meios de transporte de veículos utilizado nessa área era feito por balsas.

Figura 25 – Construção da Ponte Gilberto Amado, ao fundo o povoado Terra Caída.



Fonte: <http://reportagemse.blogspot.com>. Acesso: 15/10/19.

Todas essas obras infraestruturais realizadas em Sergipe resultam de políticas públicas federais, estaduais e municipais elaboradas mediante programas de governo. Algumas iniciativas foram relevantes no Litoral Sul de Sergipe, tais como o GERCO (Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro), o PRODETUR I e II (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), o Projeto ORLA, o Programa Sergipe Cidades, o PDITS (Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Pólo Costa dos Coqueirais), o Plano de Intervenção da Orla Marítima do Município de Estância, entre outras.

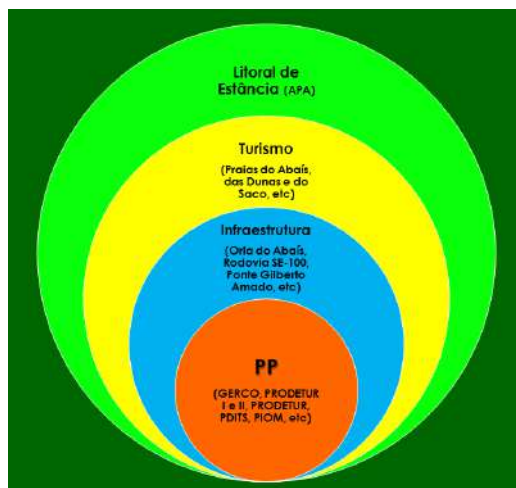
Além disso, a atuação estatal e municipal, em termos de Políticas Públicas, se deu ainda mediante programas como o GERCO/SE (Programa Gerenciamento Costeiro em Sergipe), o Plano Diretor de Estância, o PRODETUR/SE (Programa de Desenvolvimento do Turismo em Sergipe), o Programa Sergipe Cidades, entre outros. Outrossim, o governo federal (via Ministério do Turismo) alavancou inúmeros investimentos para a região, principalmente, entre os anos 2006 e 2013.

Essas ações públicas foram responsáveis pelas maiores transformações que essa região litorânea passou nas últimas décadas. Elas geraram importantes obras de infraestrutura e atividades econômicas, como a pavimentação das Rodovias SE-100 e SE-318, integrando-as a Linha Verde, a construção da orla do Abaís, obras de infraestrutura fluvial, expansão do turismo, implantação de sistemas de água e esgotos, construção da Ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza-Barris (inaugurada em março de 2010), e da Ponte Gilberto Amado sobre o Rio Piauí (inaugurada em 2013), entre tantas outras (Figura 26).

Essas transformações ocorridas na APA imprimiram um caráter urbano à realidade do campo. Isso aconteceu de tal maneira que o litoral passou a ser uma espécie de urbano desordenado, conforme abordaram Santos; Vilar (2012), ao tratar das contribuições ao planejamento ambiental e territorial no Litoral Sul de Sergipe. Tratam-se de contribuições

imprescindíveis para sanar as desigualdades sociais implantadas pelas atividades econômicas desenvolvidas nesse espaço, as quais desencadeiam uma gama de conflitos socioambientais.

Figura 26 – Síntese das Políticas Públicas implementadas na APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

Dessa forma, como resultado de tais práticas governamentais e dos diferentes atores locais, impelidas por distintos interesses, tivemos o surgimento de variados conflitos socioambientais. O conflito socioambiental surge quando diferentes atores disputam um mesmo recurso natural, geralmente para atender às expectativas econômicas. As disparidades econômicas presentes nesse espaço dificultam a promoção do desenvolvimento sustentável e consequente, equilíbrio ambiental.

Ademais, toda política ambiental lida com conflitos socioambientais que têm sua origem quando os atores envolvidos se apropriam dos recursos naturais como objeto. Assim, tais atores tendem a configurar interesses, projetos pessoais e usos conflitantes da base material de existência da sociedade, que é a própria natureza. Por isso, as políticas ambientais comprometidas com a construção democrática utilizam-se dos conflitos socioambientais como campo por excelência da ação política na área do meio ambiente, a fim de garantir-lhe o caráter de bem público de uso comum da sociedade (ACSELRAD, 2006).

Assim sendo, a partir da análise dos dados dessa pesquisa, é possível constatar, na maioria das comunidades visitadas *in loco*, que as ações do homem na APA estanciana são geradoras de conflitos socioambientais, e são igualmente atestadas pela maioria de suas lideranças. Nesse sentido, aos líderes entrevistados foi indagado o seguinte: “A intervenção humana nessa Área de Proteção Ambiental tem causado conflitos socioambientais?”.

Acredito que sim. Toda intervenção humana em área ambiental ela vai causar algum tipo de impacto. [...] Mas chega um momento que esses impactos são de uma forma tão grandes que o meio ambiente naturalmente ele não consegue essa recuperação, essa regeneração. A partir do momento em que esses impactos eles passem do poder natural do meio ambiente de se regenerar eles passam a ser, a tornar a poluição, a degradação. [...] (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

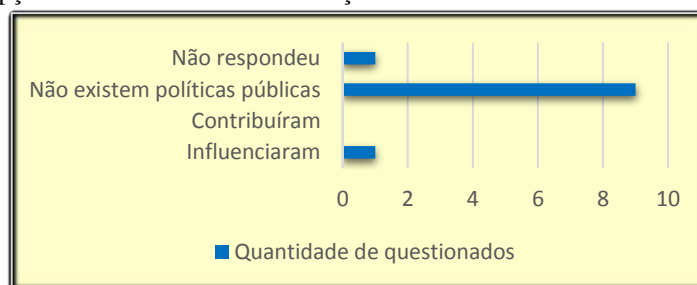


Seguindo essa linha de reflexão, foi perguntado aos líderes entrevistados o seguinte: “Quais Políticas Públicas eles têm promovido para sanar esses conflitos?”. Para a SEMA, as políticas públicas existem e acontecem mediante os instrumentos do plano de gerenciamento costeiro, de licenciamento e de fiscalização ambiental. Entrementes, políticas públicas que ajam diretamente nos conflitos socioambientais específicos das comunidades não são reconhecidas pela mesma. Isso deve-se ao fato delas não existirem.

Como eu disse, com relação a APA o próprio órgão ambiental estadual ele provavelmente deve, se não construiu ainda, mas deve estar em construção o plano de manejo, que é o que vai dar as diretrizes. [...] mas eu acredito que esses instrumentos, o plano de manejo, no caso específico da APA, o próprio licenciamento ambiental são instrumentos que vão mitigar essa questão do impacto e consequentemente a própria fiscalização ambiental, que também está dentro da área da competência executiva. [...] (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

A ausência de políticas públicas nessa área se não originou conflitos, certamente influenciou para que estes pudessem ganhar maior expressividade. Por isso, foi perguntado aos líderes se as políticas públicas implementadas na APA influenciaram ou contribuíram para a origem desses conflitos. A maioria expressiva dos líderes das comunidades afirmou que não existem políticas públicas na APA (Figura 27). Trata-se de algo preocupante, pois trata-se de uma Área de Proteção Ambiental, a qual tem sido remetida ao constante abandono pelos diferentes governos ao longo dos anos.

Figura 27 – Percepção dos moradores sobre a relação entre as Políticas Públicas e os conflitos na APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Além disso, durante entrevista realizada em 21/08/2019, foi perguntado ao líder da comunidade Massadiço: “Esses conflitos socioambientais têm alguma relação com as políticas públicas implementadas na área, sejam elas antigas ou recentes? Quais?”.

Os conflitos existem pela falta das políticas públicas que a gente não tem. Aí o que a gente preserva é porque a gente tem a consciência de que deve preservar, mas vem os empresários e destroem porque eles, na verdade, só visam o lucro, né? E a gente preserva porque a gente vive disso (Ator 4, entrevista concedida em 21/08/2019).

Dessa forma, os conflitos socioambientais decorrem da inexistência da atuação do executivo na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para esse enfoque. Ademais, o desemprego acaba propiciando a condição de necessidade, a qual leva tantas pessoas a agirem de modo agressivo ao meio natural.

[...] a escassez que nós temos hoje é na pesca, na coleta, no extrativismo, é causada pelo desemprego existente na cidade. Hoje nós temos na cidade 8 mil desempregados, em Estância, uma cidade de aproximadamente 70 mil, [...] e essas pessoas todas buscam os recursos da maré, os recursos do litoral. Aí o conflito (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

Embora políticas públicas para construção da rodovia e das pontes de acesso foram executadas nos últimos anos, de acordo com os moradores locais, nada tem sido feito, em termos de políticas públicas, para atenuar esses conflitos existentes. Acerca dessa realidade, foi perguntado aos entrevistados o seguinte: “A seu ver os governantes (municipais, estaduais ou federais) agem para prevenir e solucionar os conflitos?”. As respostas obtidas refletem as preocupações de cada um dos atores envolvidos nessa realidade. A SEMA recorre ao direito ambiental e ao princípio da sustentabilidade para justificar a intensificação das ações humanas nessa área.

Veja só, eu acredito que os órgãos eles tem se esforçado, sim. [...] o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito fundamental, mas não é absoluto. E, pelo fato dele não ser absoluto abre-se, digamos assim, brechas para que atividades se instalem, licenciamentos sejam aprovados dentro dessas áreas [...] Então, se você não percebe a questão econômica e social, e só vincula a questão ambiental, você está fadado a não tratar de meio ambiente (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Acerca da mesma pergunta, a resposta do líder do povoado Massadiço, por outro lado, salienta de forma negativa e apresenta lacunas do projeto de gerenciamento costeiro em tramitação no legislativo.

Não. Ultimamente eu vejo que a tendência é aumentar os conflitos. Agora mesmo do Estado fez uma audiência pública lançando o plano de gerenciamento costeiro, onde eles ocultaram as comunidades tradicionais existentes, e colocaram no lugar das comunidades área de expansão. Futuramente isso será um conflito (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

Em reunião realizada com as lideranças comunitárias no dia 19/07/2019, a maioria que respondeu ao questionário, 82%, negou categoricamente a existência de políticas públicas para coibir ou mesmo solucionar esses conflitos existentes na APA. Por outro lado, apenas 9% dos mesmos admitiram ter ocorrido algum tipo de política pública na APA e outros 9% não souberam responder.

Por fim, questionou-se acerca do trabalho de conscientização da população local por meio de políticas públicas, nos seguinte termos: “Existe alguma política pública para conscientizar a população local acerca desses conflitos?”. A negativa é quase unânime, porém, existe uma mobilização local para, com o apoio do Ministério Público, abordar temas relevantes nesse aspecto.

Vai começar a existir agora porque nós fomos no Ministério Público e acentuamos uma série de temas, dentre eles a pesca artesanal, a pesca industrial, sons... tudo que é relacionado a meio-ambiente, queimadas, a pesca de aratu indiscriminada, lixo reciclado, lixo orgânico para se transformar em adubo orgânico... uma série de outros itens que estão em discussão (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

Entrementes, existe a atuação da Petrobras junto as comunidades locais, no sentido de formá-los em temas relevantes ao uso e viência nesse meio ambiente.

Política pública, a única que eu vejo é justamente uma condicionante que o Ibama exigiu da Petrobras, para que fizesse um programa de mitigação e compensação e através de um programa de educação ambiental. [...] Porque, assim, partindo dos nossos governantes, sejam eles municipais, estaduais, federais, nós não temos nada (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

As políticas públicas devem contemplar também a responsabilização dos atores envolvidos nos impactos gerados ao meio ambiente. Muitos conflitos socioambientais decorrem dessas circunstâncias. A sensação de impunidade fomenta situações de injustiças, de uso irresponsável e egoístico dos recursos naturais, da sua instrumentalização para alimentar a ganância humana, etc. Dessa forma, muitos invasores e usurpadores se servem das lacunas das legislação ambiental para praticarem ilícitos contra o patrimônio da União e de outrem.

Não há como compreender e aceitar que geradores de impactos não assumam suas obrigações e responsabilidades. Estes estão usando os recursos, mas não respondem pelos passivos gerados por suas atividades. O resultado é o prejuízo de diferentes grupos no uso e na continuidade de suas práticas e costumes. Contudo, na hora de pleitear pela propriedade e direito de uso dos recursos estes são os primeiros a esboçarem interesse e vontade. Há ainda a dificuldade de se definir a propriedade sobre os recursos. Estas são distintas formas de se dar início a diferentes tipos de conflito pelo uso dos recursos ambientais (NETO, 2008, p. 5).

Nesse sentido, os líderes entrevistados foram indagados a respeito do seguinte: “Existe algum tipo de fiscalização para coibir eventuais abusos nas ações antrópicas realizadas na APA?”. Segundo posicionamento oficial do órgão fiscalizador, as fiscalizações em nível do ente federativo municipal ocorrem sistematicamente na APA, mediante guarnição atrelada à guarda municipal, os quais exercem o poder de polícia na sede do município e também no litoral do mesmo. O representante da SEMA colocou-se da seguinte forma:

Sim, no nosso caso, existe a fiscalização federal, estadual e municipal. Eu posso falar pela municipal, como eu disse, nós temos um agrupamento de agentes ligados a guarda municipal, que já tem um treinamento nas questões ambientais, e exerce o poder de polícia nessas áreas, como também em todo o município. (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Diferentemente desse entendimento, o líder da Associação dos Moradores do Povoado Massadiço enfatiza que nunca foram visitados. Tal situação, segundo seu posicionamento, é igualmente vivenciada pelas demais comunidades. Ele explicou que no estuário da APA do litoral de Estância:

São 595 metros de lâmina de água. É uma extensão de mais de 150 km para se percorrer. E nós estamos a 10 km da APA. Nunca fomos visitados. E as demais? Quando serão? E olhe que a APA tem muito tempo no Abaís. Nós estamos a 10 km e nunca fomos visitados. Você imagine fazer uma travessia de barco, andar 60 a 70 km, ou ir de carro mais de 150 km, para visitar comunidade por comunidade, [...] que nunca foi feito. E outra: e acho que não será feito tão cedo (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

Ademais, as lideranças da Associação das Catadoras de Mangaba ressaltam que essas fiscalizações não existiam, mas começaram há poucos meses e têm caráter punitivo, ou seja, eles agem simplesmente para multar e prender.

Então, até um tempo não existia, não, mas de um mês pra cá, né? Tá acontecendo, recente tá acontecendo umas apreensão, umas fiscalização da Adema, de alguns órgãos públicos aqui, proibindo os pescadores de pescar, das mulheres de ir fazer a coleta dos marisco. [...] Eles justificaram que é porque tem um período aí que os aratus e os peixe tão desovando e não pode pegar. Só que, até assim, a comunidade tava acostumada, na verdade, a pegar aratu, pegar os marisco, o ano todo (Ator 4, entrevista concedida em 21/08/2019).

Outrossim, o líder da Associação dos Moradores do Povoado Praia das Dunas resalta a parcialidade dessas ações fiscalizatórias que, no seu entendimento, ocorrem, porém são destinadas especificamente aos moradores locais, como se eles fossem os únicos responsáveis por todos os abusos que acontecem na APA.

Existe. Eu acredito que existe, mas assim, eu acho que a gente aqui da região, nativos, a gente... eu acredito que existe mais pra os nativos, né? De que pra quem vem pra sua casa de veraneio, né? Essas coisas... existe mais pra os nativos. É um tratamento diferenciado, então? A gente acredita que sim (Ator 5, entrevista concedida em 21/08/2019).

Portanto, essas fiscalizações ocorrem, porém, de forma limitada às comunidades praianas e destinada principalmente aos moradores locais. Em relação a periodicidade ou frequência em que essas fiscalizações ocorrem, indagou-se aos entrevistados o seguinte: “Em que período essas fiscalizações acontecem?”. De acordo com o representante do SEMA, elas acontecem frequentemente e dispõem do auxílio do disque denúncia.

A fiscalização é permanente. A gente tem o disque denúncia, que ajuda muito, a fiscalização ela é permanente, tanto nessas áreas como em todo o município. (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Entrementes, a liderança do Povoado Praia do Abaís resalta que mesmo quando ocorrem as fiscalizações, seus responsáveis acabam cometendo infrações.

Deveriam acontecer especialmente nos domingos, eu não vi ninguém ontem. Vi, sim, um carro, uma viatura andando na areia, percorrendo a areia da praia, quer dizer, ela mesma estava desvirtuando o que estava, que deveria ser obedecido, porque ela não deveria estar andando com carro na areia da praia, porque não pode veículo, não é? Então, não pode veículo de qualquer tipo (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

No tocante a natureza dessas fiscalizações foi indagado aos entrevistados o correspondente: “Elas são preventivas ou punitivas?”. Segundo o secretário municipal do meio ambiente da Estância, as fiscalizações ocorrem das duas formas, preventivas e punitivas. Porém, não explicita como acontecem essas ações preventivas.

Fazem os dois papeis, tanto preventivas como punitivas. Com relação ao disque denúncia, elas ficam um tanto punitiva porque o ato já aconteceu, mas existe também as ações preventivas, e aí outro instrumento é a educação ambiental que também faz o papel de prevenção. (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

De acordo com as lideranças locais essas ações fiscalizatórias objetivam unicamente punir, com intervenções pontuais, nas quais são aplicadas multas. Assim sendo, para as lideranças das Catadoras de Mangaba eles não agem para conscientizar a população local acerca dos crimes e conflitos socioambientais que acontecem na APA. Simplesmente chegam para punir mediante aplicação de multas e outras ações consequentes.

No momento só é pra multar, né? Porque eles não tão fazendo o trabalho de informar pra pessoa, ‘olhe a gente tá nesse período, você não pode’. Não tão conscientizando, eles já chegam, aprendem a rede e não explicam por quê, e aí a pessoa fica sem entender. Porque como eu falei a pessoa tá acostumada o ano todo na praia, o ano todo no mangue e, de repente, chega a fiscalização e leva e não explica pra pessoa o que tá acontecendo (Ator 4, entrevista concedida em 21/08/2019).

Isto é atestado pela liderança da Associação dos Moradores do Povoado Praia do Abaís, segundo o qual as fiscalizações possuem natureza punitiva.

Eu acho que agora, na atual circunstância elas são mais punitivas do que preventivas... A característica preventiva já foi suprimida (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

Desse modo, convém salientar as atuações fiscalizatórias que ocorrem na APA em evidência, as quais ocorrem com maior frequência no período de veraneio e são direcionadas principalmente aos moradores locais, cuja predominância se dá aos moldes de caráter punitivo em detrimento do preventivo. A natureza preventiva, de formar a opinião dos moradores locais, através de políticas públicas de engajamento e conscientização acerca da existência, da importância e do uso sustentável dos recursos naturais da APA, ainda precisa ser desenvolvido.

Sobre isto, os líderes dos povoados que integram a APA do litoral estanciano queixam-se da ausência de ações governamentais para conscientizar a população local acerca do uso consciente e equilibrado dos recursos encontrados nesse meio natural. Tais políticas públicas são suprimidas em função de ações voltadas exclusivamente para o desenvolvimento local para atividades ligadas ao turismo e à especulação imobiliária. Com isso, a criação da Reserva Extrativista, tão necessária ao atendimento das expectativas dos moradores locais que vivem em função disso, continuam indefinidas e sem perspectivas de resolução.

Todas essas constatações obtidas mediante aplicação dos questionários e entrevistas semiestruturados encontram suas raízes em um contexto mais amplo e complexo. Reconhece-se que na prática o processo de apropriação e produção desse espaço litorâneo de Sergipe, segue os padrões do modelo copiado dos países desenvolvidos pelos países em desenvolvimento, entre os quais está o Brasil, que consiste na exploração indiscriminada e devastadora da natureza. É isto que verifica-se quando da análise de sua articulação e realização no litoral sergipano.

Esta realidade vai de encontro ao ideal assumido pelas nações, quando da elaboração do conceito sobre desenvolvimento sustentável, oficializado pelo Relatório Brundtland, de 1987. Segundo este relatório “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

Portanto, faz-se mister a atuação conjunta dos poderes constituídos, nos diferentes níveis, para promoção de uma análise crítica e fundamentada no desenvolvimento sustentável das comunidades que integram a APA do litoral de Estância, tendo em vista garantir as gerações futuras um ambiente preservado e conservado no que condiz as suas riquezas naturais. Wanderley (1998) tratou dessa questão ao propor ações de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável para o Litoral Sul de Sergipe.

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2014) apresentou a necessidade de um subsídio de ordenamento territorial para ser implementado no litoral de Estância. Nesse sentido, ações pontuais e emergenciais precisam ser encaradas com seriedade, tal como tomadas de atitudes eficazes de transformação da realidade atual.

Este cenário expõe a necessidade de um ordenamento do território que estabeleça restrições mais severas de ocupação com vistas à conservação e preservação destes ambientes naturais dotados de significativo potencial ecológico. Para isso, é necessária à compreensão dos processos litorâneos e dos agentes que os controlam, a fim de orientar o assentamento das atividades humanas, reverter ou minimizar conflitos de uso e muitos impactos por eles gerados (OLIVEIRA, 2014, p. 3242).

De acordo com Oliveira (2003), não pode-se entender os efeitos econômicos sem compreender as articulações políticas. As Políticas Públicas desenvolvidas foram determinantes para o ritmo atual da atuação humana nessa área. O fator econômico delimita o motor de arranque das justificativas para a promoção do desenvolvimento em geral: “trata-se de fazer emergir, das próprias categorias da economia política e da própria forma do capital e das relações de produção capitalista, o entendimento das estruturas políticas que lhes são próprias” (MASCARO, 2013, p. 13). A política ambiental é uma das armas mais utilizadas pelo capital (OLIVEIRA, 2003).

Por isso, Políticas Públicas de respeito a APA precisam ser desenvolvidas, sobretudo no que diz respeito as reservas ambientais, a preservação da vegetação nativa, especialmente dos manguezais, das restingas e da Mata Atlântica presentes na região. Igual cuidado necessita ser amparado pelos poderes públicos para a proteção da fauna nativa. E o mais importante, faz-se imprescindível a intensificação da fiscalização e seriedade na aplicação e no cumprimento de penalizações aqueles que agredem o meio ambiente.

## CAPÍTULO 4

### CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA APA EM ESTÂNCIA/SE

#### 4.1 Classificação, mapeamento e análise dos Conflitos Socioambientais em geral

O termo “conflito” tem sua origem etimológica no latim *conflictu* e corresponde a choque, embate, peleja. Ele corresponde a uma profunda falta de entendimento entre duas ou mais partes (HOUAISS, 2001 *apud* NASCIMENTO, 2010). A noção de conflito socioambiental difere segundo a visão de mundo do sujeito. De modo genérico o conflito decorre da disputa pela apropriação e pelo uso dos recursos naturais. A imposição dos interesses dominantes é determinante no desfecho desse embate. Cada conflito possui uma forma peculiar de se manifestar, tem uma lógica própria, uma evolução particular (NASCIMENTO, 2001 *apud* BURSZTYN, 2001). O reconhecimento desses conflitos nem sempre é tarefa fácil.

A classificação dos conflitos socioambientais proposta por Little (2001) serve como ferramenta prática e pedagógica para reconhecer-se conflitos na Área de Proteção Ambiental do litoral de Estância/SE ou em qualquer outro recorte espacial. Elementos que possam, uma vez identificados, serem agrupados segundo uma classificação específica, tendo em vista a sua melhor abstração e compreensão. E isto, no intuito de desenvolver ações eficazes para lançar luzes e propor ações que viabilizem políticas públicas promotoras da sustentabilidade dos recursos naturais em disputa.

Ademais, Little (2001) apresenta alguns procedimentos fundamentais e indispensáveis na análise dos conflitos, quais sejam: identificar e analisar os principais atores sociais envolvidos no conflito, hierarquizando seus interesses econômicos e ambientais, bem como os pontos que eles consideram como negociáveis ou não; identificar e analisar os principais agentes naturais envolvidos no conflito, sendo que os recursos naturais devem ser tratados como agentes ativos que apresentam seu próprio ciclo relacionado ao ecossistema no qual está integrado; e, por fim, analisar sintética e globalmente cada um dos conflitos, considerando os poderes envolvidos e os impactos potenciais que os mesmos podem ocasionar.

[...] não existem receitas que possam ser aplicadas uniformemente para o tratamento dos conflitos socioambientais. Cada conflito tem seus ambientes naturais particulares, seus atores sociais e seus nós próprios de conflito. Portanto, uma compreensão básica de cada conflito particular representa um passo prévio e necessário para tratá-lo. O tratamento, e possível resolução, dos conflitos precisa ser precedido por uma etapa de pesquisa e análise das raízes e causas do mesmo. Nesta tarefa, as ferramentas

analíticas e metodológicas das ciências sociais são imprescindíveis (LITTLE, 2001, p. 60-61).

Visando-se a análise e classificação dos principais conflitos socioambientais, as informações obtidas foram sistematizadas e tipificadas segundo três grupos propostos por Little (Figura 28), através da elaboração de um mapa de conflitos socioambientais. Trata-se de um mapa completo com todos os conflitos socioambientais encontrados na APA do litoral de Estância.

Figura 28 – Esquema tríplice de Little (2001).



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2020.

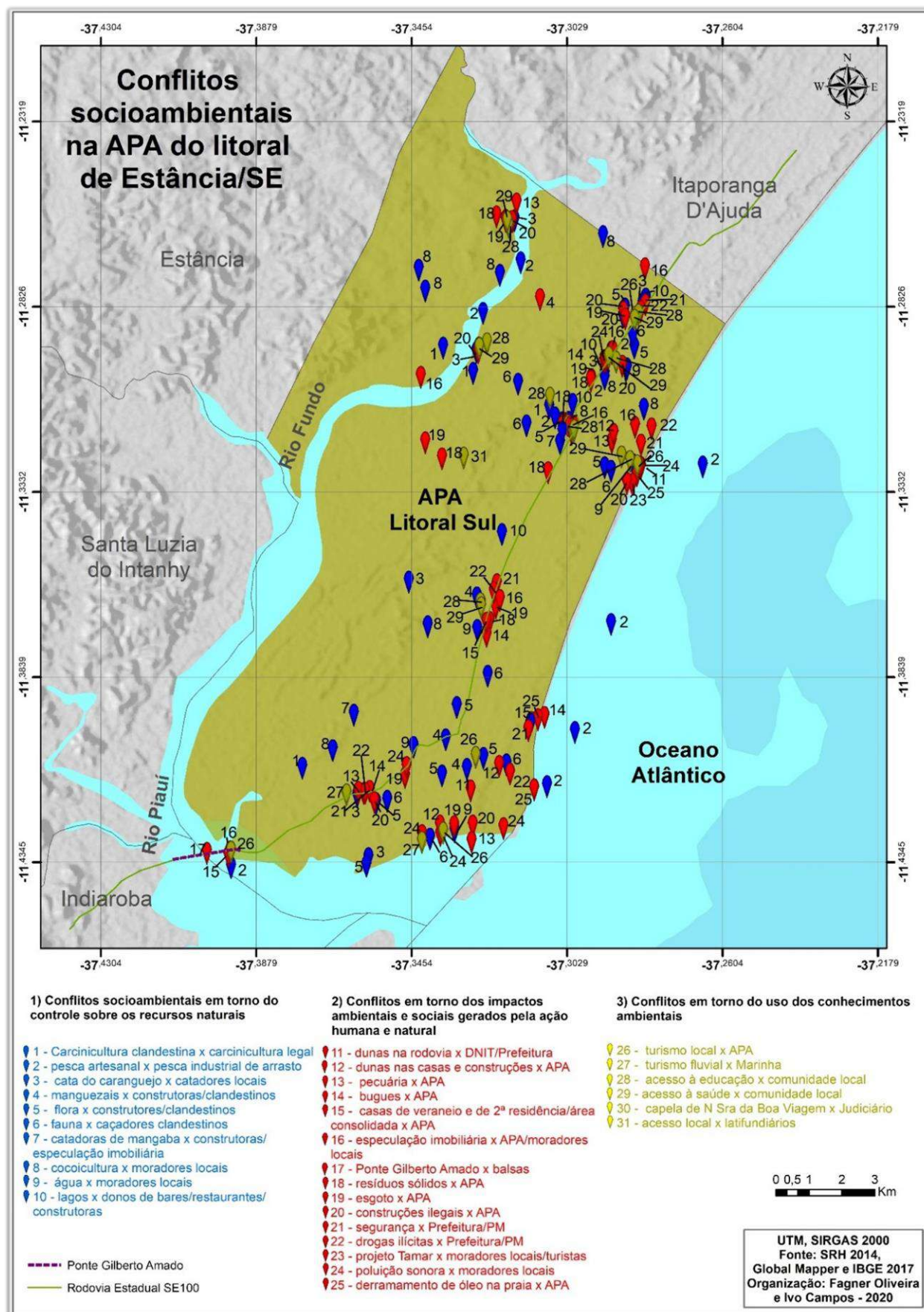
Esta tipologia deve ser utilizada com flexibilidade, pois trata-se de uma ferramenta heurística para a análise dos conflitos socioambientais. Dessa forma, ela constitui-se um instrumental para a categorização dos mesmos, bem como para o aprofundamento no entendimento de sua dinâmica no meio natural. Isso é de fundamental importância para a busca de possíveis soluções para a pacificação dos atores envolvidos.

Em relação a produção do mapa de conflitos socioambientais, para cada espécie dos mesmos foi criado um símbolo, uma letra e uma coloração específica (com tons gradativos), de acordo com a informação da localização do conflito fornecida pelos atores entrevistados e questionados, e pontuados no GPS das fotografias e imagens coletadas.

Analisando-se o mapa dos conflitos socioambientais (Figura 29) é possível perceber que os mesmos estão espacializados em toda a extensão da APA do litoral de Estância/SE. Sua distribuição concentra-se nas praias do Abaís, das Dunas e do Saco, bem como no entorno da lagoa dos tambaquis, na altura do povoado Cachoeirinha, e ao longo da extensão da rodovia SE-100, principalmente na altura dos povoados Manuel Dias, Ribuleirinha e Porto do Mato. Tratam-se de comunidades muito povoadas e constantemente visitadas por turistas



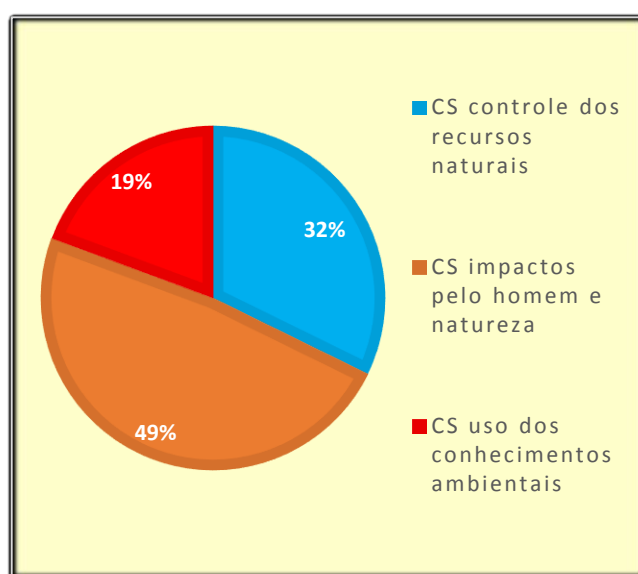
Figura 29 – Conflitos socioambientais na APA do litoral de Estância/SE.



O diagnóstico quantitativo do referido mapa perfaz 31 (trinta e um) tipos distintos de conflitos socioambientais. No grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do controle dos recursos naturais encontra-se 10 (dez) espécies dos mesmos; no grupo dos Conflitos Socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural encontra-se 15 (quinze) tipos deles; e no grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do uso dos conhecimentos ambientais encontra-se 6 (seis) tipos de conflitos.

O gráfico seguinte (Figura 30) destaca o percentual dos conflitos socioambientais segundo os três grupos propostos por Little (2001).

Figura 30 – Percentual dos conflitos socioambientais segundo os três grupos propostos por Little (2001).



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

O grupo dos Conflitos Socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural possui o maior percentual de conflitos, 49%, ou seja, quase a metade dos conflitos socioambientais encontrados na APA no litoral de Estância se enquandaram nessa tipificação.

O grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do controle dos recursos naturais, por sua vez, aparece em seguida com 32% dos conflitos socioambientais encontrados na APA. Por fim, o grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do uso dos conhecimentos ambientais corresponde a 19% dos conflitos nessa área.

Dessa forma, os Conflitos Socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural, e que são maioria expressiva, evidenciam a relação degradativa que as ações do ser humano têm ocasionado na APA do litoral estanciano. Ao longo das últimas décadas isso tem acontecido num ritmo cada vez mais acelerado.

A ausência de políticas públicas, que possam favorecer uma relação ecologicamente sustentável do ser humano com o meio natural, também auxilia no entendimento dessas circunstâncias. Ademais, igualmente pode-se fazer a leitura das frações encontradas no grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do controle dos recursos naturais.

O percentual do grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do uso dos conhecimentos ambientais evidencia a necessidade que se impõe em investir em políticas públicas que possibilitem a formação das comunidades locais. Além disso, faz-se necessário investir em políticas sociais que promovam a conscientização ambiental dos turistas e proprietários de casas de segunda residência, tendo em vista o conhecimento e esclarecimento do que seja uma APA, da importância de sua preservação.

Isto faz-se imprescindível, sobretudo, em tempos de forte visitação turística, como no verão, nas férias e em tempos festivos da comunidade, tais como carnaval, São João e virada de ano. Afinal, nestes períodos o fluxo de turistas aumenta consideravelmente na APA, tornando-a mais vulnerável a degradações, poluições e conflitos das mais diferentes naturezas.

## 4.2 Conflitos Socioambientais em torno do controle sobre os recursos naturais

Na 1ª tipologia de Little (2001), identifica-se aqueles Conflitos Socioambientais em torno do controle sobre os recursos naturais (Quadro 15).

Quadro 15 – Planilha dos CS em torno do controle sobre os recursos naturais na APA do litoral de Estância.

TIPO DE CONFLITO	ATORES ENVOLVIDOS	RECURSOS EM DISPUTA	LOCAIS DE OCORRÊNCIA
Carcinicultura clandestina <i>versus</i> Carcinicultura legal	Carcinicultores legais x clandestinos	Camarão	Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Manuel Dias, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Mov. Marisq. de Sergipe
Pesca artesanal <i>versus</i> Pesca industrial de arrasto	Pesca artesanal x Pesca industrial de arrasto	Peixes	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Assoc. das Catadoras de Mangaba, Mov. Marisq. de Sergipe
Cata do caranguejo em período permitido <i>versus</i> Catadores locais em época reprodutiva do caranguejo	IBAMA X catadores locais	Caranguejo	Manuel Dias, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Assoc. das Catadoras de Mangaba, Mov. Marisq. de Sergipe
Manguezais/APA <i>versus</i> Construtoras/clandestinos	IBAMA x construtoras e clandestinos	Áreas de mangue	Manuel Dias, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Assoc. das Catadoras de Mangaba, Mov. Marisq. de Sergipe
Flora/APA <i>versus</i> Construtoras/clandestinos	IBAMA x construtoras e clandestinos	Restingas e vegetação nativa	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Assoc. das Catadoras de Mangaba, Mov. Marisq. de Sergipe
Fauna/APA <i>versus</i> Caçadores clandestinos	IBAMA x caçadores clandestinos	Animais nativos	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Assoc. das Catadoras de Mangaba, Mov. Marisq. de Sergipe
Catadoras de mangaba <i>versus</i> Construtoras/especulação imobiliária	Catadoras extrativistas x construtoras	Mangaba	Manuel Dias, Cachoeirinha, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Porto do Mato, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Assoc. das Catadoras de Mangaba, Mov. Marisq. de Sergipe
Cocoicultura <i>versus</i> Moradores locais	Produtores x moradores locais	Coco	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Ribuleira, Porto do Mato, Coqueiro de Dentro, Assoc. das Catadoras de Mangaba
Água <i>versus</i> Moradores locais	DESO x moradores locais	Água	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Ribuleira, Praia das Dunas, Porto do Mato, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Assoc. das Catadoras de Mangaba
Lagoas/APA <i>versus</i> Donos de bares/restaurantes/construtoras	APA x donos de restaurantes e bares e construtoras	Lagos	Manuel Dias, Cachoeirinha, Praia do Abaís, Ribuleira, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Coqueiro de Dentro, Assoc. das Catadoras de Mangaba

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Questionários e entrevistas aplicados aos líderes das comunidades, associações e movimentos e demais dados coletados *in loco*, 2019.

Nessa classificação três dimensões são salientes: a política, a social e a jurídica. A disputa sobre a distribuição dos recursos naturais caracteriza a dimensão política. As disputas sobre o acesso aos recursos naturais delimita a dimensão social, as quais podem ocorrer sobre recursos tidos como de domínio público ou aqueles onde existem sobreposição direta. Por fim, as disputas em torno do controle formal dos recursos demarca a dimensão jurídica dos mesmos. Essas três dimensões também se relacionam com a dimensão territorial, na qual eles se evidenciam e acontecem.

Os recursos naturais formam parte do domínio social. [...] Outra dimensão dos recursos naturais é geográfica, já que qualquer recurso se encontra num lugar específico. Geralmente, os conflitos relacionados aos recursos naturais são sobre as terras que contêm tais recursos e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência. Os conflitos sobre terras têm dimensões políticas, sociais e jurídicas (LITTLE, 2001, p. 58).

Com base na análise dos dados coletados identificou-se, nas comunidades integrantes da APA do litoral de Estância, as seguintes espécies de conflitos socioambientais que se enquadram nessa 1ª tipologia Littleana:

**a) Carcinicultura clandestina *versus* Carcinicultura legal:** a carcinicultura tem exercido forte atuação na redução dos manguezais do entorno da APA Litoral Sul que perpassa pelo litoral de Estância, principalmente nas proximidades do Rio Fundo, mais ao norte, e do Rio Piauí, mais ao sul da mesma, na desembocadura do Rio Real (Figuras 31 e 32). O conflito sobre a carcinicultura possui outras situações conflitantes e é retratado por inúmeros estudos, tanto na APA Litoral Sul, como em outras localidades do Estado.

A carcinicultura no Estado de Sergipe possui raízes históricas antigas e encontra nas UCs ambientes disputados para o seu desenvolvimento, por conta de suas riquezas naturais preservadas. A carcinicultura em Sergipe é cultivada principalmente em Áreas de Preservação Permanente, e encontra suas raízes históricas na prática do cultivo extensivo de peixes estuarinos que remete aos tempos coloniais (LIMA; SILVA, 2014).

Trata-se de uma atividade seletiva, isto é, que não envolve um número grande de pessoas. Ao abordar sobre a carcinicultura na bacia do Rio Vaza-Barris, Carvalho (2004) enfatizou a respeito da pouca empregabilidade gerada pela carcinicultura, a qual em geral emprega 1 (uma) pessoa a cada 2 (dois) ou 3 (três) hectares em atividade produtiva, ou seja, é uma atividade que não gera muitos empregos, o que favorece principalmente os interesses de seus proprietários e cultivadores.

O aspecto poluidor da carcinicultura é algo preocupante. Araújo (2014) abordou que um dos tipos de conflitos territoriais que aparece na APA Litoral Sul de Sergipe é relacionado a atividade carcinicultora. O autor salienta que a carcinicultura é responsável pelo despejo de



dejetos nos rios da APA. Fato este que contribui para a poluição dos rios e a consequente degradação da natureza.

Ao abordar sobre o processo de licenciamento para a construção da barragem Bujari, em Nova Cruz/RN, Souza (2017) destacou que os recursos naturais podem ser exauridos, comprometendo a sobrevivência das futuras gerações.

Figura 31 – Carcinicultura legal no Ouricuri.



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 32 – Carcinicultura ilegal no Farnaval.



Fonte: Google Earth, 2019.

A carcinicultura ilegal ou clandestina é uma das que mais cresce na região (ARAÚJO, 2014). Na APA Litoral Sul é uma atividade bastante disseminada. Geralmente ela é desenvolvida pelos próprios moradores, os quais aproveitam o difícil acesso aos locais, que dificulta a fiscalização ambiental, e a proximidade dos rios, para renovarem as águas dos tanques (viveiros), contribuindo para a poluição dos rios, e assim desenvolverem tais práticas. Elas embatem-se com a carcinicultura legal, desenvolvida segundo os parâmetros dos órgãos ambientais do governo (Figuras de 33 e 34).

Nesse sentido, existem autores que defendem a sustentabilidade dessa prática produtiva. Muhlert (2014), ao tratar sobre a carcinicultura no município de São Cristóvão/SE, atestou que a produção de camarão é sustentável nas dimensões social, ecológica e econômica. Para a autora essa atividade não degrada o meio natural a ponto de comprometer sua sustentabilidade.

Figura 33 – Carcinicultura na APA de Estância.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Figura 34 – Carcinicultura ilegal na APA.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

**b) Pesca artesanal *versus* Pesca industrial de arrasto:** a pesca artesanal é outra das atividades extrativistas mais antigas desenvolvidas na área (ARAÚJO, 2014). Ela está intrinsecamente relacionada ao modo de sobrevivência das comunidades locais e, desse modo, corresponde à vocação profissional de diferentes gerações desde o seu processo de ocupação.

A pesca artesanal tem sido comprometida devido a pesca industrial de arrasto que acontece em alto mar de modo ilegal, principalmente na altura da praia do Abaís. De tal forma que, competir com as técnicas utilizadas por esse sistema, tem sido algo desproporcional. Isso tem levado muitos pescadores artesanais a abandonar sua vocação primeira para assumir outras funções nas comunidades, tendo em vista a sua sobrevivência e a de suas famílias.

O que predominava aqui era muito a pesca com uma força intensa. Hoje o que a gente percebe uma redução drástica de pesca, que tem nos afligido de alguma forma, porque a oferta de produtos do mar está começando a ficar um pouco mais escassa. [...] E, hoje você percebe que muitos pescadores estão se tornando pedreiros, bombeiros, e essas coisas, e se afastando do mar. Essa é uma preocupação nossa, [...] que a gente possa retomar o vigor da pesca artesanal em detrimento da pesca industrial, que ocorre a menos de duas milhas marítimas, que é um ato criminoso (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

Alguns estudos produzidos acenam para conflitos relacionados a pesca artesanal em outros contextos. Ao abordar sobre a importância de criar uma RESEX na APA Litoral Sul de Sergipe, Araújo (2014) destacou a importância desta como garantidora de condições essenciais de sobrevivência, para que os pescadores e demais extrativistas, tenham salvaguardadas as condições básicas para a sua subsistência. Dessa forma, a RESEX atua como protetora também das atividades associadas a pesca artesanal.

Nessa mesma perspectiva, Vivacqua (2012) trata sobre os conflitos e sinergias da pesca artesanal que resultam da criação de RESEX na APA da Baleia Franca, no litoral centro-

sul do Estado de Santa Catarina. Para a autora, as Reservas Extrativistas são percebidas pelos pescadores artesanais como políticas externas a eles, consolidando-se em um espaço do Estado, o que tem acirrado os conflitos. Além de contribuir para a fragilização dos sistemas de gestão da pesca artesanal. Essa mesma situação é enfrentada pela comunidade que reside na RESEXMAR, em Corumbau/BA, conforme atesta a obra de Carvalho (2014).

Outros fatores têm gerado conflitos com os pescadores pelo país e também na APA Litoral Sul de Sergipe. Devido a instalação de carciniculturas no Brasil, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, tem gerado conflitos socioambientais com a expulsão de pescadores, marisqueiras e catadores de caranguejo (MUHLERT, 2014). As restrições impostas pelos latifundiários aos extrativistas, entre eles os pescadores na APA Litoral Sul de Sergipe, têm dificultado o exercício de sua atividade tradicional, gerando conflitos (GONÇALVES, 2015).

**c) Cata do caranguejo em período permitido *versus* Catadores locais em época reprodutiva do caranguejo:** a cata do caranguejo em período de andada, ou seja, em tempo de sua reprodução, tem sido uma constante, principalmente entre os moradores locais. A existência da legislação ambiental no tocante a essa proibição é conhecida por todos, mas observada por poucos. Eles alegam constituir alimento importante para a sua sobrevivência ao cometerem tal ilícito. De tal maneira que tem comprometido a reprodução do crustáceo nos seus habitats naturais. O guaiamun, uma espécie de caranguejo de coloração azulada, também tem sofrido com tais ações antrópicas. Ele está situado nas áreas de mangues na foz dos rios Real e Piauí.

Então, são pequenas coisas que existem no dia-a-dia, a comunidade devido a tradições culturais atrás, de muito tempo, que está entranhado na área costeira, pegar o caranguejo de andada na época de reprodução. É, como é que se diz, uma festa. O povo já diz, o povo aqui na cidade já sabe quando é as andadas de caranguejo e já se programa em multidões pra ir. Isso eu vejo como um conflito ambiental. Mas também eu vejo que ninguém vai lá pra pegar pra jogar fora, pra brincar, ou por diversão. Vai lá porque tem a necessidade (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

Esse tipo de conflito não é retratado diretamente por outras pesquisas. Sua citação se dá relacionado a outros contextos, principalmente associado a carcinicultura, nos quais a cata dos crustáceos tem sido retratada. Os residentes possuem aprofundado conhecimento acerca dos ecossistemas encontrados na APA, especialmente sobre os crustáceos que habitam o estuário, as espécies de peixes, os ciclos de marés, as características de qualidade de água, etc. Esses conhecimentos são poucos valorizados pelos tomadores de decisão quando da elaboração de políticas públicas a serem implantadas na APA (LIMA; SILVA, 2014).



Outro aspecto a ser salientado é que a prática da carcinicultura pode ameaçar a preservação dos crustáceos da APA. Isso se deve a introdução de espécies exóticas na prática de carcinicultura, que pode disseminar doenças para populações de crustáceos nativos (MUHLERT, 2014). Não obstante aos aspectos positivos divulgados pelos produtores e órgãos governamentais, essa atividade é associada a efeitos adversos nos ecossistemas adjacentes, tais como a destruição dos manguezais – habitats dos crustáceos –, salinização dos corpos d'água, despejo de efluentes nos rios, etc (RIBEIRO *et al.*, 2014).

**d) Manguezais/APA versus Construtoras/clandestinos:** os manguezais constituem-se como um dos recursos naturais mais importantes da APA. Em torno deles se desenvolvem várias espécies animais e vegetais. Além disso são verdadeiros protetores naturais das margens da foz dos rios Real e Piauí que desaguam no Oceano Atlântico.

Os empreendimentos imobiliários-turísticos (Figura 35), os loteamentos e as construções clandestinas têm levado ao desmatamento dos manguezais naquela área (FONSECA; VILAR; SANTOS, 2008). Outro fator que ameaça sua preservação é o extrativismo vegetal e animal descontrolados. Por se tratar de uma vegetação extremamente relevante para a existência de outras espécies, a redução de sua cobertura vegetal compromete a preservação das mesmas.

No estuário desenvolve-se a vegetação de mangue, que é alvo de devastações com o extrativismo vegetal e animal, além de algumas áreas estarem sendo aterradas para ceder lugar aos loteamentos, levando-o ao desequilíbrio ecológico com a extinção de espécies animais e vegetais que habitam este ambiente, colocando em risco a sobrevivência das próprias populações ribeirinhas (SANTOS, 2011, p. 82).

Esse conflito é ressaltado por diversas literaturas, em diferentes realidades. As políticas públicas de construção de rodovias fomentaram as ações antrópicas no litoral, acentuando principalmente a destruição dos mangues. Os manguezais na APA vêm sofrendo impactos ocasionados por fatores econômicos e turísticos, os quais acentuaram-se pós-construção da rodovia SE-100 (FONSECA; VILAR; SANTOS, 2008).

Outros fatores têm contribuído para a destruição dos manguezais, a exemplo das atividades voltadas para a aquicultura. Atualmente os manguezais estão sendo suprimidos em detrimento da aquicultura, principalmente das atividades carcinicultoras (CARVALHO, 2010). O art. 2º da resolução nº 312 do CONAMA veta a carcinicultura nos manguezais por serem Áreas de Preservação Permanentes. Porém, de acordo com Gonçalves (2015), alguns moradores e lideranças da APA Litoral Sul de Sergipe ressaltam que a APA não protege os manguezais, por conta da falta de gestão integrada entre os moradores locais e ao atores envolvidos nos conflitos.

Figura 35 – Construção do Condomínio Marinas, nas proximidades do povoado Ouricuri, em Estância.



Fonte: Marinas, 2019.

**e) Flora/APA *versus* Construtoras/clandestinos:** a vegetação de restinga e os manguezais, bem como resquícios da Mata Atlântica, perfazem parcela importante da configuração da paisagem natural desse ambiente. Elas estão presentes em quase toda a área da APA, com exceção dos resquícios de Mata Atlântica, os quais são localizados mais a oeste da APA e na proximidade dos rios, sobremaneira, em Estância e em Santa Luzia do Itanhi, e ao sul, em Indiaroba.

As invasões e construções ilegais, bem como os empreendimentos legalizados pelos órgãos fiscalizadores, têm sido uma ameaça constante a sua preservação. A flora é uma das primeiras a sofrer com as ações transformadoras do homem. Na APA estanciana isso tem sido uma realidade que precisa ser considerada com seriedade.

Trata-se de uma situação que encontra paralelos em outras realidades, a exemplo do que ocorre no Distrito Federal, onde as regulações do território da APA da bacia do rio São Bartolomeu adotam parâmetros urbanísticos excludentes em áreas mais valorizadas. A justificativa que se dá é a existência de uma suposta fragilidade ambiental (FREITAS, 2009).

Ao abordar sobre os “cercamentos ambientais” no Estado do Paraná, Rocha (2015) salienta que estes espaços inicialmente eram áreas utilizadas de modo comum por comunidades tradicionais. Depois elas foram tuteladas pelo Estado, através do discurso de conservação ambiental. Assim se justificava suas intervenções nestas áreas, ocasionando conflitos com os moradores locais.

As Figuras 36 e 37 correspondem a imagens extraídas de satélites, que evidenciam o processo de ocupação e uso das vegetações nativas, principalmente para a carcinicultura e para a especulação imobiliária na APA de Estância. Na Figura 36 mostra-se a extensão dos manguezais que foram devastados para a implantação de viveiros para a criação de camarão. A

Figura 37, por sua vez, apresenta a extensão do condomínio fechado que está sendo construído nas proximidades da Ponte Gilberto Amado, no território de Terra Caída, em Indiaroba, às margens da extensão da APA de Estância.

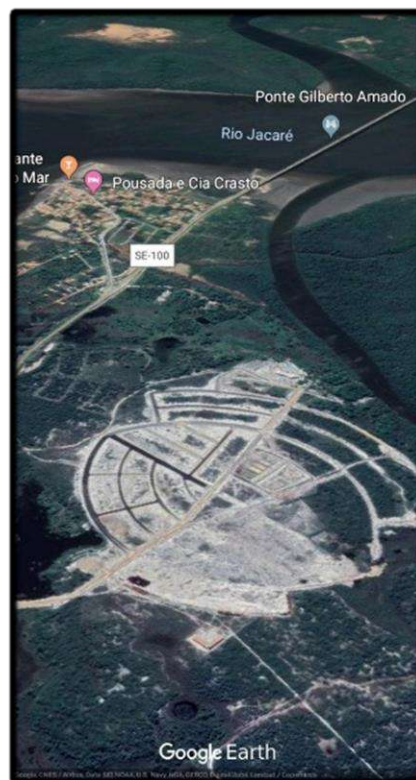
Considerando as intervenções antrópicas na flora sergipana, poucas são as regiões onde as florestas ainda se encontram preservadas (CARVALHO, 2010). A perda parcial ou total da vegetação original na APA Litoral Sul de Sergipe constitui-se como um dos impactos territoriais resultantes do conflito da ocupação urbana de segundas residências *versus* implantação da APA (SANTOS; VILAR, 2013). Isto se deve ao processo de ocupação do Litoral Sul de Sergipe e do Litoral Norte da Bahia, o qual contribuiu para acelerar a degradação da flora desse ambiente extremamente frágil (SANTOS, 2017).

Figura 36 – Retirada da flora para prática da carcinicultura às margens do rio Piauí.



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 37 – Retirada da flora para construção de condomínio de luxo em Terra Caída.



Fonte: Google Earth, 2019.

Por outro lado, as invasões clandestinas têm sido cada vez mais frequentes nas áreas vulneráveis da APA. A Figura 38 retrata uma área de manguezais, ao fundo da capela de N. Sra. da Boa Viagem, no povoado Praia do Saco, em Estância, a qual aparece cercada com arames farpados, ou seja, fruto de invasão e ocupação irregular. Essa situação é comumente encontrada em áreas de fauna nativa na APA.

Figura 38 – Invasão clandestina em área de manguezais na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

**f) Fauna/APA *versus* Caçadores clandestinos:** a preservação das espécies animais nativas têm sido comprometida frente as ameaças dos caçadores clandestinos. Com fundamento nos dados coletados nos questionários aplicados às lideranças dos povoados, movimentos e associações, 55% dos questionados reconheceram esse tipo de conflito na APA. Por outro lado, os outros 45% não responderam a esse questionamento.

Os caçadores clandestinos geralmente são moradores locais que praticam essa atividade tendo em vista várias finalidades, entre as quais ressaltam-se alimentação e lazer. Esses animais silvestres estão presentes em diferentes *habitats* espalhados ao longo da APA. Os moradores locais relatam que, cada vez mais está raro de ver animais, os quais há poucos anos eram comumente encontrados naquela área.

A caça é uma atividade bastante desenvolvida nas UCs, pois a fauna se torna abundante e ainda preservada nessas áreas (ALMEIDA, 2018). Ferreira (2011), ao tratar sobre as UCs no Estado do Tocantins, resalta que entre as quatro ameaças mais importantes para o sistema de UCs está a caça, além da infraestrutura, das queimadas descontroladas e da pecuária.

Às margens da APA de Estância, Almeida (2018) entrevistou 16 caçadores e ex-caçadores da UC do município de Santa Luzia do Itanhí, os quais mencionaram 32 espécies distribuídas em 8 ordens e 18 famílias. Os mamíferos são capturados para finalidades de alimentação, uso zooterápico, mágico, artesanato, religioso e ainda são alvos de conflitos. As estratégias mais utilizadas são a caça com cachorro e a caça de espera. O conflito relacionado à caça na APA de Estância segue os mesmos parâmetros.

**g) Catadoras de mangaba *versus* Construtoras/especulação imobiliária:** trata-se de um dos conflitos mais relevantes na APA do litoral de Estância. As catadoras de mangaba são constituídas por mulheres da própria comunidade, que nasceram ali e receberam de seus

pais e antepassados os ensinamentos da coleta do fruto da mangaba, principalmente para fins de subsistência, mas também para a venda nas feiras-livres do município de Estância. Essa atividade vem como um complemento a observância da não cata de caranguejo em época de andata.

O surgimento e o aumento das construções imobiliárias, principalmente dos condomínios fechados, a exemplo do Fazenda Real no povoado Manoel Dias, e do Meridium no povoado Ribuleirinha, levou ao desmatamento de inúmeras mangabeiras. O cercamento dessas áreas, bem como dos latifúndios e das propriedades particulares, tem dificultado o acesso das catadoras às árvores e seus frutos (SILVA; SOUZA, 2011). A exploração turística e a especulação imobiliária tem ameaçado a existência dessa cultura (MOTA, 2005).

Paradoxalmente ao aumento da produção e a notada importância da mangabeira para o estado, atualmente esta cultura se encontra ameaçada de extinção. Tal realidade, já foi demonstrada em alguns estudos que apontaram ainda as áreas de mangabeiras como áreas sujeitas à apropriação por monoculturas, viveiros de camarão, exploração turística e imobiliária. (MOTA, 2005, p. 30).

A Figura 39 retrata a entrada do condomínio Fazenda Real I e II. Trata-se de uma extensa área, onde existia vegetação nativa, inclusive inúmeras mangabeiras, a qual foi devastada integralmente para dar lugar a lotes para construção de casas de veraneio. As catadoras de Mangaba do povoado Manuel Dias, alegam terem sido prejudicadas em sua atividade extrativista, em decorrência da construção desse empreendimento imobiliário. Antes de sua construção elas tinham livre acesso às mangabeiras e aos manguezais dessa área. A sua construção gerou conflitos de acesso contra essas extrativistas.

Figura 39 – Condomínio Fazenda Real no povoado Manuel Dias, em Estância.

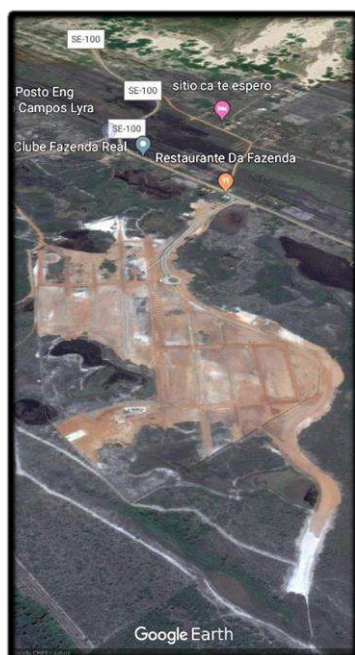


Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

As Figuras 40 e 41 correspondem a imagens de satélites que evidenciam a extensão do condomínio Fazenda Real I e II ao longo do território da APA. É possível perceber que uma vasta área de vegetação nativa foi retirada para que o empreendimento pudesse ser construído. Também na Figura 41 nota-se a proximidade do Condomínio com vários viveiros de carcinicultura, os quais estão implantados às margens do Rio Piauí, em área de manguezais.



Figura 40 – Condomínio Fazenda Real I e II em Estância.



Fonte: Google Earth, 2019.

Figura 41– Condomínio próximo a carcinicultura às margens do rio Piauí.



Fonte: Google Earth, 2019.

Esse tipo de conflito é retratado por vasta literatura, na APA Litoral Sul de Sergipe e em outras realidades. O fator gestão da APA é determinante nesse processo. A falta do Plano de Manejo e de outros instrumentos de gestão acabam favorecendo a dilapidação dos recursos naturais da APA, prejudicando as comunidades extrativistas, especialmente as catadoras de mangaba, que têm neles a sua subsistência (SILVA; SOUZA, 2011).

Em tempo, Bezerra (2015), ao tratar sobre as catadoras de mangaba da Barra dos Coqueiros, aborda a relação das mesmas com o poder estatal. Para o autor, o Estado, além de se omitir às reivindicações das catadoras, cria condições que estimulam o avanço e estruturação predatória do capital imobiliário nessa área. Segundo seu entendimento, tal realidade se deve às alterações da legislação municipal, sem transparência e sem a participação do povo.

Isso favorece a multiplicação de empreendimentos imobiliários-turísticos nas áreas litorâneas de modo geral, conflitando-se com comunidades extrativistas, principalmente com as catadoras de mangaba. Essa realidade foi alcunhada por Santos; Souza (2016) com a expressão “quando o olhar encontra o muro”. Para eles, o muro do imobiliário-turístico na Praia da Costa, em Aracaju, materializa a segregação socioespacial, ou seja, a exclusão territorial.

As catadoras de mangaba enfrentam uma dupla invisibilidade, caracterizada por serem tradicionais e por serem mulheres. Não obstante, elas se afirmam e constroem sua identidade nesse território, fortalecendo-se no poder que lhes é negado (SANTOS; SOUZA, 2016). Nessa mesma perspectiva, Saraiva; Jesus; Silva (2012) destacam a predominância feminina na catação

da mangaba, além de afirmarem que cerca de mil pessoas no litoral sergipano desenvolvem essa atividade econômica e atuam na preservação dessas áreas. A participação efetiva das mulheres é igualmente constatada na APA de Estância, as quais têm buscado meios de organização de suas atividades.

Em Sergipe, cerca de 5 mil famílias desenvolvem a coleta de mangaba e de outras frutas, como atividade econômica, social, cultural e ambiental. Além disso, desenvolvem atividades ligadas ao manguezal e ao artesanato (SOUSA; LIBERATO; JESUS, 2012). A maior produção de mangaba está no litoral sul sergipano. A maior demanda das catadoras é o acesso a terra. Por outro lado, a maior ameaça é a falta de organização social das mesmas (COSTA; SOUZA; MENDONÇA, 2018).

**h) Cocoicultura *versus* Moradores locais:** trata-se de outro dos conflitos mais relevantes da APA. Os latifundiários locais, sobremaneira, para fins de ocupação de suas terras e parcimoniosos, introduziram a atividade econômica da cocoicultura. Os moradores locais disputam com eles o acesso aos recursos naturais disponíveis nessa área, e até mesmo o acesso a comunidade local, como no caso do povoado Massadiço, onde o conflito ocasionou o homicídio de um morador da comunidade. Esses conflitos estão presentes no povoado Massadiço, Farnaval, Porto da Lagoa e adjacências, ou seja, espalhados pela APA estanciana.

[...] hoje as áreas de preservação ambiental são plantações de coqueiro. (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

A Figura 42 mostra os moradores locais do povoado Massadiço, dentro de um latifúndio, onde desenvolve-se a cocoicultura. A Figura 43 retrata o cultivo do coco-baía nessa propriedade.

Figura 42 – Cocoicultura no Massadiço em Estância.



Fonte: Djalma, 2019.

Figura 43 – Cocoicultura em latifúndio do Massadiço em Estância.



Fonte: Djalma, 2019.

A cocoicultura é uma atividade relativamente recente em Sergipe e requer algumas condições para o seu cultivo. A cultura da cocoicultura foi implantada em Sergipe na década de 1960, em substituição a da cana-de-açúcar (ALMEIDA, 2018). Por conta das condições propícias do solo, o coco-da-baía apresenta sua maior produção nos municípios da planície litorânea de Sergipe (CARVALHO, 2010). A cocoicultura cultivada nas proximidades do Rio Real acontece em planície fluviomarinha, em cultivos de caráter permanente, e consorciada com a pecuária extensiva (SANTOS, 2017).

Ao tratar sobre os conflitos territoriais em outras realidades, Almeida (2019) destacou que a predominância da cocoicultura nas áreas litorâneas, se deve ao solo arenoso das mesmas. Atualmente essa cultura perdeu força naquela região por conta da salinização das águas do Rio São Francisco, sendo também substituída paulatinamente pelos viveiros de camarão.

Portanto, a cocoicultura é uma atividade econômica forte não somente na APA de Estância, mas principalmente em outras áreas litorâneas, sobretudo pelas condições favoráveis do solo. Sua implantação acaba gerando conflitos entre as comunidades tradicionais e os latifundiários onde a cocoicultura é praticada, sobretudo, conflitos de acesso dos moradores aos recursos extrativistas.

**i) Água versus Moradores locais:** embora constitua uma área rica em recursos hídricos, seja pela presença de rios, lagos, lagoas e demais corpos d'água, a qualidade da água disponível para o consumo é geradora de conflitos entre os moradores locais. Geralmente essa água é oriunda de poços artesianos. A qualidade da água é questionada, pois possui uma coloração amarelada. Isto difere essencialmente da coloração da água ofertada pela DESO, a qual vem de Itaporanga d'Ajuda.

É uma realidade presente em significativa parcela da extensão da APA. Embasando-se nos dados coletados *in loco* mediante aplicação dos questionários aos líderes locais, 50% dos mesmos reconheceram esse tipo de conflito na APA de Estância, enquanto 11% não o reconheceram e os 39% restantes não responderam ao mesmo.

O desigual acesso aos recursos hídricos por parte das populações ilustra claramente a atual situação de injustiça ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004). Os grupos sociais de menor renda geralmente são os que por primeiro padecem pela falta de acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e ao solo não contaminado. Eles acabam expostos ao deslocamento compulsório de seu local de moradia por razões de construção de grandes empreendimentos e obras de infra-estrutura ou, no campo, pela expansão das monoculturas (ACSELRAD, 2006). Nesse contexto de gritantes disparidades sociais encontrados na APA, os pobres são os que acabam arcando com as piores consequências.



Ao tratarem dos Conflitos Socioambientais do turismo da segunda residência no Litoral Sul de Sergipe, Santos; Vilar (2013) destacam a necessidade da proteção dos recursos hídricos no litoral de Estância, através do monitoramento da qualidade da água dos poços tubulares que abastecem as residências locais. Isso se deve a qualidade da água obtida por esses meios, podendo comprometer a integridade da saúde daqueles que se servem dela, gerando conflitos.

**j) Lagoas/APA versus Donos de bares/restaurantes/construtoras:** os lagos e as lagoas, na área denominada de lagoa dos tambaquis, na proximidade dos povoados praia do Abaís, Manuel Dias, Coqueiro de Dentro, Coqueiro de Fora, Cachoeirinha e adjacências, como quaisquer outros corpos d'água, constituem-se propriedade da União. Contrariando essa normativa, na APA eles estão praticamente cercados pelas propriedades ao seu redor, constituídas em sua maioria por bares, restaurantes e construtoras, os quais fizeram desse recurso propriedade privada e fonte de atividades econômicas. Ademais, os mesmos são utilizados frequentemente por turistas e banhistas, e estão sujeitos a toda espécie de poluição.

Não se encontrou nenhuma literatura que abordasse esse tipo de conflito na APA de Estância. Porém, alguns estudos sobre outras realidades apresentam as lagoas como elementos importantes de suas áreas de preservação, embora ameaçadas por diversos fatores. Souza *et al.* (2017), ao tratarem sobre o caso do Parque das Dunas da Barra dos Coqueiros/SE, ressaltaram a importância da implantação do mesmo, pois ele protege três recursos fundamentais da área: lagoas, restinga e manguezais. Santos (2012), por sua vez, ressalta a inconsistência da proposta para a criação de UC de proteção integral para o município de Barra dos Coqueiros, a qual protegeria suas lagoas, mangues e dunas, uma vez que a ideia é delimitá-la em 21 km de extensão até o município de Santo Amaro. Isto se torna inviável, pois só aquele município possui uma área de 91,1 km<sup>2</sup>.

### 4.3 Conflitos Socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural

A 2ª tipologia de Little (2001) versa sobre os conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural (Quadro 16).

Quadro 16 – Planilha de conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural.

TIPO DE CONFLITO	ATORES ENVOLVIDOS	RECURSOS EM DISPUTA	LOCAIS DE OCORRÊNCIA
Dunas na rodovia <i>versus</i> DER/SE e Prefeitura	DNIT x Prefeitura	Acesso rodoviário	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato
Dunas nas casas e construções <i>versus</i> APA	APA x proprietários	Uso do solo	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Praia do Abaís, Mov. Marisq. de Sergipe
Pecuária <i>versus</i> APA	APA x pecuaristas	Uso do solo	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Praia do Abaís, Mov. Marisq. de Sergipe, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Assoc. Catadoras de Mangaba
<i>Buggys versus</i> APA	APA x bugueiros	Dunas	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Praia do Abaís, Mov. Marisq. de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Cachoeirinha
Casas de veraneio e de 2ª residência/área consolidada <i>versus</i> APA	APA x proprietários	Uso do solo (inclusive preamar)	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Praia do Abaís, Mov. Marisq. de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Assoc. Catadoras de Mangaba
Especulação imobiliária <i>versus</i> APA/moradores locais	Especulação imobiliária x APA/moradores locais	Uso do solo e lagos	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Praia do Abaís, Mov. Marisq. de Sergipe, Coqueiro de Dentro, Ribuleira, Assoc. Catadoras de Mangaba, Cachoeirinha, Manuel Dias
Ponte Gilberto Amado <i>versus</i> Balsas	Governo federal x balsas	Acesso local	Porto do Mato
Resíduos sólidos <i>versus</i> APA	Prefeitura/APA x moradores e turistas	Praias, solo e corpos d'água	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Mov. Marisq. de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Cachoeirinha, Manuel Dias
Esgoto <i>versus</i> APA	Prefeitura/APA x moradores	Praias, solo e corpos d'água	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Mov. Marisq. de Sergipe, Coqueiro de Dentro, Cachoeirinha, Manuel Dias
Construções ilegais/irregulares <i>versus</i> APA	Prefeitura/APA x invasores	Uso do solo	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Praia do Abaís, Mov. Marisq. de Sergipe, Porto do Mato, Ribuleira, Assoc. Catadoras de Mangaba, Manuel Dias
Segurança <i>versus</i> Prefeitura/PM	Prefeitura/PM x criminosos	Bens móveis	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Assoc. Catadoras de Mangaba, Cachoeirinha, Manuel Dias
Drogas ilícitas <i>versus</i> Prefeitura/PM	Prefeitura/PM x comunidade local	Saúde	Praia das Dunas, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Praia do Abaís, Mov. Marisq. de Sergipe, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Assoc. Catadoras de Mangaba, Cachoeirinha, Manuel Dias
Projeto Tamar <i>versus</i> Moradores locais/turistas	APA x moradores locais/turistas	Tartarugas marinhas <i>Oliva</i>	Praia do Abaís
Poluição sonora <i>versus</i> Moradores locais	Turistas/banhistas x moradores locais	Paz e ordem sociais	Praia do Abaís, Praia das Dunas, Praia do Saco, Cachoeirinha
Derramamento de óleo na praia <i>versus</i> APA	APA x poluidor desconhecido	Praias, fauna e flora	Praia do Abaís, Praia da Boa Viagem, Praia das Dunas, Praia do Saco

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Questionários e entrevistas aplicados aos líderes das comunidades, associações e movimentos e demais dados coletados *in loco*, 2019.

Nessa classificação foram diagnosticados os casos de contaminação do meio ambiente, os quais geram conflitos socioambientais de diferentes proporções nas comunidades. Outro aspecto é o do esgotamento de recursos naturais, o qual origina conflitos diferenciados, pois ocasiona uma repercussão no futuro que são difíceis de se quantificar. Ademais, a degradação dos ecossistemas é atrelada aos processos particulares de contaminação e esgotamento.

A intervenção humana nos ciclos naturais nos processos para ganhar sustentação e desenvolvimento econômico gera muitos impactos que são nefastos tanto para o funcionamento da natureza em si quanto para os seres humanos. [...] Podemos identificar três subtipos básicos de impacto negativo: contaminação do meio ambiente, esgotamento dos recursos naturais e degradação dos ecossistemas (LITTLE, 2001, p. 59).

Tendo sido feita a análise dos dados coletados, reconheceu-se as seguintes espécies de conflitos socioambientais que se enquadram nessa 2ª tipologia Littleana:

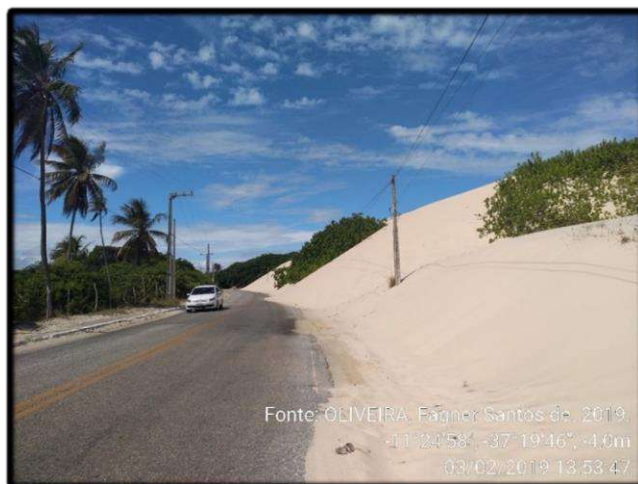
**a) Dunas na rodovia *versus* DER/SE e Prefeitura:** as dunas móveis localizadas no acesso à praia do Saco foram parcialmente retiradas para a construção da SE-100. Atualmente elas moveram-se a ponto de ocupar metade da rodovia. O DER-SE (Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe) pouco tem feito para a desobstrução da via, a qual está cada vez mais tomada pelas dunas naquele trecho. Situação semelhante tem ocorrido na estrada de acesso à praia das Dunas, a qual está parcialmente tomada pelas dunas (Figura 44). A prefeitura municipal não agiu para a retirada da areia e, consequente, desobstrução da vicinal.

Ao longo do campo dunar existem discontinuidades e/ou depressões que facilitam a passagem e abertura das vias de acesso tanto para as praias como para os loteamentos. De forma diferente, há algumas décadas, os sedimentos dunares foram retirados para construção de rodovias, a exemplo da SE-100 (SANTOS, 2011, p. 119).

Esse tipo de conflito é abordado por várias literaturas, as quais salientam diferentes aspectos do mesmo. Nesse sentido, os danos causados às dunas móveis da APA Litoral Sul de Sergipe são vários. Eles ocasionam desmatamentos, favorecem à retirada de sedimentos para a construção de casas de segunda residência e de veraneio, à extração da areia para a construção de rodovias e vias secundárias, entre outros (SANTOS, 2011).

Nessa mesma perspectiva, Vieira *et al.* (2013) fazem uma abordagem sobre os processos de uso e ocupação do solo na Praia do Saco, em Estância, e alerta sobre o desmonte das dunas móveis para diferentes fins, principalmente para atender os interesses do turismo. Além do mais, em decorrência disto, os autores salientam que as dunas costeiras apresentam-se com formas de uso múltiplos com diferentes feições.

Figura 44 – Rodovia SE-100 tomada pelas dunas na altura da entrada da Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Entre os principais serviços ambientais dos sistemas dunares estão o controle dos processos erosivos, a recarga dos aquíferos, a regularização da linha de costa, os investimentos sociais, ambientais e econômicos, a beleza cênica e a fonte de inspiração artística, os atributos para recreação e turismo sustentável, o refúgio para avifauna estuarina, entre outros (OLIVEIRA, 2008). Isso corresponde a realidade da APA estanciana, cuja movimentação das dunas ocasiona várias transformações na paisagem dessa área protegida.

**b) Dunas nas casas e construções *versus* APA:** ao longo de sua extensão e entre as dunas móveis das praias das Dunas, do Saco, da Boa Viagem e do Abaís foram construídas centenas de casas de veraneio e de segunda residência. Essas construções, em sua maioria, estão em desalinho com a Resolução do CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002, a qual constitui como Área de Preservação Permanente a área localizada a trezentos metros a partir da linha de preamar, quando recoberta por vegetação fixadora de dunas ou estabilizadora de manguezais. As dunas móveis têm soterrado parcialmente várias casas nessas localidades (Figura 45). Nesse sentido, “nas praias do Abaís e do Saco, o desenvolvimento associado à construção de núcleos urbanos são evidências dos danos ambientais nesta área” (SANTOS, 2011, p. 119).

Essa dinâmica das dunas móveis da APA, e consequentes conflitos, encontra estudos importantes. Ao tratar sobre a ecodinâmica das dunas costeiras de Sergipe, Oliveira (2008) ressaltou que a alternância de períodos glaciais e interglaciais acompanhada de flutuações do nível do mar no Quaternário, ocasionaram regressões e transgressões da linha de costa. No tocante aos depósitos eólicos, são encontradas duas gerações de dunas pleistocênicas já fixadas e duas de gerações holocênicas (MARTIN *et al.*, 1980; BITTENCOURT *et al.*, 1982; DOMINGUEZ E BITTENCOURT, 1996 *apud* OLIVEIRA, 2008). Assim compreende-se a natureza das dunas móveis da APA.

Figura 45 – Dunas móveis soterrando casas na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Os conflitos ocasionados pela dinâmica das dunas nas casas são retratados por alguns estudos. Nas praias da APA do litoral de Estância, as dunas são disputadas pelas casas de segunda residência, que fazem do veraneio uma atividade complementar a do turismo (WANDERLEY; SANTOS, 2007). Há muito tempo o território da APA vem sendo utilizado para a construção da casa de veraneio ou de segunda residência e, devido a falta de planejamento seus proprietários, têm sofrido prejuízos ocasionados pela erosão marítima, destruindo os imóveis, e pela movimentação das dunas, recobrando-os de areia (SILVA; SOUZA, 2011). Dentre os fatores de erosão costeira no Litoral Sul de Sergipe estão a urbanização da orla do Abaís, a ocupação da pós-praia, com implantação de estruturas rígidas ou flexíveis (FONTES, 2010).

**c) Pecuária *versus* APA:** a pecuária extensiva é uma das atividades econômicas que remotam ao período de ocupação da APA. Encontra-se atualmente espalhada pela maioria comunidades da APA, inclusive nos povoados praianos. De tal maneira essa atividade se destaca na APA que construíram um parque de vaquejada no Povoado Ribuleira, nas proximidades da sede das catadoras de mangabas.

Tal atividade conflita-se com a preservação da APA, uma vez que acontece sem o mínimo de infraestrutura e cuidados. O gado é criado solto ou preso nas propriedades privadas encontradas ao longo do litoral estanciano. A Figura 46 ilustra propriedades particulares cercando as dunas móveis da entrada da praia do Saco, nas quais é possível observar coqueirais, vegetação nativa e a criação de rebanhos de gado.

Figura 46 – Pecuária em área de dunas no Povoado Praia das Dunas.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Nenhuma literatura aborda diretamente esse conflito na APA, porém, encontramos vasta literatura tratando sobre o mesmo em outras realidades. Nesse sentido, a pecuária foi a primeira cultura introduzida pelos colonizadores de Sergipe, no século XVI, os quais partiram do litoral sul avançando para interior seguindo os cursos dos rios (VILAR; VIEIRA, 2014). Ela impulsionou a colonização de Sergipe, pois abastecia os engenhos da Bahia e de Pernambuco, e exerceu papel preponderante na organização espacial e nas transformações da paisagem da bacia do Rio Vaza-Barris até o século XX (CARVALHO, 2010).

Outras áreas de proteção também encontram atividades ligadas a pecuária. Ao fazer uma abordagem sobre as áreas protegidas e os assentamentos rurais em Sergipe, Costa (2016) ressaltou a criação de gado de pequeno porte como atividade dominante, na Área de Proteção Ambiental no município de Capela/SE.

Embora seja uma atividade dominante, em outras realidades do país, a exemplo de áreas de proteção no nordeste goiano, ela tem evidenciado que o tempo dedicado e a renda auferida nessa atividade produtiva mostraram-se marginais à sobrevivência nestas UCs (NETO, 2014). Essa realidade também é constatada na APA do litoral estanciano, onde atividades extrativistas e turísticas aparecem associadas a pecuária de subsistência.

**d) *Buggys versus APA:*** a atividade turística está intrinsecamente relacionada ao trânsito dos *buggys* na APA, principalmente nos povoados das praias do Saco, das Dunas, do Abaís e circunvizinhanças. A justiça embargou a circulação dos mesmos devido a proteção das tartarugas do Projeto Tamar. Recentemente eles conseguiram a liberação de suas atividades, pois traçaram uma rota alternativa, que evita o contato direto com a areia das praias. Porém, não é raro encontrarmos *buggys* transitando nas mesmas (Figura 47).



Eu vejo conflitos sérios, por exemplo, no tocante a atual ação civil, são duas ações cíveis públicas aqui, uma com relação a desova de tartaruga iniciada pelo ICMBIO, quando o ICMBIO denunciou ao Ministério Público Federal que aqui havia desova e que os carros e as motos que transitavam pela areia da praia eram causadores de mortes. Realmente, isso é verdadeiro (Ator 2). Entrevista concedida em 19/08/2019.

Figura 47 – *Buggys* circulando com turistas nas areias da Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Esse tipo de conflito encontra situações similares em outras UCs do país. A APA do Litoral Norte da Bahia apresenta os conflitos causados pelo trânsito de *buggys*, cujos bugueiros não respeitam as normas de conservação ambiental, reduzindo a altura das dunas, mesmo tendo sido traçado uma trilha para sua circulação. Eles funcionam em regime de cooperativa, e ofertam seus serviços aos turistas, para passeio na praia de Mangue Seco e adjacências. Recentemente a prefeitura de Jandaíra tentou reduzir o fluxo de veículos que transitavam no povoado de Mangue Seco, mas acabou declinando após protestos da população (SANTOS, 2017).

Outro grave conflito se dá porque o tráfego na praia da Costa Azul, vizinha ao Mangue Seco, representa uma séria ameaça aos filhotes de tartarugas do Projeto Tamar (SANTOS, 2017). Essa realidade é similar a encontrada na APA de Estância, principalmente na praia do Abaís, onde existe uma grande quantidade de dunas e ecossistemas preservados que estão sendo ameaçados pela ação antrópica, através do crescente trânsito de veículos (*buggys*), entre outras atividades (SANTOS, 2012).

**e) Casas de veraneio e de 2ª residência/área consolidada versus APA:** as casas de veraneio e de segunda residência têm gerado um dos conflitos mais sérios na APA, sobretudo, nas terras da União, na área de preamar das praias do Saco, das Dunas, da Boa Viagem e do Abaís. Recentemente foi proposto pelo Poder Executivo Estadual o projeto de lei do PEGCO (Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro). Os moradores locais têm buscado

apoio junto aos deputados estaduais para obterem, dentre outras coisas, o reconhecimento das áreas já construídas como áreas consolidadas, o que seria uma forma de tentar encontrar uma solução para esse imbróglho judicial.

Este conflito é abordado por vários estudos, principalmente sobre a APA Litoral Sul. De acordo com Santos; Vilar (2013), a casa de veraneio ou de segunda residência é uma prática consolidada há anos na APA Litoral Sul de Sergipe e está ligada à prática do turismo. Nessa mesma perspectiva, os conflitos causados pelas construções desordenadas e irregulares de residências, bares e restaurantes são comumente encontrados na orla da praia do Saco (VIEIRA; VILAR, 2014).

A crescente valorização da área de praia estimulou a busca por casas de segunda residência e de veraneio na APA do litoral de Estância (Figura 48), gerando ou ampliando conflitos relacionados a preservação da mesma e também a respeito da expropriação da população nativa.

Então, nós pedimos que o que é considerado área consolidada, que realmente não seja mais motivo de ações do Ministério Público Federal, somente as áreas de terreno de marinha. E áreas de restinga a agente sabe que não devem ser mexidas, também apicuns e as dunas, em especial as dunas fixas, né? Porque as dunas móveis têm uma dinâmica própria, e essa dinâmica própria é independente da ação de Ministério Público Federal ou da população. (Ator 2, entrevista concedida em 17/12/2019).

Figura 48 – Mansão de veraneio em área de preamar na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Essa realidade também é constatada em outras realidades do litoral sergipano e integra um processo histórico singular no Estado. Há muito tempo a segunda residência territorializa o espaço litorâneo de Sergipe sob várias formas, especialmente com a forma-conteúdo do imobiliário-turístico atual. Os momentos marcantes da segunda residência nesse litoral foram os seguintes: os palácios e palacetes de veraneio (1940-1970); a casa de praia em loteamentos e condomínios fechados (1980-2000); e o controle territorial do imobiliário turístico hodierno (SANTOS; VILAR, 2014). Tais momentos históricos influenciaram, de modo assistemático, o ordenamento territorial na APA estanciana.



**f) Especulação imobiliária *versus* APA/moradores locais:** a especulação imobiliária é um dos elementos mais selvagens do capitalismo, no tocante a ameaça da preservação das áreas de proteção ambiental. Um dos fundamentos capitalistas está na dissociação entre homem e natureza (PORTO-GONÇALVES, 2004). Na APA Litoral Sul, no recorte do litoral estanciano, essa realidade não é distinta. É comum encontrar a poluição visual de *outdoors*, placas de venda e anúncios, ao longo dos diversos povoados às margens da Rodovia SE-100, bem como nas áreas das praias do Saco, das Dunas e do Abaís, com informações de venda de lotes e terrenos para construção de casas (Figura 49).

Figura 49 – Placa de venda de terreno às margens da Rodovia SE-100 em Estância.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Inúmeros estudos abordam esse conflito na APA Litoral Sul de Sergipe. Nesse sentido, o mercado imobiliário reinventa a segunda residência na praia articulando-a à indústria turística, sob a tríade segurança, lazer e meio ambiente sustentável. A visão maniqueísta dos imobiliários-turísticos, com a vitimização dos moradores permanentes, mostra-se superficial face às múltiplas exclusões e inclusões territoriais. Os conflitos socioambientais fazem parte da vivência no espaço geográfico. Eles seriam a dinâmica de (re)construção dos territórios. A questão fulcral seria como conviver juntos, moradores permanentes e imobiliário-turístico. Constituindo-se, assim, um desafio de coexistência (SANTOS; VILAR, 2016).

[...] essas comunidades já estavam lá antes da questão imobiliária, já estavam lá antes dessas terras possuírem um valor econômico muito grande e esses conflitos começaram a existir. Então, por vezes essas comunidades, elas são retiradas ou impedidas de realizar suas atividades costumeiras, culturais, por conta desses conflitos que vem aparecendo principalmente pela questão imobiliária (Ator 1, entrevista concedida em 19/08/2019).

Em contrapartida, os latifundiários têm suas propriedades valorizadas na APA Litoral Sul de Sergipe em decorrência da especulação imobiliária. O discurso do desenvolvimento das atividades turísticas têm gerado especulação imobiliária, levando as comunidades tradicionais

e produtores rurais, a venderem suas propriedades, e buscarem outro lugar e meio de subsistência (SILVA; SOUZA, 2011). Em outras palavras, essas atividades levam à expropriação das comunidades tradicionais.

Em outra realidade do país, na região amazônica, adotou-se, ao longo dos últimos anos, um processo de ambientalização e reconstrução de identidades socioculturais dos povos tradicionais da Amazônia. Por isso, colocou-se os conflitos socioambientais em discussão, na arena política, como importante estratégia no desenvolvimento e (re)construção de novas territorialidades. Dessa forma, busca-se conservar as identidades étnicas, culturais e garantir a sobrevivência dos ecossistemas em que vivem os povos tradicionais (SILVA, 2018).

Contrariamente ao fortalecimento da identidade territorial, o imobiliário-turístico na APA de Estância pode provocar a substituição de atividades tradicionais por atividades turísticas, e pode comprometer a qualidade dos recursos naturais encontrados na UC (SANTOS; VILAR, 2014). Outros agravante é que a especulação imobiliária no litoral de Estância aumenta em um ritmo frenético, levando a valorização e valorização das áreas próximas ao mar e às margens da rodovia SE-100 para construção de condomínios fechados, dificultando o acesso às mangabeiras (SANTOS, 2015).

**g) Ponte Gilberto Amado *versus* Balsas:** antes da inauguração da Ponte Gilberto Amado, um dos únicos meios de transporte que ligava o Porto dos Cavalos, em Estância, à Terra Caída, em Indiaroba, era fluvial, e feito por balsas. Por muitos anos, constituiu-se como o meio exclusivo que os veículos de pequeno e médio portes tinham, de acessar o Porto do Mato e áreas adjacentes, via linha verde. Com a construção e inauguração da mesma, esse meio fluvial de transporte foi praticamente extinto naquela localidade. É um conflito praticamente em fase conclusiva. O que resta do mesmo é a balsa West Comandante Cunha que está atracada no porto de Terra Caída, em Indiaroba (Figura 50).

Figura 50 – Balsa West Comandante Cunha no porto de Terra Caída.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Esse conflito é acenado por incipiente literatura, embora vários estudos apresentem a importância dessa obra de grande envergadura infraestrutural. O gestor da secretaria municipal de turismo de Indiaroba atesta que, a construção da ponte Gilberto Amado acabou prejudicando as atividades dos proprietários de balsas, que faziam a travessia sobre o Rio Piauí, ligando o Porto do Cavalo (Estância) a Terra Caída (Indiaroba), bem como de vendedores ambulantes que ofereciam seus produtos aos visitantes que desembarcavam das balsas (SANTOS, 2017).

De acordo com Santos; Vilar (2016), as dinâmicas socioespaciais do litoral de Sergipe vivenciam o tempo da fluidez e da abertura territorial, superando os “hiatos geográficos” (Vilar, 2010) mediante a sua interligação por pontes. Assim, no Estado de Sergipe, integrou-se os setores norte (com a ponte construtor João Alves, no rio Sergipe, entre Aracaju e Barra dos Coqueiros, em 2006), centro (com a ponte Joel Silveira, no rio Vaza-Barris, entre Aracaju e Itaporanga d’Ajuda, em 2010) e sul (com a Ponte Gilberto Amado, no rio Piauí, entre Estância e Indiaroba, em 2013) do Estado (SANTOS; VILAR, 2014).

**h) Resíduos sólidos *versus* APA:** não obstante o veículo coletor de lixo passar em dias fixos pelas comunidades das margens da Rodovia SE-100, bem como nas comunidades praianas, os resíduos sólidos constituem-se como uma séria ameaça a preservação da APA do litoral de Estância. Os moradores locais geralmente aglomeram o lixo nos quintais de suas residências, onde esporadicamente ateam fogo, destruindo parcialmente e poluindo integralmente esse meio natural.

A situação se agrava ainda mais no período de veraneio, quando há o aumento expressivo de turistas, principalmente na área das praias, lagos e restaurantes. Embora a coleta do lixo aconteça nos povoados praianos várias vezes por semana, ainda assim é possível encontrar-se resíduos sólidos abandonados em vários pontos da APA. Comumente encontram-se coletores de lixo nas praias, mas o lixo encontra-se espalhado pelo chão, fora dos mesmos (Figura 51).

Figura 51 – Resíduos sólidos espalhados pelo mangue na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Na Figura 52 registrou-se mais um dos flagrantes *in loco*, pois mostra um pneu de veículo velho descartado na praia do Saco. Mesmo com a presença de banhistas e turistas na praia o pneu não foi retirado.

Figura 52 – Pneu descartado na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Esse conflito é retratado por vários estudos em outras realidades do Estado e do país. Assim sendo, os municípios que integram a bacia do rio Vaza-Barris possuem condições precárias de saneamento básico (lixo e esgotamentos a céu aberto), que compromete os mananciais de superfície (CARVALHO, 2010). De acordo com Santos (2017), a construção de empreendimentos turísticos sobre um ecossistema frágil (de praias, dunas, manguezais, restingas e estuários) provoca progressiva degradação, pois acarreta, entre outras coisas, o aumento da geração de lixo, o qual geralmente é acondicionado em locais inadequados, além do despejo de dejetos sanitários *in natura* nos rios, lagoas e oceanos.

Na APA do litoral Norte da Bahia, em Mangue Seco, observa-se a destinação inadequada do lixo, o qual é depositado próximo de manguezais e fonte de abastecimento de água, comprometendo o lençol freático (SANTOS, 2017). Essa mesma situação é constatada na orlinha da praia da Caueira, onde os resíduos sólidos são depositados em locais inadequados, provocando a proliferação de doenças e a contaminação do solo e dos corpos d'água (SANTOS; VILAR, 2012).

Em concordância com o constatado *in loco* por esta pesquisa, Santos; Vilar (2013), em trabalho de campo, encontraram lixo doméstico, restos de construção civil e esgoto a céu aberto nas praias da Caueira, do Abaís e do Saco. Portanto, este conflito é comumente encontrado tanto na APA estanciana, quanto em várias outras UCs e tantos outros ambientes pelo país.

**i) Esgoto versus APA:** outra grave ameaça a preservação da APA é o despejo do esgotamento das casas diretamente no solo. Isso deve-se a ausência de tratamento de esgoto na

área. Com o surgimento dos condomínios fechados e com a perspectiva de aumento progressivo de moradores, isso tem se tornado cada vez mais conflitante e, desse modo, preocupante (Figura 53). O esgoto despejado na APA pode poluir recursos naturais como rios, lagoas, lençol freático, manguezais, etc.

Mas assim, por outro lado, a gente tem aqui uma rede de esgoto que não funciona, né? Eu mesmo presenciei, tá servindo mais de alojamento do mosquito que pra população, entendeu? A dengue” (Ator 5, entrevista concedida em 21/08/2019).

Figura 53 – Canal de esgoto próximo a condomínio fechado na Ribuleira Grande.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Existe vasta produção literária sobre este conflito em diferentes realidades. Um dos conflitos relacionados à segunda residência na APA Litoral Sul de Sergipe consiste na poluição por esgoto sanitário, que contamina o solo e os corpos hídricos (SANTOS; VILAR, 2013). Isso pôde ser constatado com as atividades realizadas em campo, no litoral de Estância.

Os moradores do povoado Ribuleirinha, que integra a APA de Estância, demonstraram a preocupação com a possibilidade do esgoto do condomínio construído na comunidade ser despejado no manguezal, onde eles retiram seu sustento com a pesca e atividades extrativistas (SANTOS; VILAR, 2014).

Em outras realidades comumente encontra-se esse tipo de conflito. Nessa perspectiva, o esgotamento sanitário de Mangue Seco é inexistente, por isso, seus moradores despejam-no diretamente nos rios e em valas. Além disso, utilizam fossas rudimentares (SANTOS, 2017). Tudo isso gera conflitos, pois contribui para a degradação do meio ambiente, comprometendo a sustentabilidade da APA.

**j) Construções ilegais/irregulares versus APA:** as construções ilegais (ou irregulares) são uma constante ao longo de toda extensão da APA. Elas são encontradas geralmente nos povoados praianos, como nas Praias do Abaís, das Dunas e do Saco. Na APA a ocupação urbana sugere articulação ineficiente entre Estado e Município no ordenamento



territorial (BRAGHINI, 2016). A praia da Boa Viagem ainda é uma área bastante preservada, nesse sentido. O advento dos processos judiciais atuais acerca de conflitos nessa área, e a intensificação das fiscalizações na APA, de certo modo, frearam essas construções. Entretanto, casas de materiais de construção são encontradas facilmente na APA, principalmente nas praias e adjacências, ou seja, ainda é possível encontrar áreas invadidas e casas sendo construídas, inclusive em área de preamar (Figura 54).

Figura 54 – Construções ilegais em área de preamar na Praia do Abaís.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Na praia do Saco existe uma croa, na foz dos Rios Real e Piauí, que é conhecida como Ilha da Sogra. Geralmente ela é muito visitada por turistas, os quais acessam-na mediante passeios de lanchas, *jet skis*, escunas, etc. Tendo em foco as festividades da virada de ano de 2020, foi edificado nessa croa, um bar para uma festa privada. Constituiu-se, dessa forma, mais uma construção ilegal, resultante de invasão às terras de domínio da União (Figuras 55 e 56).



Figura 56 – Vista aérea da Ilha da Sogra.  
Fonte: Associação dos Moradores do Saco, 2019.



Figura 55 – Vista aérea do bar construído na Ilha.  
Fonte: Associação dos Moradores do Saco, 2019.

Vasta literatura aborda esse tipo de conflito, tanto na APA de Estância, como em outras realidades do país. Ao analisarem o processo de ocupação da praia do Saco, Vieira *et al.* (2013) destacaram que nessa região se deu a invasão e a destruição das casas, tornando esses locais com alto risco de ocupação. Ao desenvolver as atividades *in loco* pôde-se constatar que algumas casas abandonadas, por conta da progressão das águas marítimas na praia do Saco, foram ocupadas por outras pessoas.

O conflito gerado pelas ocupações irregulares é comumente encontrado em diferentes locais no país. Braghini; Vilar (2019) destacaram que no período de 2003 a 2015 houve aumento da ocupação territorial do entorno da APA do Morro do Urubu, em Aracaju. Essa realidade é comum na APA do litoral de Estância, principalmente em áreas que conservam a flora nativa. Diante dessa circunstância se abstrai a importância do Plano de Manejo, instrumento mediante o qual pode-se evitar conflitos dessa natureza.

Entretanto, se a finalidade do manejo das UCs é garantir a conservação em longo prazo, sem omitir a pré-ocupação, desse modo, para reduzir as desigualdades sociais faz-se necessário promover a participação plena da cidadania nesses espaços (VIVACQUA; VIEIRA, 2005). Além disso, o estado de ilegalidade, face a aplicação da lei ambiental à ocupação do solo, pode comprometer direitos fundamentais, como os de acesso à moradia, à terra e ao trabalho. Por isso, o conflito ambiental precisa ser analisado com cautela (BARRETO, 2011).

**k) Segurança versus Prefeitura/PM:** a criminalidade é um conflito presente em várias comunidades da APA, principalmente aquelas que estão às margens da Rodovia SE-100. São inúmeros os relatos de assaltos e até mesmo de homicídios por parte dos moradores locais, os quais expressam a sensação de insegurança e a inexpressiva atuação da Polícia Militar nessas comunidades. Inclusive aconteceram situações em que os moradores tiveram que enfrentar criminosos para coibir crimes cometidos pelos mesmos.

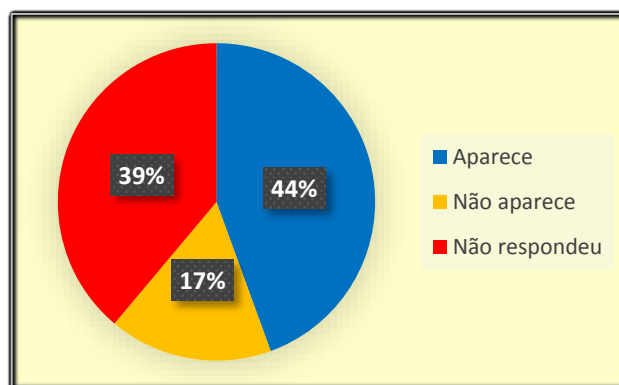
Os governantes precisam desenvolver políticas públicas mais eficazes, através da atuação da Secretaria de Segurança Pública e demais órgãos responsáveis. Essas políticas públicas precisam contemplar a inclusão social. Desse modo, pode-se romper com ciclos de dependência, de alienação e de marginalização da sociedade.

O estabelecimento de valores econômicos exige a desvalorização de todas as outras formas de vida social. Essa desvalorização transforma em um passe de mágica, habilidades em carências, bens públicos em recursos, homens e mulheres em trabalho que se compra e vende como um bem qualquer, tradições em fardo, sabedoria em ignorância, autonomia em dependência (ESTEVA, 1992 *apud* ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p. 119).

Tendo como fundamento os dados coletados nos questionários aplicados *in loco* aos líderes comunitários, foi elaborada a Figura 57, a qual evidencia o reconhecimento do

supracitado conflito por parte de 44% dos que foram questionados. Por outro turno, outros 39% não responderam ao mesmo e 17% dos questionados negaram a presença dos respectivos conflitos.

Figura 57 – Percentual de lideranças comunitárias que reconhecem o conflito Segurança *versus* Prefeitura/PM na APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Em realidades próximas e distantes da APA a violência também está disseminada. Na Praia da Costa e da Atalaia Nova, em Aracaju, quando há o aumento do fluxo de veranistas, os moradores se queixam do aumento da violência e da perturbação do sossego (SANTOS; VILAR, 2014). Ao analisar os conflitos resultantes com a construção da Ponte Giberto Amado, Santos (2017) afirma que o secretário municipal de turismo de Indiaroba destacou que a ponte incrementou o comércio local, gerando emprego e renda, porém, aumentou os índices de violência e criminalidade na região.

Ao analisar os conflitos sociais e a violência no contexto das hidrelétricas, em outras realidades presentes no país, Zhouiri; Oliveira (2007) ressaltam que a violência por parte dos movimentos locais de resistência é uma reação extremada que decorre de sua exclusão diante do processo de licenciamento, da invisibilidade de suas reivindicações e do sentimento de desamparo e impotência dominantes.

Esse sentimento de desamparo pelo poder público também está presente em outras UCs do Estado sergipano. Nesse sentido, a conservação dos elementos naturais parece ser uma meta sem interação com a sociedade, pois os maiores problemas ambientais relatados pelos moradores locais são a falta de saneamento básico, a falta de segurança e o desemprego (FONTENELE, 2013).

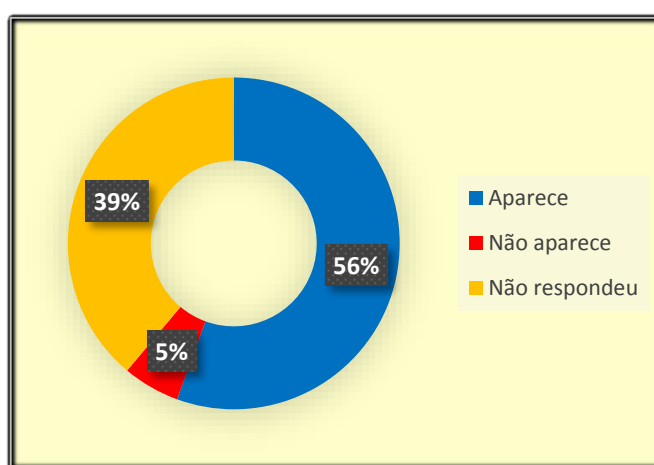
**1) Drogas ilícitas *versus* Prefeitura/PM:** as drogas ilícitas são um dos conflitos mais desafiadores para a atuação dos poderes públicos e da Secretaria de Segurança Pública, nos diferentes entes federativos. Trata-se de uma realidade presente na maioria das comunidades da APA, e que acomete principalmente a juventude. Muitos fatores contribuem para que esse tipo



de conflito exista. Um dos fatores relevantes é a gritante desigualdade social do país, a qual acaba levando muitos jovens a ingressarem no mundo da criminalidade.

Embasando-se nos dados recolhidos nos questionários aplicados aos líderes locais, elaborou-se a Figura 58, a qual evidencia o reconhecimento do supracitado conflito por parte de 56% dos que foram questionados, entre lideranças de povoados, associações e movimentos locais. Em contrapartida, outros 39% não responderam ao mesmo e 5% dos questionados negaram a presença dos respectivos conflitos.

Figura 58 – Percentual de lideranças comunitárias que reconhecem o conflito Drogas ilícitas *versus* Prefeitura/PM na APA.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Esse conflito está presente nas realidades urbanas e rurais, dos mais variados contextos do Brasil. Na APA vizinha, do litoral norte baiano, ele também é encontrado. A implantação de grandes empreendimentos turísticos e imobiliários no Litoral Norte da Bahia tem provocado o aparecimento de problemas tipicamente urbanos, como o aumento da violência, da criminalidade, do tráfico de drogas e da prostituição (SANTOS, 2017).

Ao retratar os conflitos do turismo de segunda residência em Vera Cruz/BA, Araújo (2015) destacou que a atividade turística em Barra Grande, tem sido mais negativa que positiva, pois ocasionou um aumento em problemas com drogas, violência, assaltos, falta de segurança, conflitos ambientais, entre outros. Portanto, esse tipo de conflito não é algo específico da APA estanciana, mas cada vez mais presente em realidades rurais. Se antes era um conflito tipicamente urbano, agora ele está presente em ambas realidades.

**m) Projeto Tamar *versus* Moradores locais/turistas:** o Projeto Tamar desenvolve importante trabalho nas praias estancianas, no tocante a preservação e da reprodução das tartarugas *olivas*. O litoral sergipano é o único berço de reprodução das mesmas em todo o Brasil. Há alguns anos o ICMBIO ajuizou ação denunciando o trânsito constante de carros e

motos ao longo das praias, que ameaçava a sobrevivência das mesmas. Isso intensificava-se no período de veraneio, com o aumento do número de turistas. Essa ação fez com que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente intensificasse as fiscalizações para coibir eventuais abusos. Não obstante isso, ainda pode-se encontrar pessoas que descumprem e transitam com veículos nas areias da praia (Figura 59).

Eu vejo conflitos sérios [...] são duas ações cíveis públicas aqui, uma com relação a desova de tartaruga iniciada pelo ICMBIO, quando o ICMBIO denunciou ao Ministério Público Federal que aqui havia desova e que os carros e as motos que transitavam pela areia da praia eram causadores de mortes (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

Figura 59 – Flagrante de transgressão de veículos na Praia das Dunas.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Algumas literaturas versam sobre o Projeto Tamar no Estado de Sergipe, abordando o referido conflito. Nesse sentido, conforme Alves (2010), não obstante todo trabalho de conscientização do Projeto Tamar em Pirambu/SE, pessoas continuam transitando com veículos motorizados pela praia, comprometendo a proteção das tartarugas marinhas, além de afetar a segurança dos banhistas.

Na praia do Abaís, por sua vez, na divisa com Itaporanga d'Ajuda, existe uma base do Projeto Tamar que funciona durante a desova (LIMA, 2011). Portanto, esse Projeto é essencial para que a preservação das tartarugas marinhas seja garantida. Os órgãos fiscalizadores precisam atuar com mais frequência e eficácia para coibir os conflitos que ameaçam a reprodução das mesmas.

**n) Poluição sonora *versus* Moradores locais:** a poluição sonora é um conflito que intensifica-se no período de veraneio, quando há uma maior presença de turistas e veranistas. São conflitos pontuais que acontecem, sobremaneira, nos povoados praianos e em torno da lagoa dos tambaquis. Geralmente são resolvidos pacificamente, embora, em situações mais críticas a polícia precise ser acionada para intervir e apaziguar a situação conflitante, o que enseja o recolhimento dos aparelhos de sons e paredões.

Eles vêm mais no período de agitação, que se dá de outubro até março, né? É onde tem um número de turista maior. Onde os bugues, os bugueiros começam a rodar mais, os lancheiros começam a trabalhar mais, né? Onde existe conflitos por conta das festas, da utilização excessiva dos sons por parte de turistas e veranistas... [...] (Ator 5, entrevista concedida em 21/08/2019).

Algumas literaturas abordam essa situação conflitante em outros contextos. Na APA de Estância, os gestores municipais e a população local queixam-se que a construção da Ponte Gilberto Amado ocasionou problemas com a poluição sonora, a destruição dos manguezais e a diminuição do pescado, ocasionado pelo barulho das embarcações que circulavam no rio durante a obra (SANTOS, 2017).

Em outra realidade, Araújo (2015) ressalta que as atividades turísticas implementadas em Barra Grande aumentaram, entre vários outros, os conflitos relacionados a poluição sonora. Logo, esse conflito não é exclusivo da APA estanciana, podendo ser facilmente encontrado em outras realidades, principalmente nas comunidades litorâneas.

**o) Derramamento de óleo na praia *versus* APA:** esse conflito é um dos mais recentes e mais impactantes para as praias do nordeste brasileiro, em especial, para as praias da APA do litoral de Estância. Trata-se de um dos maiores desastres ambientais do litoral do país. Até o momento não se sabe ao certo a causa do derramamento do óleo. O que o governo federal alega é que trata-se de petróleo cru de origem venezuelana. Os danos ambientais imediatos, bem como seu tempo de duração, são incalculáveis. Isso tem impactado diretamente os moradores locais, que se utilizam dos recursos naturais extraídos desses ecossistemas, assim como desenvolvem as atividades relacionadas ao turismo, fonte de economia e renda para os mesmos.

Mais de 3 mil quilômetros do litoral do Brasil já foram atingidos [...]. Desde que foi detectada pela primeira vez, no dia 30 de agosto de 2019, a mancha de petróleo atingiu 877 locais em mais de 127 municípios em 11 estados. [...] Todo o ecossistema marinho foi afetado de forma direta, incluindo peixes, tartarugas, baleias, frutos do mar, corais, aves e mamíferos aquáticos. A economia, com base no turismo das praias, já está sofrendo forte impacto, com consequências especialmente graves para a população que vive da pesca e coleta de frutos do mar (SANTOS, 2019).

De acordo com dados apresentados pelo IBAMA, no litoral estanciano, bem como nas áreas adjacentes e que integram a APA Litoral Sul, foram encontradas manchas de óleo nas praias do Abaís, das Dunas, do Saco, bem como nos manguezais da foz dos rios Real e Piauí, nas imediações de Terra Caída, em Indiaroba (Quadro 17). Essas manchas começaram a ser vistas em 03/09/2019, e foram revistas, quando da revisita dos técnicos do IBAMA, nesses mesmos locais

Quadro 17 – Áreas do litoral de Estância afetadas pelo derramamento do óleo.

Nome	Município	Data de avistamento	Estado	Latitude	Longitude	Data de revisita	Status
Praia do Abaís	Estância	03/09/2019	SE	11° 20' 27.23" S	37° 17' 22.98" W	21/10/2019	Oleada - Vestígios /Esparsos
Praia das Dunas	Estância	05/10/2019	SE	11° 21' 58.12" S	37° 18' 02.05" W	13/10/2019	Oleada - Vestígios /Esparsos
Praia do Saco	Estância	03/09/2019	SE	11° 15' 08.89" S	37° 13' 55.80" W	05/10/2019	Oleada - Vestígios /Esparsos
Mangue	Indiaroba	12/10/2019	SE	11° 26' 06.48" S	37° 24' 29.63" W	21/10/2019	Oleada - Vestígios /Esparsos

Fonte: IBAMA, 2019.

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Isto pôde ser constatado *in loco*, nas atividades de campo. Encontrou-se vestígios esparsos de manchas do óleo de petróleo nos supramencionados locais. Portanto, as praias de Sergipe foram severamente afetadas, das quais foram recolhidas centenas de toneladas de óleo. Todas as praias de Estância, bem como a foz do rio Piauí, no povoado Terra Caída em Indiaroba, foram atingidos com vestígios esparsos do óleo, comprometendo a integridade natural dos ecossistemas e dos recursos naturais existentes (Figuras 60 e 61).

Figura 60 – Mancha de óleo na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Figura 61 – Mancha de óleo em Terra Caída.

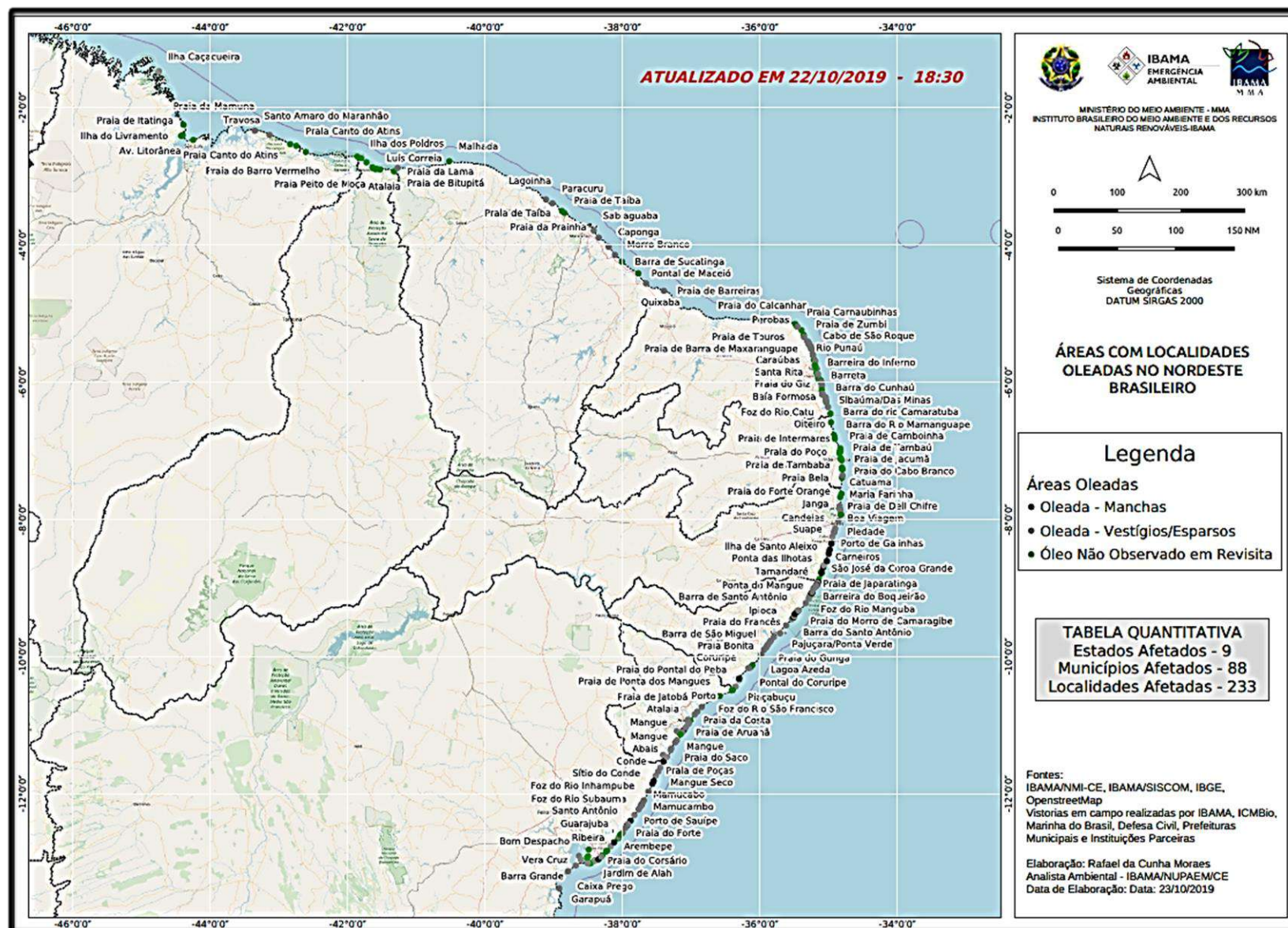


Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

A Figura 62 mostra a extensão dos danos ao longo de todo o litoral do Nordeste brasileiro. As correntes marítimas têm levado as manchas de óleo para as Regiões Norte e Sudeste também. Trata-se, portanto, um conflito ambiental sem precedentes e de dimensões danosas ao ser humano, ao meio ambiente e a economia até o momento imensuráveis. Como é algo recente, não temos até o momento nenhuma literatura que aborde esse conflito.



Figura 62 – Áreas com localidades oleadas no nordeste brasileiro.



#### 4.4 Conflitos Socioambientais em torno do uso dos conhecimentos ambientais

Na 3ª tipologia de Little (2001), salienta-se os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais (Quadro 18).

Quadro 18 – Planilha de conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

TIPO DE CONFLITO	ATORES ENVOLVIDOS	RECURSOS EM DISPUTA	LOCAIS DE OCORRÊNCIA
Turismo local <i>versus</i> APA	APA x agências de turismo/moradores locais	Praias, dunas e lagos	Praia do Abaís, Praia das Dunas, Porto do Mato, Manuel Dias
Turismo fluvial <i>versus</i> Marinha	Marinha x clandestinos/proprietários de embarcações	Trânsito fluvial	Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Porto do Mato
Acesso à educação <i>versus</i> Comunidade local	Estado/ Prefeitura x comunidade local	Escolas	Praia do Abaís, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Assoc. Catadoras de Mangaba, Cachoeirinha, Manuel Dias
Acesso à saúde <i>versus</i> Comunidade local	Prefeitura x comunidade local	Posto de Saúde	Praia do Abaís, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Coqueiro de Dentro, Porto do Mato, Ribuleira, Assoc. Catadoras de Mangaba, Cachoeirinha, Manuel Dias
Capela de N. Sra. da Boa Viagem <i>versus</i> Judiciário	Igreja Católica x Judiciário	Templo religioso	Praia do Saco
Acesso local <i>versus</i> Latifundiários	Latifundiários x Moradores locais	Acesso ao porto e comunidade	Praia do Abaís, Assoc. Pesc. e Marisq. do Porto do Mato, Porto do Mato

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Fonte: Questionários e entrevistas aplicados aos líderes das comunidades, associações e movimentos e demais dados coletados *in loco*, 2019.

Para esse tipo de Conflitos Socioambientais faz-se imprescindível as percepções de riscos dos mesmos. Essa antecipação em relação aos conflitos é fundamental para evitar situações danosas ao meio ambiente, tais como as que aconteceram recentemente: em Mariana, com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração de Fundão, em 05 de novembro de 2015; em Brumadinho, com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração da região do Córrego do Feijão, em 25 de janeiro de 2019; o aumento de número de focos de incêndio, em agosto de 2019, ocasionando as queimadas e destruições na Floresta Amazônica; o derramamento de óleo cru de petróleo nas praias do Nordeste brasileiro, no fim de agosto de 2019, constituindo-se o maior desastre ambiental no litoral brasileiro; entre outros.

Outro aspecto relevante nessa categorização é o uso exclusivo da informação enquanto propriedade intelectual de um indivíduo ou de determinada coletividade. Geralmente tal prerrogativa tem como fim interesses meramente econômicos e subjetivos. Por fim, os lugares tidos como sagrados também podem ocasionar conflitos da ordem das diferentes visões de mundo.

Cada grupo social tem conhecimentos ambientais específicos que utiliza para se adaptar a seu ambiente e para o desenvolvimento de sua tecnologia. Nesta categoria podemos identificar: conflitos entre grupos sociais ao redor da percepção de risco, conflitos envolvendo o controle formal dos conhecimentos ambientais e conflitos em torno dos lugares sagrados (LITTLE, 2001, p. 60).

Através da análise dos dados coletados distinguiu-se as seguintes espécies de conflitos socioambientais que se enquadram nessa 3ª tipologia:

**a) Turismo local *versus* APA:** o turismo é outro elemento polarizador de conflitos socioambientais na APA de Estância. Isso deve-se ao fato de ser uma atividade extremamente importante para a geração de trabalho e renda para os moradores locais. No período de veraneio aumenta-se consideravelmente a presença de turistas nas praias, movimentando pousadas, restaurantes e bares. É quando os moradores locais dedicam-se quase que exclusivamente a essas atividades em detrimento das do extrativismo.

Mas, o que a gente quer aqui é que, na medida em que a gente possa melhorar a oferta de serviços turísticos para as pessoas que aqui vêm, e assim a gente vai melhorar a qualidade de vida dos comunitários, porque nós vamos gerar renda, nós vamos oferecer trabalho (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

Esse tipo de conflito é abordado por vasta literatura. Assim sendo, a rodovia SE-100 favoreceu o acesso às praias estancianas e estimulou diversas atividades econômicas na APA do litoral de Estância. Entretanto, a edificação das rodovias e pontes do Litoral Sul de Sergipe intensificaram os loteamentos imobiliários, privilegiando as classes mais abastadas em detrimento de parcelas menos favorecidas das comunidades locais (VIEIRA; VILAR, 2014).

A construção da Ponte Gilberto Amado foi outro fator que favoreceu a integração rodoviária de Sergipe com a Bahia, atraindo ainda mais turistas para o desfrute de suas belezas naturais (VIEIRA; VILAR, 2014). Tudo isso estimulou as atividades turísticas na APA. Essa ponte facilitou, portanto, o desenvolvimento do complexo turístico da foz do Rio Real, beneficiando empreendimentos turísticos, hoteleiros e imobiliários no litoral sul sergipano (SILVA; SOUZA, 2011).

O turismo é um dos pilares da economia local, pois gera trabalho e renda para as comunidades da APA, sobretudo às praianas. Ele movimenta uma gama de serviços, tais como: pousadas, restaurantes, bares, mercearias, lojas de materiais de construção, portos, embarcações para passeio fluvial e marítimo, casas de veraneio, Igrejas, padarias, postos de gasolina, bugues para passeios nas dunas, vendedores ambulantes, etc. Entretanto, “[...] a degradação nas áreas litorâneas turísticas não é compatível com a função turística, uma vez que o principal produto turístico comercializado é um meio ambiente saudável o suficiente para proporcionar aos turistas uma sensação de “bem-estar”” (SANTOS; VILAR, 2012, p. 1195).

Com o aumento da demanda e do uso e ocupação dos solos, evidente que os conflitos de preservação da APA intensificaram-se. Eles são múltiplos e seus atores disputam diferentes recursos na APA, conforme a diversidade de seus interesses. Há maior derramo de esgotamento no solo, nos corpos d’água e na fauna, bem como maior produção de resíduos sólidos e efluentes, e consequente despejo nos solos da APA (SANTOS; VILAR, 2013). A ausência de saneamento básico é outro agravante nessas circunstâncias.

A questão do processo judicial envolvendo as terras da União impactou e afetou as atividades ligadas ao turismo local, pois os moradores e proprietários ficaram impossibilitados de executarem construções ou reformas em qualquer comunidade da APA. Houve uma queda brusca no número de turistas desde então. Isso mostra o quanto um conflito pode interferir na dinâmica da vida da comunidade e de seus moradores. No referido caso, o conflito agiu de forma proativa em detrimento da preservação do meio natural, não obstante ter afetado a economia local.

Afetou o turismo? Afetou, sim. Afetou aqui mais de 50%. Tanto que eu trabalho em um chalé e tem caído, caiu muito a procura, né? Então, realmente esses conflitos teve impacto direto nisso aí (Ator 5, entrevista concedida em 21/08/2019).

O passeio de *buggys* sobre as dunas móveis e fixas foi liberado de forma parcial, e deve seguir um trajeto previamente acordado com sua associação (Figura 63). Entrementes, o trânsito de quaisquer tipos de veículos motorizados nas areias das praias continua terminantemente proibido, por conta das ameaças a preservação das tartatargas do Projeto Tamar. Porém, comumente encontra-se turistas transitando com *buggys*, carros e motos nas áreas proibidas. Tal realidade também acontece em outras localidades, tal como abordado por Alves (2010) ao reatrar o Projeto Tamar em Pirambu/SE.



Figura 63 – Bugues para turismo na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Esse conflito também é retratado em outras realidades do país. Na região amazônica, os residentes das UCs são alijados das instâncias decisórias das políticas governamentais de turismo, relegados a meros legitimadores. Por outro lado, os arranjos institucionais e as parcerias público-privadas, retroalimentam a situação de dependência de forças exógenas, com o discurso de estimular o desenvolvimento local. Porém, isso acontece mediante a promoção das relações assimétricas de poder, nas quais os pobres são excluídos (SILVA, 2018).

**b) Turismo fluvial *versus* Marinha:** o turismo fluvial e marítimo também pode ser encontrado no Porto do Mato, no porto do Cavalo, na ponta do Saco, na Praia do Saco, em Terra Caída, entre outros locais da APA no litoral de Estância (Figura 64). Geralmente lanchas, escunas, *jet skis*, tó-tó-tós e outras embarcações fazem a travessia, partindo principalmente de Terra Caída e do Porto de Cavalos, para Mangue Seco e para a Ilha da Sogra, em Jandaíra/BA.

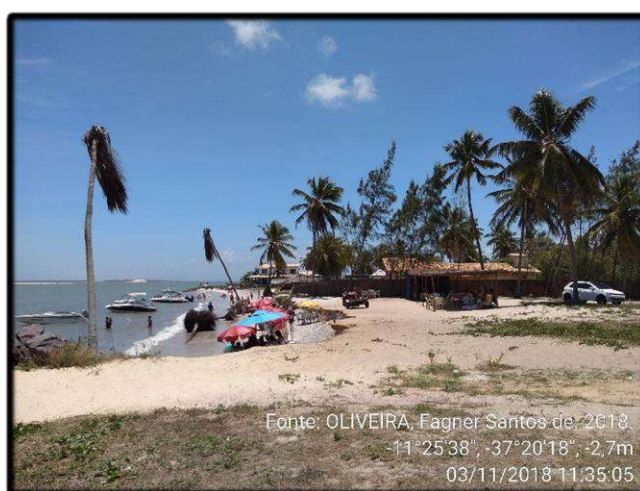
Mangue Seco é um dos locais mais procurados pelos turistas. A praia de Mangue Seco ficou nacionalmente conhecida após a novela global *Tieta* (1989), que foi gravada neste ambiente paradisíaco. A Ilha da Sogra, uma formação arenosa resultante do assoreamento ao longo do tempo, reflexo da dinâmica marinha e dos ventos, atua como ilha barreira, quebrando as marés. Por isso, suas águas são calmas, navegáveis e propícias ao esporte náutico (LIMA, 2011).

Terra Caída é um povoado favorável ao turismo ecológico e fluvial, pois existe grande disponibilidade de embarcações náuticas para a realização de passeios tanto nas ilhas e praias sergipanas, quanto baianas. Os locais mais procurados para passeio são a ilha da Sogra, a Praia do Saco, a Ponta do Saco e Mangue Seco. Em função disso, esse local tem atraído muitos turistas e visitantes ao longo do ano (LIMA, 2013 *apud* SANTOS, 2017).

Esse tipo de conflito possui incipiente literatura. Geralmente ele acontece dado as fiscalizações constantes da Marinha às diversas espécies de embarcações, tendo em vista a garantia da segurança dos que realizam e dos que se servem desse meio de transporte. A atuação da Marinha nessa área, no entanto, não inibe completamente os transportes irregulares, gerando conflitos.

O homem tem usado de várias formas, né? A exploração do turismo, como passeios de *buggys*, sobre as dunas, passeio de lanchas, travessia de turistas pra outras regiões, pra outras praias, como a travessia da praia do Saco pra Mangue Seco, né? Pra ilha da sogra, que é uma croa que tem próximo da praia do Saco. Assim, entre outras atividades (Ator 5, entrevista concedida em 21/08/2019).

Figura 64 – Embarcações de turismo na Praia do Saco.



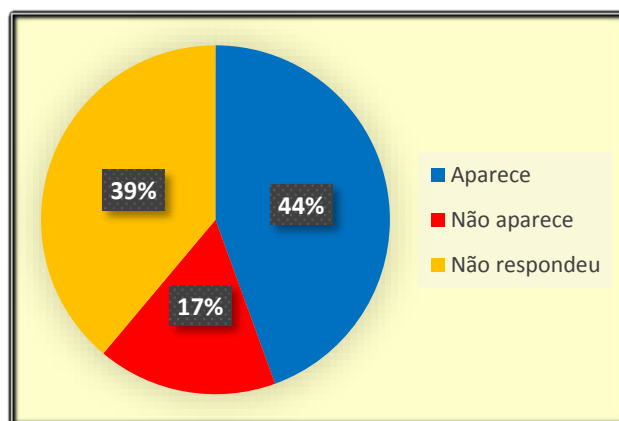
Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2018.

**c) Acesso à educação versus Comunidade local:** as comunidades do litoral estanciano em sua maioria necessitam de escolas para alfabetizar e educar as crianças, os jovens e mesmo os adultos. A oferta de educação pública, gratuita e de qualidade, não obstante ser uma prerrogativa constitucional, ainda está distante de ser efetiva nas mesmas.

Atualmente, as escolas estão concentradas nos Povoados do Porto do Mato, nas instalações do Centro Esperança e Vida, da Diocese de Estância, e da Praia do Abaís. O transporte, a merenda e os livros didáticos são ofertados nas mesmas. O conflito existe entre as comunidades de difícil acesso às escolas, e nos locais por onde o transporte escolar não transita, pois têm-se a demanda, mas falta as condições para correspondê-la.

Fundamentando-se nos dados coletados *in loco* mediante os questionários, elaborou-se a Figura 65. Nela é possível perceber que 44% dos que foram questionados reconhecem a existência desse tipo de conflito em suas comunidades. Por outro turno, outros 39% não responderam ao mesmo e 17% dos questionados não reconheceram o respectivo conflito no povoado que representam.

Figura 65 – Percentual de lideranças que reconheceram o conflito de acesso à educação no litoral de Estância.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

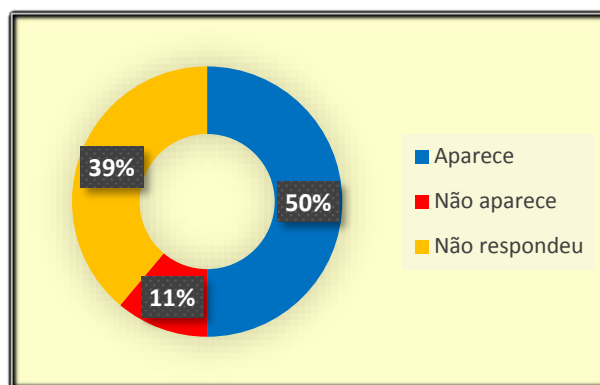
Pouquíssima literatura aborda esse tipo de conflito na APA do litoral de Estância. A análise dos indicadores socioambientais do município de Estância feita por Sampaio (2015) é o único estudo que trata do tema. A autora reconheceu que esses indicadores educacionais demonstraram valores sustentáveis na escala de desempenho, em parte significativa das variáveis: n° de escolas 87,1% e n° de matrículas 81,4%.

Porém, no indicador de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo obteve-se o percentual de 37,02%, correspondendo a fraco desempenho. Para a autora, este índice obtido demonstra o fracasso educacional nessa faixa etária e a urgência na reavaliação das ações e programas em educação para a juventude. Portanto, reconhece-se a necessidade de melhorar a oferta e qualidade nas comunidades litorâneas de Estância.

**d) Acesso à saúde *versus* Comunidade local:** o acesso ao atendimento médico é precário e limitado no litoral estanciano. O único posto de saúde para as comunidades do litoral fica localizado no Povoado Porto do Mato e o atendimento se dá em dias e horários específicos. Por conseguinte, as pessoas acabam recorrendo aos hospitais públicos das sedes dos municípios de Indiaroba e de Estância. Assim sendo, o conflito ocorre dado à precariedade da oferta do acesso à saúde pública às comunidades litorâneas. Existe, pois, a demanda, mas a oferta é insuficiente.

Isto foi constatado com os trabalhos em campo, junto às comunidades visitadas e ouvidas. Assim, embasando-se nos dados coletados *in loco* mediante aplicação dos questionários foi elaborada a Figura 66, que destaca o reconhecimento do supracitado conflito por parte de 50% dos que foram questionados. Por outro lado, outros 39% não responderam ao mesmo e 11% dos questionados negaram a presença dos respectivos conflitos.

Figura 66 – Percentual de líderes que reconheceram o conflito de acesso à saúde no litoral estanciano.



Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Esse conflito também possui inexpressiva literatura. O estudo de Sampaio (2015) analisou os indicadores socioambientais do município estanciano, entre os quais os índices de saúde. Neste quesito, os indicadores apresentaram valores positivos em grande parte das variáveis: PSF (Programa Saúde da Família) 95,21% e recursos humanos 100%. Entretanto, no quesito US (Unidades de Saúde) obteve-se o percentual de 50,7%, correspondendo a escala de médio desempenho. Fazem-se necessárias, portanto, políticas públicas voltadas para multiplicação de unidades de saúde que contemplem uma melhor assistência as periferias, e comunidades interioranas e litorâneas de Estância.

**e) Capela de N. Sra. da Boa Viagem *versus* Judiciário:** a capela de N. Sra. da Boa Viagem está localizada no litoral sul de Sergipe, na praia do Saco, e pertence a circunscrição eclesiástica da Diocese de Estância, atualmente sob a guia do bispo diocesano Dom Giovanni Crippa. Ela faz memória a passagem dos jesuítas naquela localidade, no século XVI, precursores da educação cristã católica em terras sergipanas. Esse marco histórico constitui-se como valioso patrimônio de história, de cultura e de fé para o Estado de Sergipe, especialmente para o município de Estância.

Esse conflito não é abordado por nenhuma literatura, dado seu caráter recente. Em decorrência da progressão das águas oceânicas e do aumento dos processos erosivos, ocorrido exponencialmente nos últimos 05 (cinco) anos, a mesma ficou ameaçada de ser destruída (Figuras 67 e 68). Isto despertou interesses concorrentes e mesmo conflitantes, no tocante ao que deve ser feito a respeito: convém deixar que a natureza siga seu curso e apague completamente a memória dessa secular construção religiosa? Ou tudo o que for possível ser feito, para conter as águas do mar, e salvar esse patrimônio histórico-cultural-religioso, precisa ser realizado?

Figura 67 – Erosão marinha na Capela do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Figura 68 – Progressão do mar na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Frente a iminente ameaça de destruição, com base no processo nº 0800031-83.2018.4.05.8502, o MPF-SE fez o pedido, em tutela de urgência, que os réus União, Estado de Sergipe, Município de Estância e Diocese de Estância adotassem as medidas emergenciais necessárias à conservação da Capela Nossa Senhora da Boa Viagem e do seu entorno. Além disso, o órgão judicial agiu em favor da desocupação da edificação e da possível demolição da mesma.

Buscando salvar o imóvel, a Diocese de Estância, junto com a comunidade local e alguns representantes da sociedade estanciana, moveram ação judicial e conseguiram uma liminar junto ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) autorizando a União, o Estado de Sergipe e o município de Estância a realizarem obras emergenciais para a proteção da capela e de seu entorno. Essa obra de contenção evitou que a mesma fosse derrubada pelas águas marítimas (Figura 69).

Há mais ou menos uns 4 anos vem acontecendo. A princípio começou com o impedimento dos bugueiros. Depois a não construção de mais casas, assim como as reformas, né? Depois, veio uma questão que eles queriam derrubar certa quantidade de casas, que estava aproximada, mais à margem do mar, né? E aí incluindo até a proibição de celebrar da capelinha que fica na praia do Saco (Ator 5, entrevista concedida em 21/08/2019).

Figura 69 – Contenção na capela de N. Sra. da Boa Viagem na Praia do Saco.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.



**f) Acesso local *versus* Latifundiários:** esse tipo de conflito acontece principalmente no Povoado Massadiço, onde o proprietário da Fazenda Estiva está no polo oposto da questão, pois sua propriedade integra a área que dá acesso ao porto da comunidade. Um dos momentos mais tensos desse conflito se deu quando um morador local foi assassinado, pelo motivo de ter desobedecido as ordens de não ingressar na área da fazenda.

Na nossa área ocorre a proibição de acesso à maré. A gente é obrigado a adentrar ao mangue e a maré escondido, em horas diferenciadas, porque o latifundiário que envolve os terrenos à margem da maré nos proíbe, inclusive com óbito no processo que solicitamos há 14 anos atrás da criação da Unidade de Conservação da Reserva Extrativista do Litoral Sul [...] (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

Para tentar resolver a questão, em 27 de janeiro de 2014, o proprietário da fazenda doou uma área de 330m de comprimento por 7m de largura, perfazendo uma área de 2.310m<sup>2</sup>, conforme termo de doação de imóvel no Anexo 5. Quando os moradores prepararam as madeiras para cercarem a área (Figura 70), o latifundiário acabou desistindo da doação.

Com isso, foi realizada uma reunião, em 15 de agosto de 2019, na sede da Procuradoria da República do Estado de Sergipe, para buscar uma solução para o conflito em pauta, tal como relatado em documento expresso no Anexo 6. Não obstante as tentativas de resolução, até o momento esse conflito continua latente e sem uma solução definitiva.

Figura 70 – Área doada para abertura da estrada ao Porto do Massadiço.



Fonte: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

Alguns estudos abordam esse conflito na APA e em outras realidades. De acordo com Santos (2017), os conflitos que emergem na APA estão associados à privatização de áreas anteriormente livres e de uso comum. Acseirad (2004) denomina esse processo de “disputa pela mesma base material”, prejudicando o acesso de outros grupos a esses recursos naturais. Nessa perspectiva, os latifundiários da APA proíbem o acesso e a extração dos recursos naturais, através do cercamento de suas fazendas. Fato este que contribui para espoliação das comunidades e para o acirramento dos conflitos (SILVA; SOUZA, 2011).

#### **4.5 Caminhos para o tratamento dos conflitos e análise dos principais conflitos encontrados na APA**

Os tipos de conflitos e suas formas de resolução diferem em cada época e sociedade. Cada grupo social possui sua maneira de abordagem sobre os conflitos, a qual acaba interferindo na convivência harmoniosa e pacífica de seus membros. Não existe, pois, uma fórmula mágica para a resolução dos conflitos. O caminho para a resolução dos conflitos foi sendo amadurecido ao longo da história.

A sociedade primitiva caracterizava-se pela ausência ou mesmo fragilidade de mecanismos de resolução dos conflitos. Geralmente ela recorria à força, usada contra os grupos rivais, ou ao consenso, para convencer os notáveis do grupo. A cultura greco-romana, com a (re)criação do direito e reforço das leis, desenvolveu mecanismos mais elaborados nesse intuito (NASCIMENTO *apud* BURSZTYN, 2001).

Isso perdurou até a modernidade, quando houve a criação de instrumentos eficientes para a resolução dos conflitos. O foco de atuação deixou de ser externo e passou a ser no interior da própria sociedade, onde os cidadãos possuem direitos e obrigações. O caminho se tornou *ad intra* (para dentro) e não mais *ad extra* (para fora).

Os conflitos estão presentes em todas as esferas da sociedade. Nas UCs isto não é diferente. A criação e implementação de reservas de proteção ambiental têm gerado Conflitos Socioambientais em várias localidades do país e do mundo (ROCHA, 2015). A variável em comum em todas elas é a ação transformadora do ser humano. Na natureza suas ações repercutem de forma acentuada, pois tratam-se de elementos vulneráveis e que estão integrados a uma gama de fatores bióticos e abióticos, garantidores da preservação e sustentabilidade ambientais.

Os ambientes naturais mais preservados são um chamariz para as ações antrópicas. O fator econômico geralmente motiva as intervenções antrópicas no meio natural, e os conflitos acabam sendo inevitáveis. Diante dessas relações de conflitos, a partir da exploração dos homens entre si e sobre os recursos do meio ambiente, que o processo de degradação ambiental se acentua, demandando formas de tratamento para os mesmos (VASCONCELOS, 2011).

A resolução de conflitos não é um caminho fácil de ser trilhado. Little (2001) diz ser mais realista falar em tratamento dos conflitos ao invés de resolução. Esse processo depende de uma série de fatores para se alcançar entendimento e solução. A resolução dos conflitos se desenvolve em um cenário onde os recursos coercitivos e de barganhas são utilizados por alguns

atores para delimitar a decisão dos demais (LEVI, 1998 *apud* FERREIRA, 2001 *apud* CARDOSO, 2006). As motivações e intenções do ser humano por vezes são impelidas por interesses estritamente subjetivos e econômicos.

O despertar para uma consciência sustentável é um grande desafio frente ao atendimento das demandas do sistema econômico capitalista, principalmente para os atores envolvidos nesses conflitos. Isto se acentua quando os atores envolvidos desconhecem a natureza e finalidades jurídicas da APA em evidência, e agem impelidos por uma gama de interesses escusos ou mesmo explícitos.

A resolução destes conflitos é uma tarefa difícil devido à sua complexidade e à profundidade das divergências. Para resolver um conflito de forma definitiva, as múltiplas causas que deram origem a ele teriam de ser eliminadas e as divergências existentes entre as partes solucionadas pacífica, voluntária e consensualmente. Além do mais, os processos de degradação do mundo natural necessitariam de ser cessados para que a solução fosse social e ambiental (LITTLE, 2001, p. 63).

No intuito de agir positivamente diante das questões ambientais, não cabe apenas a colaboração e a boa vontade dos atores envolvidos. Honda (2018), ao tratar sobre a APA de Algodoal, no norte do país, propõe as práticas de educação na gestão ambiental como mecanismos de harmonização dos conflitos nas UCs. As ações de educação, conscientização e mobilização, tendo em vista a promoção de práticas ambientalmente responsáveis, possuem sua importância peculiar. Porém, elas não esgotam todas as possíveis respostas às implicações ambientais indesejáveis, presentes nos modelos atuais de desenvolvimento (ACSELRAD, 2006).

Para realizar o manejo da zona litorânea, demonstra-se que a aplicação do princípio da precaução e a adoção da prudência ecológica são essenciais à efetivação de um novo modelo participativo e sustentável (ALBURQUEQUE, 2009). Além disso, de acordo com Cruz (2010), a possibilidade de recuperação dos ambientes degradados depende do nível dos conflitos ocasionados pelo homem e da adequação de técnicas que promovam a regeneração dos recursos naturais. São caminhos que se formam a partir de encruzilhadas.

O sistema de arenas públicas desenvolvido por Hilgartner; Bosk (1988) apresenta-se oportuno para construir um canal onde os conflitos possam debatidos. Fuks (2000; 2001) retomou esse conceito e concebeu-o como um espaço dentro do conflito onde se argumenta, partindo da premissa de que, onde existe um conflito os atores divergem em torno de ideias e de interesses (BINKOWSKI, 2009). Portanto, as arenas públicas concebem a vida social e política como espaço argumentativo, em permanente processo de debate (CARDOSO, 2006).



O estabelecimento do debate é fundamental para encontrar-se formas de abordagem dos Conflitos Socioambientais. Tendo em vista a busca por caminhos, que viabilizem o tratamento dos conflitos socioambientais, Little (2001) propõe 05 (cinco) formas de tratamento: 1) a confrontação; 2) a repressão; 3) a manipulação política; 4) a negociação/mediação; e 5) o diálogo/cooperação. As escalas de nº 1 e 2 são mais conflituosas e as de nº 4 e 5 são menos conflituosas.

Ressalta-se que a preocupação do autor não é sugerir soluções para os conflitos existentes, pois na prática isto se tornaria inviável, dado a dinâmica e complexidade dos mesmos. Eles não são uma receita para solucionar determinados conflitos.

Ao propor formas de tratamento, Little possibilita uma margem de reflexão e adequação às circunstâncias encontradas em cada um dos conflitos analisados. Inclusive sua proposta possibilita a utilização concomitante de mais de uma forma de tratamento. Além disso, ela não inviabiliza outras formas de tratamento que porventura possam surgir. Afinal, a abordagem para o tratamento dos Conflitos Socioambientais depende de uma série de fatores, os quais precisam ser levados em consideração.

Apesar da aparente gradação de mais conflituoso (nº 1-2) para menos conflituoso (nº 4-5), estes últimos nem sempre representarão a resposta adequada. Cada tipo de tratamento tem seus aspectos positivos e negativos. A forma de tratamento adotada pode variar segundo o grupo social, devido a seus poderes diferenciados e seus distintos interesses, e segundo a conjuntura histórica na qual o conflito acontece. Ademais, um mesmo conflito pode passar por vários tipos de tratamento dependendo da fase no qual se encontra e dos resultados dos tratamentos anteriores (LITTLE, 2001, p. 63).

Com base na análise dos dados coletados *in loco*, pode-se inferir que, no tocante aos conflitos encontrados na APA do litoral estanciano, os mesmos contemplam, se não todos, mas a maioria dessas fases propostas por Little (2001). Isso acontece não de maneira sistematizada, organizada e consciente. Por vezes, isso se dá pelo viés contrário, sem pretensão de conscientização, de modo improvisado, pelas circunstâncias e de forma desintegrada.

A análise dos dados coletados *in loco* possibilitou também a elaboração do mapa intitulado “Principais conflitos socioambientais na APA do litoral de Estância/SE” (Figura 71). Nesse mapa, encontram-se fotografias dos principais tipos de conflitos socioambientais encontrados em cada uma das comunidades que integram a área de estudo.

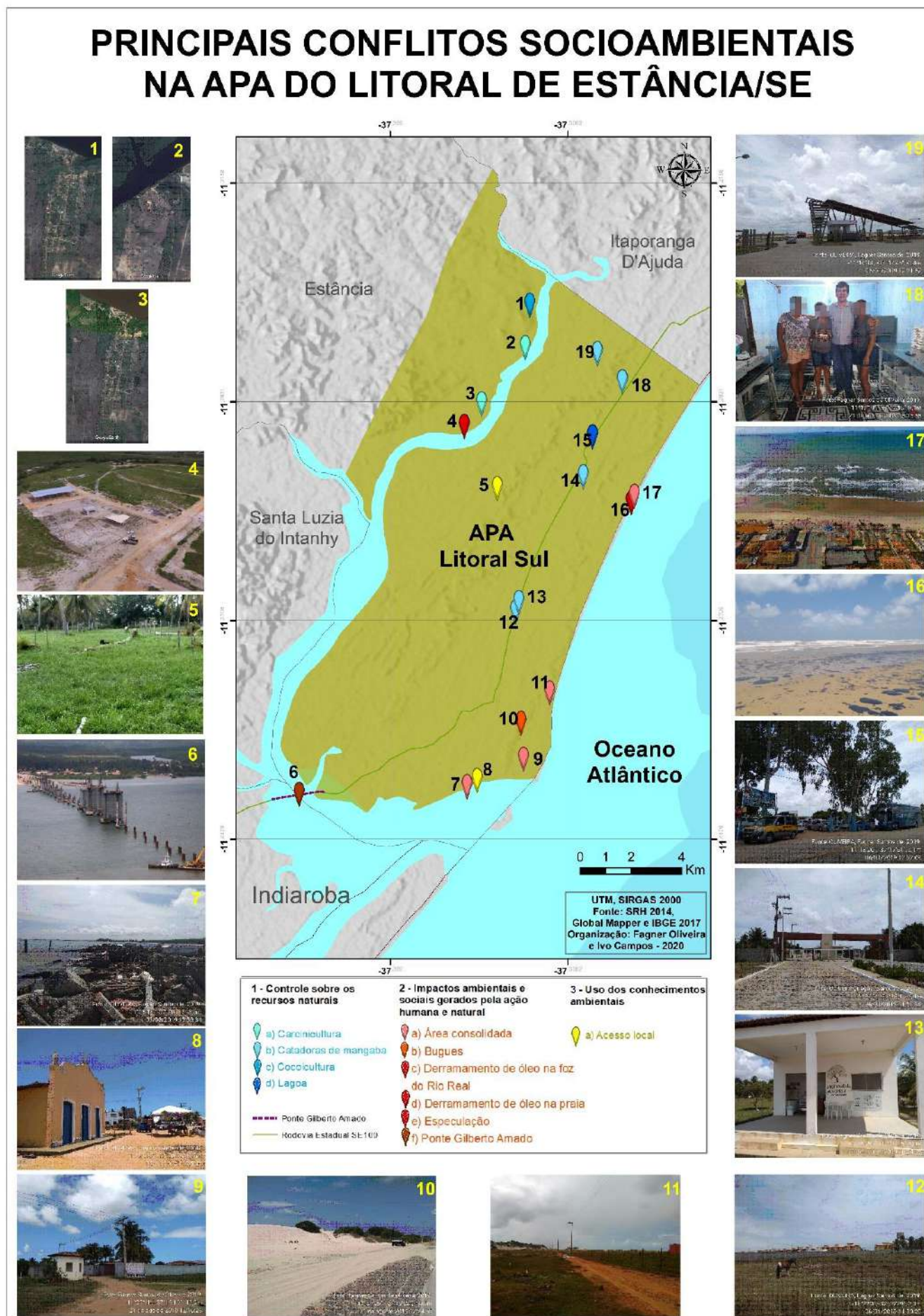
A sua utilização nesta reflexão é fundamental para entender-se as atuais circunstâncias em que se encontram as formas de tratamento, de acordo com os Conflitos Socioambientais existentes na APA. Reitera-se que a constatação de sua aplicação decorre dos resultados finais desta pesquisa. Até porque os atores envolvidos nessas disputas desconhecem a existência dessas ferramentas e até mesmo do pensamento de Little.

Dessa forma, analisando-se o mapa produzido pode-se constatar a presença de 11 (onze) tipos de Conflitos Socioambientais nas 16 (dezesesseis) comunidades que integram a área de estudo, dispostos nos três grupos propostos por Little (2001). Com isso, no grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do controle dos recursos naturais encontramos os conflitos socioambientais ligados à carcinicultura, às catadoras de mangaba, à cocoicultura e à lagoa.

No grupo dos Conflitos Socioambientais em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural temos os conflitos relacionados a área consolidada, aos *buggys*, ao derramamento de óleo na foz do Rio Real, ao derramamento de óleo na praia, à especulação imobiliária e a Ponte Gilberto Amado. Por fim, no grupo dos Conflitos Socioambientais em torno do uso dos conhecimentos ambientais temos o conflito acerca do acesso local.

O Quadro 19 apresenta as formas de tratamento reconhecidas a partir dos principais conflitos da APA de Estância, e através da análise final dos resultados coletados *in loco*. Reforça-se, portanto, que os Conflitos Socioambientais reconhecidos estão acontecendo nas comunidades, e que as formas de tratamento reconhecidas em cada caso são fruto de sua adequação às circunstâncias atuais dos mesmos a partir desta pesquisa. Desse modo, pode-se sugerir tais formas de tratamento para as respectivas comunidades e atores envolvidos nos Conflitos Socioambientais, a partir de um trabalho ulterior a esta pesquisa, e que demande atuação *in loco*.

Figura 71 – Principais conflitos socioambientais na APA do litoral de Estância/SE.



Quadro 19 – Síntese dos principais conflitos da APA de Estância e suas formas de tratamento.

<b>FOTO Nº</b>	<b>POVOADO</b>	<b>CONFLITO</b>	<b>GRUPO</b>	<b>FORMA(S) DE TRATAMENTO</b>
01	Farnaval	Cocoicultura x moradores locais	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão
02	Ribeiro	Cocoicultura x moradores locais	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão
03	Tibúcio	Cocoicultura x moradores locais	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão
04	Ouricuri	Especulação imobiliária x APA/moradores locais	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Repressão
05	Massadiço	Acesso local x latifundiários	CS em torno do uso dos conhecimentos ambientais	Confrontação Repressão Negociação/ mediação
06	Porto do Mato	Ponte Gilberto Amado x balsas	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Manipulação política
07	Praia do Saco	Construções ilegais x APA	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Repressão
08	Praia do Saco	Capela de N. Sra. Boa Viagem x Judiciário	CS em torno do uso dos conhecimentos ambientais	Confrontação Repressão
09	Praia das Dunas	Casas de veraneio e de 2ª residência x APA	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Confrontação Repressão
10	Praia das Dunas	Bugues x APA	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Confrontação Repressão
11	Praia da Boa Viagem	Construções ilegais x APA	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Repressão
12	Ribuleirinha	Catadoras de mangaba x construtoras/especulação imobiliária	CS em torno do controle dos recursos naturais	Confrontação Manipulação política
13	Ribuleirinha	Catadoras de mangaba x construtoras/especulação imobiliária	CS em torno do controle dos recursos naturais	Confrontação
14	Ribuleira Grande	Especulação imobiliária x APA/moradores locais	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Repressão
15	Cachoeirinha	Lagos x Donos de bares/ restaurantes/ construtoras	CS em torno do controle dos recursos naturais	Repressão
16	Praia do Abaís	Derramamento de óleo na praia x APA	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Confrontação Repressão Diálogo/Cooperação
17	Praia do Abaís	Casas de veraneio/ 2ª residência/ área consolidada x APA	CS em torno dos impactos gerados pela ação humana e natural	Confrontação Repressão Diálogo/Cooperação
18	Manuel Dias	Catadoras de mangaba x construtoras/especulação imobiliária	CS em torno do controle dos recursos naturais	Confrontação
19	Manuel Dias	Catadoras de mangaba x construtoras/especulação imobiliária	CS em torno do controle dos recursos naturais	Confrontação

Organização: Fagner Santos de Oliveira, 2019.

**Na forma 1 ou “confrontação”:** temos uma resposta de um determinado grupo em relação a algo que venha de encontro aos seus interesses coletivos. Conforme Little (2001), a confrontação por si só possui aspectos positivos, como o enfrentamento direto da situação conflituosa. Elas criam situações conflituosas que, de alguma forma, promovem a mudança. Entretanto, ela também está vulnerável a aspectos negativos. Afinal, existe o perigo de minar determinado estreitamento de laços que poderia estabelecer um profícuo diálogo.

No mapa dos principais conflitos socioambientais, no qual são elencadas 19 (dezenove) fotografias que ilustram o correspondente quantitativo de espécies de conflitos, destes 10 (dez) tipos de conflitos encaixam-se na forma 1 ou “confrontação”. Nessas situações em específico 52,6% desses conflitos resultam como um confronto ou uma resposta a situações como a das catadoras de mangaba, das construções em terras da União, da Capela de N. Sra. da Boa Viagem, entre outros.

Essas respostas acabaram forçando tentativas de resolução para os conflitos. Ademais, 06 (seis) desses 10 (dez) conflitos acontecem simultaneamente com a forma 2 ou “repressão”, 01 (um) com a forma 3 ou “manipulação política”, 01 (um) com a forma 4 ou “negociação/ mediação” e 02 (dois) com a forma 5 ou “diálogo/ cooperação”.

Olhe, eu assim, os governantes... nós temos uma área, né? Que é uma área que a gente fomos... do movimento da gente, das catadoras da mangaba, que é a Reserx. Até hoje a ainda não tem uma solução definida. Porque desde quando a gente começamos que pra gente organizar essa área e até hoje... então, aí depende dos governantes, deles assinar, pra poder a gente agilizar, mas... é assim, é muito pouco ou quase nada, sabe? (Ator 4, entrevista concedida em 21/08/2019).

**Na forma 2 ou “repressão”:** temos uma intervenção de poderes constituídos nos conflitos, de modo não tão democrático, ou seja, por vezes autoritário e arbitrário. Grande parte dessa violência é identificada como ação unilateral do Estado, que intervém e transforma o cotidiano, dificultando a sobrevivência econômica das populações locais, agredindo-os culturalmente (OLIVEIRA, 2017).

Dessa forma, abre-se espaço para abusos de diferentes naturezas, principalmente de ordem econômica. Geralmente esses abusos são efetivados através de aplicações de sanções e multas. Isso gera uma sensação de insegurança e de impotência, despertando um sentimento de injustiça e de revolta, que agrava por vezes os conflitos.

[...] a ação imediata e unilateral do Estado ou das forças de ordem pode representar uma das poucas possibilidades de tratar um conflito em tempo adequado. Ao mesmo tempo, este tipo de tratamento é pouco democrático, por ser uma imposição sobre os atores sociais envolvidos, e abre a porta para abusos ou ações arbitrarias por parte do Estado ou das forças de ordem (LITTLE, 2001, p. 63).

Considerando o mapa dos principais conflitos socioambientais, das 19 (dezenove) situações elencadas, 14 (catorze) perpassam pela forma 2 ou “repressão”, perfazendo 73,6% dos conflitos em pauta, sendo que 08 (oito) deles de forma isolada, 06 (seis) simultâneas com a forma 1 ou “confrontação”, 01 (um) com a forma 3 ou “manipulação política”, 01 (um) com a forma 4 ou “negociação/ mediação” e 02 (dois) com a forma 5 ou “diálogo/ cooperação”. Geralmente essas situações estão centradas nas áreas praianas, no Porto do Mato e no Massadiço, onde as fiscalizações ambientais promovidas pelo SEMA e pelo IBAMA acontecem com mais frequência, e através dos quais são aplicadas sanções e multas.

Eu não vejo políticas públicas em ação para favorecer a comunidade local. São ações que realmente nos chocam [...]. O juiz, a partir de determinado momento, perdeu a paciência e começou a agir de uma forma mais radical para fazer com que as pessoas entendessem que o que ele estava querendo era realmente sério (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

**A forma 3 ou “manipulação política”:** consiste em recorrer a representantes políticos para tentar contornar ou mesmo facilitar determinadas ações de um grupo, que possui pouca influência na sociedade. Dentro de uma herança histórica coronelista e clientelista, ainda muito presente nas realidades litorâneas de Estância, esses atores aproveitam-se de determinados conflitos para viabilizarem sua resolução, tendo em vista a obtenção futura de votos para as eleições políticas que pleiteiam. É uma espécie de “uma mão lava a outra”.

O suborno e a cooptação de certos grupos sociais (ou seus representantes) são outras táticas comuns para que um conflito aberto se torne latente. Para os grupos sociais com pouco poder político ou econômico dentro de um conflito determinado, a participação em formas clientelistas pode representar melhor opção. Por outro lado, o adiamento de um conflito não trata suas causas, garantindo assim seu retorno, talvez num estágio pior (LITTLE, 2001, p. 63).

É o caso específico das catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha. Aliás, esses conflito específico acontece de modo simultâneo com a forma 1 ou “confrontação”. E também do Porto do Mato, no tocante ao conflito Ponte Gilberto Amado x balsas. Com isso, as catadoras de mangaba tiveram a oferta “graciosa” de determinado deputado estadual para “interceder” pela constituição da criação da reserva extrativista, por meio da qual lhes asseguraria a prática extrativista herdada de seus antepassados e que constitui sua forma principal de subsistência. Igualmente se deu com as tratativas políticas para a construção da Ponte Gilberto Amado, que envolveu os três entes federativos.

Da nossa parte do movimento foi essa. A gente solicitou uma reserva, uma reserva extrativista. [...] Só que aí o processo parou, parado no momento. E assim, e do movimento, a gente conseguiu com a parceria desse deputado João Daniel essa lei que ele quer que favoreça a proibição do corte da mangaba. Só que aí ainda também tá em fase de aprova ou não aprova, e aí estamos vendo, acompanhando pra ver como é que fica (Ator 4, entrevista concedida em 21/08/2019).



**A forma 4 ou “negociação/ mediação”:** consiste em um tratamento mais formal para a resolução dos conflitos, procurada após esgotadas outras possibilidades de abordagem sobre os mesmos. Essa negociação pode se dar de forma obrigatória, é a chamada mediação. E pode também se dar de forma voluntária, chamada de facilitação. Ademais, o poder da influência dos envolvidos pode direcionar determinada decisão.

A negociação e/ou mediação de um conflito instala meios formais para seu tratamento e geralmente acontece depois da utilização de outras formas. [...] A negociação de um conflito requer um alto nível de maturidade política por parte dos atores sociais porque demanda deles a postulação explícita de seus interesses e a tomada de decisões difíceis sobre concessões a serem feitas (LITTLE, 2001, p. 63-64).

Nesta forma 4, enquadra-se o conflito do acesso local, que está ocorrendo no povoado Massadiço. Os moradores, há muito, solicitaram o acesso ao porto da comunidade, cuja estrada deveria cortar a propriedade de um latifundiário da mesma. Essa situação culminou com a morte de um dos moradores, por ter desobedecido a proibição do fazendeiro. A comunidade, através do Ministério Público, tem buscado formas para atender a questão.

Na nossa área ocorre a proibição de acesso à maré. A gente é obrigado a adentrar ao mangue e a maré escondido, em horas diferenciadas, porque o latifundiário que envolve os terrenos à margem da maré nos proíbe, inclusive com óbito no processo que solicitamos há 14 anos atrás da criação da Unidade de Conservação da Reserva Extrativista do Litoral Sul (Ator 3, entrevista concedida em 21/08/2019).

**Na forma 5 ou “diálogo/ cooperação”:** temos uma participação voluntária e colaborativa das partes envolvidas. Ela tenta eliminar as causas fundamentais dos conflitos e, com essa derrubada de barreiras, tenta reestabelecer a confiança e o diálogo entre os atores em disputa. Entretanto, durante essa conciliação precisa-se respeitar os princípios da equidade e da justiça, a fim de que ideologias não se sobreponham umas às outras, e alguns tenham que se sacrificar mais que outros, em detrimento da resolução de determinado conflito.

Este tipo de tratamento é o que mais se aproxima da noção de resolução *stricto sensu* dos conflitos socioambientais, porque implica a participação voluntária e colaborativa de todas as partes envolvidas. O diálogo e a cooperação procuram eliminar as causas básicas do conflito [...]. Todas as partes têm de entrar neste processo com claras metas de conciliação, algo que é muito difícil em situações onde houve confrontações e danos irreparáveis a um ou mais dos grupos (LITTLE, 2001, p. 64).

Os conflitos encontrados na Praia do Saco ilustram essa situação em específico. No mapa dos principais conflitos socioambientais, aparecem o conflito do derramamento de óleo na praia x APA e o das casas de veraneio/ 2ª residência/ área consolidada x APA. Em ambas as situações, temos a participação voluntária e colaborativa dos atores envolvidos, em prol da resolução dos conflitos: no primeiro caso, seja com a retirada do óleo por voluntários dos governos dos três entes federativos seja por voluntários de ONGs e da sociedade em geral; e no segundo caso, seja com propostas de temas fundamentais da comunidade para as autoridades constituídas.

Vai começar a existir agora porque nós fomos no Ministério Público e acentuamos uma série de temas, dentre eles a pesca artesanal, a pesca industrial, sons... tudo que é relacionado a meio-ambiente, queimadas, a pesca de aratu indiscriminada, lixo reciclado, lixo orgânico para se transformar em adubo orgânico... uma série de outros itens que estão em discussão. [...] É um grupo de tarefa (Ator 2, entrevista concedida em 19/08/2019).

Portanto, a proposta das 05 (cinco) formas de Little (2001) não é a única existente e tampouco possível. Outros autores apresentam propostas similares, com formas menores ou mesmo maiores, a depender do desdobramento das mesmas. Todas elas apresentam um modo distinto de abordagem e tratamento dos Conflitos Socioambientais e visam, cada uma a seu modo, a resolução dos mesmos.

Normalmente, os conflitos têm três fases primordiais: a fase da preparação, ou aquecimento[...]; a fase do embate [...]; e a fase da conclusão [...]. Outros analistas preferem falar de oito fases: a) preparação; b) anúncio; c) desenvolvimento; d) agudização; e) estagnação; f) institucionalização; g) negociação; h) acordo, pacto ou resolução. Esta divisão nada mais é do que um desdobramento ou detalhamento das três fases anteriores, com a ressalva de que os conflitos por vezes se institucionalizam, tendendo a se prolongar (NASCIMENTO, 2001, p. 54).

A partir da análise final de todos os resultados constata-se que houve uma acentuação na dinâmica dos conflitos socioambientais nessa APA. Embora essas fases sejam reconhecidas em atual execução na APA, as mesmas são ainda desconhecidas pelos atores envolvidos nos Conflitos Socioambientais e pelas correspondentes comunidades imersas nos mesmos.

Desse modo, o território delimita-se como o lugar espacial-temporal de convergência de interesses divergentes, os quais encontram força motriz e transformadora no fator econômico. Percebe-se igualmente a existência de vários interesses, por vezes fundados em decisões unilaterais e desprovidos de motivações sustentáveis.

Ao abordar a paisagem tendo como paradigma a dimensão humana, esta pesquisa constatou que a mesma apresenta-se como elemento visível da tensão resultante entre conservação e degradação ambientais vigentes. Isso resulta, sobretudo, da imposição de interesses dominantes. Assim, os Conflitos Socioambientais decorrem da imposição de interesses dominantes sobre as interações ecológicas e sociais. O fator econômico, por vezes, exerce influência preponderante sobre as mesmas.

O PEGC é um valioso instrumental jurídico de preservação da APA, mas o Plano de Manejo se impõe como uma necessidade. Este ainda não existe enquanto legislação promulgada e, portanto, não é aplicada na prática dessas comunidades. Por isso, a proposta das 05 (cinco) formas de Little (2001) torna-se extremamente importante para se traçar um caminho, tendo em vista o tratamento desses conflitos. Afinal, elas não são trilhos, mas trilhas que servem de ferramenta heurística para articular e desenvolver ulteriores ações concretas nesse intento.



## CONCLUSÃO

As ações antrópicas no meio natural remontam ao período do hominídeo, há cerca de 10 mil anos a. C., quando inicia-se uma relação expressa de uso e controle dos recursos extraídos da natureza, ou seja, uma espécie de extrativismo dos ancestrais humanos. Com o surgimento das cidades, e com os posteriores adventos das Revoluções Industriais nos diferentes séculos, tudo isso ganhou impulso e proporção.

Dessa forma, a interação do homem com o meio natural possibilitou a origem dos Conflitos Socioambientais, principalmente na condição do homem em relação com a natureza e seus semelhantes, quando há subjugação e imposição de interesses e vontades. O elo mais vulnerável dessa relação é a natureza, sobre a qual repercute toda ação que o homem realiza. Na natureza um dos ambientes mais vulneráveis é o litoral. O litoral de Sergipe também se enquadra nessa perspectiva. De tal maneira que foram criadas Áreas de Proteção Ambiental no litoral Norte, Centro e Sul do Estado.

Trata-se de uma das formas de garantir o cumprimento constitucional do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, o qual obteve organização com a lei infraconstitucional do SNUC, na qual especificou-se dois tipos de Unidades de Conservação, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. Sendo que, nesta última encaixa-se a APA, a qual por natureza e condição jurídica, possibilita o uso direto dos recursos naturais.

O território é, desse modo, o lugar espacial-temporal de convergência de interesses divergentes. Interesses estes, que encontram no fator econômico, sua motivação e escopo. Eles ganham corpo com decisões unilaterais, em sua quase totalidade fundadas em interesses meramente subjetivos, desprovidos de quaisquer motivações de sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, adotou-se a concepção de território apresentada por Rogério Haesbert (2001), que possibilitou uma leitura substancial e consistente dos conflitos ambientais, segundo a tríade jurídico-política, cultural e econômica, cujo resultado reflete-se visivelmente na paisagem.

O ambiente natural litorâneo é um dos espaços mais procurados e transformados pelas ações antrópicas. Nele afloram conflitos socioambientais das mais distintas espécies e motivados pelos mais diferentes interesses. Por isso, esse estudo abordou a paisagem tendo como paradigma a dimensão humana, a qual é representada por um empreendimento ou evento pontual que afeta diretamente o meio natural. Desse modo, a paisagem apresenta-se como elemento visível da tensão resultante entre conservação e degradação ambientais vigentes. Tais

disputas ilustram, portanto, a imposição de interesses dominantes. Assim, os conflitos socioambientais decorrem da imposição de interesses dominantes sobre as interações ecológicas e sociais. No convívio social e nas interações da sociedade com o meio ambiente travam-se embates entre os mais distintos interesses e vontades. Uns subjugam-se a outros. O viés econômico, por vezes, exerce influência preponderante sobre os mesmos.

Por isso, o objetivo da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é possibilitar a conservação dos ambientes naturais e disciplinar o uso sustentável dos recursos disponíveis na natureza. A legislação ambiental nasce justamente para garantir que os Conflitos Socioambientais possam ser resolvidos de forma pacífica, respeitando o direito líquido e certo de cada cidadão, sem descuidar da preservação do bem natural.

As questões atreladas a preservação dos recursos naturais na APA em estudo, ainda carecem de um instrumento primordial, para o direcionamento das ações humanas nesse ambiente. Embora o PEGC (Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro) constitua-se como um valioso instrumental jurídico de preservação da APA, o Plano de Manejo se impõe como uma necessidade. Este ainda não existe enquanto legislação promulgada e, portanto, não é aplicada na prática dessas comunidades.

Atualmente o litoral sul sergipano, sobretudo, o estanciano, tem passado por acentuadas transformações, as quais decorrem da intensificação das ações antrópicas. A integração da malha rodoviária litorânea do Estado foi determinante nesse processo, pois condicionou o valor das terras litorâneas aos ditames da especulação imobiliária. Ademais, várias atividades surgiram relacionadas ao turismo da praia, das lagoas e dos rios.

Portanto, diversas práticas econômicas, de ocupação e uso do solo e dos recursos naturais existentes, são resultado das políticas públicas implementadas na APA ao longo das últimas décadas. Faz-se, pois, necessário desenvolver políticas públicas, pautadas na resolução dos principais Conflitos Socioambientais encontrados atualmente nesse ambiente. Além disso, faz-se imprescindível a conscientização do cidadão, e o seu engajamento numa prática fundada no desenvolvimento sustentável, tendo em vista a conservação das riquezas naturais dessa área.

Os Conflitos Socioambientais encontrados atualmente na APA do litoral de Estância, foram categorizados em três tipos: em torno do controle dos recursos naturais; em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e em torno do uso dos conhecimentos ambientais. Buscou-se, pois, identificar os conflitos socioambientais mais relevantes em cada comunidade e, em seguida, aplicou-se a classificação proposta por Little.

A análise do mapa dos conflitos socioambientais possibilitou perceber que os mesmos estão espacializados em toda a extensão da APA do litoral de Estância/SE. Sua distribuição

concentra-se nas praias do Abaís, das Dunas e do Saco, bem como no entorno da lagoa dos tambaquis, na altura do povoado Cachoeirinha, e ao longo da extensão da rodovia SE-100, principalmente na altura dos povoados Manuel Dias, Ribuleirinha e Porto do Mato. Tratam-se de comunidades muito povoadas e constantemente visitadas por turistas.

Constatou-se que os moradores locais, em sua maioria, desconhecem a natureza e finalidades jurídicas da APA em destaque. Com algumas exceções, sobretudo, dos responsáveis pelos órgãos do poder público responsáveis pela mesma, a exemplo da SEMA, da ADEMA, da APA Litoral Sul, entre outros, os quais conhecem satisfatoriamente acerca dessas unidades ambientais. Ademais, as atuações fiscalizatórias que ocorrem na APA, intensificam-se no período de veraneio e são direcionadas principalmente aos moradores locais, cuja predominância se dá aos moldes de caráter punitivo em detrimento do preventivo.

Os líderes dos povoados que integram a APA do litoral estanciano queixam-se da ausência de ações governamentais para conscientizar a população local acerca do uso equilibrado e sustentável dos recursos encontrados nesse meio natural. Tais políticas públicas são suprimidas em função de ações voltadas exclusivamente para o desenvolvimento local, com atividades ligadas ao turismo e à especulação imobiliária. Inclusive tais políticas públicas deveriam fiscalizar os impactos associados ao *boom* mercadológico na área.

A criação da Reserva Extrativista, tão necessária ao atendimento das expectativas dos moradores locais que vivem em função disso, continua indefinida e sem perspectivas de resolução. Com isso, não obstante toda a legislação ambiental vigente, e todas as ações de fiscalização governamentais realizadas, os Conflitos Socioambientais continuam surgindo de variadas formas, circunstâncias e naturezas na APA do litoral estanciano.

Contudo, constatou-se, pela análise final dos dados, o aumento nos Conflitos Socioambientais nessa área decorrentes: do desconhecimento da natureza e das atribuições de uma APA; dos interesses em usufruir dos bens materiais, através da instituição das segundas residências; do turismo sem base sustentável; da falta de ação do poder público no tocante a fiscalização e implementação da legislação vigente; etc. Todas essas situações geram uma tensão constante no equilíbrio e na conservação da biodiversidade da mesma. Por fim, o questionamento das práticas atuais, permite avaliar-se o conhecimento e a aplicabilidade de outras práticas, que possam estar de acordo e dar plena eficácia a legislação ambiental vigente, em vista do uso sustentável da APA estanciana.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumara, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Mapa dos conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: CD ROOM, 2006.
- ALBURQUEQUE, L. **Conflitos socioambientais na Zona Costeira Catarinense: estudo de caso da Barra do Camacho/SC**. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- ALMEIDA, G. L. de. **Conflitos territoriais e potencialidades socioambientais em comunidades quilombolas de Brejo Grande/SE**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.
- ALMEIDA, M. C. S. **Conhecimento e usos da mastofauna cinegética por caçadores, em Unidades de Conservação Particulares no município de Santa Luzia do Itanhy, Sergipe**. 2018. Monografia (Bacharelado em Ecologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.
- ALVES, N. M. de S. **Análise geoambiental e socioeconômica dos municípios costeiros do Litoral Norte do Estado de Sergipe** – diagnóstico como subsídio ao ordenamento e gestão do território. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo, SP/Recife, PE: Hucitec/Ipespe, 1995.
- \_\_\_\_\_. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, SP, n. 54, 1977.
- ARAÚJO, L. R. R. de. **Conflitos territoriais no processo de implantação da reserva extrativista (RESEX) do Litoral Sul de Sergipe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- ARAÚJO, M. C. S. **Conflitos e impactos socioambientais do turismo de segunda residência na vila de Barra Grande, no município de Vera Cruz – Bahia**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- BARBANTI JÚNIOR, O. **Conflitos socioambientais: Teorias e Práticas**. Curitiba, PR: PUC/PR, 2010.
- BARRETO, P. C. **Conflitos ambientais, o direito à água e mediação no Baixo São Francisco: a atuação do Ministério Público Federal em Sergipe**. 2011. Dissertação (Mestrado

em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

BERNARDELLI JÚNIOR, J. M. **Conflitos socioambientais urbanos na APA Bororé – Colônia**: O caso do Parque Natural Municipal Itaim. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Sustentabilidade). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2013.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. **Caderno de Ciências da Terra**, São Paulo, SP, n. 13, p. 1-27, 1971.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Maringá, PR: Massoni, 2007.

BEZERRA, M. F. L. **Os conflitos que envolvem as comunidades tradicionais de Barra dos Coqueiros**: a dinâmica das catadoras de mangaba. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

BIM, O. J. B. **Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo**: conservação, conflitos e soluções ambientais. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BINKOWSKI, P. **Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “metade sul” do Rio Grande do Sul**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BITTENCOURT, A. C. S. P. et al. Dados preliminares sobre a evolução paleogeográfica do Rio São Francisco – SE/AL, durante o quaternário: influências da variação do nível do mar. *In: Simpósio do Quaternário do Brasil*, 4, Rio de Janeiro, RJ: Atas/ABEQUA, 1982.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 31. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRAGHINI, C. R. **Gestão territorial de Unidades de Conservação no litoral sergipano**. 2016. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

BRAGHINI, Claudio R.; VILAR, J. W. C. Unidades de conservação e conflitos ambientais no litoral sergipano, Brasil. **Revista Confins**. n. 40, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005**. Institui a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o Novo Código Florestal – NCF. Brasília, DF: Presidência da República, 1965. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L6938.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988.** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm). Acesso em: 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002.** Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, p. 67-68, 13 mai. 2002.

CANDIOTTO, L. Z. P. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão, PR: Unioeste, 2004.

CARDOSO, P. M. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas:** interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do Parque Estadual Delta do Jacuí/RS. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CARVALHO, J. A. de. **O mar não está para peixe:** uma etnografia dos conflitos socioambientais em torno da Zona de Proteção Marinha e da comunidade pesqueira do Bugigão – RESEXMAR do Corumbau/BA. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

CARVALHO, M. E. S. **A carcinicultura na Zona Costeira do Estado de Sergipe.** 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

\_\_\_\_\_. **A questão hídrica na bacia sergipana do rio Vaza Barris.** 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

- CASTILLLO, R. A imagem de satélite como estatística da paisagem: crítica a uma concepção reducionista da geografia. **Ciência Geográfica**, Bauru, SP, VIII, v. 1, n. 21, jan./abr. 2002.
- CHAGAS, M. C. S. das. **A pluviosidade e a agricultura nas zonas climáticas da bacia hidrográfica do Vaza-Barris**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.
- CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN. **Horizons 2020: conflits d'usage dans les territoires, quel nouveau role pour l'Etat?**. Paris: Groupe Manon, 2005.
- COSTA, J. de J. **Transformações ambientais das restingas da planície costeira sergipana**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- COSTA, J. M. L. M. **Estudo teórico sobre meios de determinação de Áreas de Preservação Permanentes (APPs) marginais aos cursos d'água através da análise de fatores ambientais no âmbito da bacia hidrográfica: enfoque geomorfológico**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- COSTA, J. S. **Percepção do ambiente natural e do ambiente construído após a implementação do Parque Nacional da Chapada Diamantina: o olhar dos moradores do Vale do Capão – BA**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.
- COSTA, S. L. da. **Áreas protegidas e assentamentos rurais em Sergipe: sob o enfoque do princípio constitucional do desenvolvimento sustentável**. 2016. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- COSTA, J. de J.; SOUZA, R. M. e.; MENDONÇA, F. de A. Distribution and Exploitation of Mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) in Sergipe, Northeast, Brazil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 11, n. 18, 2018.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.
- CRUZ, M. L. B. da. **Uso da terra e relações de dependência com o ambiente nas planícies fluviais da sub-bacia do rio Cangati/CE**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.
- CRUZ, R. A. da. **Ordenamento territorial e sustentabilidade socioambiental: estratégias integradas para o desenvolvimento do município de Covalima – Timor Leste**. 2018. Tese

(Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CUNHA, E. F. da. **Conflitos fundiários no Parque Estadual do Rio Negro Setor Sul**. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

DIAS, D. A. **Conflitos Socioambientais decorrentes da presença humana em Unidades de Conservação**: estudo de caso da comunidade quilombola São Roque, nos Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

DIÓGENES, A. M. R. **As camaroeiras, as pescadeiras e o arreio**: pesca artesanal do camarão e conservação ambiental em comunidades de várzea no município de Parintins-AM. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

DOMINGUEZ, J. M. L.; BITTENCOURT, A. C. S. P. Regional assessment of long-term trends of coastal erosion in northeastern Brazil. *In: Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 68, p. 355-371, 1996.

DORNELLES, C. T. A. **Avaliação das ações e da efetividade de projetos socioambientais**: uma análise do Projeto Mogi-Guaçu. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2011.

DRUMMOND, J. A. Conceitos básicos para a análise de situações de conflito em torno de recursos naturais. *In: BURSZTYN, M. (Org.). A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2001. p. 65-77.

FERREIRA, L. da C. (Org.). Conflitos sociais em Áreas Protegidas no Brasil: moradores, instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. **Ideias**, v. 8, p. 115-150, 2001.

FERREIRA, M. N. **Planejamento sistemático das Unidades de Conservação no Estado do Tocantins**. 2011. Tese (Doutorado em Ecologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FONTES, A. L. *et al.* Litoral Sul do Estado de Sergipe: condicionantes ambientais e erosão costeira. *In: Anais do III Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário – ABEGUA*, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 9-14, out. 2011.

FORMAN, R. T. T. **Land mosaics: the ecology of landscapes and regions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.



- FONSECA, V.; VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. Reestruturação territorial do litoral de Sergipe. *In*: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão, SE: EDUFS, 2010. p. 40-61.
- FONTENELE, A. C. F. **Natureza, políticas públicas e (re)ordenamento dos espaços: interfaces das políticas ambientais em Sergipe**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- FRANÇA, V. L. A. **Mudanças nas áreas cocoicultoras do litoral sergipano**. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1988.
- FRANÇA, V. L. A.; CONCEIÇÃO, A. L. **NPGeo 25 anos de contribuição à Geografia: catálogo de dissertações e teses, 1988-2008**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2008.
- FREITAS, C. F. S. **Proteção ambiental e direito à cidade no processo de expansão urbana do Distrito Federal: até que ponto existe um conflito?**. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.
- FUKS, M. Definição de agenda, debate público e problemas sociais: uma perspectiva argumentativa da dinâmica do conflito social. *In*: **Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS**, Petrópolis, RJ, out. 2000.
- \_\_\_\_\_. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro: ação e debate nas arenas públicas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 2001.
- GERI, M. C. A. **Conflitos socioambientais na zona costeira: estudo de caso sobre a Lagoa Pequena na Planície do Campeche, município de Florianópolis, SC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- GOMES, R. de J. **Redes, teias e laços na produção de fogos: tradição e ressignificação em Estância/SE**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- GONÇALVES, F. D. S. **O processo de criação da reserva extrativista marinha do litoral sul de Sergipe: embates e limites**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. **Revista Mare Nostrum**, São Paulo, SP, v. 1, n. 1, p. 113-127, 2010.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: IX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Rio de Janeiro, RJ, v. 3, 2001. **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**, 2001.

- HILGARTNER, S.; BOSK, C. L. The rise and fall of social problems: a public arenas model. **American Journal of Sociology**, v. 94, n. 1, 1988.
- HOBBSAWM, E. J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 6. ed. São Paulo, SP: Forense Universitária, 2011.
- HONDA, Y. F. **Área de Proteção Ambiental da Ilha de Algodão: conflitos socioambientais e perspectivas de governança**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia – PPGEDAM) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2001.
- HÜBNER, D. B. **Um turismo de base comunitária para o Parque Nacional do Itatiaia: estudo sobre conflito socioambiental em unidade de conservação**. 2013. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- IBAMA. PNC. **Cadernos de apoio metodológico**. Brasília, DF: MMA, 2006.
- IBGE. **Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 10 de mai. 2018.
- JELLYCOE, G.; JELLYCOE, S. **El paisaje del hombre: la conformación del entorno desde la prehistoria hasta nuestros días**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1995.
- JUNQUEIRA, M. G. P. **Consenso e conflito na região da Serra do Papagaio**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- LIMA, A. C. **Ocupação Urbana em Áreas de Fragilidade Ambiental: Estudo de áreas de risco socioambiental no Setor Sol Nascente – DF**. 2018. Dissertação (Mestrado em Projeto e planejamento urbano) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- LIMA, E. dos. S. **Ordem e desordens socioambientais na bacia inferior do rio Piauí, em Sergipe**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.
- LIMA, J. S. G.; SILVA, C. A. da. **Carcinicultura marinha familiar no estuário do Rio Vaza-Barris, Sergipe: implicações para uma produção sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- LIMA, L. B. B. de M. **O Turismo de Sol e Praia no Litoral Sul de Sergipe: uma análise sob as perspectivas dos Modelos do SISTUR e TALC**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

- \_\_\_\_\_. Qualidade dos equipamentos e serviços turísticos do Litoral Sul de Sergipe: perspectivas de integração dos roteiros sergipanos e baianos. *In: I SEMINÁRIO ESPAÇOS COSTEIROS*, 2013, Salvador, BA. **Anais do II Seminário Espaços Costeiros**, 2013.
- LIPSET, S. M. **Consenso e conflito**: ensaios de sociologia política. Lisboa: Gradiva, 1992.
- LITTLE, P. E. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. *In: ENCONTRO NACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE*, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais**. Belém: ANPPAS, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, RS, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. Os conflitos ambientais: um campo de estudo e ação política. *In: BURSZTYN, M.* (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2001. p. 57-64.
- LOPES, G. B. Di B. **Origem, desenvolvimento e impactos dos grandes empreendimentos turísticos em Florianópolis**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- MACEDO, H. dos S. **Ordenamento territorial-ambiental na bacia costeira Caueira/Abais**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- MACHADO, M. K. **Ações institucionais, participação e conflitos ambientais na Sub-bacia Hidrográfica do Ribeirão do Moinho, Nazaré Paulista – SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2009.
- MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo, SP: Malheiros Editores, 2006.
- MARTINS JÚNIOR, O. P. **Os fundamentos de gestão do espaço urbano para a promoção da função socioambiental da cidade: o caso de Goiânia (GO)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.
- MASCARO, A. L. **Estado e forma política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. **Revista RA E GA**, Curitiba, PR, n. 8, p. 83-91, 2004.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo, SP: Annablume, 2007.
- MORALES, S. P. D. **Conflitos ambientais em unidades de conservação: uma abordagem sobre as relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE – Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

- MOREIRA, L. de A. **Unidades de Conservação: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais**. 2018. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2018.
- MOTA, D. M. da. **A mangabeira as Catadoras o Extrativismo**. Belém, PA: EMBRAPA, 2005.
- MOURA, D. V.; SIMÕES, C. da S. A evolução histórica do conceito de paisagem. **Ambiente & Educação**, Porto Alegre, RS, v. 15, p. 179-186, 2010.
- MOURA JÚNIOR, E. M. B. **Conflitos ambientais e processos judiciais na bacia hidrográfica do Rio Sergipe**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- MUHLERT, A. C. S. **Indicadores de sustentabilidade da carcinicultura em terras baixas, São Cristóvão, Sergipe**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.
- NASCIMENTO, D. T. **O papel dos conflitos socioambientais e de fenômenos climáticos extremos no fortalecimento da gestão ambiental municipal no Sul Catarinense**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2001. p. 47-56.
- NETO, N. C. **Conflitos pelo uso dos recursos ambientais nas comarcas de Blumenau, Gaspar, Pomerode e Timbó: identificação, caracterização e quantificação**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Fundação Universidade de Blumenau, Blumenau, 2008.
- OLIVEIRA, A. C. C. de A. Análise do estado ambiental da planície costeira de Estância-Sergipe como subsídio de ordenamento territorial. **Estudios Teritoriales**, São Paulo, SP, p. 3240-3264, set. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Cenários biofísicos e ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Ecodinâmica das dunas costeiras de Sergipe**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.
- OLIVEIRA, C. M. N. **Diálogos socioambientais na RESEX Taquari e RDS Itapanhapima – Cananeia/SP**. 2017. Tese (Doutorado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2003.

- OLIVEIRA, J. S. de. **Evolução da paisagem na Região do Sinclinal Moeda (MG): o uso de métricas como instrumento para o planejamento e gestão integrada do território.** 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.
- PLATIAU, A. F. B. *et al.* Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org.) **Mediação de Conflitos Socioambientais.** Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2005. p. 68-71.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O Desafio Ambiental.** Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo.** 20. ed. Brasília, DF: Editora Brasiliense, 1987.
- QUEIROZ, S. **Território quilombola do Curiaú e Área de Proteção Ambiental do rio Curiaú:** interpretações dos conflitos socioambientais pela economia ecológica. 2008. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, SP: Ática, 1993.
- RAMOS, S. **Tecnologias da informação e comunicação: conceitos básicos,** p. 1-17, out. 2008. Disponível em: [http://livre.fornece.info/media/download\\_gallery/recursos/conceitos\\_basicos/TIC-Conceitos\\_Basicos\\_SR\\_Out\\_2008.pdf](http://livre.fornece.info/media/download_gallery/recursos/conceitos_basicos/TIC-Conceitos_Basicos_SR_Out_2008.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.
- RAMSBOTHAM, O.; WOODHOUSE, T.; MIAL, H. **Contemporary Conflict Resolution.** 3. ed. Malden: Polity Press, 2011.
- REIS NETO, A. F. **Potencialidades e limitações à implementação da redução do Desmatamento e da degradação florestal (REDD) na Mata Atlântica de Pernambuco.** 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- RIBEIRO, E. A. **Evolução da paisagem da praia da Caueira no município de Itaporanga d'Ajuda-Sergipe.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.
- RIBEIRO, L. F. *et al.* Desafios da carcinicultura: aspectos legais, impactos ambientais e alternativas mitigadoras. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, n. 14, 2014.
- ROCHA, A. C. **Cercamentos ambientais:** modos de uso dos recursos e conflitos socioambientais no Estado do Paraná. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- RODRIGUES, F. M. **Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento urbano:** cenários de proteção ecossistêmica e expansão urbana no entorno da Estação Ecológica de Carijós –

- Florianópolis/SC. 2016. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- ROSS, J. L. S. Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, São Paulo, SP, n. 4, 1985.
- SALES, A. W. C. **A construção de consensos em conflitos socioambientais como instrumento de gestão ambiental integrada da região do Cocó em Fortaleza/CE**. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- SAMPAIO, R. M. A. **(In)sustentabilidade das políticas territoriais na microrregião de Estância/SE: análise com indicadores socioambientais**. 2015. Dissertação (Mestrado em em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.
- SANTANA, L. B. de. **Análise geoambiental dos municípios costeiros de Barra dos Coqueiros e Pirambu (SE)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.
- SANTOS, C. N. C. dos. **Entre o litoral sul de Sergipe e o litoral norte da Bahia: onde as políticas territoriais se encontram**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- SANTOS, C. N. C. dos; VILAR, J. W. C. O Litoral Sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, n. 4, 2012.
- \_\_\_\_\_. Territórios e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA Litoral Sul (SE). **Revista Ateliê Geográfico**, v. 7, n. 2, 2013.
- \_\_\_\_\_. A segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil): entre os “velhos” e os “novos” territórios. In: IV CONGRESSO IBEAMERICANO DE ESTUDIOS TERRITORIALES Y AMBIENTALES, 2014, São Paulo. **Anais**. São Paulo, SP, 2014. p. 1717-1739.
- \_\_\_\_\_. Os conflitos ambientais da implantação do imobiliário-turístico no litoral de Sergipe. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, jul. 2016.
- SANTOS, D. **O que se sabe até agora sobre o derramamento de óleo no Nordeste**. WWF. [S.I.]. 2019. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?73944/O-que-se-sabe-ate-agora-sobre-o-derramamento-de-oleo-no-Nordeste>. Acesso em: 20 dez. 2019.
- SANTOS, E. B. dos. **Políticas públicas como instrumentos de ordenamento territorial para o desenvolvimento do litoral norte de Sergipe**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

- SANTOS, G. C. dos. **Dinâmica da paisagem costeira da Coroa do Meio e Atalaia - Aracaju-SE**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Interações geológicas nas planícies de marés do litoral centro-sul sergipano**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- SANTOS, J. M. dos. **Direito à participação popular no licenciamento ambiental brasileiro: análise do Projeto Santa Quitéria de mineração de urânio e fosfato**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- SANTOS, M. A. dos. **Análise geoambiental do município costeiro de Estância – Sergipe**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2011.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo, SP: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. N. L. **Políticas territoriais do turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2009.
- SANTOS, P. P. **Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no litoral sergipano**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2015.
- SANTOS, S. F. **Natureza e derivações antropogênicas: conflitos socioambientais no alto curso do rio Subaé, Bahia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.
- SANTOS, S. S. C. dos. **Conservação versus conflitos socioambientais (Comunidade Jatobá) no futuro Parque Estadual das Dunas: Barra dos Coqueiros, Sergipe**. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2012.
- SANTOS, E. A.; SOUZA, R. M. e. Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, n. 3, p. 629-642, jul. 2016.
- SARAIVA, R. M.; JESUS, S. M. S. A.; SILVA, A. S. da. As catadoras de mangaba e o seu papel no contexto da sociedade sergipana. In: VI COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2012, São Cristóvão. **Anais**. São Cristóvão, 2012.
- SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 1998. (1925)

- SERGIPE. Decreto nº 13.468, de 21 de janeiro de 1993. Institui a Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe. **Diário Oficial do Estado**, Aracaju, SE, 27 jan. 1993. Disponível em: [https://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/decreto\\_n.%C2%BA\\_13.468.pdf](https://semarh.se.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/decreto_n.%C2%BA_13.468.pdf). Acesso em: 20 mar. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Mensagem nº 55, de 07 de novembro de 2019**. Sobre o Projeto de Lei nº 263/2019. Aracaju, SE, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 263, de 07 de novembro de 2019**. Institui o Plano e o Sistema Estadual de Gerenciamento Costeiro – PEGC. **Diário Oficial do Estado**, Aracaju, SE, 2019.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.
- SILVA, C. M. da. **Estratégias para implementação de governança ambiental no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, uma Unidade de Conservação Estadual de Sergipe**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- SILVA, G. T. da. **Turismo em comunidades tradicionais: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- SILVA, M. G. da. **A titulação das terras das comunidades tradicionais quilombolas no Brasil: análise da atuação do Estado**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SILVA, M. P. da C. da. **Dinâmica dos recursos hídricos e derivações antropogênicas no alto curso do rio Subaé-BA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.
- SILVA, M. do S. F. da. **Territórios da conservação: uma análise do potencial fitogeográfico das UC's de Uso Sustentável em Sergipe**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.
- SILVA, S. Q. e. **Políticas Socioambientais na Amazônia: o programa bolsa verde e a inclusão produtiva das famílias da Resex Médio Purus, Lábrea/AM**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- SILVA, V. D. **Conflitos socioambientais da atividade turística em Unidades de Conservação: a Área de Proteção Ambiental de Guadalupe – Pernambuco**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.



- SILVA, L. X. da; SOUZA, M. de. Estado e políticas públicas: visões liberal, marxista e keynesiana do moderno estado capitalista. *In: e SILVA, Leonardo Xavier da. (org.) Estado e políticas públicas*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2010. p. 9-18. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad010.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.
- SILVA, M. do S. F. da.; SOUZA, R. M. e. Território usado e implicações do turismo na APA Litoral Sul em Sergipe. **Revista Nordestina de Ecoturismo**, Aquidabã/SE, v. 4, n. 2, 2011.
- SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. *In: MORAES FILHO, E. Sociologia*. São Paulo, SP: Ática, 1983.
- SOTCHAVA, V. B. **Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre**. São Paulo, SP: Instituto de Geografia da USP, 1978.
- SOUZA, T.; LIBERATO, R.; JESUS, P. Mangaba na rede: o papel das redes sociais para a promoção do discurso das catadoras de mangaba em Sergipe. *In: 4º SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO*, 2012, Recife. **Anais**. Recife, 2012.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, RS, ano 8, nº 16, jul./dez. 2006. p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 01 set. 2019.
- SOUZA, F. B. de. **Uma infraestrutura verde para áreas em urbanização junto a reservatórios: o caso de Itá (SC)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SOUZA, P. C. S. de. **Análise do processo de licenciamento ambiental da construção da barragem Bujari, Nova Cruz/RN**. 2017. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SOUZA, V. *et al.* Solidariedade e governança ambientais na gestão de ambientes costeiros: o caso do Parque das dunas do município Barra dos Coqueiros/SE. **Gaia Scientia**, v. 11, 2017.
- SPAMER, H. **Monumento Natural dos Pontões Capixabas: identidade pomerana na luta por direitos e território**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SUTIL, T. **Diagnóstico Socioambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Maior, Urussanga, SC**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.
- THIBES, M. M. **Conflitos socioambientais e Áreas de Preservação Permanente em meio urbano: o caso da comunidade Vila do Arvoredo, Município de Florianópolis/SC**. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

- TRINDADE, H. de. G. **Populações tradicionais e conflitos socioambientais no Cerrado: o caso do Complexo de Unidades de Conservação de Terra Ronca-GO**. 2016. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) – Universidade de Brasília, Planaltina, 2016.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.
- TUMOLO NETO, R. J. **Manejo de pastagem com uso de fogo em unidade de conservação de uso sustentável no Cerrado: estudo comparativo entre a RDS Veredas do Acari (MG) e a APA Nascentes do Rio Vermelho (GO)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- TURATO, E. R. Decidindo quais indivíduos estudar. *In: \_\_\_\_\_*. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 3351-368.
- VASCONCELOS, R. C. **Conflitos ambientais urbanos: uma análise da intervenção do Poder Público e do Setor Imobiliário Formal na Comunidade de Brasília Teimosa, Recife/Pernambuco**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- VERDE, M. B. L. **Conflitos Socioambientais: estudo de caso da APA do Catolé e Fernão Velho, Maceió-AL**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.
- VIEIRA, L. V. L. **Conflitos ambientais no litoral do norte de Sergipe**. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.
- VIEIRA, L. V. L. *et al.* Praia do Saco em Estância/SE: análise dos processos de uso e ocupação do solo costeiro. **Revista Eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**, Lagarto, SE, ano VI, 2013.
- VIEIRA, L. V. L.; VILAR, J. W. C. **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju, SE: IFS, 2014.
- VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. *In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M.* **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010.
- VIVACQUA, M. **Dilemas da conservação e desenvolvimento na gestão compartilhada da pesca artesanal: conflitos e sinergias nos processos de criação de Reservas Extrativistas Marinho-Costeiras em Santa Catarina**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política e Sociedade**, n. 7, 2005.

WANDERLEY, L. de L. **Litoral sul de Sergipe: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1998.

WANDERLEY, L de L.; SANTOS, M. M. A carcinicultura no litoral de Sergipe: aspectos ambientais e econômicos. **Revista Geonordeste**, ano XVIII, n. 2, 2007.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, conflitos sociais e violência no Brasil rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, v. X, n. 2, 2007.

## APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE

**MESTRANDO:** Fagner Santos de Oliveira

**ORIENTADORA:** Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia Eliane Silva Carvalho

**Apêndice 1 – Modelo do questionário semiestruturado aplicado**

**1. Identificação:**

Ator nº \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ☐ ) F ( ☐ ) Idade: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Tempo de residência: \_\_\_\_\_

**2. Objetivo específico 1: Entender a dinâmica dos conflitos socioambientais na APA Litoral Sul em Estância/SE.**

- a) Você conhece a APA de Estância?
- b) Poderia descrever alguns recursos naturais que existem nela?
- c) Há quanto tempo você a conhece?
- d) Quais os principais recursos naturais estão sendo afetados pelas ações do homem nesse ambiente?
- e) O que a APA de Estância representa para você?

**3. Objetivo específico 2: Analisar e classificar (segundo Little, 2001), e elaborar um mapa de conflitos socioambientais (segundo o modelo do GESTA).**

- a) Existem conflitos socioambientais na APA de Estância?
- b) Quais tipos de conflitos?
- c) Onde eles estão pontuados?
- d) Quais atores estão envolvidos nessas disputas?
- d) Os atores envolvidos disputam pelo quê?

- e) Como você avalia as ações antrópicas nessa APA?
- f) Existem Políticas Públicas para coibir ou mesmo solucionar esses conflitos?
- g) As Políticas Públicas implementadas na APA influenciaram ou contribuíram para a origem desses conflitos?

**4. Objetivo específico 3: Ponderar o conhecimento que os atores dos conflitos possuem acerca da natureza e finalidades jurídicas da UC e da APA em destaque.**

- a) Você sabe o que significa uma UC e uma APA?
- b) O que você sabe sobre isso?
- c) Conhece algo sobre a lei que instituiu a APA de Estância?
- d) Você acredita que exista alguma relação entre os conflitos e o desconhecimento acerca do que seja e da finalidade jurídica da APA? Explique.
- e) Quais ações sustentáveis são realizadas nessa APA?
- f) Quem as realiza e com qual frequência?



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE

**MESTRANDO:** Fagner Santos de Oliveira

**ORIENTADORA:** Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia Eliane Silva Carvalho

**Apêndice 2 – Modelo do roteiro de entrevista aplicado**

**1. Identificação:**

Ator n° \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( ) Idade: \_\_\_\_\_  
 Naturalidade: \_\_\_\_\_ Tempo de residência: \_\_\_\_\_

**2. Objetivo específico 1: Entender a dinâmica dos conflitos socioambientais na APA Litoral Sul em Estância/SE.**

- a) O que você entende por Unidade de Conservação?
- b) Todo o litoral estanciano compreende a APA Litoral Sul de Sergipe. Você sabe o que significa uma APA?
- c) Como você avalia o uso dos recursos naturais pelo homem no litoral de Estância?
- d) A intervenção humana nessa Área de Proteção Ambiental tem causado conflitos socioambientais?
- e) A seu ver os governantes (municipais, estaduais ou federais) agem para prevenir e solucionar os conflitos?
- f) Quais Políticas Públicas eles têm promovido para saná-los?
- g) Um dos objetivos da APA é permitir o uso sustentável de seus recursos naturais. Como você avalia o ritmo das ações antrópicas nesse ambiente?
- h) Esses conflitos socioambientais têm alguma relação com as políticas públicas implementadas na área, sejam elas antigas ou recentes? Quais?

**3. Objetivo específico 2: Analisar e classificar (segundo Little, 2001), e elaborar um mapa de conflitos socioambientais (segundo o modelo do GESTA).**

- a) Você já presenciou ou é conhecedor de algum tipo de conflito na APA do litoral de Estância?
- b) Quais conflitos socioambientais já ocorreram ou ainda ocorrem nessa área?
- c) Quais os autores estão em disputa?
- d) O que eles disputam?
- e) Você é capaz de apontar os locais onde esses conflitos acontecem?
- f) Há quanto tempo eles acontecem?
- g) Alguma medida foi tomada para solucionar esses conflitos?
- h) Existe alguma política pública para conscientizar a população local acerca desses conflitos?

**4. Objetivo específico 3: Ponderar o conhecimento que os atores dos conflitos possuem acerca da natureza e finalidades jurídicas da UC e da APA em destaque.**

- a) Você tem conhecimento do que seja o SNUC e a UC? Sabe para que servem?
- b) Você tem conhecimento que existe a Lei nº 9985/2000 que disciplina as atividades humanas no meio natural? Saberá informar algo sobre ela?
- c) No seu entendimento as áreas que englobam o litoral estanciano podem ser classificadas como Unidades de Proteção Integral ou como Unidades de Uso Sustentável? Explique.
- d) Você acredita que, se a legislação ambiental vigente nessa área fosse observada fielmente, esses conflitos socioambientais existiriam? Explique.
- e) Existe algum tipo de fiscalização para coibir eventuais abusos nas ações antrópicas realizadas na APA?
- f) Em que período essas fiscalizações acontecem?
- g) Elas são preventivas ou punitivas?
- h) Quais os principais locais de atuação dos órgãos de fiscalização?



## **ANEXOS**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE

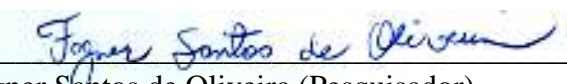
**MESTRANDO:** Fagner Santos de Oliveira

**ORIENTADORA:** Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia Eliane Silva Carvalho

**Anexo 1 – Termo de compromisso**

Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados unicamente para os fins previstos no protocolo de pesquisa intitulado “*Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Litoral Sul em Estância/SE*”.

São Cristóvão, 21 de agosto de 2019.

  
Fagner Santos de Oliveira (Pesquisador)

Anexo 2 – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos.  
Fonte: Plataforma Brasil, 2019.



MINISTÉRIO DA SAÚDE • Conselho Nacional de Saúde • Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP  
FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL SUL EM ESTÂNCIA/SE			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 30			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento Grande Área 5: Ciências Agrárias, Grande Área 6: Ciências Sociais Aplicadas, Grande Área 7: Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA			
6. CPF: 020.241.725-55	7. Endereço (Rua, n.º) Rmça Jackson de Figueiredo, n. 280 Centro casa ESTÂNCIA SERGIPE 49200000		
8. Nacionalidade: BRASILEIRO	9. Telefone: 79998753493	10. Outro Telefone:	11. Email: fagnerdosilveira@hotmail.com
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do presente projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao termo de projeto devidamente assinado por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p> <p>Data: <u>05</u> / <u>07</u> / <u>2019</u></p> <p style="text-align: right;"><u>Fagner Santos de Oliveira</u> Assinatura</p>			
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	13. CNPJ: 13.031.547/0001-04	14. Unidade/Órgão:	
15. Telefone: (79) 3215-2076	16. Outro Telefone:		
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p> <p>Responsável: <u>Ana Rocha dos Santos</u> CPF: <u>406959665-34</u></p> <p>Cargo/Função: <u>Coordenadora</u></p> <p>Data: <u>05</u> / <u>07</u> / <u>2019</u></p> <p style="text-align: right;"><u>Ana Rocha dos Santos</u> Assinatura</p>			
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			

Profª Drª Ana Rocha dos Santos  
Coordenadora do PPGEO  
Portaria n. 545 de 23/04/2019

17. Nome: 67 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	18. Telefone: (79) 3215-2076	19. Outro Telefone:
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima.</p>		
Nome: <u>Ana Rocha dos Santos</u>	CPR: <u>406.959.645-34</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenadora</u>	Email: <u>ana.rocha.ufs@gmail.com</u>	
Data: <u>05</u> , <u>07</u> , <u>2019</u>	<u>Ana Rocha dos Santos</u> Assinatura	

Profª Drª Ana Rocha dos Santos  
Coordenadora do PPGEQ  
Portaria n. 545 de 23/04/2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:** Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/SE

**MESTRANDO:** Fagner Santos de Oliveira

**ORIENTADORA:** Prof<sup>a</sup> Dra. Márcia Eliane Silva Carvalho

**Anexo 5 – Termo de autorização e existência de infraestrutura**

Eu, **Pe. Iran Caitano de Andrade, pároco da Paróquia da Natividade do Senhor**, situada no Porto do Mato, em Estância/SE, autorizo a realização do projeto intitulado “**Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul em Estância/Se**” pelos pesquisadores **Fagner Santos de Oliveira e Márcia Eliane Silva Carvalho**, que envolverá, enquanto objetivo geral, analisar conflitos socioambientais ali existentes. Nesse sentido, os objetivos específicos do supradito são: entender a dinâmica dos conflitos socioambientais na APA Litoral Sul dentro dos limites de Estância; analisar, classificar e elaborar um mapa dos conflitos socioambientais existentes na mesma; e ponderar o conhecimento que os atores dos conflitos possuem acerca da natureza e finalidades jurídicas da UC e da APA em destaque. O método hipotético-dedutivo foi o adotado para escopo do trabalho, conforme a metodologia de diagnóstico dos conflitos socioambientais, proposta pela categorização literário-analítica dos conflitos socioambientais de Paul Little (2001), numa abordagem quali-quantitativa. Em relação aos procedimentos metodológicos, os mesmos se deram em três etapas, quais sejam: fundamentação teórica; coleta de dados; e análise dos dados. Na fundamentação teórica realizou-se consistente pesquisa bibliográfica para embasamento do estudo. Posteriormente foram coletados dados, por meio de visitas *in loco*, da fotografia georeferenciada (através do aplicativo Open Camera), de imagens de satélite (do UTM Geo Map) e de entrevistas e questionários semiestruturados aplicados aos principais atores envolvidos nos conflitos. Por fim, realizou-se a análise dos dados, e a elaboração de um mapa de conflitos socioambientais, segundo o modelo do GESTA (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) da UFMG, por meio do programa QGis 2.18. Contudo, o mesmo será iniciado após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP/UFS).

Estamos ciente de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para desenvolvê-la em conformidade às diretrizes e normas éticas. Ademais, ratifico que não haverá quaisquer implicações negativas aos representantes das comunidades e associações locais que não desejarem ou desistirem de participar do projeto.

Declaro, outrossim, na condição de representante desta Instituição, conhecer e cumprir as orientações e determinações fixadas nas Resoluções nºs 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 07 de abril de 2016, e Norma Operacional nº 001/2013, pelo CNS.

Local, 19 de julho de 2019.

---

*Pe. Iran Caitano de Andrade*  
(*com carimbo*)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo**



**Anexo 6 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE)**  
**(para maiores de 18 anos ou emancipados – Resolução Nº 466/12 CNS)**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Litoral Sul em Estância/Se, que está sob a responsabilidade do (a) pesquisador (a) Fagner Santos de Oliveira, matrícula 201811002286, estudante do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, e está sob a orientação de: Dr<sup>a</sup>. Márcia Eliane Silva Carvalho, Telefone para contato: (079) 99875-3493 e-mail fagnerdeoliveira@hotmail.com.

Este Termo de Consentimento pode conter alguns tópicos que o/a senhor/a não entenda. Caso haja alguma dúvida, pergunte à pessoa a quem está lhe entrevistando, para que o/a senhor/a esteja bem esclarecido (a) sobre tudo que está respondendo. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, caso aceite em fazer parte do estudo, rubrique as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa o (a) Sr. (a) não será penalizado (a) de forma alguma. Também garantimos que o (a) Senhor (a) tem o direito de retirar o consentimento da sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

☐ Esta pesquisa tem como objetivo analisar conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Litoral Sul em Estância/SE. Assim para o seu desenvolvimento é necessário um levantamento de informações socioambientais relacionadas às práticas diárias na vida dos sujeitos envolvidos. Desse modo, convido-o(a) a participar voluntariamente desta pesquisa através da resposta dos questionários e/ou das entrevistas semiestruturadas.

☐ Em relação aos mecanismos adotados para a anonimização dos dados, adotaremos o termo “ator 1, 2, etc” para as pessoas que responderem aos questionários, e “ator a, b, c, etc” para as pessoas entrevistadas. Além disso, é garantido aos participantes o direito de desistir de sua

participação e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa.

□ O participante terá todos os esclarecimentos até se sentir confortável com o diálogo, e que por sua identidade estar protegida, não haverá nenhum tipo de dano. Talvez exista algum tipo de desconforto por causa do desconhecimento do pesquisador, mas isso tudo será amenizado com a devida apresentação pessoal e explicação da pesquisa. No mais, não haverá riscos para o participante.

□ Os resultados podem gerar benefícios diretos para a comunidade se o poder público se apossar da dissertação com vistas a melhoria das condições socioambientais da área em estudo. Além disso, os resultados poderão possibilitar os seguintes benefícios: aprendizado de uma cultura de convivência harmônica com diferentes pessoas e com o meio ambiente; compreender a existência ou não, bem como a dinâmica dos conflitos socioambientais na sua comunidade; buscar políticas públicas que possibilitem a reflexão e ação frente a solução pacífica dos conflitos existentes.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em (pastas de arquivo no computador pessoal do pesquisador), sob a responsabilidade do pesquisador, no endereço Rua São José, SN, Cond. Júlio Leite, Bloco 3, apto 204, Bairro Santa Cruz, Estância/SE, pelo período de 5 anos.

O (a) senhor (a) não pagará nada para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidos pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). Fica também garantida indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética da UFS no endereço: Rua Cláudio Batista, SN, Centro de Pesquisas Biomédicas, Bairro Sanatório, Aracaju-SE, CEP 49060-100, Telefone: (79) 3194-7208, e-mail: [cephu@ufs.br](mailto:cephu@ufs.br). O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões



éticos. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

  
Fagner Santos de Oliveira (Pesquisador)

### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Litoral Sul em Estância/Se, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo(a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento).

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar.** (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

NOME:	NOME:
ASSINATURA:	ASSINATURA:

Anexo 7 – Termo de doação da área para estrada do Massadiço.

Fonte: Djalma, 2019.

Anexo 8 – Ata de Reunião para tratar a questão da estrada do Massadiço. Anexo 9 – Termo de doação da área para estrada do Massadiço.

Fonte: Djalma, 2019.

nº 214.132 2ª via SSP/ Se e CPF nº. 116 895 525- 49, ela do lar portadora da cédula de identidade sob nº. 275.175 SSP/Se e CPF nº. 591 890 535 – 91, ambos residentes e domiciliados na Travessa Libório Monteiro, 114 centro da cidade de Lagarto/SE, CEP 49400-000, os cônjuges são proprietários de uma faixa de terra, dentro da propriedade denominada de Sítio Bom Viver no povoado Massadiço município de Estância/SE, CEP 49200-000, medindo 330 ( trezentos e trinta) metros de comprimento, por 07 ( sete) metros de largura, perfazendo uma área total de 2310 m² ( dois mil trezentos e dez ) metros quadrados, tendo como confrontantes ao **LESTE**: imóvel do senhor Gilberto Silveira Júnior, ao **OESTE**: com imóvel dos transmitentes, ao **NORTE**: com a estrada real e ao **SUL**: com a maré do rio fundo. A área está registrada no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Estância/SE, sob nº. 1.2.3.4 -773, e cadastrada no INCRA sob nº 267 031 006 939, do outro lado como Donatário recebedor a **Prefeitura Municipal de Estância/Se**, situada na Praça Barão do rio Branco, 76 no centro da cidade de Estância Sergipe inscrita no CNPJ nº. 13.097.050/0001- 80, neste termo representada pelo seu titular legítimo, conforme a Lei Orgânica do município de 1988 Carlos Magno Costa Garcia, prefeito Municipal, através do seu Diretor do Departamento de Controle e Combate a Poluição Sonora da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, **Roberto de Andrade Souza**, inscrito no CPF sob o nº 236.435.875-20. O presente termo de transmissão, tem a forma de doação sem ônus para as partes, objetivando a abertura de um porto, para promover a acessibilidade dos pescadores da região e da comunidade ribeirinha, podendo o município aplicar as intervenções necessárias para a melhoria do local, dentro da área adquirida, sem nenhum outro prejuízo para as partes, podendo dessa forma o Município de Estância através da sua Secretaria competente, tomar posse da área doada, imediatamente. Os doadores transmitentes afirmam estar cientes que esta doação é livre de qualquer ônus para o donatário recebedor, assim como não haverá nenhum tipo de contrapartida do Município de Estância/SE para com os transmitentes. As partes elegem como foro competente o do Município de Estância/SE para dirimir quaisquer assuntos pertinentes ao imóvel objeto desta doação. As partes declaram, ainda, que não há possibilidade de arrendimento em relação à doação em tela.

Este documento é verdadeiro e dou fê

Estância( SE ), 27 de janeiro de 2014.

*José Messias dos Santos*

José Messias dos Santos  
CPF. 116.895.525- 49  
Proprietário doador

*Maria Salete Silva Santos*

Maria Salete Silva Santos  
CPF 591 890 535- 91  
Cônjugue transmitente

*Roberto de Andrade Souza*

Roberto de Andrade Souza  
Diretor de Meio Ambiente  
(Donatário)

Testemunhas:

**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO**  
TABELADO AUGUSTO PRATA TEODORO  
RECEBE E REPRODUZ A FOLHA MANUSCrita

Reconheço AUTÊNTICA a firma supra  
de JOSÉ MESSIAS DOS SANTOS.  
Doutor, 27 de Janeiro de 2014.  
Em testemunho da verdade.  
TABELADO (X) e/ou ESCRITURANTE AUTENTIZADO

Anexo 10 – Ata de Reunião para tratar a questão da estrada do Massadiço.

Fonte: Djalma, 2019.

Anexo 11 – Parecer Constubstanciado da Plataforma Brasil Anexo 12 – Ata de Reunião para tratar a questão da estrada do Massadiço.

Fonte: Djalma, 2019.

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**  
**5º Ofício**

**ATA DE REUNIÃO n. 19/2019**

Aos 15 dias de agosto de 2019, às 09:30min, no edifício-sede da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, reuniram-se a Procuradora da República **LÍVIA NASCIMENTO TINOCO** \*(Titular do 5º Ofício da PR/SE), **JOUBERT DENNER SANTOS DE OLIVEIRA**, Secretário de Meio Ambiente do Município de Estância/SE, **DJALMA JOSÉ DE JESUS**, Presidente da Associação Comunitária do Povoado Massadiço, **NIVALDINA DOS SANTOS**, **MARCÍLIA DOS SANTOS LIMA**, **JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS** e **PAULO RICARDO DE JESUS**, associados, para tratar da proibição de acesso da comunidade ribeirinha ao Porto do Massadiço pelo proprietário da Fazenda Estiva.

1) Aberta a palavra ao Presidente da Associação, este informou que a comunidade tradicional de catadores de mariscos e pescadores e extrativistas do povoado Massadiço há tempos lutam pela possibilidade de continuar utilizando uma estrada tradicional que facilita seu acesso à beira do rio, de onde acessam a área de desembarque que lhes permite realizar as atividades extrativistas e de pesca, bem como realizar o desembarque da produção pesqueira. Tem havido ao longo do tempo resistência de alguns proprietários das fazendas por onde a comunidade tradicional precisa passar. Um importante porto utilizado pela comunidade tradicional é o porto do Massadiço e recentemente o proprietário da Fazenda Estiva, onde se localiza o Porto do Massadiço permitiu que a comunidade tenha acesso ao rio realizando passagem dentro de sua propriedade. A comunidade fez um abaixo assinador e apresentou o pleito à Prefeitura Municipal para que esta realizasse a abertura da via de passagem a qual terá o comprimento de aproximadamente 400 metros com a largura de 5 metros;

2) Aberta a palavra ao Secretário de Meio Ambiente, este reconhece a importância do pleito da comunidade e afirma que o município está disposto a realizar a abertura da via, tendo apenas a preocupação quanto ao fato de uma parte dela estar situada dentro de APP, o que demandará alguma supressão de vegetação na APP mesmo que essa já esteja bastante degradada e com áreas de pasto. Porém, pela importância da via para a comunidade, pelo dano diminuto que essa causaria e pela consideração que se trata de uma obra de interesse social, vê como lícita a realização da obra;

3) A Procuradora da República explicou aos presentes que há anos conhece essa demanda, que já houve ICP nessa PR, o que inclusive resultou no ajuizamento de ACP contra a União para que a área fosse transformada em unidade de conservação na categoria de Reserva Extrativista. O INCRA chegou a realizar, a pedido do MP, o levantamento de todos os portos tradicionais da região e foram colhidos muitos termos de declaração a respeito do impacto negativo do fechamento das estradas para a população tradicional. Comunga do entendimento apresentado pelo Secretário de Meio Ambiente de que a obra se encaixa no conceito de interesse social, nos termos previstos no art. 3º, inciso IX, alínea b, bem como no conceito de atividade de baixo impacto, conforme previsão do art. 3º, inciso X, alínea b, todos da Lei n. 12.651/2012 – Código Florestal;


4) Tendo em vista os entendimentos mantidos nessa assentada, o MPF informou que não há razão para a instauração de IC tendo em vista que não existe até o momento irregularidade a ser

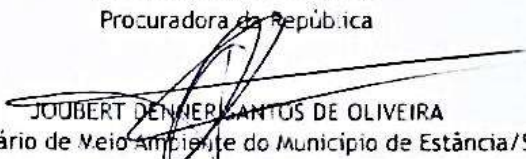


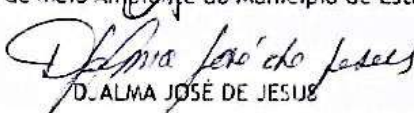
apurada, o que somente aconteceria caso a Prefeitura viesse a realizar a obra sem os devidos cuidados ambientais;

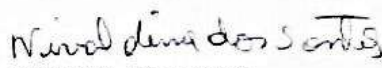
5) O Secretário informou que o Município possui órgão de licenciamento ambiental e que como a supressão de APP é muito pequena não demanda autorização de supressão por parte do IBAMA, podendo, nos termos da lei, o próprio Município autorizar a supressão necessária. Informa que fará ainda uma compensação ambiental envolvendo a comunidade no replantio de mudas de espécies nativas;

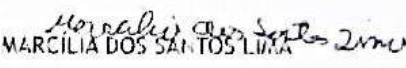
Nada mais havendo a ser registrado, encerrou-se a reunião.

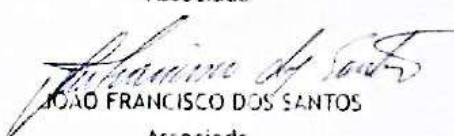
  
LÍVIA NASCIMENTO TINOCO  
Procuradora da República


  
JOUBERT DENNER SANTOS DE OLIVEIRA  
Secretário de Meio Ambiente do Município de Estância/SE

  
D. ALMA JOSÉ DE JESUS  
Presidente da Associação Comunitária do Povoado Massadiço

  
NIVALDINA DOS SANTOS  
Associada

  
MARCILIA DOS SANTOS LIMA  
Associada

  
JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS  
Associado

  
PALLO RICARDO DE JESUS  
Associado

Anexo 13 – Parecer Constubstanciado da Plataforma Brasil  
Fonte: Plataforma Brasil, 2019.

Anexo 14 – Parecer Constubstanciado da Plataforma Brasil  
Fonte: Plataforma Brasil, 2019.

UF: SE

## PARECER CONSTUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL SUL EM ESTÂNCIA/SE

**Pesquisador:** FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 18480119.3.0000.5546

**Instituição Proponente:** FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**Patrocinador Principal:** FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.751.611

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo PE INFORMAÇÕES BÁSICAS DO PROJETO, postado em 11/11/2019.

#### Introdução:

O município de Estância pertence a Unidade Federativa do Estado de Sergipe e dista 70 km de sua capital, Aracaju. Seus limites territoriais estão definidos ao Norte pelo município de Itaporanga d'Ajuda, ao sul pelos municípios de Santa Luzia do Itanhê e de Indiaroba, ao leste pelo Oceano Atlântico e a oeste pelos municípios de Salgado, Boquim e Arauá. É sobre a faixa leste do seu território, onde encontramos a planície litorânea, especificamente as suas praias, que delimitamos nosso objeto de apreciação. Ao longo dos 26 km de linha de costa estanciana encontramos as praias do Abais, da Boa Viagem, das Dunas e do Saco. Todas possuem beleza peculiar no tocante aos recursos naturais ali presentes. Sua planície litorânea é constituída por dunas e praias. Sua vegetação é bastante variada, nas praias predominam coqueirais e vegetação rasteira, com campos de matas de restingas e manguezais. Nos últimos anos esse cenário natural tem sofrido fortemente com a ação antrópica descontrolada, expressa sobretudo com a devastação e poluição de seus recursos naturais. As construções habitacionais de veraneio, em contraposição a lei

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sãoatório

UF: SE

Telefone: (79)3194-7208

Município: ARACAJU

CEP: 48.090-110

E-mail: cephu@ufse.br



UFS - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.751.811

ambiental vigente, fizeram com que as paisagens naturais de suas praias sofressem expressiva descaracterização. Abrelado a isto, a inauguração da ponte Gilberto Amado, que uniu os municípios de Estância e Indiaroba, interligou a malha rodoviária sergipana e balana, e diminuiu o tempo de viagem entre suas capitais, promoveu o estratégico aumento da especulação imobiliária do litoral sergipano. Portanto, a ação antrópica tem comprometido o equilíbrio e sustentabilidade desse meio ambiente. Partindo desse pressuposto, este trabalho levanta a seguinte hipótese: os atores envolvidos nos conflitos desconhecem a natureza e a finalidade jurídicas da UC e da APA. Com base nesta hipótese, este estudo acadêmico busca entender os conflitos socioambientais existentes nessa APA. Além do mais, visa analisar os extremos de preservação e degradação ambientais, bem como tem o intuito de contribuir na análise acerca das consequências dessa ação antrópica, dos desafios da realidade atual e da possibilidade da promoção do desenvolvimento sustentável da área.

**Hipótese:** A hipótese norteadora desta dissertação consiste em que os atores envolvidos nos conflitos desconhecem a natureza e finalidades jurídicas da UC e da APA.

**Metodologia Proposta:** O método hipotético-dedutivo foi o adotado para escopo do trabalho, o qual se dará mediante uso da cartografia de pontos, e da metodologia de diagnóstico dos conflitos socioambientais, proposta pela categorização literário-analítica dos conflitos socioambientais de Paul Little (2001), baseado no território, paisagem, conflitos socioambientais e UCs como categorias fundamentais e na abordagem metodológica quali-quantitativa.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** O presente estudo tem como objeto, portanto, a Área de Proteção Ambiental (APA) que perpassa pela faixa litorânea do município de Estância/SE e tem como objetivo geral analisar conflitos socioambientais ali existentes.

**Objetivo Secundário:** Nesse sentido, os objetivos específicos do supradito são: entender a dinâmica dos conflitos socioambientais na APA Litoral Sul em Estância; analisar e classificar (segundo Little, 2001) os conflitos socioambientais existentes na mesma, e elaborar um mapa de conflitos socioambientais (segundo modelo do GESTA); e ponderar o conhecimento que os atores dos conflitos possuem acerca da natureza e finalidades jurídicas da UC e da APA em destaque.

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** O participante terá todos os esclarecimentos até se sentir confortável com o diálogo, e que

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: São João

UF: SE

Telefone: (79)3194-7208

Município: ARACAJU

CEP: 49.090-110

E-mail: cephu@ufs.br



UFS - UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE SERGIPE



Continuação do Parecer: 3.751.611

por sua identidade estar protegida, não haverá nenhum tipo de dano. Talvez exista algum tipo de desconforto por causa do desconhecimento do pesquisador, mas isso tudo será amenizado com a devida apresentação pessoal e explicação da pesquisa. No mais, não haverá riscos para o participante. Benefícios: Os resultados podem gerar benefícios diretos para a comunidade se o poder público se apossar da dissertação com vistas a melhoria das condições socioambientais da área em estudo. Além disso, os resultados poderão possibilitar os seguintes benefícios: aprendizado de uma cultura de convivência harmônica com diferentes pessoas e com o meio ambiente; compreender a existência ou não, bem como a dinâmica dos conflitos socioambientais na sua comunidade; buscar políticas públicas que possibilitem a reflexão e ação frente a solução pacífica dos conflitos existentes.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

**Destaque Primário:** Os ambientes costeiros têm sofrido intensamente a ação antrópica nos processos de uso e ocupação desse espaço. O litoral estanciano também tem sido bastante alterado. As políticas públicas recentes de desenvolvimento dessa área têm-na conduzido aos auspícios da especulação imobiliária. A construção da Ponte Gilberto Amado acentuou o processo de uso e ocupação dessa APA comprometendo, de certo modo, a sua plena conservação. **Destaque Secundário:** As comunidades locais contemplaram um frenético processo desenvolvimentista naquele território e o surgimento de conflitos de diferentes naturezas. Sua delimitação e mapeamento são imprescindíveis para a compreensão de como o uso e ocupação da APA de Estância avançaram até os dias atuais, fato que ajuda a comunidade local no seu entendimento e a realização de políticas públicas voltadas para a resolução dos mesmos.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Carta Resposta apresentada com atendimento às pendências.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplicam.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

De acordo com as Res. 466/2012 e 510/2016 do CNS/CONEP/MS, o pesquisador deverá apresentar os relatórios parciais e final da pesquisa.

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sãoatório

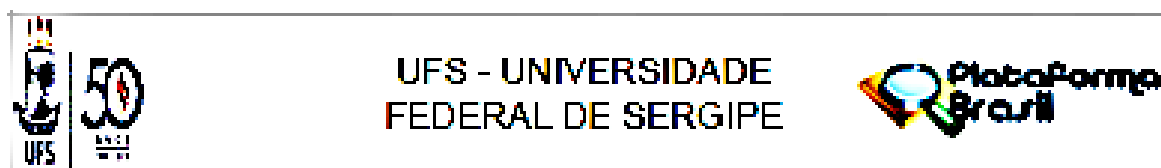
UF: SE

Município: ARACAJI

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.090-110

E-mail: cepfu@ufs.br



Continuação do Parecer: 3.751/2019

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1383520.pdf	11/11/2019 21:08:51		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_AS_PENDENCIA_S_modificado.pdf	11/11/2019 21:07:55	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Inicial_modificado.pdf	11/11/2019 21:06:20	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma_modificado.pdf	11/11/2019 20:47:51	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modificado.pdf	11/11/2019 20:46:51	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Dec_de_Infraestrutura.pdf	09/09/2019 18:14:58	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	09/09/2019 18:14:26	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TECLE.pdf	09/09/2019 18:06:33	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folhadero-rostoassinada.pdf	09/07/2019 11:20:47	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mestrado_Fagner_Santos_de_Oliveira.pdf	22/06/2019 11:46:21	FAGNER SANTOS DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 09 de Dezembro de 2019

Assinado por:  
Anita Herminia Oliveira Souza  
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº  
Bairro: São João  
UF: SE Município: ARACAJU  
Telefone: (70)3194-7208

CEP: 49.050-110

E-mail: cephu@ufs.br